

EXPORTAÇÃO



Ricardo Stuckert - PR

O PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DISSE QUE OS ESTÍMULOS QUE VÊM SENDO FEITO PELO GOVERNO FEDERAL

para ajudar o país a produzir e exportar terão, como resultado, uma sociedade mais igualitária, formada majoritariamente por pessoas de classe média, em vez de estar dividida entre ricos e pobres. Ele participou na sexta-feira de evento comemorativo ao embarque do primeiro lote de proteína animal exportada para a China, a partir da fábrica JBS. O total de plantas habilitadas para operar na China passou de 107 para 145. Segundo o Planalto, somadas, essas unidades vão gerar um incremento de R\$ 10 bilhões na balança comercial brasileira ao longo dos próximos 12 meses. **PÁGINA 8**

Ministro garante que governo segue com foco no reequilíbrio econômico

Governo quer melhorar as condições de crédito

Padilha afirmou que o governo vai anunciar novas medidas que vão contribuir para a expansão do crédito no País e para o financiamento da infraestrutura

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse na sexta-feira, 12, que na próxima semana o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciarão medidas que vão melhorar as condições de crédito do Brasil. Segundo ele, serão anunciadas novas medidas que vão contribuir para a expansão do crédito no País, para o financiamento da infraestrutura e da logística e da tecnologia e para criar ambiente "de equilíbrio e tranquilidade" para investidores internacionais que queiram investir no País em investimentos de longo prazo. O minist

bro lembrou que os investidores costumam ter temor com a volatilidade cambial. "Vamos construir e vamos contar com o Congresso Nacional para que dê mais um passo para garantir um porto seguro no nosso País para os investimentos internacionais de longo prazo, criar instrumentos para isso, com foco no debate da transição energética e na transição ecológica", disse. Para Padilha, a consolidação do reequilíbrio econômico é um dos grandes desafios do País, juntamente com o esforço para que o Brasil não perca a oportunidade de ser protagonista da transição energética, e o esforço no investimento na educação e qualificação profissional, na ciência e tecnologia. **PÁGINA 2**

AGRONEGÓCIO

Exportações batem recorde de US\$ 37 bi

As exportações de produtos agropecuários alcançaram US\$ 37,44 bilhões no primeiro trimestre. O valor, recorde é 4,48% superior ao obtido de janeiro a março do ano passado, o equivalente a um aumento de US\$ 1,59 bilhão. **PÁGINA 3**

VOLATILIDADE

China reforça supervisão no mercado acionário

O governo da China emitiu novas diretrizes para lidar com a volatilidade do mercado acionário, incluindo um aperto na supervisão de novas listagens de ações. O critério de avaliação para companhias que vão listar ações na China será revisado. **PÁGINA 5**

FORO

Gustavo Moreno - SCO - STF



O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria de votos na sexta-feira, 12, para determinar a ampliação do foro privilegiado mesmo após autoridades deixarem o cargo, permitindo que deputados, senadores, ministros e outras autoridades sejam investigadas pela Corte em crimes praticados no exercício ou que tenham relação com o cargo. **PÁGINA 6**

ATAQUES

PT sai em defesa de Padilha e critica Lira

O PT saiu em defesa do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, na sexta-feira, 12, e subiu o tom contra o presidente da Câmara, Arthur Lira. A legenda afirmou que o deputado "compromete a liturgia do cargo" e "ofende a harmonia entre os Poderes da República" ao atacar o articulador político do governo. **PÁGINA 7**

PENDURICALHOS

Dino vota para manter privilégio de procurador

PÁGINA 6

AGENDA VERDE



O PRESIDENTE DO BANCO MUNDIAL, AJAY BANGA, AFIRMOU QUE O BRASIL TEM SIDO UMA "PARTE MUITO ATIVA" NA DISCUSSÃO SOBRE OS DESAFIOS DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

necessário para o mundo nos próximos anos. "O Brasil é uma parte muito ativa do diálogo. Na presidência do G20, o Brasil tem uma ambição muito grande de se concentrar no combate à pobreza e também à fome", disse. O presidente do Banco Mundial voltou a reconhecer os esforços do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no combate ao desmatamento na Amazônia. "O Brasil fez grandes avanços nas taxas de desmatamento que ocorriam antes de Lula assumir". **PÁGINA 5**

IBOVESPA 125.946,09 ↓ -1,14%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETRORIO ON NM	50,86	+2,13%	+1,06
CIELO ON NM	5,47	+1,30%	+0,07
ELETOBRAS ON N1	39,02	+0,46%	+0,18
SID NACIONALON	14,35	+0,21%	+0,03
ELETOBRAS PNB N1	43,78	+0,32%	+0,14

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
AZUL PN N2	11,16	-10,07%	-1,25
EZTEC ON NM	14,40	-5,76%	-0,88
MRV ON NM	6,67	-6,19%	-0,44
YDUQS PART ON NM	14,91	-5,21%	-0,82
SAO MARTINHOON NM	29,01	-5,54%	-1,70

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON NM	61,63	-0,37%	-0,23
PETROBRAS PN N2	38,94	-0,92%	-0,36
PETRORIO ON NM	50,86	+2,13%	+1,06
LOCALIZA ON NM	51,85	-2,68%	-1,43
ITAUUNIBANCO PN N1	32,46	-1,04%	-0,34

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	37.983,24	-1,24%
S&P 500	5.123,41	-1,46%
NASDAQ	16.175,09	-1,62%
DAX 30	17.930,32	-0,13%
FTSE 100	7.995,58	+0,91%
IBEX 35	10.686,00	+0,34%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,121	5,121	↑ 0,61%

PESO

COMPRA	VENDA	%
0,006	0,006	↑ 0,43%

EURO

COMPRA	VENDA	%
5,447	5,448	↓ -0,23%

LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,372	6,376	↓ -0,21%

OURO

BM&FBovespa/Grana	Comex NY/Onça
R\$ 388,35	2.344,53

INVESTIMENTOS

Governo anunciará medidas para melhorar as condições de crédito

Padilha afirmou que o governo quer criar um ambiente de equilíbrio e tranquilidade para os investidores internacionais que queiram investir no País por um período de tempo mais longo

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse na sexta-feira, 12, que na próxima semana o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciarão medidas que vão melhorar as condições de crédito do Brasil.

Segundo Padilha, serão anunciadas novas medidas que vão contribuir para a expansão do crédito no País, para o financiamento da infraestrutura e da logística e da tecnologia e para criar ambiente “de equilíbrio e tranquilidade” para investidores internacionais que queiram investir no País em investimentos de longo prazo.

O ministro lembrou que esses investidores costumam ter temor com a volatilidade cambial. “Vamos construir e vamos contar com o Congresso Nacional para que dê mais um passo para garantir um porto seguro no nosso País para os investimentos internacionais de longo prazo, criar instrumentos para isso, com foco no debate da transição energética e na transição ecológica”, disse, durante participação no Fórum Brasileiro de Líderes em Energia.

O ministro das Relações Institucionais reforçou que o governo segue com foco em consolidar o reequilíbrio econômico. “Nada fará o presidente Lula e a nossa equipe econômica liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, desviar o foco de continuar perseguindo a responsabilidade fiscal, o déficit primário zero, as nossas metas fiscais que contribuem decisivamente para que o Brasil tenha uma trajetória descendente de sua taxa de juros”, disse.

Ele lembrou que já são seis reuniões seguidas com queda na taxa de juros. “Queremos continuar fazendo com todo o trabalho e esforço para que isso con-



Padilha: “nada fará o presidente Lula e a nossa equipe econômica liderada pelo ministro Haddad, desviar o foco de continuar perseguindo a responsabilidade fiscal”

tinuar se consolidando.”

Para Padilha, a consolidação do reequilíbrio econômico é um dos grandes desafios do País, juntamente com o esforço para que o Brasil não perca a oportunidade de ser protagonista da transição energética, e o esforço no investimento na educação e qualificação profissional, na ciência e tecnologia.

O ministro das Relações Institucionais clamou o Congresso a aprovar temas que fazem parte da agenda prioritária do governo, como projetos de lei ligados à agenda verde. Entre os projetos em discussão, ele comentou que está confiante na aprovação do marco regulatório do mercado de carbono ainda este ano.

Segundo ele, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) quer colocar o projeto para votar já em abril. “Vamos ter como base a recuperação do texto que já tinha sido aprovado no Senado, que foi um grande acordo com o setor do agronegócio”, disse.

O ministro também citou o projeto do Combustível do Futuro, que o governo pretende aprovar “neste ano, se possível neste semestre”, e o das Patentes, com expectativa de votar “o mais rápido possível”.

Por fim, Padilha comentou sobre o projeto de lei das eólicas offshore, votado na Câmara com diversos jabutis. “Ali, quero deixar explícito, existem temas que inclusive entram em cho-

que com a expectativa de transição energética e transição ecológica, então o governo vai trabalhar no Senado para a gente recuperar a ideia original das eólicas offshore. O tema específico em relação a este mercado tão importante para investimento no Brasil pode liderar com força, excluindo temas que entraram de outras matrizes energéticas que consideramos não adequado serem discutidos naquele projeto”, disse.

Padilha disse estar otimista com essas agendas porque que “são temas que não são de governo ou de oposição”, mas unem a agenda do Congresso Nacional. “Tenho convicção absoluta que vão ser aprova-

dos inclusive com maioria muito mais ampla, porque não são de governo ou oposição, são temas que unificam o Brasil.”

O ministro das Relações Institucionais disse que não vai se rebaixar ao nível do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que na quinta-feira, 11, chamou Padilha de “incompetente” e “desafeto pessoal”.

“Eu fico com as palavras do presidente Lula”, disse o articulador político do governo, referindo-se a declarações públicas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao seu trabalho. “Sobre o resto das palavras, sinceramente, eu não vou descer a esse nível. Sou filho de uma alagana arretada que sempre disse: meu filho, se um não quer, dois

não brigam”, complementou o ministro.

Padilha afirmou que aprendeu a fazer política com o presidente Lula, uma política “de civilidade”, segundo ele, que vê a parceria do Poder Executivo com o Congresso Nacional “como uma dupla de sucesso”.

“Queremos repetir a dupla de sucesso que tivemos no ano passado sem nenhum tipo de rancor. Sobre rancor, a periferia da minha cidade (SP) produziu na grande figura do Emicida, que mano, rancor é igual tumor, envenena a raiz, a plateia só deseja ser feliz. Eu sou deputado e converso com todos os deputados e deputadas, senadores e senadoras, e sei que todo mundo ali quer ser feliz”, disse.

Sobre as acusações de Lira, de que Padilha estaria vazando articulações feitas pelo presidente da Câmara para votar pela liberação do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), o articulador do governo disse: “O único ato que nós fizemos publicamente durante a votação desse tema foi afirmar que o governo defendia, sim, a prisão desse parlamentar, a partir de um processo de investigação que já dura seis anos com o esforço do Ministério da Justiça e do Judiciário.”

E acrescentou: “Vou seguir em frente, sem nenhum tipo de rancor. Vou seguir meu trabalho, tenho orgulho de ser ministro da articulação de novo.”

Quanto à participação no evento de energia, Padilha informou que vai apresentar os projetos do governo e que o “Congresso já ajudou muito o governo e vai continuar ajudando”.

“Temos uma agenda muito concreta para atrair investimento em transição energética. O Brasil precisa e tem vontade política para isso, para aprovar os marcos regulatórios que atraiam investimentos para o País”, disse Padilha.

FINANCIAMENTO

BNDES começa a receber projetos de descarbonização do setor automotivo

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou ter começado a receber na sexta-feira projetos de desenvolvimento industrial e tecnológico no setor automotivo que visem a descarbonização da mobilidade e da logística. O banco de fomento informou ter disponíveis R\$ 40 milhões em recursos não reembolsáveis para financiamentos em 2024.

A ação integra o programa

BNDES Rota 2030, com orçamento total de R\$ 200 milhões nos próximos cinco anos, frisou o banco, em comunicado.

Os projetos precisam ter valor mínimo de R\$ 10 milhões por operação e serem propostos por instituições de pesquisa, embora possam ter parceria de empresas intervenientes.

“Em projetos com a participação de montadoras, será obrigatória a participação de

pelo menos uma empresa da cadeia de fornecimento de componentes e insumos críticos. O Banco terá participação máxima de até 80% do valor dos itens financiáveis; e de até 90% para projetos ou empresas sediadas nas regiões Norte e Nordeste”, especificou o banco de fomento, na nota.

Os projetos devem ser destinados a máquinas agrícolas (biometano e outros biocom-

postíveis alternativos), pesados urbanos (elétricos e a GNV/biometano), leves (híbridos a etanol, elétricos e células de combustível) e pesados rodoviários (GNV/biometano, biodiesel e células de combustível).

Os temas devem ser relacionados a baterias e powertrains (trens de força) de baixa emissão, com foco em híbridos (elétricos + biocombustíveis), incluindo seus compo-

mentes e insumos críticos e as soluções para infraestrutura de recarga; descarbonização dos processos produtivos de veículos, componentes, insumos críticos e materiais estratégicos (a exemplo de aço verde, alumínio e novas ligas especiais); e biocombustíveis e suas aplicações em veículos leves e pesados e em máquinas agrícolas (com destaque para as soluções de biometano, incluindo projetos-piloto

de sua utilização).

“Em outubro do ano passado, BNDES e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) assinaram um acordo de cooperação técnica que habilitou o banco a captar R\$ 40 milhões ao ano para serem utilizados em projetos da cadeia de fornecedores do setor automotivo. Com o acordo, o banco passou a operar recursos dos fundos dos Programas Prioritários do Rota 2030, que prevêm, principalmente, da contrapartida de empresas beneficiadas por isenção de impostos na importação de peças e insumos não fabricados no Brasil, mas necessários à melhoria da eficiência energética da frota”, explicou o BNDES.

Diário DC Comercial

Propriedade de Editora Diário Comercial Ltda

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTASDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

COMPLEXO SOJA

Exportações do agronegócio batem recorde de US\$ 37 bilhões

A receita da balança do agronegócio foi sustentada principalmente pelo aumento das vendas externas de açúcar (US\$ 2,52 bilhões) e algodão (US\$ 997,41 milhões)

As exportações brasileiras de produtos agropecuários alcançaram US\$ 37,44 bilhões no primeiro trimestre deste ano, informou o Ministério da Agricultura, em nota. O valor, recorde para o período, é 4,48% superior ao obtido de janeiro a março do ano passado, o equivalente a um aumento de US\$ 1,59 bilhão.

O setor respondeu por 47,8% dos embarques totais do País no primeiro trimestre deste ano, acima dos 47,3% de igual período de 2023.

Na nota, a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais da pasta atribui o resultado recorde ao aumento de 14,6% do volume exportado, sobretudo do complexo soja (+13,4%) e de açúcar (+72,3%), que compensou o recuo anual de 8,8% no índice de preços dos produtos exportados.

Nos três primeiros meses do ano, a receita da balança do agronegócio foi sustentada principalmente pelo aumento das vendas externas de açúcar (+US\$ 2,52 bilhões), algodão (+US\$ 997,41 milhões) e café verde (+US\$ 563,64 milhões). O bom resultado nas vendas desses produtos compensou a queda nas exportações de milho (-US\$ 1,2 bilhão); soja em grãos (-US\$ 901,30 milhões) e óleo de soja (-US\$ 543,45 milhões), destacou a pasta.

No primeiro trimestre deste ano, as importações de produtos agropecuários cresceram 3,7% em relação a igual mês do ano anterior, para US\$ 4,635 bilhões, equivalente a 7,8% do total internalizado pelo País no período. Com isso, o saldo da balança comercial do setor ficou positivo em US\$ 32,806 bilhões frente aos US\$ 31,376 bilhões de igual período de 2023.

Em março, as exportações do agronegócio brasileiro alcançaram US\$ 14,21 bilhões, queda de 10,8% ante igual mês do ano passado. O ministério atribuiu o



Roberto Perosa: "passamos de 107 para 145 frigoríficos aptos a exportar para China. É um acréscimo significativo e, com isso, aumentará o volume exportado"

desempenho negativo à redução nos preços internacionais dos alimentos. O índice de preços dos produtos do setor exportados pelo Brasil recuou 11,9% em comparação com março de 2023. Já o volume embarcado pelo agronegócio aumentou 1,3%.

Os cinco principais setores exportadores em março foram: complexo soja (44,3% de participação nas exportações do setor), carnes (12,8% do total), complexo sucroalcooleiro (11,3% do total); produtos florestais (9,4% do total); e café (5,7% do total). Juntos, estes setores responderam por 83,4% do valor total exportado pelo Brasil do mês.

A China manteve-se como principal destino dos produtos do agronegócio brasileiro no mês, respondendo por 35,9% dos produtos exportados pelo agronegócio brasileiro. Os embarques ao país asiático, contudo, recuaram 23% na comparação anual para US\$ 5,10

bilhões.

O Ministério da Agricultura estima que a habilitação de 38 novos frigoríficos autorizados a exportar para a China deve resultar em incremento de R\$ 10 bilhões à balança comercial brasileira por ano. "É um cálculo aproximado. Passamos de 107 frigoríficos aptos a exportar carnes ao país asiático para 145. É um acréscimo significativo em número de plantas e, com isso, aumentando o volume que será exportado", disse o secretário de Comércio e Relações Internacionais da pasta, Roberto Perosa.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva visitou na sexta-feira uma fábrica da JBS em Campo Grande (MS) para acompanhar o primeiro embarque de carne para a China por uma das plantas recém-habilitadas.

Lula disse que é possível o País chegar a US\$ 1 trilhão de fluxo de comércio exterior em 10 anos. "Hoje nosso fluxo,

entre importação e exportação, já ultrapassa os US\$ 560 bilhões. Eu dizia para o Carlos Fávaro, ministro da Agricultura, 'se a gente tiver competência, se a gente trabalhar, a gente pode prometer para o povo brasileiro que em mais 10 anos a gente chega a US\$ 1 trilhão de comércio exterior'", disse o presidente da República.

A JBS foi a empresa com mais habilitações nessa nova lista: foram 12, incluindo duas da Seara. "O Estado de Mato Grosso do Sul tinha 11% da capacidade de abate para ser exportada à China, o que passou para 57% com novas habilitações. É um incremento gigantesco na capacidade do Estado. Foi o que mais cresceu", acrescentou o secretário, justificando a escolha do Estado.

Segundo Perosa, a China avaliou todos os frigoríficos brasileiros, dos quais 32 foram reprovados. Essas plantas passarão por correção no processo e sofrerão

novas vitorias a fim de serem habilitadas em uma próxima etapa, segundo o secretário. "Estamos em momento de diálogo interno junto ao setor privado para reavaliar as questões e depois pleitear nova habilitação à China", acrescentou.

Ele destacou que se trata de questões documentais e técnicas que deverão ser revisadas. "Esses critérios foram repassados às plantas. Elas corrigirão as questões e tão logo estiverem prontas, entraremos em contato novamente com a autoridade chinesa", explicou.

A autorização às indústrias brasileiras é feita pela Administração Geral de Alfândegas da China (Gacc, na sigla em inglês), autoridade sanitária do país. "Não há uma escolha pelo governo brasileiro sobre quais plantas devem ser habilitadas. O Brasil centraliza as informações, insere no sistema e a autoridade chinesa escolhe quais avaliar", explicou.

TRANSPORTES

Volume de serviços prestados recuou 0,9%

O volume de serviços prestados caiu 0,9% em fevereiro ante janeiro, na série com ajuste sazonal, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços, informou na sexta-feira, 12, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mês anterior, o resultado do indicador foi revisto de alta de 0,7% para avanço de 0,5%.

Na comparação com fevereiro do ano anterior, houve elevação de 2,5% em fevereiro de 2024, já descontado o efeito da inflação. Nessa comparação, o resultado ficou abaixo do piso das estimativas, que eram de uma elevação de 2,7% a 6,1%, com mediana positiva de 4,7%.

A taxa acumulada no ano - que tem como base de comparação ao mesmo período do ano anterior - cresceu 3,3%. Em 12 meses, os serviços acumulam alta de 2,2%.

A receita bruta nominal do setor de serviços caiu 1,7% em fevereiro ante janeiro. Na comparação com fevereiro de 2023, houve avanço de 6,8% na receita nominal.

Quatro das cinco atividades de serviços registraram perdas na passagem de janeiro para fevereiro. Os serviços prestados às famílias avançaram 0,40%, enquanto os serviços de informação e comunicação caíram 1,50%.

Houve recuo de 1,90% em serviços profissionais, administrativos e complementares e queda de 0,90% em transportes. Outros serviços, por sua vez, registraram recuo de 1,00% em fevereiro.

De acordo com o IBGE, também quatro das cinco atividades de serviços registraram avanço em fevereiro ante fevereiro de 2023. Os serviços prestados às famílias avançaram 5,60%, enquanto os serviços de informação e comunicação subiram 5,60%.

Houve avanço de 2,60% em serviços profissionais, administrativos e complementares e queda de 0,80% em transportes. Outros serviços, por sua vez, registraram avanço de 3,80% em fevereiro, na comparação com fevereiro de 2023.

O setor de serviços operava em fevereiro em patamar 1,9% abaixo do pico registrado em dezembro de 2022, que foi o mais elevado da série histórica do IBGE.

Os Serviços prestados às famílias estavam 8,5% abaixo do pico de maio de 2014, enquanto os serviços de informação e comunicação operavam 1,5% aquém do patamar recorde alcançado em janeiro de 2024.

Os Serviços profissionais, administrativos e complementares estavam 13,6% abaixo do ápice de março de 2012, e os Transportes funcionavam em patamar 7,1% abaixo do ápice registrado em março de 2023. O segmento de Outros serviços estava 12,7% aquém do auge de janeiro de 2012.

De acordo com o IBGE, após a queda de 0,9% no volume de serviços prestados no País em fevereiro ante janeiro, o setor passou a funcionar em patamar 11,6% superior ao de fevereiro de 2020, antes do agravamento da crise sanitária no País.

Em fevereiro, os transportes passaram a operar 15,9% acima do nível pré-pandemia de covid-19, enquanto os serviços prestados às famílias estavam 0,2% acima do patamar de fevereiro de 2020.

Os serviços de informação e comunicação estão 18,9% acima do pré-pandemia, e o segmento de outros serviços está 0,9% acima. Os serviços profissionais e administrativos estão 8,5% acima do patamar de fevereiro de 2020.

Segundo o IBGE, o índice de difusão - que mostra o percentual de serviços com crescimento em relação ao mesmo mês do ano anterior - passou de 54,8% em janeiro para 59,6% em fevereiro.

CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Redução de compulsório da poupança vai liberar R\$ 60 bilhões para a Caixa

A Caixa Econômica quer que o Banco Central reduza de 20% para 15% o recolhimento compulsório sobre recursos de depósitos de poupança - porcentual de depósitos que cada banco deverá manter no BC. A medida está em estudo pelo governo. A redução significaria cerca de R\$ 60 bilhões a mais para que a instituição conceda crédito imobiliário.

As alíquotas são definidas pelo Banco Central e o tema precisa passar pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), mas ainda não houve avanços neste sentido. Fontes do setor reconhecem que a proposta não deve evoluir por agora.

Conforme apurou a reportagem, a redução no compulsório é mais uma proposta do governo para fomentar o mercado imobiliário no País.

O Poder Executivo trabalha para ampliar de 65% para 70% o uso da caderneta de poupança em operações de financiamento imobiliário. Os recursos viriam da redução do compulsório.

Integrantes do banco público afirmam, reservadamente, que a grande dúvida é justamente a vontade do BC em liberar os compulsórios. "Resta saber se o BC terá apetite", afirma uma delas.

Liberar compulsório significaria injetar liquidez na economia, em um momento em que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, tem sinalizado cautela quanto ao principal instrumento da política monetária, a redução dos juros, com os sinais pouco animadores sobre os juros nos Estados Unidos.

A Caixa continua batendo recordes no crédito imobiliário, mas considera que é preciso encontrar soluções para aumentar as fontes de recursos para o setor. Em fevereiro, o presidente do banco, Carlos Vieira, disse que é necessário discutir alternativas o quanto antes, e que o compulsório é uma delas.

Na manhã da quinta-feira, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, reuniu



Inês Magalhães: "o Banco Central exige uma retenção de depósito compulsório"

ministros e secretários para discutir propostas para avançar a oferta de crédito no País, inclusive para o setor imobiliário. No encontro, porém, não foi discutida a proposta de redução do compulsório,

segundo apurou a reportagem.

Um dos temas debatidos foi a medida provisória que fomenta o mercado secundário de recebíveis imobiliários. A MP deve ser anunciada na

semana que vem.

Na quarta-feira, 10, a vice-presidente de Habitação da Caixa Econômica Federal, Inês Magalhães, falou em reduzir os depósitos compulsórios para aumentar a quantidade de dinheiro disponível para crédito imobiliário. Ela deu a declaração a jornalistas depois de solenidade no Palácio do Planalto ligada ao programa Minha Casa, Minha Vida.

"O Banco Central exige uma retenção de depósito compulsório e esse direcionamento estamos querendo que volte como investimento para habitação, 5%. Em vez de reter 20%, reter 15% dos depósitos para que a gente possa aumentar a oferta de crédito", declarou ela.

Questionada se a ideia é uma liberação de parte dos compulsórios da Caixa ou dos bancos de forma geral, Inês Magalhães respondeu: "Temos um interesse genuíno, grande em fazer. Não necessariamente os outros bancos terão o mesmo apetite."

CONFLITO DE INTERESSES

Petrobras recorrerá da suspensão do atual presidente do Conselho

Além de liderar o comitê de acionistas da estatal, Mendes mantém o cargo no Ministério de Minas e Energia. A tese do juiz é que os interesses da empresa podem conflitar com os do governo

A Petrobras informou que vai recorrer da decisão judicial que suspende o presidente do seu Conselho de Administração, Pietro Mendes, atual secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia. O juiz Paulo Cezar Neves Junior, da 21ª Vara Cível Federal de São Paulo, decidiu suspender Mendes de suas funções no colegiado da estatal alegando conflito de interesses.

Além de liderar o comitê de acionistas da estatal, Mendes mantém o cargo no Ministério de Minas e Energia. A tese é que os interesses da empresa podem conflitar com os do governo.

“A Petrobras buscará a reforma da proferida decisão por meio do recurso cabível, de forma a defender a higidez dos seus procedimentos de governança interna, como tem atuado em outras ações em curso na mesma vara questionando indicações ao conselho”, informou a empresa por meio de fato relevante divulgado ao mercado.

Na decisão, o magistrado afirma que, ao observar as atribuições de Mendes no Conselho e a sua missão no ministério, “extrai-se claramente que a ampla atuação da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Bio-



A Petrobras buscará a reforma da proferida decisão por meio do recurso cabível, de forma a defender a higidez dos seus procedimentos de governança interna, como tem atuado em outras ações

combustíveis faz com que haja permanente e potencial conflito de interesses entre esse órgão e a Petrobras”.

Dias atrás, o mesmo juiz suspendeu um primeiro conselheiro apontado pelo governo, o ex-ministro de Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende. No ano passado, Rezende e Men-

des chegaram a ser considerados inelegíveis para o colegiado após o Comitê de Pessoas da Petrobras (Cope) apontar que os indicados não preenchiam os requisitos necessários previstos no Estatuto Social da empresa. O primeiro por ser membro titular do Diretório Nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

O segundo, por ocupar cargo no governo.

Ambas as situações eram então vedadas a conselheiros pela redação da Lei das Estatais. Mas a lei teve o trecho relativo a essas restrições suprimido por decisão liminar do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e atual ministro da Justiça, Ricardo

Lewandowski.

A suspensão de Rezende era considerada problema menor, visto que ele não figurava na lista de candidatos enviada recentemente pelo governo à empresa, para eleição na assembleia de acionistas do próximo dia 25 de abril.

Mendes, ao contrário, está

na lista para recondução. Além disso, é um dos pivôs da crise no comando da empresa, sendo o principal opositor do presidente da companhia, Jean Paul Prates, no colegiado. A decisão enfraquece a posição de Mendes e a de seu padrinho para o cargo, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

SEGUROS

Com projeto arrojado, Bmg Seguridade anuncia executivo

O Grupo Bmg, ecossistema financeiro formado pelo banco e pela seguridade, deu mais um importante passo para a expansão e inovação de seus negócios: Marcelo Picanço assume como CEO na vertical de seguros. Ele chega com a missão de transformar para o desenvolvimento dos negócios e significativo crescimento de resultados.

“Nós estamos muito entusiasmados em anunciar o Marcelo Picanço como líder em Seguros, por toda sua história de visão estratégica e entregas consistentes. Há enorme campo para avançarmos, pois apenas 22% dos nossos 10 milhões de clientes dispõem conosco de instrumentos de proteção. O seguro precisa estar mais presente na vida dos brasileiros”, diz Felix Cardamone, diretor-presidente do Bmg.

A trajetória profissional de Picanço é marcada por mais de 16 anos em posições executivas na Porto, incluindo três anos como CEO da vertical de seguros, englobando auto, ramos elementares, vida e previdência. Ele também foi vice-presidente executivo de finanças e relações com investidores, e vice-presidente executivo de serviços financeiros, que incluiu o cartão de crédito, consórcio, gestão de ativos, entre outros. Nos últimos seis meses, o executivo já vinha atuando como consultor do grupo Bmg, liderando o comitê estratégico da Seguridade.

A Bmg Seguridade é a holding criada em 2022 para concentrar os negócios de seguros de varejo do Grupo Bmg. Ela abriga a Bmg Corre-

tora e Bmg Seguradora, que atuam para potencializar a oferta de seguros e benefícios associados, ampliando e fortalecendo o relacionamento com os clientes e seus parceiros comerciais. Em 2023 foram emitidos R\$ 814 milhões em prêmios de seguros, que produziram um lucro líquido de R\$ 98 milhões no mesmo período. Atualmente os principais produtos são dos segmentos de prestamista, vida e acidentes pessoais. A holding atua em parceria com a Seguradora Generali e com a Wiz Co.

A Bmg Seguros, com principal foco em seguro garantia, segue com a sua atuação independente, liderada pelo CEO Jorge Sant’Anna.

Os planos do novo CEO da Bmg Seguridade estão centrados no propósito de prover uma realidade mais protegida a quem precisa. “O grupo Bmg tem uma história de inclusão admirável. Vamos aplicar este mesmo DNA para prover mais proteção, em um mercado onde a penetração ainda é muito baixa”, afirma o executivo. Tal propósito coloca as necessidades dos clientes como ponto central para concepção e disponibilização de soluções.

Segundo Picanço, os maiores desafios para o aumento da penetração de seguros estão associados à disponibilidade de produtos simples e com benefícios muito tangíveis, bem como à distribuição eficiente e que produza engajamento. Assim, a proposta é avançar no fortalecimento e ampliação do portfólio de produtos.



João Arthur Baeta Neves, diretor da Baeta Assessoria, falou sobre o novo aplicativo

Baeta Assessoria lança o app de Telemedicina Doctor1

Unindo a Medicina com a revolução digital, a Baeta Assessoria e a 77MED, criaram o Doctor1, uma plataforma eletrônica que proporciona ao usuário um atendimento rápido e à distância, que auxilia a sua saúde através da Telemedicina.

“Hoje cerca de 75% da população brasileira não possui plano ou seguro saúde. Então, decidimos criar um produto próprio, para que os corretores de seguros pudessem oferecer aos seus clientes uma solução totalmente online e com preços acessíveis”, explica João Arthur Baeta Neves, diretor da Baeta Assessoria.

O Doctor1 possui dois planos: o Doctor1 Premium Individual e Doctor1 Premium Familiar. Ambos oferecerem uma rede geral de saúde (consultas, exames, clínicas), subsídios (reembolso até determinado valor) para medicamentos receitados pelos médicos credenciados, Telemedicina (com generalista e especialistas), odontologia de urgência, Clube de Vantagens (rede de descontos e cash-

back) e um check-up anual. E com o Doctor1 ainda é possível fazer um comparativo de preços dos serviços (preço particular X preço Doctor1).

Entre os diferenciais do Doctor1 podemos destacar que não há limite de idade para adquirir e que no plano Familiar é possível agregar mais três pessoas que não tenham vínculo direto com o titular.

“Fizemos uma pesquisa e vimos que muitos que até possuem um plano empresarial que atende alguns familiares, gostariam de prover essa cobertura de saúde para sua mãe, sua sogra, seu pai ou mesmo para aquela pessoa que trabalha na sua casa, no cuidado com a sua família. Portanto, ao fazer o Doctor1 Premium Familiar, o titular escolhe as outras três pessoas que deseja, sem limite de idade ou grau de parentesco”, esclarece Mauricio Faggion da 77MED.

Para se cadastrar no Doctor1 o corretor de seguros deve acessar: <https://app.baeta.com.br>

Allianz: 50% do Comitê Executivo é formado por mulheres

A Allianz Seguros vem fortalecendo a caminhada rumo à equidade de gênero e, neste início de 2024, alcançou um marco importante no crescimento do protagonismo feminino dentro da empresa, com 50% de seu Comitê Executivo, que responde ao CEO, sendo ocupado por mulheres.

A configuração atual conta com Karine Barros como diretora executiva Comercial e Rosely Boer na diretoria executiva de Operações e TI. Em janeiro, Maria Clara Ramos e Marcia Evangelista Lourenço passaram a liderar as diretorias executivas de Transformação, Estratégia e Marketing; e de Recursos Humanos e Comunicação, respectivamente.

“A Allianz preza por uma representação equilibrada em todos os níveis da companhia. Colocar a mulher no papel de protagonista não apenas fortalece nossa cultura corporativa, mas também impulsiona os nossos negócios e atuação. Reconhecer e promover o potencial e a capacidade das mulheres são essenciais para a sustentabilidade da empresa. Estamos comprometidos em criar um ambiente onde todas as mulheres possam se desenvolver e liderar, contribuindo assim para um futuro mais inclusivo e dinâmico em nossa indústria”, diz Marcia. Até o final de 2023, a Allianz Brasil contava com 58% do quadro de colaboradores ocupado por mulheres, assim como 41% das posições de liderança.

FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Banco Mundial diz que Brasil usa agenda verde para crescer

Banga afirmou que o Brasil está “muito engajado” em toda a agenda climática não só em relação à mitigação ou adaptação, mas também no que diz respeito ao solo

O presidente do Banco Mundial, Ajay Banga, afirmou que o Brasil tem sido uma “parte muito ativa” na discussão sobre os desafios do financiamento climático necessário para o mundo nos próximos anos. “O Brasil é uma parte muito ativa do diálogo. Na presidência do G20, o Brasil tem uma ambição muito grande de se concentrar no combate à pobreza e também à fome”, disse Banga, em conversa com jornalistas, para comentar as reuniões de Primavera do Banco, que acontecem na próxima semana, em Washington DC, nos Estados Unidos.

Por trás, está uma agenda de crescimento para o Brasil, segundo ele. “Subjacente a tudo isto está um plano de crescimento para o Brasil que parte da ambição do presidente Lula e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de usar o crescimento verde como forma de virar a maré no País”, acrescentou.

O presidente do Banco Mundial voltou a reconhecer os esforços do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no combate ao desmatamento na Amazônia. “O Brasil fez grandes avanços nas taxas de desmatamento que ocorria antes de o presidente Lula assumir. Ele mudou muita coisa por lá”, disse.

Conforme Banga, o Brasil está “muito engajado” em toda a agenda climática não só em relação à mitigação ou adaptação, mas também no que diz respeito ao solo, à biodiversidade e à natureza durante a presidência do G20 e na realização da Conferência do Clima sobre Mudanças Climáticas (COP 30), no próximo ano.

Ele informou ainda que terá outra reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na próxima segunda-feira, dia 15, quando começam os encontros de Primavera do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

De acordo com fontes, essa agenda seria virtual e ainda precisa ser confirmada. Haddad embarca para Washington DC para participar desses encontros e ainda agendas do G20, sob a liderança do Brasil, na noite da segunda-feira, dia 15, e retorna ao País no início da noite da sexta-feira, dia 19.



Ajay Banga: o Brasil é uma parte muito ativa do diálogo. Na presidência do G20, tem uma ambição muito grande de se concentrar no combate à pobreza e à fome”

O presidente do Banco Mundial disse ainda que a América Latina tem um “papel muito importante” na nova estratégia do organismo, mas desafios em termos de crescimento. Ex-CEO da Mastercard, ele assumiu o comando da instituição há quase um ano, em junho de 2023, no lugar de David Malpass, que liderava o grupo desde 2019.

“A América Latina continua a ser uma parte muito importante dos esforços e da energia do Banco Mundial”, afirmou Banga.

O Banco Mundial acaba de divulgar projeções mais pessimistas para a América Latina e Caribe. O organismo cortou a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB) da região para 1,6% neste ano, contra previsão anterior de alta de 2,3%. “Algumas das projeções de crescimento da América Latina são desafiadoras, mas a revisão é impactada pelas circunstâncias da correção da Argentina”, explicou Banga.

De acordo com ele, o Banco Mundial está trabalhando na América Latina em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), presidido

pelo brasileiro Ilan Goldfajn. Dentre as ações, Banga mencionou a arrecadação de recursos para a proteção da Amazônia, cláusulas climáticas nas dívidas dos países e avanço na educação e educação digital na região, corrigindo as lacunas geradas durante a covid-19. “A América Latina desempenha um papel muito importante. É um dos mercados interessantes para o nosso escopo de trabalho”, concluiu.

O presidente do Banco Mundial também reforçou o coro quanto à gravidade da situação da dívida de alguns países de baixo rendimento na esteira da covid-19 e em meio aos juros altos no mundo desenvolvido. Apesar disso, o fato de os mercados financeiros estarem abertos e a futura queda de juros nas economias ricas devem ajudar a rolagem dos empréstimos soberanos, na sua visão.

“A boa notícia é que os mercados não estão congelados e são capazes de rolar e financiar as dívidas dos países com necessidade”, disse.

Na sua visão, essa foi uma mudança positiva que ocorreu

nos últimos meses. “Essa é uma boa mudança de ambiente”, avaliou.

A queda de juros nas economias desenvolvidas também é positiva, disse. “Se as taxas de juro começarem a descer durante o próximo período, isso também ajudará na situação dos países que precisam refinar suas dívidas”, afirmou. Embora as expectativas do primeiro corte de juros nos Estados Unidos tenham sofrido recorrentes postergações neste ano, acadêmicos e organismos multilaterais já vinham antecipando a possibilidade de as taxas começarem a cair somente no segundo semestre.

Os processos de recuperação de dívida dos países serão um dos focos das reuniões de Primavera do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). “Os juros altos estão aumentando o custo dos serviços de dívida nas economias avançadas, mas a situação é mais dolorosa nos países de baixos rendimentos”, disse a diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Krista-

lina Georgieva, em evento do think thank Atlantic Council, na quinta, para comentar a agenda dos encontros.

O presidente do Banco Mundial, por sua vez, reforçou a gravidade do problema. “O fato de muitos dos países mais pobres do mundo estarem a enfrentar uma intensa crise da dívida, juntamente com a questão das taxas de juro altas e um crescimento global mais fraco e, mesmo com a valorização das moedas estrangeiras, é um problema e ninguém pode descartar a gravidade disso”, avaliou.

A conclusão da reestruturação da dívida da Zâmbia é um exemplo a ser seguido, conforme Georgieva e Banga. Mas, o desafio, conforme o presidente do Banco Mundial, é apoiar outros países em necessidade e baixar o custo de suas dívidas. “O que estamos tentando fazer é concentrar-nos na análise da sustentabilidade da dívida, na transparência e depois nos fluxos positivos líquidos, e conceder financiamento a todos estes países para ajudá-los durante este período”, finalizou.

aproximou desde a vitória de Milei na eleição. Horas após o resultado, Musk afirmou que a “Argentina se prepara para a prosperidade”. Milei, por sua vez, externou a admiração pelo empresário em mais de uma ocasião.

O presidente argentino e o empresário registraram o encontro de sexta-feira com entusiasmo no X, que é propriedade de Musk. “Para um futuro emocionante e inspirador”, escreveu Musk na sua conta oficial. “Viva la libertad, carajo”, afirmou Milei por sua vez.

Antes do encontro, Milei se reuniu em Miami na noite de quinta-feira, 13, com um grupo de banqueiros e empresários nos EUA com quem conversou sobre o futuro da Argentina. O argentino também participou de um evento na Universidade da Flórida, onde recebeu uma condecoração da comunidade judaica.

LISTAGEM



China revisará critério usado hoje

China reforça a supervisão no mercado acionário

O governo da China emitiu novas diretrizes em nível nacional, voltadas a lidar com a volatilidade do mercado acionário, incluindo um aperto na supervisão de novas listagens de ações. O critério de avaliação para companhias que buscam listar ações na China será revisado, incluindo a exigência de que as empresas divulguem sua política de dividendos, informou o Conselho Estatal.

As autoridades chinesas também buscam reforçar o monitoramento das companhias listadas, inclusive com restrições a que acionistas majoritários reduzam suas participações em companhias que não tenham pago dividendo há vários anos ou tenham um nível baixo de dividendo.

A China tem visto uma saída de investimento estrangeiro, enquanto ações chinesas exibem declínio prolongado, conforme a segunda maior economia do mundo enfrenta crescimento que desacelera, dificuldades no setor imobiliário e sentimento fraco dos consumidores. O índice de referência CSI 300 recuou mais de 11% em 2023, e até agora neste ano avança 1,3%.

Em fevereiro, o então recentemente nomeado diretor do regulador mobiliário da China, Wu Qing, se reuniu com alguns participantes do mercado, entre eles investidores, instituições financiadas pelo exterior e companhias de private equity, para solicitar visões sobre políticas que poderiam apoiar o desenvolvimento de longo prazo do mercado de capitais do país.

A China divulgou detalhes de seu programa para o comércio de produtos de consumo, incluindo veículos e utensílios domésticos, na mais recente tentativa de impulsionar a demanda interna. O governo central chinês trabalhará com autoridades locais para alocar fundos e apoiar consumidores que buscam carros usados e atualizar aparelhos em suas casas, afirmaram o Ministério do Comércio e outros departamentos do país.

Autoridades encorajaram instituições financeiras a reduzir a entrada para empréstimos na aquisição de veículos de modo razoável, segundo o comunicado, que não menciona o montante que estará disponível para a iniciativa.

Os formuladores de política também pretendem encorajar certos governos locais a fornecer incentivos a consumidores que compram itens para suas casas que são amigáveis ao meio ambiente.

As autoridades também divulgarão incentivos para a compra de produtos inteligentes para residências e encorajarão a substituição de outros bens de consumo para casa.

Até 2025, a China busca elevar o volume reciclado de utensílios domésticos velhos em 15%, e o volume reciclado de latarias de carros velhos em 50%, em comparação com os níveis de 2023, diz o comunicado.

Pequim já havia lançado programa similar para apoiar o consumo doméstico em 2009 e 2010.

Os bancos e outras instituições financeiras da China emitiram um menor volume de empréstimos no primeiro trimestre de 2024 do que em igual período do ano passado.

LIBERALISMO

Milei oferece a Elon Musk a ajuda que precisar no embate com o STF

O presidente da Argentina, Javier Milei, disse ao empresário Elon Musk durante um encontro dos dois na sexta-feira, 12, que “daria a ajuda que precisasse” na crise entre o magnata e o Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF) por causa do banimento da rede social X (antigo Twitter). Segundo o embaixador argentino nos Estados Unidos afirmou ao jornal Clarín, o encontro dos dois foi “amor à primeira vista” e pautado por temas como o liberalismo econômico.

O embate entre o empresário e o STF aconteceu após o

ministro Alexandre de Moraes incluí-lo no inquérito das milícias digitais por suposta obstrução de Justiça. Após a inclusão, Musk afirmou que o ministro está promovendo a “censura” no Brasil e ameaçou não mais cumprir medidas judiciais que restrinjam o acesso a perfis da rede social. “Javier ofereceu ajuda no que Elon precisasse com seus funcionários no conflito que surgiu no Brasil”, disse o embaixador Gerardo Werthein ao Clarín.

A reunião entre o líder argentino e o magnata aconteceu em uma fábrica da Tesla, a

montadora de carros elétricos de Musk, em Austin, no Texas, e gerou rumores sobre a possibilidade da montadora ser instalada no mercado argentino. “Foi amor à primeira vista, concordaram em realizar um grande evento na Argentina para que todo o público pudesse desfrutar da troca de ideias destes dois gigantes da nossa geração”, afirmou Werthein ao jornal argentino.

Dono da montadora Tesla, da Space X, da Starlink e da rede social X, Musk está de olho na Argentina, que possui uma das maiores reservas mundiais de lítio (mine-

ral utilizado na fabricação de baterias elétricas) e prometeu visitar o país em breve. O governo Milei mostra entusiasmo com a possibilidade do magnata investir no país através de suas empresas e, segundo a imprensa argentina, o encontro é considerado pela delegação o ponto alto da visita de Milei aos EUA.

Segundo o embaixador, os dois conversaram sobre a necessidade de haver “liberdade nos mercados” para o progresso dos países e menos burocracia. A pauta do liberalismo econômico é um ponto em comum entre os dois e os

INTERRUPÇÕES

STF amplia foro privilegiado, mesmo com a saída do cargo

Gilmar Mendes - relator do caso - propôs que, quando se tratar de crimes funcionais, o foro deve ser mantido, mesmo após a saída das funções

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria de votos na sexta-feira, 12, para determinar a ampliação do foro privilegiado mesmo após autoridades deixarem o cargo, permitindo que deputados, senadores, ministros e outras autoridades sejam investigadas pela Corte em crimes praticados no exercício ou que tenham relação com o cargo. O julgamento foi suspenso em seguida devido a novo pedido de vista do ministro André Mendonça.

O julgamento já havia sido suspenso no final de março pelo ministro Luís Roberto Barroso para um pedido de vista, o placar foi pausado em cinco votos favoráveis. A retomada do caso, na sexta-feira, pelo mesmo, com voto favorável, fechou maioria com seis votos.

Até o momento, já votaram, além de Barroso, os ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin e Dias Toffoli, que haviam acompanhado o relator Gilmar Mendes antes do primeiro pedido de vista, e também Alexandre de Moraes, que mesmo com a suspensão antecipou seu voto para acompanhar o voto de Gilmar.

O restante dos ministros tem até o 19 de abril para registrar os votos no sistema. Ainda faltam, além de Mendonça, os ministros Edson Fachin, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Nunes Marques.

Em 2018, após um ano de debates e diversas interrupções no julgamento, o STF decidiu que estava na hora de restringir o alcance do chamado foro por prerrogativa de função, conhecido como foro privilegiado.

Desde então, inquéritos e processos criminais envolvendo autoridades como deputados e senadores só precisam começar e terminar no STF se tiverem relação com o exercício do mandato.

Agora, o ministro Gilmar Mendes - relator do caso - propôs que, quando se tratar de crimes funcionais, o foro deve ser mantido, mesmo após a saída das funções.

O decano do STF defendeu que, no fim do mandato, o investigado deve perder o foro se os crimes foram praticados antes de assumir o cargo ou não possuírem relação com o exercício da função.

Mesmo com a mudança em 2018, o escopo do foro privilegiado no Brasil é amplo em termos comparativos, sobretudo pela lista de autoridades que têm direito a ele - de políticos a embaixadores e magistrados de tribunais superiores. Países como Japão, Argentina e Estados Unidos não preveem um foro específico em função do cargo público, embora concedam imunidade ao presidente.

Em outros, como na França, a prerrogativa se estende apenas ao chefe do Executivo e aos ministros de Estado.

O pano de fundo do atual julgamento é um habeas corpus do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA). Ele é réu em uma ação penal na Justiça Federal do Distrito Federal por suspeita de operar um esquema de "rachadinha" quando exercia a função de deputado federal. A defesa nega as acusações e diz que o processo deveria tramitar no Supremo, porque desde então ele exerce cargos com prerrogativa de foro.

Nesse caso, a nova regra valeria para casos de renúncia, não reeleição, cassação, entre outros. E também há o caso do ex-presidente Jair Bolsonaro, que após deixar a Presidência



Barroso esclareceu que o julgamento em andamento altera o entendimento firmado em 1999, segundo o qual o fim do cargo encerrava também a competência do STF

VANTAGENS PESSOAIS

Dino vota para manter o privilégio de procuradores com penduricalho

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, votou para que procuradores não tenham que devolver valores recebidos por 18 anos, a título de um penduricalho histórico do Ministério Público que a Corte máxima declarou inconstitucional em novembro do ano passado - os chamados 'quinto', 'décimo' e 'opção' pagos a integrantes do órgão.

O ministro também defende que, no caso de procuradores que recebem o benefício por ordem de decisão judicial definitiva, o pagamento do penduricalho seja mantido.

O voto foi apresentado após a Procuradoria-Geral da República pedir a modulação dos efeitos do julgamento que, em novembro, declarou inconstitucional a manutenção do pagamento de 'vantagens pessoais' a integrantes que exerceram cargos de direção, chefia ou assessoramento mesmo após eles deixarem tais funções.

O STF começou a analisar tal pedido na sexta, 12, em sessão virtual que tem previsão para terminar no dia 19. Os procuradores se preocupavam com a possibilidade de devolução dos valores desde julho de 2023, quando o STF formou maioria para derrubar o benefício. Na ocasião, a Corte invalidou lição do Conselho Nacional do Ministério Público, o Conselho, editada em julho de 2006.

Tal norma permitiu que os integrantes mais antigos do MP recebessem, além dos subsídios, valores referentes

em 2022, perdeu automaticamente o direito ao foro privilegiado. A mudança da prerrogativa pela Corte pode fazer com que processos contra o ex-presidente que tramitam em instâncias inferiores sejam julgados no STF, além de assegurar que atuais investigações no Supremo sejam questionadas por estarem na esfera errada do Judiciário.

Temas como a falsificação do cartão de vacina, por exemplo, não estão relacionados ao exercício do seu mandato.

Ao votar pela manutenção da

prerrogativa de foro, nos casos de crimes cometidos no cargo e em razão dele, após a saída do cargo, Barroso considerou que o envio do caso a outra instância, quando o mandato se encerra, produz prejuízo para a investigação.

"Esse 'sobe-e-desce' processual produzia evidente prejuízo para o encerramento das investigações, afetando a eficácia e a credibilidade do sistema penal. Alimentava, ademais, a tentativa permanente de manipulação da jurisdição pelos réus", disse Barroso.

O julgamento ocorre em sessão virtual do Supremo e a previsão de conclusão é até às 23h59 do dia 19 deste mês, mesmo com o pedido de vista.

O presidente do STF destacou que a decisão de manter o foro não altera a proposta feita por ele e aprovada pelo STF em 2018, na questão de ordem da AP 937. Na ocasião, o Supremo restringiu o foro apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas.

Barroso esclareceu que o julgamento em andamento altera,

cia decorrente do princípio da proporcionalidade', porque a 'preservação de alguns efeitos da norma é menos danosa que o seu desfazimento, consistente na abrupta supressão de benefícios recebidos de boa-fé pelos membros do Ministério Público e no dever de devolução imediata dos valores percebidos'.

O ministro apontou ainda que as verbas recebidas de 'boa fé' pelos procuradores tem caráter alimentar, o que obsta a devolução de valores.

O ministro também defendeu que os penduricalhos sejam mantidos no caso de procuradores que obtiveram os mesmos via judicial, com decisão definitiva - já transitada em julgado. Tal possibilidade já havia sido sugerida pelo ministro Alexandre de Moraes no julgamento de mérito do caso, em novembro.

Assim, Dino propõe que a derrubada do penduricalho só valha para os integrantes do MP que o obtiveram por decisão administrativa, sendo que eles não terão de devolver os valores recebidos até novembro do ano passado, quando o Supremo decidiu declarar o benefício inconstitucional.

Uma eventual decisão do STF no sentido do proposto por Dino pode esgotar um debate sobre o tema no Tribunal de Contas da União. A Corte aguardava a decisão do Supremo para retomar a discussão que poderia resultar em ordem para que procuradores e promotores devolvam valores aos cofres públicos.

na realidade, o entendimento firmado em 1999, segundo o qual o fim do cargo encerrava também a competência do STF.

"Nesse ponto, considerando as finalidades constitucionais da prerrogativa de foro e a necessidade de solucionar o problema das oscilações de competência, que continua produzindo os efeitos indesejados de morosidade e disfuncionalidade do sistema de justiça criminal, entendo adequado definir a estabilização do foro por prerrogativa de função, mesmo após a cessação das funções", argumentou Barroso.

POVOS ISOLADOS



Gonet: "artigos devem ser anulados"

PGR pede ao STF que declare inconstitucional o Marco Temporal

Às vésperas do julgamento sobre a demarcação de terras indígenas no Supremo Tribunal Federal, o procurador-geral da República Paulo Gonet pediu que a Corte máxima declare inconstitucional uma série de artigos da lei do Marco Temporal - aprovada pelo Congresso no ano passado em reação ao posicionamento do STF sobre o tema.

O parecer foi apresentado no bojo de uma ação que entrou na pauta da sessão virtual do STF desta semana. Os ministros decidem se vão referendar decisão liminar assinada pelo ministro Edson Fachin, em 2020, que suspendeu um parecer da Advocacia-Geral da União no governo Michel Temer sobre a demarcação de terras indígenas, seguindo, na prática, a lógica do Marco Temporal.

Em sua avaliação, Gonet destaca como o entendimento do STF é no sentido de que norma editada pelo Legislativo em contrariedade à jurisprudência da Corte 'nasce com inconstitucionalidade e se submete a exame mais rigoroso de compatibilidade com a Constituição'.

"A Corte entende que, nessa hipótese, cabe ao legislador o ônus de demonstrar, argumentativa e fundamentadamente, a necessidade de superação da jurisprudência anterior do Tribunal", ressaltou.

O procurador analisa os pontos da lei do Marco Temporal, apontando inconstitucionalidades em trechos de artigos e dispositivos - a começar pelo artigo 4º da norma, que resume a tese do Marco.

O dispositivo estabelece que são terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas aquelas que, na data da promulgação da Constituição Federal, eram, 'simultaneamente habitadas por eles em caráter permanente, usadas para suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos costumes e tradições'.

O procurador-geral quer a derrubada quase integral do item, inclusive de uma série de parágrafos desse trecho. Um deles diz que a ausência da comunidade indígena, na promulgação da Constituição, na área a ser demarcada impede o reconhecimento da reserva como tradicionalmente ocupada.

Na avaliação de Gonet, os artigos devem ser anulados vez que disciplinam, sem respaldo em lei complementar, a ocupação, o domínio, a posse e a exploração de terras indígenas e das riquezas nelas presentes.

Para ele, a norma estabelece regras opostas ao entendimento firmado pelo STF, 'sem justificada razão para a superação dos sólidos fundamentos usados pelo Supremo Tribunal no recente julgado e repercussão geral'.

"A Corte entendeu que a teoria do Marco Temporal ignora a situação dos povos isolados, que têm pouco ou nenhum contato com a sociedade e que, por esse motivo, não podem fazer prova de que ocupavam as terras na data da promulgação da Constituição de 1988", assinalou.

HARMONIA

PT acusa Lira de comprometer a liturgia do cargo ao atacar Padilha

O partido defendeu que o País precisa de relações saudáveis, afirmou repudiar ataques que agredem a democracia e pediu que as lideranças coloquem os interesses do Brasil em primeiro lugar

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores saiu em defesa do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, na sexta-feira, 12, e subiu o tom contra o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). A legenda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, em nota, que o deputado "compromete a liturgia do cargo" e "ofende a harmonia entre os Poderes da República" ao atacar o articulador político do governo.

"É inegável a competência e a capacidade do ministro Alexandre Padilha, tanto no atual governo quanto nas inúmeras oportunidades em que serviu aos interesses do povo brasileiro", disse o PT, ao manifestar "irrestrita solidariedade" a Padilha. Na quinta-feira, 11, Lira chamou o ministro de "incompetente" e "desafeto pessoal".

Na nota divulgada na sexta, a sigla de Lula defendeu que o País precisa de "relações republicanas saudáveis", afirmou repudiar ataques que "agredem a democracia" e pediu que as lideranças coloquem os interesses do Brasil em primeiro lugar. "Ao atacar o ministro Alexandre Padilha, o deputado Arthur Lira compromete a liturgia do cargo de presidente da Câmara Federal e ofende a harmonia entre os Poderes da República", criticou o PT.

A presidente do partido, Gleisi Hoffmann, também elogiou Padilha "pela competência e capacidade do ministro. Padilha já serviu ao Brasil em inúmeras oportunidades, sempre dedicado à missão confiada. Solidariedade companheiro. Estamos juntos!", escreveu, na rede social X (antigo Twitter).

Aliados do governo ouvidos pela reportagem avaliam que as críticas de Lira a Padilha foram motivadas pelo enfraquecimento da candidatura do líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), à sucessão na Casa, após o plenário manter Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) preso.

A avaliação de aliados de Lira é de que Padilha rompeu uma regra de independência entre os Poderes e interferiu em assuntos internos do Parlamento ao ligar para parlamentares com o objetivo de convencê-los a votar para manter a prisão do deputado. Brazão é apontado como um dos mandantes do assassinato



A presidente do partido, Gleisi Hoffmann, também elogiou Padilha "pela competência e capacidade do ministro

da vereadora Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes, em 2018.

O presidente da Câmara acusou o ministro de plantar informações na imprensa de que ele teria se enfraquecido com a manutenção da prisão do deputado na quarta-feira, 10. O placar foi de 277 votos a 129, apenas 20 a mais que o necessário para aprovar o parecer do relator, Darci de Matos (PSD-SC), que havia recomendado a manutenção da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Além disso, os aliados dizem que Lira garantiu que os partidos do Centrão liberaram suas bancadas na hora votação e negam que o presidente da Câmara tenha atuado para soltar Brazão. Destacam, ainda, que a discussão no plenário foi rápida porque Lira estava preocupado com a imagem da Casa se houvesse bate-boca.

A própria bancada do PP votou dividida. A ideia de Lira, ressaltam, era garantir que cada parlamentar votasse de acordo com sua opinião. Por isso, descartam que ele tenha saído derrotado do episódio. A avaliação é de que o pre-

sidente da Câmara não saiu a campo a favor de nenhum resultado específico na análise da prisão de Brazão. Além disso, dizem que a votação apertada reflete uma insatisfação da Casa com o STF.

Governistas, por outro lado, avaliam que o enfraquecimento de Elmar irritou Lira. A estratégia do Centrão, segundo a base aliada do Planalto, era soltar Brazão como um recado ao Supremo, o que também mostraria fragilidade do governo. Depois, a ideia seria cassar o mandato do deputado no Conselho de Ética e, com isso, agradar à opinião pública.

O líder do União Brasil verbalizou em público que votaria pela soltura de Brazão e, com isso, avaliam governistas, pretendia fazer um aceno aos bolsonaristas para garantir o apoio da oposição a sua candidatura à Presidência da Câmara. Como o deputado foi mantido preso, afirmam aliados do governo, Elmar perdeu força e quem ganhou impulso na disputa pela sucessão de Lira foi o líder do PSD, Antonio Brito (BA), que já era o favorito do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o posto.

A percepção é de que a chance de o Planalto compor com Elmar agora é "zero", após ele atuar pela liberação de Brazão, já que o caso Marielle é simbólico para a esquerda e a irmã da vereadora, Anielle Franco, é ministra da Igualdade Racial de Lula.

Governistas dizem que, caso Elmar se mantivesse forte na disputa, Lira poderia usar a candidatura dele para barganhar um acordo com o Executivo para garantir seu futuro político depois de sair do comando da Câmara. Com o líder do União Brasil enfraquecido, afirmam, o poder de negociação de Lira na própria sucessão fica reduzido.

Lira rompeu relações com Padilha no início do ano após discordar de critérios para o repasse de emendas parlamentares do Ministério da Saúde, cuja titular, Nísia Trindade, é apadrinhada pelo ministro das Relações Institucionais. Desde então, o principal interlocutor do presidente da Câmara no Palácio do Planalto tem sido o ministro da Casa Civil, Rui Costa, apesar de Padilha ser o responsável pela articulação política do governo com o Congresso.

CASO MARIELLE



Cunha: "cassação, eu não tenho a menor dúvida de que vai haver"

Eduardo Cunha diz que tem absoluta convicção da inocência de Brazão

O ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PRD-SP) disse ter "absoluta convicção" da inocência do deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), suspeito de ser um dos mandantes da execução da vereadora Marielle Franco, em 2018, segundo a Polícia Federal (PF). O ex-deputado acredita que Brazão será cassado pela Câmara, após a Casa votar para manter a prisão dele na quarta-feira, 10.

"Cassação, eu não tenho a menor dúvida de que vai haver, se ele não venceu uma votação para sair da cadeia", disse Cunha, aliado político da família Brazão.

Ele foi preso preventivamente em 24 de março por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. O mandato de prisão foi referendado pela Primeira Turma do Supremo e precisava ser autorizado por ao menos 257 deputados. Foram 277 votos a favor da prisão, 129 contra e 28 abstenções.

Para Cunha, foi estabelecido um precedente nocivo ao Congresso. "Os parlamentares praticamente fizeram uma emenda constitucional dizendo que pode ter prisão preventiva de deputado", criticou o ex-presidente da Casa.

O resultado apertado da votação na Casa foi decorrente da competição entre dois grupos para garantir votos em paralelo. De um lado, governistas e ministros do STF pediam para manter Brazão encarcerado; do outro, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e Cunha articulavam pela soltura do parlamentar.

Horas depois da votação, Eduardo Cunha negou ter atuado nos bastidores contra a prisão preventiva de Brazão. Ao longo do dia, a filha dele, deputada Danielle Cunha (União Brasil-RJ), se articulou para evitar que os deputados mantivessem a prisão do colega de plenário.

Mesmo preso, Chiquinho permanece com o mandato de deputado e, em paralelo, tramita uma representação no Conselho de Ética da Câmara que pode cassá-lo. A representação é de autoria do PSOL, partido de Marielle, e ainda não tem relator designado.

Cunha é aliado político da família Brazão, em especial do conselheiro do Tribunal de Contas do Rio (TCE-RJ), Domingos Brazão, irmão de Chiquinho, também suspeito de ser mandante da execução de Marielle. "Minha relação se dá até mais com o irmão dele, Domingos. Eu fui deputado estadual com ele. Depois que eu vim para ser deputado federal, ele me apoiou nas eleições e, assim, foram aumentando as dobradinhas eleitorais", disse Eduardo Cunha.

Para o ex-presidente da Câmara, Chiquinho Brazão foi tratado com "indignidade" ao participar da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) por chamada de vídeo e "de cabeça raspada". Ele falou na CCJ de cabeça raspada, de dentro do presídio. Esquece, aquilo é uma indignidade", afirmou.

MUSK X MORAES

Moeda virtual ElonxAlexandre valoriza 9.550%

O embate entre o bilionário sul-africano Elon Musk e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes que começou no último sábado, 6, virou inspiração para criação de uma moeda virtual: o memecoin "ElonxAlexandre". A moeda, criada por internautas no último domingo, 7, valorizou 9.550% em três dias de lançamento.

Musk, que é dono do X (antigo Twitter), usou a sua rede social para acusar Moraes de promover "censura", e defendeu que ele renunciasse ao cargo na Corte ou fosse alvo de um processo de impeachment. Quando foi lançada, a

memecoin custava US\$ 0,0002, atingindo o valor de US\$ 0,0193 (R\$ 0,098) na noite de quinta-feira, 11. As informações são do site Coinmarketcap, especializado no mercado de criptomoedas.

As memecoins são criptomoedas criadas para satirizar memes e tendências na internet. As moedas, que podem receber investimentos de internautas, já foram feitas para ironizar personagens de ficção, celebridades, eventos virais e políticos como o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e o seu antecessor Donald Trump.

A primeira memecoin

criada foi a Dogecoin, lançada em 2013 a partir do meme "Doge" - que usa a imagem de um cachorro da raça Shiba Inu com expressão de desconfiado. Atualmente, ela custa R\$ 1, mas já chegou a valer R\$ 3,23 em maio de 2021. No mês passado, durante um evento da Tesla, montadora de carros de Musk, o bilionário disse que aceitaria a criptomoeda como forma de pagamento dos seus produtos.

No sábado, Musk utilizou a sua rede social para acusar Moraes de infringir a Constituição brasileira e promover a censura em decisões judiciais. Além do X e da Tesla, Musk é

dono da startup de foguetes SpaceX, que pretende levar astronautas para a Lua em parceria com a Nasa.

No domingo, Musk disse que Moraes deveria renunciar à sua cadeira na Corte ou sofrer um impeachment. Em resposta, o ministro incluiu o empresário como investigado no inquérito das milícias digitais por "dolosa instrumentalização" do X. Na segunda, 8, o empresário novamente atacou o ministro, chamando-o de "ditador" e afirmando que ele teria o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) "na coleira".

Lula reagiu às críticas de Musk e alfinetou o empre-

sário indiretamente em dois eventos do governo federal. Na terça-feira, 9, ele disse que o dono do X deveria usar o seu dinheiro para "ajudar a preservar" o meio ambiente. Na quarta-feira, 10, o petista chamou o bilionário de "empresário americano que nunca produziu um pé de capim" no Brasil.

O senador Ciro Nogueira, presidente nacional do PP, disse que "o Brasil real continua intocado" enquanto as brigas e disputas das redes sociais "dão o que falar". A declaração publicada na sexta-feira, 12, no X (antigo Twitter) ocorre diante das críticas do empresário Elon

Musk ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes desde o fim de semana. "Continuamos com a fome, a violência tomando conta do País, milhões de brasileiros sem água nem dignidade, sem banheiro e sem casa pra morar", escreveu o ex-ministro da Casa Civil do governo Jair Bolsonaro (PL).

Pesquisa Quaest divulgada na terça-feira, 9, mostrou que o embate entre Musk e Moraes teve uma média de 865 mil menções diárias e alcançou 72 milhões de usuários por dia nas redes sociais. A maior parte dos perfis se posicionou contra o ministro e o Supremo.

FRIGORÍFICOS

Lula diz que exportações ajudarão Brasil a reduzir desigualdade social

A China habilitou 38 novas plantas para receber carne importada do Brasil. Essas unidades vão gerar um incremento de R\$ 10 bilhões na balança comercial brasileira ao longo dos próximos 12 meses

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que os estímulos que vêm sendo feitos pelo governo federal para ajudar o país a produzir e exportar terão, como resultado, uma sociedade mais igualitária, formada majoritariamente por pessoas de classe média, em vez de estar dividida entre ricos e pobres.

A declaração foi feita na sexta-feira (12) em Campo Grande (MS), onde o presidente participou de evento comemorativo ao embarque do primeiro lote de proteína animal exportada para a China, a partir da fábrica JBS. Em março, o país asiático habilitou 38 novas plantas para receber carne importada do Brasil.

Com isso, o total de plantas habilitadas para operar na China passou de 107 para 145. Destas, 24 são voltadas ao processamento de carne bovina; oito de frangos; um estabelecimento de termo processamento de bovinos; e cinco entrepostos.

Segundo o Planalto, somadas, essas unidades vão gerar um incremento de R\$ 10 bilhões na balança comercial brasileira ao longo dos próximos 12 meses. O Mato Grosso do Sul tinha apenas três frigoríficos habilitados para exportar para a China. Agora são sete.

"Vocês estão percebendo que a economia brasileira voltou a crescer. Estão percebendo que a inflação voltou a cair e que a massa salarial votou a crescer. Antes, 80% dos acordos salariais nesse país eram abaixo da inflação. Hoje 87% é acima da inflação. E vocês estão percebendo que o salário mínimo voltou a subir", discursou o presidente ao destacar que o crescimento de 11,7% na renda familiar é o maior em 28 anos.



Lula acrescentou que, quando o trabalhador ganha mais, vira consumidor: "e na hora que vira consumidor, vai mais nas lojas e supermercados para comprar. Ai, a loja encomenda mais da fábrica"

Lula acrescentou que, quando o trabalhador ganha mais, vira consumidor. "E na hora que vira consumidor, vai mais nas lojas e supermercados para comprar. Ai, a loja encomenda mais da fábrica e a fábrica produz mais. É um círculo virtuoso de geração de oportunidade para todos".

"Mas para isso, precisamos ter empresários que façam investimentos; precisamos ter países parceiros que compre nossas coisas. É assim que o Brasil se transformará, um dia, em uma economia verdadeiramente rica e não dividida entre pobres

e ricos. Agente quer uma sociedade de classe média", completou ao reforçar que cabe ao Estado oferecer condições adequadas para esse cenário.

Segundo a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, os investimentos que vêm sendo feitos na infraestrutura do país fazem parte dessa estratégia de desenvolvimento associado à justiça social, defendida pelo governo.

"Essa planta - frigorífico onde ela e Lula estavam, de onde foi enviado o primeiro lote de carne para a China - significa mais exportação, e esse

evento significa abrir o mercado brasileiro para o mundo. Exportar significa mais empregos gerados, mais renda no comércio e, consequentemente, mais empregos sendo gerados, numa economia circular", disse a ministra ao lembrar que cerca de R\$ 70 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) são investidos em infraestrutura.

Ao apontar para um mapa com rotas de escoamento da produção brasileira, Simone Tebet disse que, de um tempo para cá, boa parte do PIB (Produto Interno Bruto - Somas das

riquezas produzidas no país) brasileiro se concentrou no Centro-Oeste brasileiro e em partes do Norte e do Sul do país.

"Quando olhamos o mapa, vemos que é muito mais rápido e lucrativo exportar pelo Oceano Pacífico. Há uma rota de integração que vai permitir à JBS e aos produtos que plantamos; à agricultura familiar; à pecuária do agronegócio possam chegar mais rápido e mais barato para a China", disse.

"Esta rota já está praticamente pronta. Do lado do Brasil, falta a ponte em Porto Murtinho, que o presidente Lula inau-

gura no segundo semestre do ano que vem. Em 2025 começa também a construção, pelo PAC, de mais de R\$ 400 milhões para interligar o asfalto da BR 419", acrescentou.

Segundo a ministra, com a conclusão dessas obras, esses produtos não precisarão mais ir para os portos do Atlântico. "Vão poder chegar numa distância inferior a 10 mil quilômetros para chegar na China. Estamos falando em diminuir a rota em até 21 dias, o que significa que os produtos vão poder ser entregues mais barato", completou.

RECICLAGEM

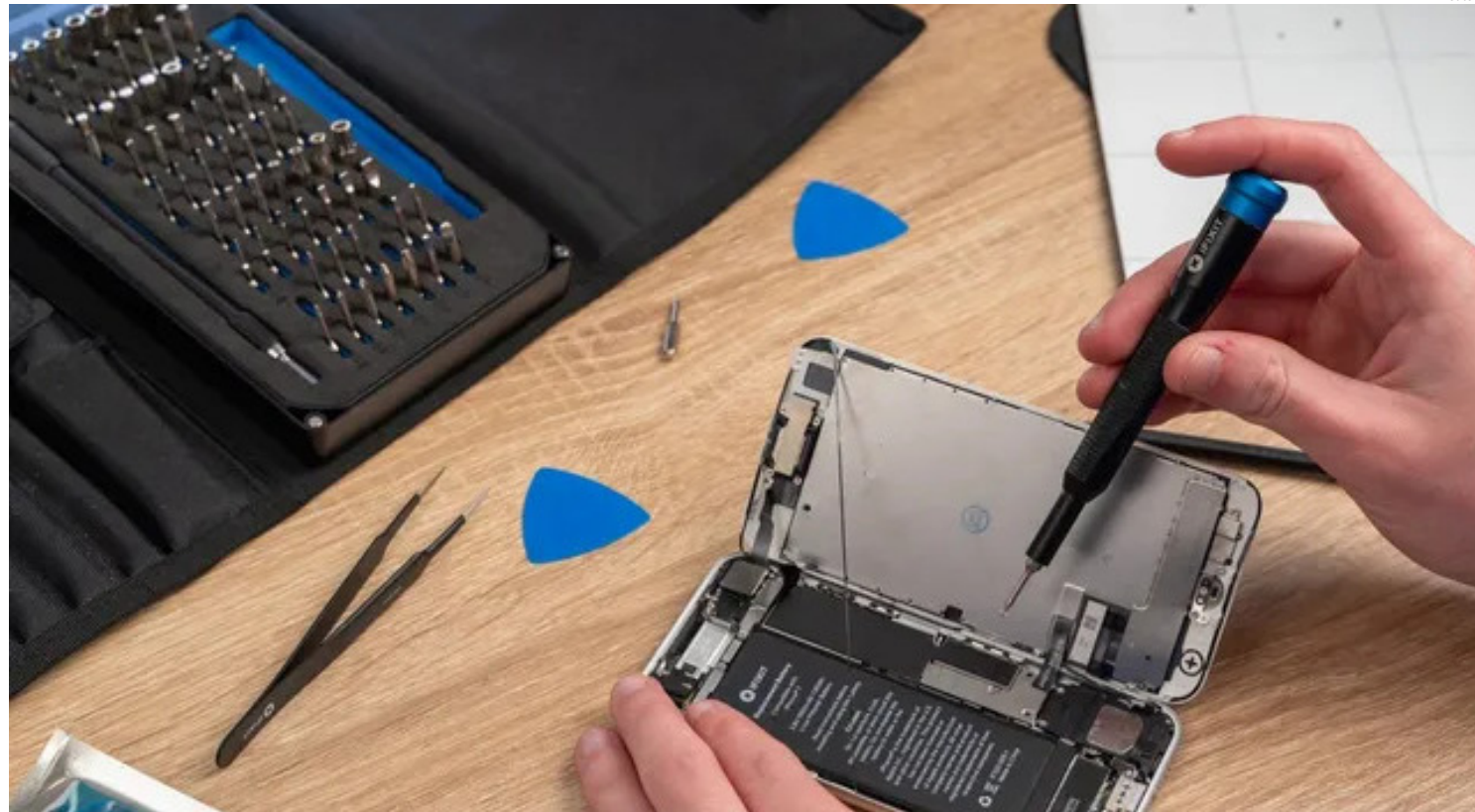
Apple pretende bloquear iPhones consertados com peças roubadas

A Apple divulgou uma nova medida de segurança para combater o uso de peças de iPhones roubados em consertos de outras unidades do smartphone. Um sistema de bloqueio será implementado para interromper automaticamente a reativação de iPhones que receberam componentes reciclados a partir de ações criminosas.

A novidade faz parte de um pacote de regras que a gigante divulgou para que clientes e assistências técnicas independentes possam reaproveitar peças usadas de iPhone em reparos, uma mudança em relação à política atual permitir apenas componentes novos - e algo que sempre gerou críticas à empresa.

As mudanças entrarão em vigor a partir de setembro, primeiro nos EUA e, depois, no resto do mundo. Não há informações quando o sistema de bloqueio passará a valer para o Brasil.

Segundo a Apple, as medidas foram implementadas para aumentar a durabilidade dos aparelhos e reduzir



A novidade faz parte de um pacote de regras que a gigante divulgou para que clientes e assistências técnicas independentes possam reaproveitar peças usadas

o impacto ambiental de um reparo. Porém, a empresa vem percebendo o aumento de roubos e furtos de iPhone

em mercados centrais do seu negócio, como os EUA. Antes da medida das peças, a companhia incluiu um recurso

antirroubo no iOS 15, versão mais recente do sistema operacional do iPhone.

A Apple já possui um

recurso chamado Bloqueio de Ativação, que quando ligado impede que um aparelho perdido ou roubado seja reativado.

Agora, o recurso será estendido às peças de iPhone. Se um aparelho em reparo detectar que um componente compatível foi obtido de outro dispositivo com o Bloqueio de Ativação ou Modo Perdido ativado, o processo será interrompido, impedindo a continuação do procedimento. Portanto, para impedir que seu iPhone tenha peças reutilizadas em caso de roubo ou perda, é preciso ativar o recurso.

Além disso, é recomendado que os usuários habilitem também em seus aparelhos a função "Proteção de Dispositivo Roubado", anunciado em janeiro. Com ela, caso o ladrão tenha acesso à senha inicial de desbloqueio do iPhone, será preciso o reconhecimento facial (Face ID) para acessar informações sensíveis como senhas e dados da nuvem. Além disso, o recurso também é exigido para restaurar os padrões de fábrica, usado para "resetar" o aparelho.

A Apple também afirma que possui um método rigoroso para confirmar se uma peça de reparo é original ou não, por meio de sensores biométricos do Face ID (reconhecimento facial) e Touch ID (impressão digital).

Com as mudanças, clientes e centros de serviço não precisarão mais informar o número de série de um aparelho ao solicitar peças para consertos que não envolvem a troca da placa lógica.

OS ELOFORT SERVIÇOS S.A.

CNPJ/MF 04.167.264/0001-95

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

Balancos patrimoniais	Dez 31, 2022		Dez 31, 2021	
	2022	2021	2022	2021
Ativo/Ativo Circulante	33.447.203	31.740.030	33.447.203	31.740.030
Caixa e equivalentes de caixa	10.867.999	15.738.026	10.867.999	15.738.026
Contas a receber	20.224.912	13.851.609	20.224.912	13.851.609
Impostos a recuperar	1.637.171	1.699.402	1.637.171	1.699.402
Adiantamentos a fornecedores	357.135	287.448	357.135	287.448
Outros ativos circulantes	159.886	163.544	159.886	163.544
Ativo não Circulante	4.554.943	5.818.463	4.554.943	5.818.463
Contas a receber de longo prazo	-	-	-	-
Depósitos judiciais	234.177	224.887	234.177	224.887
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.320.766	5.593.576	4.320.766	5.593.576
Investimento	-	198.000	-	198.000
Imobilizado	8.470.427	6.931.905	8.470.427	6.931.905
Intangível	460.796	16.395	460.796	16.395
Total Ativo	46.933.369	44.704.794	46.933.369	44.704.794
Passivo e Patrimônio Líquido	46.933.369	44.704.794	46.933.369	44.704.794
Passivo circulante	14.073.794	9.779.933	14.073.794	9.779.933
Fornecedores	3.032.269	1.279.706	3.032.269	1.279.706
Impostos a Pagar	1.451.577	694.194	1.451.577	694.194
Salários e encargos sociais	4.256.417	2.961.731	4.256.417	2.961.731
Provisão de férias e 13º salário	3.730.895	3.340.369	3.730.895	3.340.369
Parcelamento de impostos	833.651	908.693	833.651	908.693
Adiantamento a clientes	-	-	-	-
Outras contas a pagar	767.070	595.241	767.070	595.241
Passivo não Circulante	49.861.017	54.415.422	49.861.017	54.415.422
Transações com partes relacionadas	45.181.166	50.217.321	45.181.166	50.217.321
Parcelamento de Impostos	2.202.121	2.827.013	2.202.121	2.827.013
Provisão para contingências	1.659.498	947.916	1.659.498	947.916
Impostos a Pagar	733.000	423.172	733.000	423.172
Outras contas a pagar	85.233	-	85.233	-
Patrimônio Líquido	(17.001.443)	(19.490.561)	(17.001.443)	(19.490.561)
Capital Social	7.881.670	7.881.670	7.881.670	7.881.670
Resultado acumulado	(27.374.337)	(27.253.312)	(27.374.337)	(27.253.312)
Resultado do período	2.491.224	(118.919)	2.491.224	(118.919)
Total Passivo e Patrimônio Líquido	46.933.369	44.704.794	46.933.369	44.704.794
Demonstração do resultado	Dez 31, 2022	Dez 31, 2021	Dez 31, 2022	Dez 31, 2021
Receita bruta	86.579.355	74.702.049	86.579.355	74.702.049
Receita líquida	75.089.185	64.600.169	75.089.185	64.600.169
Custo dos serviços	67.207.279	58.658.870	67.207.279	58.658.870
Lucro bruto	7.881.906	5.941.299	7.881.906	5.941.299
Despesas e Receitas Operacionais	7.147.759	(5.722.398)	7.147.759	(5.722.398)
Lucro operacional	734.147	218.901	734.147	218.901
Lucro líquido antes do imposto de renda	3.898.040	(768.737)	3.898.040	(768.737)
Resultado do Exercício	2.491.224	(118.919)	2.491.224	(118.919)

Takaoka Participações S.A.

CNPJ nº 39.429.693/0001-78

Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

prestação de serviços de anestesia e tratamento da dor, com soluções para médicos cirurgiões, hospitais, clínicas, laboratórios de medicina diagnóstica e outros serviços do sistema de saúde suplementar e privado. A rede de clientes engloba importantes instituições de saúde de Grande São Paulo, tais como: Hospital Israelita Albert Einstein (Morumbi e demais unidades diagnósticas); Hospital Novo de Julho - DASA (Bela Vista e Alphaville); Hospital Municipal Vila Santa Catarina, Laboratório CDB (Marselhesa, Mooca, Morumbi e Tatapé); Hospital Alemão Oswaldo Cruz (Vergueiro) com fechamento da unidade no próximo exercício, Hospital Samaritano Paulista e Hospital Santa Paula - DASA. Destas unidades, Hospital Santa Paula tornou-se nosso cliente a partir de 2023, bem como, enquanto os Hospitais Blanc e Carlos Chagas deixou de fazer parte do portfólio de atuação da Takaoka no mesmo período. **Mercado Consumidor:** A Companhia redesenhou seu planejamento estratégico no exercício de 2023 realizando novo planejamento administrativo com a mudança em sua reorganização interna e estrutura administrativa. Com o novo plano de ação, a Companhia conseguiu obter maior eficiência, realinhando objetivos e proporcionando a transição para uma visão mais voltada para o acompanhamento do crescimento comercial, estrutura de capital, resultados e alavancagem dos negócios, mantendo assim a solidez em seus padrões alcançados. Durante esse exercício, para atendimento, foram realizados reforços significativos na gestão para ajudar nas ações com nossos médicos. Este novo ciclo de expansão e crescimento propiciou a reestruturação de todas as áreas, o mesmo considerando o momento de transição de gestão, foi significativo para o momento, subsidiando e realizando o plano de crescimento da Companhia. **Investimentos:** A Takaoka também manteve suas ações de investimentos, com o objetivo e foco no crescimento e desenvolvimento constante. Os investimentos foram focados principalmente nas estratégias da Companhia visando melhorias sistêmicas com processos internos de comunicações mais

Balancos Patrimoniais	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Ativo	38	38	50.848	2.104
Circulante	2	2	24.986	1.480
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	18.723	1.595
Contas a receber	1	1	6.779	2.896
Impostos e contribuições a recuperar	35	38	448	133
Outras contas a receber	-	-	-	-
Não circulante	13.727	4.575	5.147	4.113
Depositos relacionados	-	-	954	-
Depósitos e cauções	-	-	114	114
Investimentos	13.701	3.604	-	-
Imobilizado	-	-	353	457
Intangível	26	17	4.680	3.542
Total do ativo	13.765	4.613	55.995	26.217

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Capital Social	(-) Capital Social a integralizar		(-) Cotas em Reserva		Lucros líquidos/ (prejuízos) acumulados	Participação dos não controladores	Total
	2023	2022	2023	2022			
Saldos em 31/12/2021	2.000	(32)	(248)	-	10.330	1.826	14.524
Capital Social	-	32	-	-	(5.552)	(216)	39 (177)
Lucros (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(3.023)	(3.023)	15.478 9.926
Ajuste de exercício anterior	-	-	-	-	(49)	(49)	(17.070) (17.119)
(-) Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	-	443 443
(-) Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	12 12
Saldos em 31/12/2022	2.000	-	(248)	400	1.706	3.858	715 4.574
Capital Social	-	-	-	-	-	-	12 12
Lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	2.142 2.142
Lucros (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	784	784	66.829 67.613
(-) Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	-	(55.647) (55.647)
(-) Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(12.551) (12.551)
Saldos em 31/12/2023	2.000	-	(248)	400	2.490	4.642	1.500 6.142

Demonstrações do Resultado

Receita líquida dos serviços prestados	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Custos dos serviços prestados	-	-	152.265	118.562
Lucro bruto	-	-	(33.897)	(22.261)
Despesas (Despesas) operacionais	-	-	118.368	96.301
Despesas com vendas	(19)	(24)	(912)	(415)
Despesas com pessoal	(420)	(283)	(16.862)	(15.519)
Despesas gerais e administrativas	(606)	(1.617)	(8.413)	(6.561)
Resultado de equivalência patrimonial	1.813	(3.508)	-	-
Outras Receitas/Despesas	-	-	(1.416)	208
Lucro líquido/Prejuízo antes do resultado financeiro	768	(5.432)	90.765	74.014
Despesas financeiras	(3)	(121)	(3.390)	(413)
Receitas financeiras	20	1	1.797	559
Resultado Financeiro	17	(120)	(1.593)	146

Diretoria Financeira
José Roniel de Oliveira Santos

Contador: SouzaMaas Outsourcing
CNPJ 10.494.304/0001-06 - CRC 25P206890-0-7

DUTOVIAS DO BRASIL S.A.

CNPJ: 15.803.895/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A Administração da Dutovias do Brasil S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias, submeteu à apreciação dos Senhores os documentos relativos às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31/12/2023 e 2022 (Em R\$ Mil)

Ativo Circulante	Nota		2023		2022	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Adiantamentos a fornecedores	-	-	2	-	-	-
Total do Ativo Passivo Circulante	2	-	1.642	1.642	1.642	1.642
Provisões	-	-	1.642	1.642	-	-
Total do passivo circulante não circulante	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	5	3	5	-	-	-
Patrimônio líquido	6	32.858	32.853	(34.501)	(34.500)	(1.643)
Capital social	-	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	6	32.858	32.853	(34.501)	(34.500)	(1.643)
Total do passivo e patrimônio líquido	12	32.858	32.853	(34.501)	(34.500)	(1.643)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em R\$ Mil)

Despesas operacionais	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Serviços prestados	-	-	-	(2)
Gerais e administrativas	-	-	-	(1)
Tributárias	-	-	(1)	(1)
Provisões	-	-	(1)	(4)
Prejuízo do exercício	(1)	(4)	(1)	(4)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em R\$ Mil)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício	(1)	(4)	(1)	(4)
Variações nos ativos e passivos	(1)	(4)	(1)	(4)
Adiantamentos a fornecedores	(2)	(5)	(2)	(5)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades operacionais	(3)	(5)	(3)	(5)
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-	-	-	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	3	5	3	5
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em R\$ Mil)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício	(1)	(4)	(1)	(4)
Variações nos ativos e passivos	(1)	(4)	(1)	(4)
Adiantamentos a fornecedores	(2)	(5)	(2)	(5)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades operacionais	(3)	(5)	(3)	(5)
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-	-	-	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	3	5	3	5
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Adiantamentos para futuros aumentos de capital: Os adiantamentos para futuros aumentos de capital são oriundos da Controladora MLog S.A., relacionados a gastos administrativos. 6. Capital Social: Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de julho de 2023, foi aprovado o aumento de capital de R\$ 5 mediante a emissão de 5 (cinco mil) novas ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$ 32.858, está representado por 32.857,956 (trinta e duas mil, oitocentas e cinquenta e sete mil, novecentas e cinquenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas pertencentes à Controladora MLog S.A.

Yury Gazen Dimas - Diretor de Controladoria
Bruno Júnior Dornelas da Rocha Gomes
Contador - CRC MG 106830-0-8

Brasica S/A Administração e Serviços

CNPJ nº 59.290.239/0001-96 - NIRE 35.300.502.451

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da Brasica S/A Administração e Serviços (a "Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, sob a forma Exclusivamente Digital, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), no dia 23 de abril de 2024, às 10h00, para deliberar acerca das seguintes matérias, podendo participar e votar a distância: 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; 2) Exame e deliberação a respeito do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023; 3) Eleição dos administradores e fixação de sua remuneração. O link para acesso à Plataforma Digital será: https://teams.microsoft.com/j/Meetup-jun/19%3ameeting_0TRmMDp5ZWMZDwY5000DKoLg30DUJmTmMDU3MgDgZGZ%20?context=%7b%22id%22%3a%22b13-68e0-ad71-4141-8efa-760b39c6d2e%22%2c%220id%22%3a%223b8b6b84c-96ca-4693-a1f3-5ba2627b6e6a%22%7d. Para acesso ao link e admissão na assembleia, será necessário que o acionista envie os documentos comprobatórios de sua qualidade de acionista, cópia de identidade e CPF, se pessoa física, ou estatuto/contrato social ou outro, se pessoa jurídica ou veículo similar, bem como os documentos comprobatórios de sua legítima representação, se o caso, até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário estipulado para a abertura dos trabalhos. As procurações deverão ter reconhecimento de firma, ou ser assinadas por certificado digital. As cópias de documentos deverão ser autenticadas por cartório, ou na forma do artigo 28, da IN DRE nº 81/2020. A via física do documento de identidade deverá estar na posse do acionista ou representante que se fizer presente na assembleia e deverá ser exibida em vídeo previamente à instalação do conclave. A participação e a votação a distância poderão ocorrer mediante o envio de boletim de voto a distância e/ou mediante atuação remota, via Plataforma Digital. O boletim de voto será encaminhado ao acionista por e-mail, na data da primeira publicação deste edital de convocação, dirigido ao respectivo endereço eletrônico, registrado na Companhia, contendo todas as orientações de preenchimento e envio. De toda forma, o boletim de voto poderá igualmente ser solicitado por e-mail à Companhia, nos endereços abaixo indicados. O envio dos documentos para participação e representação na assembleia, do boletim de voto, demais documentos e as comunicações com a Companhia deverão ser realizados eletronicamente, previamente ao conclave, por meio do endereço de e-mail: juridicosps@uol.com.br, com cópia para marigarcia@duarteagarcia.com.br. Constatar-se-á a presença na assembleia, o acionista: (a) cujo boletim de voto a distância tenha sido considerado válido; ou (b) que, pessoalmente ou por meio de representante, registre sua presença na Plataforma Digital. Para todos os fins legais, a assembleia digital será considerada como realizada na sede da Companhia, São Paulo, 10 de abril de 2024. Gil Moura Neto - Diretor Presidente.

AMX CONTEÚDO DIGITAL LTDA.

CNPJ: 48.589.530/0001-43 - NIRE: 35260235686

ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS - CONVOCAÇÃO

São convocados pelo administrador **LUAN CÉSAR BALBINO DIAS**, os senhores sócios cotistas da AMX CONTEÚDO DIGITAL LTDA, para participarem da Assembleia de Sócios a se realizar no dia 25/04/2024 às 21:00 horas em 1ª convocação com a presença de titular de no mínimo ¼ do capital social, e às 21:30 horas em 2ª convocação com qualquer número de presentes. A assembleia será on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Abertura e fechamento de filiais; 4. Aprovação de resultado contábil e financeiro referente ao ano de 2023; 5. Assuntos gerais de interesse social. Link da Assembleia de Sócios:

PMPSP Promotores pedem que governador indique nome

A Associação Paulista do Ministério Público, que representa os promotores e procuradores de Justiça do Estado, enviou um ofício ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) pedindo que ele escolha o candidato mais votado nas eleições internas para dirigir o Ministério Público de São Paulo (MPSP). Cerca de 2 mil promotores irão eleger no sábado, 13, os nomes da lista tríplice. Cabe ao chefe do Executivo escolher o procurador-geral, independente da ordem de colocação na lista.

O governador não é obrigado a nomear o primeiro. Ou seja, na prática, quem ganha a eleição não necessariamente leva o cargo.

As eleições para procurador-geral de Justiça ocorrem no próximo sábado, 13, e a lista será encaminhada, no mesmo dia, ao Palácio dos Bandeirantes. O governador tem 15 dias para anunciar sua escolha.

Cinco procuradores disputam o topo da instituição - José Carlos Bonilha, Antonio Da Ponte, José Carlos Cosenzo, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa e Tereza Exner.

"Em nome da Associação Paulista do Ministério Público postula-se que a escolha do(a) Procurador(a)-Geral de Justiça do Estado de São Paulo recaia sobre o(a) candidato(a) mais votado(a)", diz o ofício a Tarcísio.

A Associação Paulista do Ministério Público é responsável por organizar as eleições internas. A votação é eletrônica, o que permite a divulgação do resultado no mesmo dia.



Blanver Farmoquímica e Farmacêutica S.A.

CNPJ nº 53.359.824/0001-19

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os Exercícios Fíndos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Balancos Patrimoniais	Controladora		Consolidado		
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	
Ativos/Circulante	575.071	384.262	579.738	384.054	
Caixa e equivalentes de caixa	76.668	40.659	79.926	41.902	
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	193.597	99.011	197.351	98.984	
Estoques	226.227	178.738	244.182	196.955	
Impostos a recuperar	29.830	27.999	32.883	30.392	
Adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas	36.500	34.288	14.983	12.077	
Outros créditos	12.249	3.567	12.413	3.744	
Não circulante	142.884	149.248	148.928	154.421	
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	65.190	75.997	65.190	65.190	
Depósitos judiciais	833	498	844	509	
Investimentos	24.940	16.234	24.940	16.234	
Imobilizado	27.143	27.295	49.400	51.504	
Direito de uso	24.640	29.011	25.516	29.259	
Intangível	238	213	7.978	7.959	
Total dos ativos	717.955	533.510	728.666	538.475	
Passivos/Circulante	529.277	358.986	539.213	363.895	
Emprestimos e financiamentos	114.402	61.008	114.402	61.008	
Fornecedores e contas a pagar de partes relacionadas	344.597	196.931	351.301	198.663	
Arrendamentos	5.002	4.685	5.133	4.899	
Obrigações trabalhistas	10.690	11.280	12.878	13.528	
Obrigações tributárias	3.785	15.632	4.575	16.232	
IR e CS diferidos	986	14.011	986	14.011	
Parcelamentos	2.054	8.417	2.054	8.417	
Outras contas a pagar	540	393	540	393	
Não circulante	47.221	46.629	47.344	46.744	
Emprestimos e financiamentos	28.544	21.963	28.544	21.962	
Arrendamentos	22.866	27.517	23.639	27.572	
Parcelamentos	1.489	1.442	1.489	1.442	
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	1.234	817	1.236	819	
Patrimônio líquido	134.545	122.785	134.545	122.785	
Capital social	81.000	67.000	81.000	67.000	
Reservas de lucros	53.545	55.785	53.545	55.785	
Total dos passivos e patrimônio líquido	717.955	533.510	728.666	538.475	
Demonstrações do Resultado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	
Receita operacional líquida	692.197	608.357	704.990	612.553	
Custo dos produtos vendidos	(576.877)	(338.461)	(572.703)	(338.489)	
Lucro bruto	115.320	269.896	132.287	274.064	
(Despesas) receitas operacionais comerciais	(23.953)	(26.776)	(25.107)	(27.237)	
Comerciais	(66.799)	(66.896)	(72.003)	(71.378)	
Gerais e administrativas	8.605	(2.962)	-	-	
Equivalência patrimonial	(2.401)	(8.683)	(1.886)	(8.663)	
Despesas operacionais líquidas	(23.953)	(26.776)	(25.107)	(27.237)	
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e impostos	90.367	243.120	107.180	246.827	
Despesas financeiras	(28.067)	(21.081)	(28.463)	(21.806)	
Receitas financeiras	7.756	6.346	8.509	6.554	
Resultado financeiro, líquido	(20.311)	(14.735)	(19.954)	(15.252)	
Lucro (prejuízo) antes do IR e de CS	10.461	149.844	13.337	151.534	
Corretivo	(4.313)	(26.976)	(7.189)	(28.666)	
Diferido	13.025	(21.518)	13.025	(21.518)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	19.173	101.350	19.173	101.350	
Demonstrações do Resultado Abrangente	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	
Lucro (prejuízo) do exercício	19.173	101.350	19.173	101.350	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	
Total do resultado abrangente	19.173	101.350	19.173	101.350	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital	Adiantamento p/	Reserva	Resultado	Total
	67.000	14.000	5.192	48.353	134.545
Saldos em 31/12/21	67.000	14.000	5.192	48.353	134.545
Lucro líquido do exercício	-	-	-	19.173	19.173
Destinações do lucro líquido:	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	4.662	-	4.662
Reservas de caixa a realizar	-	-	-	32.082	32.082
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(8.103)	(8.103)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(6.347)	(6.347)
Dividendos complementares propostos	-	-	2.415	(2.415)	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	(4.532)	(4.532)
Reservas estatísticas - Lucros	-	-	16.626	(16.626)	-
Saldos em 31/12/22	67.000	14.000	5.192	48.353	134.545
Lucro líquido do exercício	-	-	-	19.173	19.173
Destinações do lucro líquido:	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	530	-	530
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(8.560)	(8.560)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(2.521)	(2.521)
Dividendos complementares propostos	-	-	-	(7.562)	(7.562)
Distribuição reservas especial de lucros	-	-	-	(7.917)	(7.917)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	14.000	-	14.000
Saldos em 31/12/23	67.000	14.000	5.192	48.353	134.545
Renato Maziero - Diretor Administrativo-Financeiro	Diretoria				
	Viviane Lucia Barreto Gregório - Gerente Financeiro e Contábil - CRC15P242673XO-2				

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal>

MORRO DO PILAR MINERALS S.A.

CNPJ: 12.057.510.0001-84

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A Administração da Morro do Pilar Minerals S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores documentos relativos às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2023 e 2022 (Em R\$ Mil)

Ativo	2023	2022
Circulante	1.543	444
Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	14	14
Adiantamentos a fornecedores	46	42
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	26	26
Total do ativo circulante	1.593	488
Não circulante	752	-
Partes relacionadas	9.035	9.224
Imobilizado (Nota 5)	28.752	27.713
Intangível (Nota 6)	290.540	286.897
Total do ativo	292.133	287.355
Passivo	292.133	287.355
Circulante	121	71
Fornecedores	56	40
Salário e encargos sociais	38	46
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	46	42
Outros impostos a recolher	39	464
Outras contas a pagar	652	633
Total do passivo circulante	26.990	23.345
Não circulante	3.491	4.302
Adiantamentos para futuros aumentos de capital (Nota 8)	2.078	1.452
Provisões	287.801	285.879
Total do passivo não circulante	290.143	287.635
Total do passivo	292.133	287.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios fíndos em 31/12/2023 e 2022 (Em R\$ Mil)

Prejuízo do exercício	2023	2022
Resultado abrangente do exercício	(2.103)	(2.223)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios fíndos em 31/12/2023 e 2022 (Em R\$ Mil)

	2023	2022
Em 31 de dezembro de 2021	283.499	259.848
Prejuízo do exercício	(2.103)	(2.223)
Em 31 de dezembro de 2022	281.396	257.625
Aumento de capital (Nota 10)	4.302	4.302
Prejuízo do exercício	(2.103)	(2.103)
Em 31 de dezembro de 2023	283.600	259.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios fíndos em 31/12/2023 e 2022 (Em R\$ Mil)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Prejuízo do exercício	(2.103)	(2.223)
Depreciação e amortização	189	205
Juros com partes relacionadas	287	14
Variações nos passivos	(15)	10
Fornecedores	(18)	10
Salário e encargos sociais	16	21
IR, contribuições e outros impostos a recuperar	(36)	2
Provisões das atividades financeiras	(11)	(11)
IR, contribuições e outros impostos a recolher	26	57
Outras contas a pagar	31	13
Provisões	628	563
Total das atividades operacionais	646	(1.349)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	646	(1.349)
Aquisição de Intangível	(3.119)	(2.837)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(3.119)	(2.837)
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	3.491	3.971
Partes relacionadas - concedidos	(25.948)	(26.330)
Partes relacionadas - recebidos	27.654	24.844
Provisões operacionais	(626)	(563)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(1.157)	(2.089)
Resultado financeiro	(1.157)	(2.089)
Receitas financeiras	(346)	(134)
Despesas financeiras	(346)	(134)
Prejuízo do exercício	(2.103)	(2.223)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Sumário das principais práticas contábeis: A seguir, apresentamos as principais práticas contábeis utilizadas pela Companhia: 3.1. **Equivalentes de caixa.** São considerados equivalente de caixa as aplicações financeiras de curto prazo e de conversibilidade imediata em um montante conhecido, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento normalmente se qualifica como título de curto prazo quando possui vencimento de até três meses a contar da data da aquisição. 3.2. **Instrumentos financeiros.** O CPC 48 estabelece, entre outros, nos seguintes aspectos: classificação e mensuração de ativos financeiros, reconhecimento e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros e divulgação. A Companhia não realiza atualmente operações de hedge, swap ou quaisquer outros operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos. 3.3. **Reconhecimento de ativo.** a. **Imobilizado.** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da redução do seu valor recuperável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os ganhos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As despesas ítes estimadas

de ativo imobilizado são apresentadas na Nota Explicativa nº 5. b. **Intangível.** Os ativos intangíveis compreendem dos direitos minerais, gastos com exploração e avaliação de recursos minerais, direitos de concessão de exploração e avaliação de recursos minerais, quando aplicável, da amortização acumulada e da redução ao valor recuperável. Os gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e obtenção de licenças são capitalizados somente se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia tiver a intenção de concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo custo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os custos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. 3.4. **Provisões.** Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para satisfazer a obrigação a uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. 3.5. **Demonstrações dos fluxos de caixa.** Foram preparadas e apresentadas pelo método indireto, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa. 4. **Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia define como "Caixa e equivalentes de caixa" os valores mantidos com a finalidade de atender os compromissos operacionais de curto prazo e não para investimento ou outros fins. O saldo em 31 de dezembro de 2023 de equivalentes de caixa, refere-se em sua maioria a recursos disponíveis mantidos em caixa. 5. **Imobilizado** 31/12/2022 Adições 31/12/2022 Terrenos 8.515 - 8.515 Edificações 285 - 285 Máquinas e Equipamentos 1.782 - 1.782 Beneficiários em bens de terceiros 1.316 - 1.316 Depreciação 4% (101) (11) (112) Edificações 4% (1.064) (193) (1.257) Máquinas e Equipamentos 10% (1.257) (178) (1.435) Beneficiários em bens de terceiros 22% (1.316) (11) (1.327) 31/12/2021 Adições 31/12/2021 Terrenos 8.515 - 8.515 Edificações 285 - 285 Máquinas e Equipamentos 1.782 - 1.782 Beneficiários em bens de terceiros 1.316 - 1.316 Depreciação 4% (89) (12) (101) Edificações 4% (1.064) (193) (1.257) Máquinas e Equipamentos 10% (1.257) (178) (1.435) Beneficiários em bens de terceiros 22% (1.316) (11) (1.327) 31/12/2021 Adições 31/12/2021 Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção 271.269 3.080 274.349 Gastos na fase de licenciamento 6.404 - 6.404 277.673 3.080 280.753 31/12/2021 Adições 31/12/2021 Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção 246.525 24.744 271.269 Gastos na fase de licenciamento 6.404 - 6.404 252.929 24.744 277.673

Esses itens, em linha com o IFRS 6 - Exploration For and Evaluation of Mineral Rights, referem-se a gastos incorridos pela Companhia com atividades de exploração e avaliação do seu Projeto de mineração de ferro Morro do Pilar, tais como sondagens geológicas, estudos ambientais, teste de qualidade e demais custos inerentes à comprovação da viabilidade e extensão dos direitos minerais. Com relação ao processo judicial da controladora MLG com a empresa Boa Sorte Ltda., em 11/09/2023, foi proferida sentença julgando extinta a

Valid Soluções S.A.

CNPJ/ME nº 33.113.309/0001-47 - NIRE 35.300.600.223

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 12 de Abril de 2024

1. **Data, Hora e Local:** Realizada em 12 de abril de 2024, às 9:00 horas, na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Rua Laura Malleio Kook, nº 511, Ipanema das Pedras, CEP 18052-445. 2. **Convocação e Presença:** Nos termos do artigo 15, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia, a convocação da reunião foi dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Presentes, ainda, a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. A reunião foi realizada por conferência telefônica, conforme previsto contida no artigo 18 do Estatuto Social da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Sidney Levy e Secretário: Rafael Moraes Ziggatti. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (I) a 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública, sob o rito do registro automático, pela Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), conforme o disposto no artigo 59, caput e parágrafo primeiro da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como as condições da Emissão; (II) as condições da oferta pública de distribuição das Debêntures, a ser registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o rito autônomo, sob o regime de melhores esforços de colocação das Debêntures, nos termos da Lei nº 6.404, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei de Valores Mobiliários"), da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e das demais disposições legais aplicáveis ("Oferta"); (III) a outorga e a constituição pela Companhia, de garantia real na forma de cessão fiduciária de conta de titularidade da Companhia às obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da Emissão, por meio da celebração do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido); (IV) a autorização aos diretores da Companhia, ou seus procuradores, nos termos do seu Estatuto Social e observados os limites

3R Pescada S.A.
CNPJ: 03.605.739/0001-15

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal>.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)			
	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	12.780	70.795
Aplicações financeiras	8.1	8.833	-
Caixa restrito	8.2	30.003	-
Contas a receber de terceiros	9	-	6.387
Contas a receber - partes relacionadas	13	677	6
Estoque		395	370
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.139	2.437
Outros impostos a recuperar		3.588	1.025
Despesas antecipadas		4.263	8.711
Outros ativos		138	-
Total do ativo circulante		63.816	89.732
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	173	431
Outros ativos		247	-
		420	431
Adiantamento para cessão de blocos imobilizado	11	1.600	1.600
Direito de uso		7	51
Total do ativo não circulante		143.819	167.552
Total do ativo		207.635	257.284
	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	3.980	10.325
Arrendamentos		8	44
Obrigações trabalhistas		216	193
Contas a pagar - partes relacionadas	13	62	14
Dividendos a pagar	13	7.222	5.782
Outros impostos a recolher		60	1.152
Provisão para pagamento de Royalties		130	303
Outras obrigações		340	-
Total do passivo circulante		12.018	17.813
Não circulante			
Arrendamentos		-	8
Provisão para abandono	14	44.664	93.917
Total do passivo não circulante		44.664	93.925
Patrimônio líquido	15		
Capital social		68.848	68.848
Reserva de lucros		41.752	27.878
Ajuste de avaliação patrimonial		40.353	48.820
Total do patrimônio líquido		150.953	145.546
Total do passivo e patrimônio líquido		207.635	257.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)									
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido		
Saldo em 01 de janeiro de 2022	68.848	-	-	32.833	-	58.289	159.970		
Ajuste de conversão	-	-	-	-	-	(9.469)	(9.469)		
Dividendos pagos	-	-	-	(32.833)	-	-	(32.833)		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	33.660	-	33.660		
Reserva legal	-	1.683	-	-	(1.683)	-	-		
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	2.212	-	(7.994)	-	(5.782)		
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	23.983	(23.983)	-	-		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	68.848	1.683	2.212	23.983	-	48.820	145.546		
Lucro do exercício	-	-	-	-	21.096	-	21.096		
Aporte de capital	-	-	-	-	-	-	-		
Transações com pagamentos baseados em ações	-	-	-	-	-	-	-		
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	(8.467)	(8.467)		
Reserva legal	-	1.055	-	-	(1.055)	-	-		
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(2.212)	-	(5.010)	-	(7.222)		
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	15.031	(15.031)	-	-		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	68.848	2.738	-	39.014	-	40.353	150.953		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)			
	Nota	2023	2022
Receita líquida	16	18.794	38.600
Custo dos produtos vendidos	17	(26.126)	(20.879)
Lucro (prejuízo) bruto		(7.332)	17.721
Despesas gerais e administrativas	18	(1.871)	(6.706)
Outras despesas operacionais, líquidas	19	30.315	17.776
		28.444	11.070
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e do imposto de renda e da contribuição social		21.112	28.791
Receitas financeiras	20	12.800	36.070
Despesas financeiras	20	(12.558)	(25.813)
		242	10.257
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		21.354	39.048
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	-	(4.430)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(258)	(958)
Lucro líquido do exercício		21.096	33.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)			
	2023	2022	
Lucro líquido do exercício	21.096	33.660	
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:			
Ajuste de conversão	(8.467)	(9.469)	
Total de resultados abrangentes do exercício	12.629	24.191	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)			
	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		21.096	33.660
Lucro líquido do exercício		21.096	33.660
Ajustado por:			
Resultado de aplicações financeiras	20	(7.772)	(10.576)
Juros sobre arrendamentos	20	4	2
Variação cambial não realizada	14	(3)	(6.764)
Atualização da provisão para abandono	14	5.956	(22.594)
Remensuração da provisão de abandono	14	48.437	-
Depreciação do imobilizado	11	11.861	5.905
Depreciação do direito de uso		44	15
Despesas antecipadas apropriadas no exercício		4.750	2.850
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10	258	958
		(12.243)	3.456
Varição em ativos e passivos			
Contas a receber de terceiros		6.387	(1.975)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(702)	(1.241)
Outros impostos a recuperar		(2.563)	480
Estoque		(25)	(370)
Outros ativos		(3.289)	1.818
Imposto de renda e contribuição social a recolher		120	5.758
Outros impostos a recolher		(1.092)	(1.408)
Fornecedores		(6.345)	9.948
Despesas antecipadas		(302)	(11.406)
Obrigações trabalhistas		23	(2.132)
Royalties		(173)	(2)
Contas a receber e a pagar com partes relacionadas		(623)	8
Outras obrigações		340	(8.100)
Caixa consumido nas atividades operacionais		(20.487)	(5.166)
Impostos pagos sobre o lucro		120	(5.758)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(20.367)	(10.924)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(1.061)	99.349
Aquisição de imobilizado	11	(517)	(5.131)
Aplicações em caixa restrito		(30.003)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		(31.581)	94.218
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de passivo de arrendamento		(48)	(16)
Dividendos Pagos		(5.782)	(32.833)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(5.830)	(32.849)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		(58.018)	50.445
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	70.795	13.586
Efeito da variação cambial no caixa e equivalente de caixa		3	6.764
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	12.780	70.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

sondas, serviços de tamponamento e abandono, restauração, reparo do ambiente, reflorestamento e outros serviços. **k) Provisões:** As provisões, incluindo os earn-outs comprometidos nas aquisições dos ativos, são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **l) Instrumentos financeiros:** Um ativo ou passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. **Reconhecimento inicial:** No reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos, exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados a valor justo. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado da mesma forma que é mensurado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser por alterações no modelo de negócio para gestão de ativos financeiros. No reconhecimento inicial, um passivo financeiro é classificado da mesma forma que é mensurado. Alterações que necessitem de mensuração subsequente são reconhecidas no resultado. **Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Neste caso, um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. **Impairment de ativos financeiros:** De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e • Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. **m) Receita líquida:** Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas da Companhia são oriundas majoritariamente de vendas de óleo e gás. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável. A Companhia reconhece suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou pela prestação de serviço prometido ao cliente. **n) Resultado financeiro líquido:** As receitas financeiras representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, descontos obtidos, atualizações monetárias de créditos ativos e variações cambiais ativas e passivas. São reconhecidas pelo regime de competência quando auferidas ou incorridas pela Companhia. As despesas financeiras representam despesas bancárias, atualizações monetárias de obrigações contratuais e juros sobre capital próprio com respectivos encargos, quando proposto pela Companhia, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas. **7. Novas normas contábeis:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26); • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40); • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06); e • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais):

1. Contexto operacional: A 3R Pescada S.A. ("3R Pescada" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada integralmente pela 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("Controladora" ou "3R OG"). Tem por objeto social o exercício de atividades de exploração, produção, comércio atacadista e a exportação de petróleo e gás natural, bem como a prestação de serviços relacionados a tais atividades. A sede da Companhia fica situada na Praia de Botafogo, 186, 16º andar, Botafogo, na cidade e estado do Rio de Janeiro. A 3R Pescada detém 35% de participação nos campos de Pescada, Arabaiana e Dentão, situados na plataforma continental da baía Potiguar, no Estado do Rio Grande do Norte. Esses campos estão em fase de produção e são operados pela Petrobras, que detém os 65% restantes de participação. Em 09 de julho de 2020 a Companhia firmou contrato para a aquisição de 65% de participação restante da Petrobras nos campos de Pescada, Arabaiana e Dentão, entretanto essa aquisição ainda não está concluída, encontrando-se em fase de aprovação de transferência dos contratos de concessão, conforme nota explicativa 22. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações financeiras da Companhia foram autorizadas pela Administração em 11 de abril de 2024, odas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente aquelas relacionadas a elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A Administração, após análise das operações e negócios da Companhia, em relação, principalmente, aos fatores para determinação de sua moeda funcional, concluiu que o dólar norte-americano ("dólar" ou "USD") é a sua moeda funcional. Na determinação inicial de moeda funcional, a conclusão se baseou no fato de que a moeda dólar é aquela cujas forças competitivas mais influenciam na determinação do preço de venda de seus produtos e ainda a que mais influencia os custos vinculados à sua atividade. Os valores estão apresentados em Real (moeda de apresentação) e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A conversão dos saldos da moeda funcional (dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (o real) segue o seguinte critério: (i) Os ativos e passivos para cada balanço patrimonial apresentado são convertidos utilizando a taxa de fechamento na data do respectivo balanço. (ii) O patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponde ao patrimônio líquido final do período anterior conforme convertido à época; as mutações do patrimônio inicial durante o período corrente são convertidos pela taxa de suas respectivas datas. (iii) As receitas e despesas para cada demonstração do resultado são convertidas utilizando as taxas cambiais em vigor nas datas das transações. Quando não é possível utilizar a taxa efetiva da data da transação, a conversão é feita considerando-se a taxa média do mês em que a transação ocorreu. (iv) As diferenças cambiais resultantes dos itens (i), (ii) e (iii) acima são reconhecidas na conta de ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido. **4. Uso de estimativa e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as alterações são reconhecidas prospectivamente. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 11 – *Impairment* (existência de indicativo para perda ou reversão de *impairment*). • Nota explicativa nº 14 – Provisão de abandono (extensão da obrigação assumida para o reparo ambiental necessário no abandono futuro, bem como os prazos de abandono baseados nos volumes de reservas existentes e nos planos de produção da Companhia). • Nota explicativa nº 10 – Imposto de renda e contribuição social diferido (existência de probabilidade de lucro tributável futuro). • Provisão de contingências (principais premissas: probabilidade de perda das causas em aberto). **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um efeito significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 11 – Imobilizado (depreciação e *impairment* – avaliação de *trigger*). • Nota explicativa nº 14 – Provisão para abandono (principais premissas: prazo do abandono, custo estimado, taxa de desconto e inflação). • Nota explicativa nº 10 – Imposto de renda e contribuição social diferido (principais premissas: preço do petróleo do tipo *brent*, taxa de câmbio e opex total). **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **6. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional de acordo com a taxa de câmbio naquela data. As diferenças encontradas são reconhecidas no resultado na linha de variação cambial. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ativos e passivos da Companhia que possui como moeda funcional o dólar americano são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de outros resultados abrangentes - ajustes acumulados de conversão. **b) Caixa e equivalente de caixa:** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. **c) Caixa restrito:** São depósitos mantidos com a finalidade de garantir compromissos de caixa de curto e longo prazo e compõem-se de aplicações financeiras com liquidez vinculada ao cumprimento de suas obrigações e risco insignificante de mudança de valor. **d) Contas a receber de terceiros:** As contas a receber correspondem aos valores a receber originados da venda de óleo e gás, fornecidos no curso normal das atividades da Companhia, faturados e que não tenham sido pagos. **e) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de compra ou de produção e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao valor contábil. O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos gastos para se concretizar a venda. **f) Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas dos tributos vigentes na data do balanço. **g) Imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais

diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: - diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; - diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e - diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio, quando aplicável. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes até a data do balanço, e reflète a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflète as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **h) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e da provisão para redução ao seu valor recuperável, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada de acordo com o método linear ou pelo método das unidades produzidas para os ativos de óleo e gás. Os gastos com exploração, avaliação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos (*successful efforts method of accounting*). Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado quando incorridos. Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associados ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação até que a perfuração do poço é completada e seus resultados avaliados. Esses custos incluem salários de empregados, materiais e combustíveis utilizados, custo com aluguel de sonda e outros custos incorridos com terceiros. Se reservas comerciais não são encontradas, o poço exploratório é baixado ao resultado. Quando reservas são encontradas, o custo é mantido no ativo até que avaliações adicionais quanto à comercialidade da reserva de hidrocarbonetos, que podem incluir a perfuração de outros poços, sejam concluídas. Os ativos exploratórios estão sujeitos a revisões técnicas, comerciais e financeiras pelo menos anualmente para confirmar a intenção da Administração de desenvolver e produzir hidrocarbonetos na área. Caso essa intenção não venha a ser confirmada, esses custos são baixados ao resultado. Quando são identificadas reservas provadas e o desenvolvimento é autorizado, os gastos exploratórios da área são transferidos para "Ativos de Óleo e Gás". Na fase de desenvolvimento, os investimentos para construção, instalação e infraestrutura (como plataforma, dutos e perfuração de poços de desenvolvimento, incluindo po

3R Candeias S.A.

CNPJ: 23.018.639/0001-08

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal>.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)			
	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Ativo				Receita líquida	20	342.705	212.290	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Circulante				Custo dos produtos vendidos	21	(306.732)	(166.602)	Lucro líquido do exercício		3.763	33.194
Caixa e equivalentes de caixa	8	20.142	35.909	Lucro bruto		35.973	45.688	Ajustado por:			
Aplicações financeiras	8,1	—	14.550	Despesas gerais e administrativas	22	(17.518)	(9.729)	Resultado de aplicações financeiras	24	395	1.700
Contas a receber de terceiros	9	41.790	40.544	Outras despesas operacionais, líquidas	23	(4.487)	(6.768)	Juros sobre arrendamentos e depósitos judiciais	24	2.057	1.232
Contas a receber - partes relacionadas	16	30.825	37	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e do imposto de renda e da contribuição social		13.968	29.191	Atualização da provisão para abandono	17	8.714	14.454
Estoque	10	18.867	5.424	Receitas financeiras	24	14.904	3.966	Depreciação do imobilizado	13	11.968	11.883
Adiantamentos		2.230	4.803	Despesas financeiras	24	(24.418)	(21.742)	Amortização do intangível	14	47.936	22.193
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		933	—	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		4.454	11.415	Depreciação do direito de uso	18	4.045	2.047
Outros impostos a recuperar	11	12.605	—	Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(2.918)	(8.098)	Despesas antecipadas apropriadas no exercício		3.236	—
Derivativos	25	2.488	—	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	2.227	29.877	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		691	(29.877)
Despesas antecipadas		10.484	—	Lucro líquido do exercício		3.763	33.194		82.805	56.826	
Outros ativos		18	351	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Varição em ativos e passivos			
Total do ativo circulante		140.382	101.618	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE				Contas a receber de terceiros		(1.246)	(40.544)
Realizável a longo prazo				EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)				Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(933)	—
Caixa restrito	8,2	837	—	Capital social		2023	2022	Outros impostos a recuperar		(12.605)	4.573
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	32.103	29.877	Prejuízo acumulado		3.763	33.194	Estoque		(13.443)	(5.354)
Derivativos	25	11.775	—	Prejuízo tributário		—	—	Outros ativos		333	(4.715)
		44.715	29.877	Lucro líquido do exercício		—	—	Imposto de renda e contribuição social a recolher		886	8.036
Imobilizado	13	323.576	219.529	Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:				Outros impostos a recolher		563	—
Intangível	14	1.177.809	1.225.399	Outros resultados abrangentes		—	—	Adiantamentos		2.573	—
Direito de Uso	18	9.983	14.028	Total de resultados abrangentes do exercício		3.763	33.194	Fornecedores		28.065	52.510
Total do ativo não circulante		1.556.083	8.833	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Despesas antecipadas		(13.720)	—
Total do ativo		1.696.465	1.590.451	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				Obrigações trabalhistas		1.680	1.980
				EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)				Royalties		61	2.532
Passivo				Capital social		2023	2022	Gastos com abandono no exercício		—	(968)
Circulante				Prejuízo acumulado		3.763	33.194	Derivativos		(3.732)	—
Fornecedores	15	80.951	52.886	Prejuízo tributário		—	—	Contas a receber e a pagar com partes relacionadas		(29.934)	3.166
Arrendamentos	18	3.996	3.416	Prejuízo de reversão		—	—	Outras obrigações		369	(915)
Obrigações trabalhistas		3.660	1.980	Saldo em 01 de janeiro de 2022		162.366	(74.916)	Caixa (consumido nas) gerado pelas atividades operacionais		40.754	78.995
Contas a pagar - partes relacionadas	16	4.057	3.203	Lucro líquido do exercício		—	33.194	Impostos pagos sobre o lucro		(5.577)	(6.264)
Imposto de renda e contribuição social a recolher		—	1.773	Aporte de Capital		1.250.000	—	Caixa líquido (consumido nas) gerado pelas atividades operacionais		35.177	71.831
Outros impostos a recolher		5.135	4.572	Saldo em 31 de dezembro de 2022		1.412.366	(41.722)	Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Provisão para pagamento de Royalties		2.593	2.532	Aporte de Capital		1.250.000	—	Aplicações financeiras		14.155	15.334
Derivativos	25	1.327	—	Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.552.366	(37.959)	Aquisição de imobilizado	13	(198.361)	(107.269)
Outras obrigações		368	—	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Aquisição de intangível	14	(428)	(1.196.251)
Total do passivo circulante		102.087	70.362	diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: – diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; – diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e – diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de caixa, quando aplicável. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. h) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e da provisão para redução ao seu valor recuperável, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada de acordo com o método linear ou pelo método das unidades produzidas para os ativos de óleo e gás. Os gastos com exploração, avaliação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos (successful efforts method of accounting). Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado quando incorridos. Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associados ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação até que a perfuração do poço é completada e seus resultados avaliados. Esses custos incluem salários de empregados, materiais e combustíveis utilizados, custo com aluguel de sonda e outros custos incorridos com terceiros. Se reservas comerciais não são encontradas, o poço exploratório é baixado ao resultado. Quando reservas são encontradas, o custo é mantido no ativo até que avaliações adicionais quanto à comercialidade da reserva de hidrocarbonetos, que podem incluir a perfuração de outros poços, sejam concluídas. Os ativos exploratórios estão sujeitos a revisões técnicas, comerciais e financeiras pelo menos anualmente para confirmar a intenção da Administração de desenvolver e produzir hidrocarbonetos na área. Caso essa intenção não venha a ser confirmada, esses custos são baixados ao resultado. Quando são identificadas reservas provadas e o desenvolvimento é autorizado, os gastos exploratórios da área são transferidos para "Ativos de Óleo e Gás". Na fase de desenvolvimento, os investimentos para construção, instalação e infraestrutura (como plataforma, dutos e perfuração de poços de desenvolvimento, incluindo poços de delimitação ou poços de desenvolvimento) são capitalizados como "Ativos de Óleo e Gás". Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Depreciação: Os "Ativos de Óleo e Gás", incluindo os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas e ativos que beneficiarão a totalidade da vida econômica útil do campo, como dutos de gás e óleo, são depreciados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas, limitada ao prazo de vida útil técnica remanescente da infraestrutura de cada campo. O ativo imobilizado, com exceção dos gastos exploratórios capitalizáveis mencionados acima, é depreciado pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Estes são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, de acordo com as taxas e critérios mencionados na nota explicativa 13. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment): Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes por meio da taxa de desconto, que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são reunidos ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo. Estes ativos são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata (veja nota explicativa 13). Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida. i) Intangível: Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (impairment), nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 04. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os ativos intangíveis correlatos à aquisição das concessões de exploração e produção de petróleo e gás são amortizados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas. A amortização de softwares e licenças são calculadas utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A vida útil estimada para esses bens é de 5 anos. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os							

Matheus Dias de Siqueira - Diretor-Presidente; **Rodrigo Pizarro Lavalle da Silva** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; **Mauro Braz Rocha** - Controller; **Wagner Pinto Medeiros** - Gerente de Contabilidade - CRC/RJ 086560/O-4.

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço abaixo: <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal>.

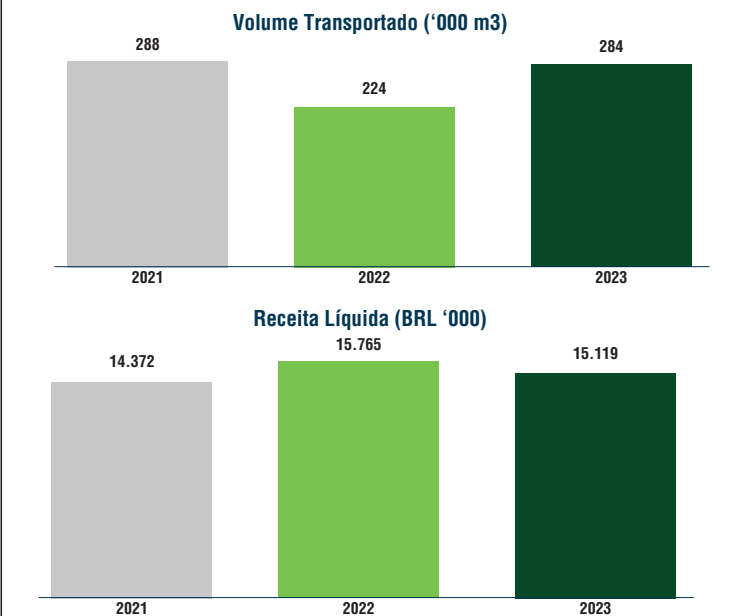
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 11 de abril de 2024, sem modificações.

MLog S.A.
CNPJ 13.444.994/0001-87

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2023 & 4T 2023

RELATÓRIO DE DESEMPENHO 4T2023. Indicadores Relevantes 2023. MLOG CONSOLIDADA – R\$ 238.902 milhares de reais – Receita Líquida, R\$ 49.458 milhares de reais – EBITDA Ajustado, R\$ 41.436 milhares de reais – EBITDA, R\$ 3.079 milhares de reais – CAPEX realizado na MOPI, **ASGAARD BOURBON – ABN** – 96,3% Operacionalidade da frota própria Offshore, R\$ 34.864 milhares de reais – CAPEX realizado na docagem de embarcações Offshore. **CIA. DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA** – R\$ 26.140 milhares de reais – AFRMM gerado, 1.041 mil m³ Volume transportado. **Indicadores Relevantes 4T. MLOG CONSOLIDADA** – R\$ 65.844 milhares de reais – Receita Líquida, R\$ 8.311 milhares de reais – EBITDA, R\$ 7.894 milhares de reais – EBITDA Ajustado, **ASGAARD BOURBON – ABN** – 92,3% Operacionalidade da frota própria, 3 AHTS, 1 OSRV, 1WSSV, R\$ 398.563 milhares de reais – Backlog de contratos. **CIA. DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA** – 19 Empuradores (18 próprios e 1 afretado), 35 Balsas (26 próprias e 9 afretadas), R\$ 6.248 milhares de reais – AFRMM gerado, 284 mil m³ Volume transportado. **Rio de Janeiro, 27 de março de 2024.** A Administração da MLog S.A. ("MLog" ou "Companhia"), em conjunto com suas subsidiárias diretas ou indiretas Morro do Pilar ("MOPI"), Projeto de Mineração de Ferro), Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba ("CDNC"; Projeto Distrito Industrial e Porto Múltiplo em Linhares), Asgaard Bourbon Navegação ("ABN"), Companhia de Navegação de Apoio Marítimo, CNA – Companhia de Navegação da Amazônia ("CNA" Companhia de Navegação Fluvial) e NSN – Nova Sociedade de Navegação ("Columbus"), em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório de Desempenho e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, todos referentes ao quarto trimestre de 2023, encerrado em 31 de dezembro de 2023. Todos os valores mencionados neste relatório, referentes às Demonstrações Financeiras da Companhia, são apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Destques do 4T2023. NAVEGAÇÃO – Offshore.** Operacionalidade da frota própria de 92,3% no trimestre, abaixo do realizado nos trimestres anteriores de 2023, porém acima do mesmo período em 2022. Receita líquida de R\$ 51.816 no trimestre, acima da realizada no mesmo período do ano passado (R\$44.673), consequência do início do novo contrato da embarcação Haroldo Ramos com tarifas diárias superiores ao antigo contrato. **Interior:** Receita líquida contábil de R\$ 15.119 no trimestre, abaixo da observada no mesmo período do ano passado (R\$ 15.765), devido principalmente aos efeitos da estiagem severa na região amazônica com redução expressiva no nível dos rios, que resultou na interrupção das operações do porto de Itacoatiara. Em novembro, um acidente envolvendo um comboio que navegava pela rota de Coari resultou na interrupção temporária dessa rota, que até então não tinha sofrido impactos negativos da seca. Os prejuízos estão sendo contornados com alterações operacionais e dispositivos comerciais em contratos, que atenuam os efeitos negativos da seca na região. **Mineração – Licenciamento.** Evolução dos trabalhos e estudos relacionados ao licenciamento ambiental do Projeto MOPI. A Administração realiza frequente acompanhamento junto aos órgãos responsáveis pela concessão do licenciamento. **Contexto Organizacional. Criação de Columbus Shipping e da Sociedade em Conta de Participação (SCP).** Com a evolução dos ativos de Navegação e Mineração da Companhia, de forma a melhorar a compreensão de cada uma das atividades, passamos a reportar nos comentários consolidados dos Relatórios de Administração somente os movimentos estratégicos e atividades diretamente relacionadas à holding, com reporte mais detalhado das operações e números da Mineração e Navegação acontecendo nas seções deste Relatório dedicadas à cada uma das atividades. Como parte dos esforços de estruturação destas atividades de Navegação e Mineração de forma segregada, no segundo semestre de 2022, foi criada a Nova Sociedade de Navegação S.A., companhia registrada na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) na categoria B e totalmente detida pela MLog, que passa a concentrar todos os ativos, passivos e negócios relacionados à Navegação. A Administração da Companhia, suportada por assessores externos, elegeu Columbus Shipping ("Columbus") como nome fantasia para a NSN, em 15 de maio de 2023. Devido à existência de ativos e passivos que ainda necessitam de anuências por parte de credores para sua transferência, foi criada em 02 de janeiro de 2023 uma SCP – Sociedade em Conta de Participação, cuja MLog é sócia ostensiva e a Columbus é sócia participante. Esta SCP permite que sejam visualizados os ativos e passivos na Columbus, sem que haja a transferência efetiva destes, dado que estão em processo de obtenção de anuências por parte de credores para concretização da transferência. A criação da SCP observou a lei 10.406/2002 nos artigos 991 a 996 e, na ausência de normativos contábeis específicos para esta classificação de entidade jurídica, a Companhia observou amplamente a Lei das S.A. (Lei 6.404/1976), uma vez que a SCP é detida por duas Companhias abertas (MLog e Columbus) e realizou registros contábeis em linha com as normas contábeis vigentes para sociedades de capital aberto. A nova organização possibilitará à Companhia otimizar a gestão de sua estrutura de capital, incluindo acesso à linhas de financiamento e, eventualmente, de capital. Considerando não haver nenhuma norma contábil específica para Sociedades em Conta de Participação, a Administração exerceu seu julgamento de como melhor demonstrar a SCP nos registros da Columbus e, na impossibilidade de registro de equivalência patrimonial, optou por registrar como investimento a custo de contribuição de capital; sendo os números da SCP demonstrados em Nota Explicativa das Demonstrações Financeiras da MLog como sócia ostensiva e da Columbus como sócia participante. **Mensagem da Administração.** O quarto trimestre de 2023 mostrou, de forma consolidada, os resultados colhidos na estratégia comercial da CNA e na docagem do AHTS Haroldo Ramos, na ABN. A CNA enfrentou a pior seca na região em décadas, com impactos em suas operações. Devido à redução dos níveis dos rios, a navegação fluvial foi dificultada e, em certos momentos, necessitou ser interrompida em algumas rotas. A estratégia comercial da Companhia, iniciada há anos nas renovações e negociações comerciais mostrou que, mesmo com impactos financeiros decorrentes da queda de volume, foi possível atenuar prejuízos e garantir uma operação que atendesse, na medida do possível, seus clientes. Em novembro, um acidente envolvendo um dos empuradores da CNA causou a interrupção parcial de uma rota (retomada ainda em 2023), contribuindo para um fechamento de trimestre aquém das expectativas da administração. Na ABN, resultados decorrentes do novo contrato do AHTS Haroldo Ramos, com taxa diária significativamente maior em relação ao contrato anterior incrementaram a receita, mesmo com a operacionalidade levemente inferior ao esperado em decorrência de eventos mecânicos isolados e já tratados. Já no Projeto Morro do Pilar, a administração segue aguardando a conclusão do processo de licenciamento, munindo os órgãos competentes envolvidos de documentos e cumprindo procedimentos para a emissão da licença que permitirá o início da operação piloto. Em resumo, o quarto trimestre reforça que as estratégias da administração, tanto na navegação fluvial como no porto marítimo offshore, estão focadas na proteção e mitigação de riscos operacionais e comerciais, no aumento da geração de receita e na disciplina no controle de gastos, visando entregar resultados consistentes a longo prazo. Asgaard Bourbon Navegação Offshore. **Asgaard Bourbon Navegação Offshore. Destques operacionais.** A Companhia possui atualmente cinco embarcações operacionais que são contratadas à Petrobras, sendo 4 AHTS de propriedade do grupo e 1 WSSV afretado de terceiro. **Operação das embarcações.** No 4º trimestre de 2023, foi alcançada a operacionalidade de 92,3% na frota própria operacional, acima do observado no mesmo período de 2022 (91,9%), com consequente impacto positivo no resultado. Em relação ao 3º trimestre de 2023, é observada queda desse indicador devido aos problemas técnicos da embarcação Haroldo Ramos, que resultaram em 17 dias de inoperância, e da paralisação, por aproximadamente 5 dias, da embarcação Geonísio Barroso decorrente de interferências mecânicas superadas. Mesmo com a queda apresentada na curva de operacionalidade, a receita do 4º trimestre apresentou crescimento em relação aos demais períodos devido ao início do novo contrato da embarcação Haroldo Ramos, em 14 de setembro de 2023, após investimentos na docagem e melhorias técnicas ao longo do semestre anterior. Ressalta-se que o novo contrato possui tarifas diárias aproximadamente 42% maiores do que o antigo contrato. No ano de 2024, atingimos 96,3% de operacionalidade média da frota própria, expressivamente acima da observada em 2022 (90,22%). A melhoria observada na operacionalidade das embarcações é resultado de investimentos na operação e manutenção feitos ao longo dos anos anteriores.

Especial Brasileiro (REB) é um regime exclusivo a embarcações de bandeira brasileira, operadas por empresas brasileiras de navegação. Podem ser registradas no REB embarcações construídas no Brasil, importadas (com pagamento devido de impostos) ou estrangeiras, com suspensão temporária da bandeira original. Neste último caso, o registro depende da disponibilidade de tonelagem de embarcações brasileiras pela EBN operadora (Artigo 10 da lei 9.432, de 8 de janeiro de 1997). **Principais tipos de Afretamento.** Afretamento a casco nu (ou bareboat): afretador tem a posse, o uso e o controle da embarcação; Afretamento por tempo (ou time charter): afretador recebe a embarcação armada e tripulada, ou parte dela, para operá-la. Companhia de Navegação da Amazônia CNA: avegação do interior e Cabotagem. **Companhia de Navegação da Amazônia CNA: Navegação Interior e Cabotagem. Destques operacionais. Volume e Receita Líquida.** O 4º trimestre de 2023 apresentou aumento no volume transportado em relação ao mesmo período de 2022. No ano de 2023, a CNA movimentou 1.041 mil m³, 9,5% acima do realizado em 2022. A maior parte da oscilação está relacionada à alteração no mix das rotas e ao aumento no número de balsas. Ressalta-se que o crescimento da capacidade se dá através de afretamento com terceiros em detrimento de investimentos intensos em CAPEX. Entretanto, o volume transportado no período foi 10% abaixo em relação ao trimestre anterior (315 m³). Esse resultado se deu principalmente em decorrência da seca extrema que reduziu os níveis dos principais rios da região e será abordada na próxima seção. Corroborando para a redução de resultado, em novembro, um comboio que navegava pela rota de Coari x Manaus sofreu um acidente que resultou na interrupção temporária dessa rota.



Receita gerencial líquida considerando efeito de corte contábil e eliminando valores recebidos intercompany. **Navegação do interior e Cabotagem. Destques operacionais. Estiagem na região amazônica.** Conforme amplamente noticiado, a região amazônica enfrenta o maior período de estiagem registrado na última década. A redução no nível dos rios, que se iniciou no fim do 3º trimestre de 2023 e se estendeu ao longo do 4º trimestre, causou prejuízos operacionais para a Companhia, principalmente, com a interrupção da rota de Manaus x Caracará devido à falta de navegabilidade do Rio Branco. Como forma de reduzir os prejuízos financeiros causados, as balsas que atendiam essa rota foram negociadas com o mesmo cliente para atuação em outros itinerários, reduzindo os prejuízos financeiros causados. Devido ao efeito da seca, o município de Itacoatiara foi acometido pelo fenômeno das "terras caídas", que são desmoronamentos comuns em período de estiagem no Amazonas. Com isso, o porto do Terminal Fluvial do Brasil (TFB S/A) paralisou suas operações, fazendo com que os carregamentos para a rota de Manaus x Porto Velho passasse a ser realizado diretamente nos navios, que é um processo mais demorado que o usual. Outras rotas foram operacionalmente prejudicadas, em menor grau, com aumento do tempo das viagens devido à redução da velocidade navegada, redução das cargas transportadas para contenção do calado das balsas (volume submerso), parada do comboio em momentos de grande volume de fumaça devido às queimadas e interrupção de algumas viagens durante período noturno. Nesses trajetos, os contratos prevêem cláusulas de pagamento pelo volume morto nas balsas que, mesmo que o volume transportado seja reduzido, o espaço vazio nas balsas deve ser pago. Ressalta-se que a rota realizada para transporte dos produtos da Petrobras, Coari x Manaus, não teve sua navegabilidade comprometida pela estiagem. Os efeitos da redução no nível dos rios e das queimadas decorrentes do período de seca, estão sendo contornados por adequações operacionais e instrumentos contratuais de forma a mitigarmos os prejuízos financeiros. **Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante ("AFRMM").** Parte importante do resultado da CNA é o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante ("AFRMM"), regulado principalmente pela Lei 10.893 de 2004, alterada pela Lei 14.301 de 2022. O AFRMM é um tributo federal incidente sobre o frete marítimo que tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileira, e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante ("FMM"). As alíquotas do AFRMM variam de acordo com o tipo de produto, transporte e região de origem ou destino. Na atividade de transporte fluvial de graneis líquidos na região Norte, a alíquota incidente de AFRMM é de 40% sobre o preço do frete. O adicional de frete gerado pelos serviços prestados pela CNA é posteriormente creditado em uma conta vinculada da empresa junto ao Banco do Brasil. A Lei 14.301, de 7 de janeiro de 2022 (BR do Mar) estabeleceu um novo marco regulatório para a cabotagem no Brasil com diferentes inovações e alternativas de atuação dentro do setor de navegação. Algumas das mais relevantes alterações da BR do Mar estão relacionadas aos procedimentos e regras para utilização dos recursos arrecadados pelo AFRMM. Por um lado, tornaram-se mais restritas as possibilidades de utilização de recursos financeiros do AFRMM em aquisições ou construções de embarcações, sendo que os créditos poderão ser utilizados para aquisições ou construções de embarcações do mesmo tipo que originou os recursos financeiros de AFRMM depositados na conta vinculada da Empresa Brasileira de Navegação ("EBN"). Mas por outro lado, a Lei da Cabotagem passa a permitir novas possibilidades de utilização dos recursos do AFRMM, como (i) serviços de manutenção e revisão por empresas especializadas, possibilidade que antes era restrita a estaleiros; (ii) reembolsos anuais dos valores relativos a seguros e resseguros contratados para cobertura de cascos e máquinas de embarcações próprias ou afretadas; (iii) pagamento de afretamentos, dentre outros. **Navegação do Interior e Cabotagem.** Assim sendo, das possibilidades disponíveis para que a CNA se utilize dos recursos arrecadados pelo AFRMM, elencamos as seguintes: i) para construção ou aquisição de embarcações novas, produzidas em estaleiros brasileiros; ii) para jumborização, conversão, modernização, docagem, manutenção, revisão e reparação de embarcação própria ou afretada, inclusive para aquisição e/ou instalação de equipamentos, nacionais ou importados, quando realizada por estaleiro ou empresa especializada brasileira, sendo responsabilidade da empresa proprietária ou afretadora adquirir e contratar os serviços; iii) para pagamento do valor total do afretamento de embarcações utilizadas, desde que tal embarcação seja de propriedade de uma empresa brasileira de investimento na navegação e tenha sido construída no País; iv) para manutenção, em todas as suas categorias, realizada por estaleiro brasileiro, por empresa especializada ou pela empresa proprietária ou afretadora, em embarcação própria ou afretada; v) para garantia à construção de embarcação em estaleiro brasileiro; vi) para reembolso anual dos valores pagos a título de prêmio e encargos de seguro e resseguro contratados para cobertura de cascos e máquinas de embarcações próprias ou afretadas. Ressaltamos que o procedimento para utilização dos recursos para os itens (i), (ii) e (iv) já estão operacionais por parte do BNDES, agente financeiro responsável por autorizar a movimentação de contas vinculadas. A Companhia aguarda a regulamentação dos demais itens para então avaliar o impacto total trazido pela Lei 14.301 tanto no que se constituiu como restrição — especialmente a impossibilidade de utilização dos créditos por coligadas em navegação diversa da geradora do recurso — quanto nas suas adições. Desde o primeiro trimestre de 2023, são observadas mudanças nos procedimentos internos da Receita Federal que proporcionaram o atraso de depósito do subsídio pleiteado na conta vinculada. Durante o 4T de 2023, a CNA observou a retomada dos depósitos em conta vinculada, tendo recebido R\$ 14.410 referente ao AFRMM gerado em 2023. São esperadas ações dos órgãos competentes para a regularização do processo, que atinge a toda a indústria recebedora do subsídio no país. **Navegação do Interior e Cabotagem.** A contabilização do AFRMM segue as regras do CPC 07 (IAS 20). Quando o serviço de frete é finalizado, o valor a receber de AFRMM é reconhecido simultaneamente no ativo de longo prazo e no passivo não circulante, como receita diferida, não impactando, no momento inicial, o resultado da CNA. Atualmente, em um prazo médio aproximado de 90 a 120 dias, esse crédito do AFRMM é depositado na conta vinculada da CNA junto ao Banco do Brasil. Neste momento o AFRMM passa a estar disponível para uso conforme o permitido. Quando o AFRMM é utilizado, o passivo não circulante que foi contrapartida de seu lançamento e a receita passam a ser afetados como segue: Se a companhia utiliza R\$100 para a compra de uma embarcação que será depreciada em 20 anos, seu balanço passará a indicar no imobilizado o valor inicial de R\$100 e o passivo continuará apresentando valor também de R\$100 como receita diferida de AFRMM. Depois do primeiro ano de uso da embarcação, o ativo imobilizado indicará R\$95 (R\$100 – R\$5 de depreciação). O passivo será também reduzido no mesmo montante da depreciação, passando a marcar R\$95. Em contrapartida à essa redução do passivo, será lançado no resultado o valor de R\$5 como Receitas de Subvenção – AFRMM. Ou seja, embora o efeito caixa da utilização do AFRMM ocorra em aproximadamente 30 meses e sua utilização não gere um passivo financeiro para a companhia, o lançamento dos valores deste benefício econômico aos acionistas se dá, contabilmente, ao longo da vida útil do ativo.

Operacionalidade e Receita Líquida

Ano	Operacionalidade (%)	Receita Líquida (R\$ mil)
4T22	91,9%	44.673
1T23	98,6%	49.053
2T23	96,7%	34.722
3T23	97,6%	40.363
4T23	92,3%	51.816

Backlog atual de contratos – Navegação offshore. O backlog representa o saldo de dias remanescentes de contrato valorados pelas diárias acordadas para cada embarcação. Ressalta-se que esse valor é estimado uma vez que sua realização depende diretamente de taxas de câmbio futuras bem como da performance operacional das embarcações. O backlog de contratos firmes da nossa atividade de navegação é demonstrado na tabela a seguir: **Backlog atual de contratos**

Embarcação	Tipo	Início do Contrato	Término do Contrato	Backlog (R\$ 000)
Asgaard Sophia	OSRV	set-21	set-24	15.330
Geonísio Barroso	AHTS	jul-21	mai-25	40.599
Yvan Barreto	AHTS	dez-21	mai-25	54.743
Haroldo Ramos	AHTS	set-23	set-27	238.612
Stim Star Arabian Gulf	WSSV	dez-21	set-24	49.279
Total				398.563

1- Foi considerado como início dos contratos a data efetiva de seu início, quando já realizada, ou estimada, quando futura. 2- O período firme de contrato equivale ao prazo mínimo garantido. Nossos contratos incluem períodos adicionais de renovação em caso de acordo mútuo entre as partes, não considerados no Backlog. 3- O valor do backlog considera a taxa de câmbio de venda de fechamento em 31 de dezembro de 2023, de R\$4,8413, para conversão dos valores em US\$ para R\$. Em média, nossos contratos têm 60% de seu valor em US\$ e 40% em R\$. **Principais tipos de Embarcações Offshore. Navegação offshore. Platform Supply Vessel (PSV),** embarcações capazes de transportar cargas líquidas e sólidas entre a costa e as plataformas e vice-versa. **ROV Supply Vessel (RSV),** embarcações especializadas ou preparadas para operação de um ou mais ROV (Remote Operate Vehicle). **Multi-purpose Platform Supply Vessel (MPSV),** embarcações multipropósito, capazes de transportar cargas líquidas e sólidas, capacidade de acomodação de pessoal acima dos PSVs, além da capacidade de outras operações, incluindo ROVs. **Anchor Handling Tug Supply (AHTS),** embarcações capazes de ancorar e rebocar plataformas, guindastes e outras embarcações. **Oil Recovery Supply Vessel (OSRV),** embarcações que contam com equipamentos de combate a incêndio e recolhimento de óleo no mar. **Well Stimulation Supply Vessel (WSSV),** embarcações cujos equipamentos são capazes de intervir e estimular poços de petróleo, visando a melhora da recuperação de óleo. **Dive Support Vessel (DSV),** embarcações equipadas para atividades que envolvam mergulhadores. **Construction Support Vessel (CSV),** embarcações equipadas para atividades de construção e instalação submarinas, geralmente incluindo utilização de ROV e mergulhadores. **Overview Regulatório do Mercado Brasileiro. Empresa Brasileira de Navegação (EBN)** é uma entidade autorizada pelos órgãos reguladores (ANTAQ) a operar em alguma ou diversas atividades de navegação no Brasil. Para ser uma EBN, a empresa precisa ser brasileira (mesmo que seu capital seja detido por estrangeiros) e possuir pelo menos uma embarcação de bandeira brasileira operando regularmente. Registro

Resultado Líquido (19.234)

Receita Líquida	Navegação	Mineração	Consolidado
65.844	65.844	-	65.844
(-) Custo dos Serviços e Produtos sem Depreciação	(47.658)	-	(47.658)
(-) G&A	(9.326)	(958)	(10.284)
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	641	(232)	409
EBITDA	9.501	(1.190)	8.311
(+) Novo AFRMM Gerado	6.248	-	6.248
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	(5.690)	-	(5.690)
(+/-) Não Recorrente	(1.558)	583	(975)
EBITDA Ajustado¹	8.501	(607)	7.894
Depreciação/Amortização	(12.128)	-	(12.128)
(-) Novo AFRMM Gerado	(6.248)	-	(6.248)
Receitas Financeiras	-	1.019	1.019
Despesas Financeiras	-	(18.385)	(18.385)
Varição Cambial	-	2.511	2.511
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	-	5.690	5.690
(+/-) Não Recorrente	-	978	978
Impostos	-	(565)	(565)
Resultado Líquido	(19.234)		

A atividade de Navegação inclui as operações de navegação da Controladora, além das investidas Columbus, CNA e Asgaard Bourbon, enquanto a Mineração é composta pelo Projeto MOPI, Dutovias e CDNC. A consolidação dos segmentos considera eliminação de lançamentos intercompany. **1- Métrica de EBITDA Ajustado não auditada pelos auditores independentes.** **Resultado Líquido (28.977)**

Receita Líquida	Navegação	Mineração	Consolidado
238.902	238.902	-	238.902
(-) Custo dos Serviços e Produtos sem Depreciação	(177.311)	-	(177.311)
(-) G&A	(28.786)	(10.012)	(38.797)
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	18.939	(297)	18.642
EBITDA	51.745	(10.309)	41.436
(+) Novo AFRMM Gerado	26.140	-	26.140
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	(16.874)	-	(16.874)
(+/-) Não Recorrente	(2.062)	818	(1.244)
EBITDA Ajustado¹	58.949	(9.491)	49.458
Depreciação/Amortização	(40.022)	-	(40.022)
(-) Novo AFRMM Gerado	(26.140)	-	(26.140)
Receitas Financeiras	-	2.545	2.545
Despesas Financeiras	-	(38.625)	(38.625)
Varição Cambial	-	6.861	6.861
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	-	16.874	16.874
(+/-) Não Recorrente	-	1.244	1.244
Impostos	-	(1.172)	(1.172)
Resultado Líquido	(28.977)		

A atividade de Navegação inclui as operações de navegação da Controladora, além das investidas Columbus, CNA e Asgaard Bourbon, enquanto a Mineração é composta pelo Projeto MOPI, Dutovias e CDNC. A consolidação dos segmentos considera eliminação de lançamentos intercompany. **Informações Financeiras Consolidadas. Receita Líquida.** A Companhia apresentou Receita Líquida Consolidada de R\$65.844 no quarto trimestre de 2023 e de R\$238.902 no ano. A atividade de Navegação apresentou aumento da receita na comparação com o mesmo período de 2022, justificada pelo início do novo contrato da embarcação Haroldo Ramos, iniciado em 14 de setembro de 2023, cuja tarifa diária é aproximadamente 42% maior que o antigo contrato. 1 - Métrica de EBITDA Ajustado não auditada pelos auditores independentes. **Resultado do Período.** A Companhia apresentou prejuízo consolidado de R\$19.234 no 4º trimestre de 2023 e de R\$28.977 no ano. No trimestre, a principal contribuição para o resultado negativo observado é a provisão judicial constituída na ABN no valor de R\$11.981, conforme detalhado na seção de eventos subsequentes. **Caixa e equivalentes de Caixa.** A Companhia encerrou o terceiro trimestre de 2023 com posição consolidada em caixa de R\$2.713. **Compromissos assumidos com a Operação da Bom.** A Companhia assumiu o endividamento com o BNDES das embarcações AHTS compradas da BOM (Bourbon Offshore Marítima) em 30 de dezembro de 2020. Este empréstimo totalizava R\$33.560 em 31 de dezembro de 2023. **Empréstimos e Financiamentos.** A Companhia encerrou o trimestre com o total de empréstimos e financiamentos de R\$75.468. Deste total, R\$33.560 são referentes ao endividamento com o BNDES, assumido como parte da operação de aquisição dos AHTS da BOM. Além dos empréstimos bancários, a Companhia tem ainda passivo com partes relacionadas de R\$42.586 e as Obrigações por Aquisição de Investimentos de R\$55.879, explicadas a seguir. **Embarcações Afretadas e Arrendamentos a Pagar.** Em face das alterações no CPC 06 (IFRS 16), conforme Notas Explicativas, a Companhia passou a reconhecer certos contratos de afretamento e arrendamento como ativos e passivos. No final do 4º trimestre de 2023, a Companhia apresentava ativo não circulante de R\$15.970 relacionado ao direito de uso das Embarcações Afretadas, Passivo Circulante de R\$17.934 e Não Circulante de R\$1.701 de Afretamentos a Pagar. **Informações financeiras consolidadas. Obrigações por aquisição de Investimentos** Os valores a pagar originalmente referentes à aquisição da CNA são contabilizados como Obrigações por Aquisição de Investimentos. Os bancos Bradesco (29,3%) e Itaú (36,5%) perfazem aproximadamente 65% do total dos créditos, com o restante aproximado de 8% do total pertencendo a diversos credores que originalmente eram debenturistas do Grupo Libra. O total destas Obrigações por Aquisição de Investimentos totalizava R\$55.879 em 31 de dezembro de 2023. Em adição a todas as negociações já feitas desde a aquisição do investimento, as mais recentes são descritas a seguir: Em 10 de fevereiro de 2023, a Companhia concluiu a assinatura do instrumento de confissão de dívida celebrados com o FAG 3 Fundo de Investimentos Multimercado Crédito Privado, cujos pagamentos ocorrerão em 43 parcelas com a última vencendo em 30 de junho de 2029. Este acordo auferiu ganho de R\$ 63. Em 26 de setembro de 2023, a Companhia concluiu a assinatura do instrumento de confissão de dívida celebrados com o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Votorantim Crédito Corporativo e Fundo de Investimento Titanium Renda Fixa Crédito Privado, cujos pagamentos ocorrerão em 6 parcelas com a última vencendo em 31 março de 2024. Este acordo auferiu ganho de R\$ 438. Na aquisição da CNA, o Grupo Libra assumiu contratualmente perante a Companhia a responsabilidade pelo pagamento de passivos de natureza diversas existentes na CNA até a data de sua aquisição, no valor de R\$ 56 (R\$ 78 em 31 de dezembro de 2022). **Ativos e passivos circulantes.** Com a maior parte de seus ativos em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados a

DRE Acumulado – 3 meses (4T 2023)

Receita Líquida	Navegação
65.844	65.844
(-) Custo dos Serviços e Produtos sem Depreciação	(47.658)
(-) G&A	(9.326)
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	641
EBITDA	9.501
(+) Novo AFRMM Gerado	6.248
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	(5.690)
(+/-) Não Recorrente	(1.558)
EBITDA Ajustado¹	8.501

DRE Acumulado - 12 meses (2023)

Receita Líquida	Navegação
238.902	238.902
(-) Custo dos Serviços e Produtos sem Depreciação	(177.311)
(-) G&A	(28.786)
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	18.939
EBITDA	51.745
(+) Novo AFRMM Gerado	26.140
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	(16.874)
(+/-) Não Recorrente	(2.062)
EBITDA Ajustado¹	58.949

1- Métrica de EBITDA Ajustado não auditada pelos auditores independentes.

A consolidação das empresas do ramo de navegação considera as eliminações de lançamentos intercompany. **MOPI – Projeto Morro do Pilar. Destques operacionais.** O Projeto MOPI tem por finalidade a produção de 25 milhões de toneladas por ano de minério de ferro de alto teor, matéria-prima essencial para a produção do aço verde. Está localizado numa região de baixa densidade populacional do Estado de Minas Gerais, no município de Morro do Pilar, cujo dados divulgados no Censo IBGE 2022 apontam para 3.133 habitantes ou 6,56 habitantes por km². O projeto está baseado no Technical Report elaborado pela empresa SRK Consulting em 2014, que apresenta o total de 1,64 bilhão de toneladas de recursos certificados, sendo 1,33 bilhão de toneladas de recursos medidos e indicados e 0,31 bilhão de toneladas de recursos inferidos, seguindo os padrões do Canadian Institute of Mining, Metallurgy and Petroleum (CIM) de 27 de novembro de 2010 e o Canadian National Instrument Form 43-101F (Form NI 43-101F). O protocolo do requerimento da Licença de Instalação (LI) foi realizado em agosto de 2019 e atualizado em outubro de 2021, com a inclusão da filtragem de 100% dos rejeitos gerados e o faseamento do projeto. Estas atualizações permitiram a sua adequação às melhores práticas ambientais existentes, além de reduzir o investimento e o prazo necessários para o início das operações. O Projeto MOPI foi classificado como prioritário pela Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais (INVEST MINAS), e por esta razão, o licenciamento ambiental está tramitando na Superintendência de Projetos Prioritários (SUPPRI), subordinada à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).

Projeto Direct Shipping Ore – DSO (Fase 1 do Projeto Morro do Pilar). A 1ª fase do Projeto MOPI, denominada DSO, foi idealizada com o objetivo de reduzir o investimento e o prazo de implantação necessários para o início das operações. Ela consiste no processamento simplificado de 20 milhões de toneladas de hematita friável certificadas, localizadas no Pit Norte, sem a utilização de água e/ou barragens de rejeitos. Além destes recursos, a área também contém aproximadamente 10 milhões de toneladas de canga, que potencialmente poderão ser convertidas em produto com qualidade satisfatória. **Licenciamento Ambiental.** Como o Projeto DSO está localizado na mesma Área Diretamente Afetada (ADA) e seu volume de recursos já era parte do Projeto MOPI, o processo de licenciamento avançará com o atual pedido da LI para o projeto como um todo. Após a emissão da LI e instalação da planta do DSO, a Companhia solicitará uma Licença de Operação (LO) parcial do DSO. A implantação das estruturas e da planta de beneficiamento das fases seguintes do Projeto MOPI já estarão autorizadas por esta LI e serão alvo então de futuros pedidos de LO.

Volume de produção e produto. O volume de produção planejado para o Projeto DSO é de até 5 milhões de toneladas por ano de minério de ferro fino, com teor de 63% de Fe. **Logística.** A logística para o escoamento do produto da fase DSO será pelo modal rodoviário. **Investimento (Capex).** O Capex estimado pela Companhia para a implantação completa do Projeto DSO foi revisado e está estimado em aproximadamente US\$50 milhões.

MLog S.A. CNPJ 13.444.994/0001-87

MOP, os balanços patrimoniais da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2023 refletem passivos circulantes superiores aos ativos circulantes em R\$ 91.389 e R\$ 179.004, respectivamente (31 de dezembro de 2022 - R\$ 87.009 e R\$ 106.830, respectivamente). Adicionalmente, as informações financeiras individuais e consolidadas, refletem prejuízos acumulados de R\$ 429.519 (R\$ 410.506 em 31 de dezembro de 2022). Estrutura de capital. Desde 2016, quando seus ativos se encontravam todos em fase pré-operacional, a Companhia vem realizando aumento de capacidade de geração de resultados operacionais recorrentes através da aquisição da CNA e da Operação BOM. Como até 2020 a Companhia não contava com geração recorrente consolidada de resultado operacional e nem posição relevante em caixa, estes movimentos foram executados com assunção de compromissos de pagamento futuros. A Companhia hoje tem passivo total de R\$568.983. Neste passivo estão incluídos R\$199.038 de Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM, que embora estejam reconhecidas no passivo, não representam obrigação de pagamento pela Companhia. A existência deste valor está relacionada à metodologia de contabilidade de subsídios governamentais, conforme determinado pelo CPC 07. O valor do passivo total da Companhia, excluindo o valor de Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM, é de R\$369.945, equivalente a 29,7% do seu total de ativos e 54,8% do seu Patrimônio Líquido. Continuidade operacional. As informações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia e suas controladas conseguirão cumprir suas obrigações de pagamentos, principalmente aqueles decorrentes de empréstimos bancários e obrigações na aquisição de investimentos. A situação de liquidez e prejuízos acumulados é reflexo de parte significativa dos ativos da Companhia estarem em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar, além de compromissos de curto prazo relacionados aos valores a pagar pela aquisição da CNA. Adicionalmente, houve incremento de contas a pagar com fornecedores proveniente da docagem do AHTS Haroldo Ramos, realizada mediante geração de caixa da Companhia, sem a contratação de financiamento ou dívida. Ademais, houve o repasseamento da liberação do saldo de AFRMM durante 10 meses do ano de 2023 sem que a Companhia pudesse o converter em caixa ou equivalente de caixa, causado por mudanças procedimentais já regularizadas. A Companhia vem renegociando com seus credores, obtendo o recalculamento de seu passivo, tendo em 31 de dezemb-

bro de 2023 parte significativa deste passivo renegociado em condições mais favoráveis em relação à dívida original. A estratégia financeira e a execução de seu plano de negócios com foco em geração de caixa de suas atividades de navegação, combinadas com a conversão de AFRMM em caixa livre, além de alternativas em avaliação pela Administração para levantamento de capital adicional que podem inclusive considerar a renegociação e alongamento de dívidas já existentes, são medidas fundamentais para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas. Esses eventos e condições descritas acima indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da Companhia. Se a Companhia não tiver sucesso nas medidas descritas acima e, por consequência, condições de continuar operando no curso normal de seus negócios, podem existir impactos: (i) na realização dos seus ativos, inclusive, mas não limitado, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis; e (ii) no cumprimento com certos passivos financeiros pelos valores reconhecidos em suas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. Mercado de capitais e governança corporativa. A MLog é uma companhia aberta, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Conselho de Administração da Companhia, eleito na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 02 de maio de 2023, é composto atualmente por quatro membros, todos com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo permitida a reeleição. São atuais membros desse Conselho: Luiz Claudio Souza Alves (Presidente do Conselho de Administração), Gustavo Barreto de Vasconcelos Lantim Lacerda (Vice presidente do Conselho de Administração), Alvaro Piquet e Otavio Paiva. Ainda em 2 de maio de 2023, o Conselho de Administração da Companhia elegeu a Diretoria para um mandato a se encerrar após a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia. A atual Diretoria é composta por Antonio Frias Oliveira Neto (Diretor Presidente, Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidor), Camila Pinto Barbosa de Oliveira (Diretora Jurídica e de Compliance) e Yury Gazen Dimas (Diretor de Controladoria). Cláusula Compromissória. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho de Administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Estatuto Social, nos acordos de acionistas

arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da CVM, nos regulamentos da B3 S.A., nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento. Eventos subsequentes. Em 22 de janeiro de 2024, a ABN foi intimada acerca da sentença proferida no procedimento arbitral sigiloso instaurado em 2022 pela ABN em face da Petrobras, em razão da não entrega da embarcação BE 808 no prazo acordado contratualmente, tendo em vista a impossibilidade de acordo com a Petrobras. A sentença arbitral julgou improcedentes os pedidos e a ABN provisionou o valor R\$ 11.981 com base na indicação dos assessores legais. Em 16 de fevereiro de 2024, a ABN apresentou pedido de esclarecimentos em sede de embargos arbitrais e, no momento, a ABN aguarda a manifestação do Tribunal Arbitral. Em 24 de janeiro de 2024, a Companhia de Navegação da Amazônia - CNA foi intimada acerca do requerimento de cumprimento de sentença feito pelo INSS no valor de R\$ 1.483 no âmbito do processo nº 006228-24.2003.4.01.3200. Um perito ou contador será contratado para apuração do cálculo que irá subsidiar a impugnação. A perda gerada para a CNA será passível de reembolso por parte dos antigos controladores da CNA, conforme previsto no contrato de compra e venda das ações da CNA firmado com o Grupo Libra, já tendo depositado em juízo no dia 28 de fevereiro de 2024. Em 22 de fevereiro de 2024, a Companhia concluiu a assinatura de um instrumento de confissão de dívida no valor de R\$ 15 celebrado com o Lucio Paulo dos Santos cujos pagamentos ocorrerão em três parcelas com a última vencendo em 29 de abril de 2024. Mercado de Capitais e Governança Corporativa. Auditores Independentes. Em atendimento à resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, a Companhia informa que desde o primeiro trimestre de 2022, a PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda ("PwC Brasil") presta serviços de auditoria externa para a Companhia relacionados ao exame de suas demonstrações financeiras. Além disso, ressaltamos que os auditores independentes supracitados não prestaram, desde a sua contratação, serviços não relacionados à auditoria externa. Rio de Janeiro, 27 de março de 2024. A Administração Relações com Investidores: Antonio Frias Oliveira Neto - CEO/IR Officer Contato: ri@mlog.com.br Telefone: +55 21 3248 4800 www.ir.mlog.com.br

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Table with columns: Ativo Circulante, Nota, Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Depósitos de AFRMM em conta vinculada, Contas a receber de clientes, etc.

Passivo Circulante

Table with columns: Nota, Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022. Rows include Fornecedores, Empréstimo e financiamentos, Salários e encargos sociais, etc.

Total do ativo não circulante

Summary table for Total do ativo não circulante with columns: Nota, Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo por ação que está expresso em reais)

Table with columns: Nota, Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022. Rows include Receita líquida de prestação de serviços, Custos dos serviços prestados, Resultado bruto, Despesas operacionais, etc.

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Summary table for Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social with columns: Nota, Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022.

Prejuízo do exercício

Summary table for Prejuízo do exercício with columns: Nota, Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022.

Prejuízo por ação básico e diluído

Summary table for Prejuízo por ação básico e diluído with columns: Nota, Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Table with columns: Nota, Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022. Rows include Receitas operacionais, Insumos adquiridos de terceiros, Outras receitas, etc.

Valor adicionado recebido em transferência

Summary table for Valor adicionado recebido em transferência with columns: Nota, Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022.

Valor adicionado a distribuir

Summary table for Valor adicionado a distribuir with columns: Nota, Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022.

Distribuição do valor adicionado pessoal

Summary table for Distribuição do valor adicionado pessoal with columns: Nota, Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022.

Tributárias

Summary table for Tributárias with columns: Nota, Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022.

Remuneração de capital de terceiros

Summary table for Remuneração de capital de terceiros with columns: Nota, Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022.

Prejuízo do exercício atribuível

Summary table for Prejuízo do exercício atribuível with columns: Nota, Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022.

Valor adicionado distribuído

Summary table for Valor adicionado distribuído with columns: Nota, Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022.

Demonstrações do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Table with columns: Nota, Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022. Rows include Fluxos de caixa das atividades operacionais, Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais, etc.

Variáveis nos ativos e passivos

Table with columns: Nota, Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022. Rows include Outras contas a receber, Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recuperar, etc.

Caixa e equivalentes de caixa provenientes das atividades operacionais

Summary table for Caixa e equivalentes de caixa provenientes das atividades operacionais with columns: Nota, Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022.

Fluxos de caixa das atividades de investimentos

Table with columns: Nota, Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022. Rows include Adiantamento para futuro aumento de capital, Aquisições de imobilizado, etc.

Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos

Summary table for Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos with columns: Nota, Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022.

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

Summary table for Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício with columns: Nota, Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022.

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

Summary table for Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício with columns: Nota, Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022.

*As transações que não afetam caixa estão demonstradas na Nota Explicativa 25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Table with columns: Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022. Rows include Prejuízo do exercício, Outros resultados abrangentes, Resultado abrangente do exercício, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto operacional: A MLog S.A. ("Companhia") detém o controle integral das sociedades Morro do Pilar Minerais S.A. ("MOP"), Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba ("CDNC"), Dutovias do Brasil S.A. ("Dutovias"), Companhia de Navegação da Amazônia - CNA ("CNA") e da Nova Sociedade de Navegação S.A. ("NSN"). A MLOG possui também participação de 50% na Asgaard Bourbon Navegação S.A. ("ABN"). A subsidiária CDNC não é operacional, sendo proprietária de um terreno no município de Linhares, no Espírito Santo. As subsidiárias MOP e Dutovias, atuam nos segmentos de mineração. As subsidiárias ABN e CNA atuam no segmento navegação por meio de afretamento e operação de embarcações de apoio marítimo para a indústria de óleo e gás, caso da ABN, enquanto a CNA atua no transporte fluvial de granel líquido (petróleo cru, seus derivados e biocombustíveis). Navegação: A ABN é operadora da embarcação OSRV (Oil Spill Recovery Vessel) Asgaard Sophia ("Sophia"), afretada à Petrobras desde 2016, bem como das embarcações tipo AHTS (Anchor Handling Tug Supply Vessel) Geonísio Barroso e Yvan Barreto. Em 03 de fevereiro de 2023, a Companhia assinou renovação contratual com a Petrobras para a operação do AHTS Haroldo Ramos por 4 anos, renováveis, cuja operação iniciou em 14 de setembro de 2023 após uma docagem de classe da embarcação com duração de cinco meses onde foram investidos cerca de R\$ 35 milhões em melhorias, inclusive do sistema de posicionamento dinâmico. As demais embarcações têm contratos firmes vigentes e em andamento. A ABN opera também a embarcação WSSV (Well Stimulation Supply Vessel) Stilm Star Arabian Gulf, afretada, operada para a Petrobras, em parceria da ABN com a Halliburton, que é a responsável pela operação da planta de estimulação da embarcação. Em 2022 foi instituído procedimento arbitral sigiloso instaurado pela ABN em face da Petrobras, em razão da não entrega da embarcação BE 808 no prazo acordado contratualmente, tendo em vista a impossibilidade de acordo com a Petrobras. Esse procedimento arbitral teve sua decisão proferida em 19 de janeiro de 2024, em desfavor da Companhia, e no momento de emissão destas demonstrações financeiras há em andamento embargos de declaração con-

testando a decisão, vide demonstrado na Nota nº 30 (eventos subsequentes). Abaixo demonstrativo das embarcações em 31 de dezembro de 2023:

Table with columns: Embarcações, Arrendador/proprietário, Arrendatário. Rows include Asgaard, Stilm Star Arabian Gulf, Yvan Barreto, Geonísio Barroso, Haroldo Ramos.

brou com a Bociuiva o Instrumento Particular de Rescisão, que também teve a participação da acionista Maverick Holding S.A. ("Maverick Holding"), onde distram as obrigações assumidas no contrato de Aquisição da Marsil. Nesse instrumento a Companhia cedeu a totalidade das quotas da Marsil à Bociuiva (antiga proprietária da Marsil) pelo valor de R\$ 50.000. Com esta rescisão, a Companhia deixou de consolidar a Marsil e, consequentemente, os saldos relacionados à combinação de negócios foram integralmente baixados, o que incluía os valores de direitos na transação comercial e empréstimos bancários. O Instrumento Particular de Rescisão estabelece, ainda, dentre outras cláusulas, (i) que a acionista Maverick Holding assume a obrigação de pagamento à MLog dos R\$ 50.000 pela transferência das quotas da Marsil para a Bociuiva e (ii) que a Bociuiva se retira do quadro acionário do bloco de controle indireto da MLog através da devolução das ações de emissão da MEP. A obrigação assumida pela Maverick Holding deveria ser liquidada, atualizada, em até 30 dias. Uma vez que o Instrumento Particular de Rescisão não especifica o critério de atualização, a Companhia decidiu pela sua atualização com base na variação do IGP-M mais juros de 12% a.a., conforme previsto em seu estatuto social para os casos de inadimplência de integralização de capital social suscitado por parte dos seus acionistas. Em função da falta de pagamento da referida obrigação, em julho de 2020 a Companhia deu início a uma ação judicial contra a Maverick Holding para a cobrança desse crédito. Essa execução judicial tem valor total atualizado de R\$ 337.134 e engloba também as parcelas suscitadas e não integralizadas do capital social da Companhia (nota 20). No decorrer do primeiro trimestre de 2022 a Administração da Companhia reavaliou a transação de rescisão descrita acima, sobretudo no que tange ao saldo registrado como Contas a Receber da Maverick Holding e, com base no desenvolvimento desta transação nos últimos anos, concluiu que: 1. A liquidação do saldo principal, que deveria ter ocorrido em 30 dias da data de assinatura do Instrumento Particular de Rescisão, não deverá ocorrer no curto prazo, dado que os eventos de liquidez esperados, que poderiam ensejar uma injeção de capital na Maverick Holding, não ocorreram e não havia expectativas de ocorrer no curto prazo. 2. A ação judicial que a Companhia ajuizou contra a Maverick Holding não vinha evoluindo na velocidade que a Administração da

MLog S.A.

CNPJ 13.444.994/0001-87

Companhia esperava. 3. Ocorreram tentativas da Companhia dirimir a questão da dívida do acionista, que não foram adiante por questões societárias. Dessa forma, a Companhia concluiu que o tratamento contábil mais adequado para o saldo devido pela Maverick Holding deveria ser de apresentá-lo, a partir do primeiro trimestre de 2022, em conta redutora do patrimônio líquido da Companhia, em se tratando de um valor devido por um acionista. É relevante frisar que este entendimento é de que o valor principal da dívida se tornou um instrumento patrimonial, passados anos de saldo pendente pelo devedor, mas que, no entanto, a Administração segue com sua interpretação inicial de que o valor devido na data original de registro da transação era de natureza de instrumento de dívida, portanto na época classificado como um saldo de Contas a Receber de parte relacionada. A mudança de interpretação da Companhia resultou dos fatos acima elencados e ocorreu no primeiro trimestre de 2022, não sendo considerada uma mudança de entendimento com aplicação retrospectiva a exercícios anteriores. Considerando ainda que uma dívida que passa a ser de capital em 2022 não poderia, por preceitos contábeis, ter sua atualização capitalizada mensalmente no Patrimônio Líquido, o saldo de juros acumulados permanece como um saldo de Contas a Receber de parte relacionada, porém com uma provisão integral de seu valor. Em 7 de junho de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) que aprovou a retomada, pela Companhia, das ações detidas pela Maverick Holding através da declaração da caducidade das 593.474 ações subscritas e parcialmente integralizadas, conforme artigo 107, parágrafo 4º, da Lei 6.404/76, em razão do inadimplemento referente à terceira, quarta e quinta parcelas de integralização do aumento de capital subscrito. Estas ações foram transferidas para a rubrica ações em tesouraria, no Patrimônio Líquido, conforme Nota Explicativa nº 20, sendo incumbida à Administração da Companhia a venda destas ações no horizonte de 12 meses. Findo esse prazo, também nos termos do artigo 107 da Lei 6.404/76, não tendo sucesso na venda das referidas ações, a assembleia geral deliberará sobre a redução do capital social em valor correspondente. A efetivação desta transferência encontra-se em andamento junto ao agente fiduciário da Companhia. Destaca-se que a terceira parcela foi integralizada em 2018 em conexão com a aquisição da Marsil pela MLog, mas como houve o distrato da operação e a devolução da Marsil para os antigos acionistas, a Maverick Holding assumiu uma dívida com a Companhia. No entanto, com a declaração de caducidade e retomada das ações da Maverick Holding, a administração entende a dívida se tornou inefetiva e passou a integrar o conjunto de ações em tesouraria da MLog. Já a Maverick Holding perde inclusive o valor já integralizado da primeira parcela (R\$ 37.928), dado que o artigo nº 107 da Lei 6.404/76 (Lei das S.A.) em seu quarto parágrafo determina que ações não totalmente integralizadas podem ser declaradas caducas, podendo neste caso a Companhia fazer suas as entradas já realizadas. Ainda que a AGE tenha declarado a caducidade das ações, a Companhia não retirará a ação judicial que promove contra a Maverick Holding pelo tema, dado que a desistência acarretaria no pagamento de honorários de sucumbência. A Companhia já apresentou apelação, pois a sentença determinou a extinção da ação sem resolução de mérito em razão do compromisso arbitral previsto no estatuto social, com pagamento de sucumbência de 10% do valor da causa. Essa ação está classificada como perda possível, vez que a decisão contrariou a posição predominante de que título executivo pode ser executado, ainda que exista cláusula arbitral. Contudo, entende-se que, no momento oportuno, a ação terá que ser extinta, em razão da declaração de caducidade das ações. **Criação de Sociedade em Conta de Participação (SCP):** Em 02 de janeiro de 2023, foi criada uma sociedade em conta de participação entre a MLog (sócia ostensiva com participação de 99,9% do capital) e sua controlada NSN (sócia participante com participação de 0,1% no capital). Esta SCP tem como objetivo reunir ativos e passivos de navegação, sendo regida por um instrumento particular assinado entre as partes na data de 02 de janeiro de 2023 (instrumento particular de constituição da Sociedade em Conta de Participação). A SCP é composta de ativos e passivos aportados pelo sócio ostensivo, a MLog S.A., no montante líquido de R\$ 5.000, sendo estes: • 37.999 ações de emissão da Asgaard Bourbon Navegação S.A., que correspondem a 50% do capital social desta empresa. • 2.868 ações de emissão da Companhia de Navegação da Amazônia, que correspondem à totalidade de seu capital social. • Embarcações do tipo AHTS denominadas Yvan Barreto, Geonísio Barroso e Haroldo Ramos. • Dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, oriunda da aquisição dos três barcos tipo AHTS supracitados. • Dívida originada com a aquisição da Companhia de Navegação da Amazônia. • Dívidas com partes relacionadas. Os ativos e passivos descritos acima foram aportados na SCP pelo seu valor contábil, conforme demonstrado na Nota Explicativa 2.1. A sócia participante, NSN, aporou caixa no montante de R\$ 5. O objetivo desta SCP é a organização da vertical de navegação (apoio offshore e navegação interior) do Grupo, reunindo de forma consolidada seus ativos, passivos e consequentemente o resultado produzido por estes. A SCP serve de veículo transitório para os ativos e passivos que, por questões regulatórias, estejam impedidos de transferência imediata para a NSN, a qual será realizada na data em que a última dívida que detinha ativos componentes da SCP em garantia seja extinta, liberando todos os ativos originalmente aportados na SCP para serem transferidos para a NSN, deixando a SCP de ter propósito. A SCP não tem personalidade jurídica e suas operações serão exercidas exclusivamente pela Companhia, inclusive a sua representação ativa e passiva, com plenos poderes de representação perante terceiros. A distribuição dos resultados desta SCP, de acordo com o instrumento particular que a rege, se dá na proporção de 99% para a sócia participante e 1% para a sócia ostensiva. Esta proporção inversa de distribuição do resultado em relação ao capital aportado ocorre por dois motivos: 1) Como a NSN foi criada com o propósito de concentrar as atividades de navegação do Grupo, a atribuição de 99% do resultado da SCP traduz a dinâmica de agregar o resultado da vertical de navegação (apoio offshore e interior) nessa controlada; e 2) A MLog (sócia ostensiva) é controladora única da SCP, mesmo de forma indireta, dado que detém 99,9% de forma direta e controla a NSN detentora dos restantes 0,1%. Desta forma, a não proporcionalidade da distribuição dos resultados é irrelevante para fins de demonstração consolidada da Companhia. A administração da Companhia já solicitou algumas das anuências necessárias para iniciar a efetiva transferência de ativos e passivos, no entanto, até o momento os pedidos permanecem em análise por parte dos potenciais adquirentes sem qualquer resposta definitiva até o momento. **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (*IFRIC Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), com aplicação obrigatória para os exercícios apresentados. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial, conforme descrito nas práticas contábeis. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A Administração da Companhia autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 27 de março de 2024. **2.1 Base de consolidação e investimentos societários:** **a. Consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas, que incluem as demonstrações da Companhia e de suas controladas ("Grupo"), foram elaboradas utilizando a mesma data base e práticas contábeis consistentes, sendo que, quando necessário, ajustes são efetuados nas demonstrações financeiras dessas investidas para garantir a conformidade com as práticas contábeis adotadas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e suas controladas são eliminados integralmente nas informações consolidadas. As participações societárias incluídas no processo de consolidação são:

	Participação 31/12/2023	Participação 31/12/2022
Investimentos		
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	100%	100%
Morro do Pilar Minerais S.A.	100%	100%
Dutovias do Brasil S.A.	100%	100%
Cia de Navegação do Amazonas *	100%	100%
Nova Sociedade de Navegação S.A.	100%	100%
Asgard Bourbon Navegação S.A.	50%	50%
* A CNA fazia parte indiretamente da consolidação através de ABN que tinha 100% da participação, porém a partir de 01/05/2022 a participação da CNA passou a ser diretamente detida pela MLog. A Companhia detém as seguintes participações societárias indiretas por meio da CNA:		
Investimentos	Participação 31/12/2023	Participação 31/12/2022
Bourbon Offshore Marítima S.A. *	-	20%
A participação da CNA na BOM foi finda em 06 de setembro de 2023, com o exercício da opção de recompra das ações, pela BML (Bourbon Marine & Logistics), conforme Nota explicativa nº 8. Quadro abaixo demonstra a movimentação contábil da redução de capital de controladas em 2022:		
	ATIVO	
	Inves- timento	Intan- givel
Participação	lizado	negocial
ABN	(129.301)	227
CNA	126.740	165
	(2.561)	165
		6.516
		1.048
		PASSIVO
ABN	-	-
		267
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO
ABN	-	-
	(2.561)	165
	227	6.516
		1.315
		(5.662)*
		(5.662)

* Trata-se de variações patrimoniais na controlada Asgaard Bourbon Navegação em 2022 (alteração na participação societária). **b. Controladas:** As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir. A Companhia controla a investida quando esta exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **c. Coligada:** Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre práticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas práticas. O investimento em coligada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **d. Combinação de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos

inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuem, significativamente, para a capacidade de gerar output. A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares. **e. Operações com Sociedade em Conta de Participação (SCP):** Conforme detalhado na Nota 1, a SCP constituída em janeiro de 2023 não tem personalidade jurídica, sendo que as suas operações são efetuadas pela Companhia (sócia ostensiva), em seu próprio nome e sob sua responsabilidade, inclusive a representação ativa e passiva da SCP, com plenos poderes de representação perante terceiros. A propriedade e o controle dos ativos da SCP, bem como a responsabilidade pelos seus passivos continuam com a Companhia. Não havendo prática contábil específica previstas nas normas contábeis adotadas no Brasil ou nas IFRS, para as operações com Sociedades em Conta de Participação, a administração da Companhia, em linha com as orientações do CPC 23 / IAS 8 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, exerceu o seu melhor julgamento na aplicação de uma política contábil que pudesse representar de forma fidedigna os objetivos das operações com a SCP. Portanto, as demonstrações financeiras individuais da Companhia compreendem a totalidade dos ativos, passivos, receitas e despesas, tanto das operações da SCP quanto aquelas exclusivas da própria Companhia, eliminando-se as transações entre a Companhia e a SCP, de forma similar ao processo de consolidação de demonstrações financeiras. Não há segregação da parcela atribuída à sócia participante (0,1%), uma vez que se trata de uma controlada integral da Companhia.

Balanco Patrimonial Em milhares de R\$

	31/12/2023	02/01/2023 (constituição)*
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	5
Contas a receber	6.861	-
Total do ativo circulante	6.866	5
Não Circulante		
Partes relacionadas	15.341	-
Investimento	149.749	146.323
Imobilizado	131.855	116.755
Total do ativo não circulante	296.945	263.078
Total do ativo	303.811	263.083
Passivo e patrimônio líquido Circulante		
Empréstimos e financiamentos	26.323	18.898
Impostos a recolher	3.946	-
Obrigações na aquisição de investimentos	15.376	14.507
Contas a pagar partes relacionadas	2.588	4.746
Total do passivo circulante	48.233	38.151
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	7.237	29.773
Partes relacionadas	203.606	144.979
Obrigações na aquisição de investimentos	40.503	45.175
Total do passivo não circulante	251.346	219.927
Patrimônio Líquido		
Capital social	5.005	5.005
Lucros (prejuízos) acumulados	(773)	-
Total do patrimônio líquido	4.232	5.005
Total do passivo e patrimônio líquido	303.811	263.083

*Conforme Nota explicativa nº 1 **Demonstrações do resultado Exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de R\$**

	31/12/2023
Receita líquida de prestação de serviços	28.998
Custos dos serviços prestados	(19.764)
Resultado bruto	9.234
Despesas operacionais	
Gerais e administrativas	(401)
Tributárias	(19)
Outras receitas operacionais	
Equivalência patrimonial	3.426
Outras receitas operacionais	463
Resultado operacional antes do resultado financeiro	12.703
Resultado financeiro	
Receitas financeiras	3.327
Despesas financeiras	(16.803)
	(13.476)
	(773)

2.2. Continuidade operacional: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia e suas controladas conseguiram cumprir suas obrigações de pagamentos, principalmente daqueles decorrentes de empréstimos bancários e obrigações na aquisição de investimentos, conforme descritas nas Notas Explicativas 15 e 16, respectivamente. Os balanços patrimoniais da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2023 refletem passivos circulantes superiores aos ativos circulantes em R\$ 91.389 e R\$ 179.004, respectivamente (31 de dezembro de 2022 R\$ 87.009 e R\$ 106.830, respectivamente). Adicionalmente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 refletem prejuízos acumulados de R\$ 429.519 (R\$ 410.506 em 31 de dezembro de 2022). Essa situação de liquidez e prejuízos acumulados é reflexo de parte significativa dos ativos da Companhia estarem em estágio pré operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar, além de compromissos de curto prazo relacionados aos valores a pagar pela aquisição da CNA (Obrigações na Aquisição de Investimentos), do incremento de contas a pagar com fornecedores proveniente da docagem do AHTS Haroldo Ramos, realizada mediante geração de caixa da Companhia, sem a contratação de financiamento ou dívida, e ainda do repasseamento da liberação de saldo de AFRMM durante 10 meses do ano de 2023 sem que a Companhia pudesse o converter em caixa ou equivalente de caixa, causado por mudanças procedimentais já regularizadas. Conforme divulgado na Nota Explicativa 16, a Companhia vem negociando com os seus principais credores dos valores a pagar pela aquisição da CNA obtendo o reescalonamento de seu passivo, tendo em 31 de dezembro de 2023 parte significativa deste passivo negociado em condições mais favoráveis em relação à dívida original. Essa estratégia financeira da Companhia, a execução de seu plano de negócios com foco em geração de caixa de suas atividades de navegação, combinada com a conversão de AFRMM em caixa livre, além de alternativas em avaliação pela Administração para o levantamento de capital adicional que podem inclusive considerar a renegociação e alongamento de dívidas já existentes, são medidas fundamentais para que suas atividades operacionais e pré operacionais não sejam comprometidas. Esses eventos e condições descritos acima indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da Companhia. Se a Companhia não tiver sucesso nas medidas descritas acima e, por consequência, condições de continuar operando no curso normal de seus negócios, podem existir impactos: (i) na realização dos seus ativos, inclusive, mas não limitado, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis; e (ii) no cumprimento com certos passivos financeiros pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3 Sumário das práticas contábeis materiais:** A seguir apresentamos as práticas contábeis materiais utilizadas pelo Grupo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **a. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 / IFRS 9 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros e divulgação. A Companhia não realiza atualmente operações de hedge, incluindo swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos. **(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros:** O CPC 48 / IFRS 9 estabelece três categorias para classificação de ativos financeiros: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de ativos e passivos financeiros exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **(ii) Custo amortizado:** Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais. **(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. **(iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria os ativos mantidos para negociação. Esses ativos financeiros são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (a) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo ou (b) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo ou (c) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo. **(v) Perdas de crédito esperadas:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas, levando em consideração todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis, tais como: o histórico dos clientes, situação financeira e possíveis indicadores de inadimplência para estimar as perdas de crédito esperadas. A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração das perdas de crédito esperadas, que é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, que considera dados históricos, premissas e expectativas. Atualmente, a administração entende que no curso atual dos negócios operacionais, não existe expectativa de novas perdas esperadas. **(vi) Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensu-

rado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor. **b. Equivalentes de caixa:** São considerados equivalente de caixa as aplicações financeiras de curto prazo e de conversibilidade imediata em um montante conhecido, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento normalmente se qualifica como título de curto prazo quando possui vencimento de até três meses a contar da data da aquisição. **c. Investimentos em controladas:** Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, sendo eliminados para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **d. Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da redução do seu valor recuperável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são apresentadas na Nota Explicativa nº 9. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Intangível:** Os ativos intangíveis compreendem principalmente direitos minerários, gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e obtenção de licenças e ágio na aquisição de investimentos. São avaliados ao custo de aquisição deduzido, quando aplicável, da amortização acumulada e da redução ao valor recuperável. Os gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e obtenção de licenças são capitalizados somente se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia tiver a intenção de concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado, mas é testado anualmente para identificar perdas (reduções) ao seu valor recuperável. As vidas úteis estimadas do ativo intangível são apresentadas na Nota Explicativa nº 11. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **f. Redução ao valor recuperável de ativos:** Os valores contábeis dos ativos são, para fins de desvalorização, revisados anualmente ou quando houver indicação potencial de perda no valor recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos a amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa). Abaixo são demonstradas premissas básicas para elaboração do teste recuperável de ativos:

	Mineração	Navegação
Mensuração do Valor Recuperável	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado ou avaliação dos ativos, conforme o caso
Projeção de Fluxo de Caixa	Toda a vida útil do ativo	Toda a vida útil esperada para cada ativo
Margem Bruta	Base em estudos técnicos contratados, dados de mercado e expectativa do time operacional interno envolvido	Atualização da margem bruta baseada em orçamento, histórico de negócios e tendência de mercado
Custos	Base em estudos técnicos contratados e dados de mercado	Baseada em orçamento, histórico de negócios e tendência de mercado
Taxa de Crescimento na Perpetuidade	Sem Perpetuidade	Sem Crescimento
Taxa de Desconto	A taxa de desconto foi baseada no custo médio ponderado de capital ("WACC") em dólares que reflete o risco específico e a estrutura de alavancagem do segmento, sendo 12,3% para Navegação e 11,8% para Mineração.	

g. Arrendamentos: A Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento quando da celebração do mesmo. O arrendamento é caracterizado quando, em troca de pagamentos mensais, há o aluguel ou a transmissão do direito de uso por tempo determinado, de um ativo arrendado claramente especificado. O prazo de arrendamento utilizado na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento ocorre no reconhecimento inicial. A reavaliação do prazo de arrendamento ocorrerá quando houver um evento significativo ou alteração significativa nas circunstâncias controladas pelo arrendatário. Conforme previsto na norma, o arrendatário pode adotar a isenção de reconhecimento para contratos com prazos inferiores a doze meses, ou cujo ativo subjacente objeto do contrato for de baixo valor. **h. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **i. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados pelo regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo para apuração dos impostos considera as adições e exclusões previstas na legislação vigente. A Administração somente registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos quando há evidência de utilização em lucros tributáveis futuros. **j. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que podem afetar a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como nas notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas adotadas pela Administração. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas explicativas:

Estimativas e julgamentos contábeis	Nota Explicativa
Adicional ao Frete para renovação da Marinha Mercante	3.m e 5
Perdas de crédito esperadas	6
Combinação de negócios (manutenção do conceito de "controle" sobre a investida ABN)	8
Investimento em SCP	2.1.e
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	9
Premissas para testes de recuperabilidade de ativos imobilizado e intangível	9
Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências	17

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **k. Demonstração do valor adicionado:** A apresentação das demonstrações do valor adicionado é requerida pela Legislação Societária Brasileira para Sociedades Anônimas de capital aberto e é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. **l. Prejuízo por ação:** O cálculo do prejuízo básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício. O prejuízo diluído por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média de ações ordinárias durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais, diluídas em ações ordinárias. **m. Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante AFRMM:** A subsidiária CNA, mencionada na Nota no 1, é beneficiária nos termos da Lei 10.893/2004 do recebimento de 100% do benefício do AFRMM gerado nas suas atividades de navegação fluvial e repassado em forma de subvenção governamental. O uso desses recursos, extensível a coligadas, controladas ou controladora da CNA, está condicionado à aquisição de embarcações novas, jumborização, conversão, modernização, docagem ou reparação de embarcações próprias e pagamento de juros e de amortização de financiamentos relativos a estes mesmos usos. A contrapartida do benefício a ser utilizado registrado no ativo é reconhecida como receita diferida no passivo. O reconhecimento desse passivo no resultado ocorre na proporção do reconhecimento dos valores acima aplicados no resultado, via depreciação e custo de reparação ou quando da incidência de juros ou da amortização de financiamentos. O direito ao uso do benefício extingue-se no caso de não utilização no prazo de três anos, contados a partir do depósito do AFRMM gerado em conta vinculada em nome da CNA. Em conformidade com o art. 30 da Lei 12.973/2014, as subvenções reconhecidas no resultado, até o limite do lucro líquido do exercício, não são tributadas, desde que mantidas em conta de reserva de lucros (reserva de Incentivos fiscais), ficando a utilização dessa reserva condicionada exclusivamente à absorção de prejuízos ou aumento do capital social. O saldo das subvenções reconhecidas no resultado não transferido para a citada reserva de lucros, em decorrência da limitação do lucro líquido, deverá ser transferido assim que ocorrerem lucros suficientes nos anos subsequentes. Como citado na Nota nº 1, a Lei 14.301/22 que institui o programa de estímulo ao transporte por cabotagem assegura a manutenção da atual alíquota de AFRMM para a CNA por seis anos adicionais. **n. Receitas com prestação de serviços:** As receitas de afretamento de embarcações, transporte de cargas e apoio marítimo são mensuradas pelo valor justo do montante recebido, ou a receber, líquidas de descontos comerciais e dos impostos sobre venda desses serviços. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando satisfaz uma obrigação de desempenho, transferindo serviço prometido ao cliente. O serviço é geralmente considerado transferido quando o cliente obtém o controle. A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. Se os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação será alocada com base em seus preços de venda individuais.

MLog S.A.
CNPJ 13.444.994/0001-87

O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que a Companhia vende os serviços em transações separadas, ou contratos firmados antecipadamente. **o. Informação por segmento:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. Os resultados por segmentos que são relatados à Administração da Companhia incluem itens diretamente atribuíveis a cada segmento, navegação e mineração divulgado na Nota Explicativa nº 29, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. **3.1 Novas normas, revisões e interpretações:** As novas normas e interpretações de normas que são efetivas para o exercício iniciado em 2023 não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, as seguintes novas normas, interpretações e emendas emitidas pelo IASB, que serão efetivas em períodos contábeis futuros, não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:

Normas e emendas a normas		Aplicações obrigatórias com início em ou após:
IAS 1	Aspectos de divulgação de passivo não circulante com "Covenants"	1 de janeiro de 2024
IFRS 16	Aspectos a serem considerados para tratamento de uma transferência de ativo como venda em operação de retroarrendamento.	1 de janeiro de 2024
IAS 7	Aspectos de divulgação sobre acordos de financiamentos de fornecedores	1 de janeiro de 2024

Não são esperados impactos de tais alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	10	11	11	12
Equivalentes de caixa	1	3	2.702	2.270
	11	14	2.713	2.282

A administração da Companhia define como "Caixa e equivalentes de caixa" os valores mantidos com a finalidade de atender compromissos operacionais de curto prazo e não para investimento ou outros fins. O saldo em 31 de dezembro de 2023 de caixa e equivalentes de caixa, refere-se em sua maioria a recursos disponíveis mantidos em caixa ou crédito contra instituições financeiras.

5 Adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante ("AFRMM"): Os quadros abaixo apresentam no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 as movimentações das rubricas relacionadas a AFRMM no balanço consolidado.

	Contas do Ativo		Conta do passivo	
	Circulante	Não circulante	Não circulante	Não circulante
	Depósitos de AFRMM em conta vinculada	AFRMM para liberação	AFRMM para liberação	Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM
Saldo em 31/12/2022	1.856	8.662	-	189.792
AFRMM gerado	-	-	26.140	26.140
Depósitos em conta vinculada	14.410	(14.410)	-	-
Rendimentos da conta vinculada	91	-	-	-
Jumbrização capitalizada	(4.769)	-	-	-
Ressarcimento Reparos	(3.645)	-	-	(1.960)
Comissão BNDES 1% e Imposto e Renda	(71)	-	-	-
Reconhecimento no resultado	-	-	-	(14.914)
Transferência para longo prazo e outros	3	26.118	(26.140)	(20)
Saldo em 31/12/2023	7.875	20.370	-	199.038

	Contas do Ativo		Conta do passivo	
	Circulante	Não circulante	Não circulante	Não circulante
	Depósitos de AFRMM em conta vinculada	AFRMM para liberação	AFRMM para liberação	Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM
Saldo em 31/12/2021	-	9.726	-	181.411
AFRMM gerado	-	-	22.666	22.666
Depósitos em conta vinculada	23.670	(23.441)	-	-
Diferença de processos recebidos	-	(228)	-	3
Rendimentos da conta vinculada	46	-	-	26
Recebimento Controladora	(19.483)	-	-	-
Ressarcimento Reparos	(2.200)	-	-	-
Comissão BNDES 1% e Imposto e Renda	(177)	-	-	-
Reconhecimento no resultado	-	-	-	(14.252)
Perdas de AFRMM	-	1.615	-	(62)
PCLD - AFRMM a receber	-	(1.676)	-	-
Transferência para longo prazo	-	22.666	(22.666)	-
Saldo em 31/12/2022	1.856	8.662	-	189.792

¹ Apesar da existência deste valor no passivo não circulante, a utilização do AFRMM dentro de sua finalidade legal não acarreta passivo financeiro ou obrigação de qualquer efeito para a Companhia, que pode a qualquer momento deixar de operar o referido ativo e/ou efetuar a sua venda.

² Refere-se aos pagamentos feitos ao BNDES por conta de financiamentos assumidos pela controladora através da utilização de créditos de AFRMM da CNA. **6. Contas a receber de clientes:** Em 31 de dezembro de 2023, no consolidado, os valores de R\$ 6.000 e R\$ 18.335 (em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 4.718 e R\$ 17.147) referem-se aos negócios regulares das controladas CNA e ABN, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2023 a sua operação contava com quatro embarcações, totalizando uma frota de cinco embarcações ativas. O saldo consolidado inclui também a MLog no montante de R\$ 3.168 (em 31 de dezembro de 2022 R\$ 3.168).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes	10.029	3.168	27.629	25.206
Provisão para perdas esperadas	-	-	(126)	(173)
	10.029	3.168	27.503	25.033

A provisão contempla 100% dos valores que estão ajuizados referentes a clientes antigos quando a Companhia não adotava práticas de apenas negociar com clientes que possuam capacidade de crédito e garantias suficientes para mitigar o risco de crédito. Na MLog 100% da receita é intragrupo e não há histórico de perdas. Na ABN a receita é registrada conforme boletins de medição dos clientes, desta forma a perda histórica de receita nestes casos é insignificante. Na controlada CNA o histórico de perda é baixo, com exceções pontuais sem seguir padrões métricos, tendo sido o último caso em 2020. Os valores de contas a receber de clientes, têm o seguinte prazo de recebimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Valores a vencer	10.029	3.168	25.963	23.820
Valores vencidos:				
Até 30 dias	-	-	1.514	992
De 31 a 90 dias	-	-	26	136
De 91 a 180 dias	-	-	-	85
Acima de 360 dias	-	-	126	173
	10.029	3.168	27.629	25.206

7. Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recuperar IR e CSLL a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Retidos na fonte				
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	-	-	-	15
Imposto de renda sobre serviços prestados	-	-	12.437	9.568
CSLL sobre serviços prestados	-	-	3.788	1.993
Créditos				
IRPJ e CSLL a recuperar	96	88	450	738
	96	88	16.675	12.314

Outros Impostos a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Retidos na fonte		
PIS e COFINS sobre serviços prestados	1.687	1.050
INSS sobre serviços prestados	1.094	1.696
Pedido de restituição		
PIS e COFINS	336	421
Créditos		
Outros	31	13
	3.148	3.180
Não circulante		
Pedido de restituição		
PIS e COFINS	5.108	5.108
Créditos		
PIS e COFINS sobre insumos	943	621
	6.051	5.729

Os valores registrados no ativo não circulante referem-se à restituição de tributos recolhidos a maior em importação em regime de admissão temporária de embarcação estrangeira, cujo valor quando recebido deverá ser repassado ao cliente tomador do serviço. A obrigação com o cliente está registrada na rubrica "outros passivos não circulantes".

8. Investimentos em controladas. A movimentação dos investimentos da controladora no exercício foi da seguinte forma:

Investimentos	31/12/2022	Equivalência patrimonial 100%	Equivalência patrimonial 50%	Aumento de capital	31/12/2023
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	31.013	90	-	3	31.106
Morro do Pilar Minerais S.A.	749.046	(2.103)	-	4.302	751.245
Companhia de Navegação da Amazônia	134.901	13.388	-	-	148.289
Asgaard Bourbon Navegação S.A.	11.424	-	(9.963)	-	1.461
Saldo do investimento	926.384	11.375	(9.963)	4.305	932.101
Nova Sociedade de Navegação S.A.	(60)	(3.531)	-	-	(3.591)
Dutovias do Brasil S.A.	(1.647)	(1)	-	4	(1.644)
Saldo da provisão para passivo a descoberto	(1.707)	(3.532)	(9.963)	4	(5.235)
	924.677	7.843	(9.963)	4.309	926.866

¹ O reconhecimento deste passivo deve-se ao fato da Companhia ser solidária às dívidas das suas controladas Dutovias e NSN.

As demonstrações financeiras resumidas a seguir:

	Moro do Pilar					CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023					
Ativo circulante										
Ativo não circulante	290.540	31.146	-	160.694	264.320	3.968	-	-	-	-
Total do ativo	292.133	31.164	2	205.721	302.902	4.426				
Passivo circulante										
Passivo não circulante	31.659	36	2	50.284	208.815	6.423	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	259.824	31.106	(1.642)	(15.919)	62.029	(3.591)				

DRE - 31/12/2023

	Moro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN
Resultado bruto						
Receitas (despesas) operacionais	(1.757)	90	(1)	(24.173)	19.019	(3.320)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(1.757)	90	(1)	(4.817)	18.992	(3.320)
Resultado financeiro	(346)	-	-	(15.649)	(3.042)	(211)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.103)	90	(1)	(20.466)	15.950	(3.531)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(531)	(1.030)	-
Prejuízo do exercício	(2.103)	90	(1)	(20.997)	14.920	(3.531)

* A capitalização desses saldos ocorre anualmente, quando da realização das Assembleias Gerais Ordinárias das subsidiárias. Para fins de comparação, apresentamos abaixo a movimentação dos investimentos no mesmo exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Investimentos	31/12/2021	Aquisição (baixa) de investimentos	Equivalência patrimonial 100%	Equivalência patrimonial 50%	Aumento de capital	31/12/2022
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	21.078	-	(245)	-	10.180	31.013
Morro do Pilar Minerais S.A.	751.268	-	(2.222)	-	-	749.046
Companhia de Navegação da Amazônia	-	126.740	8.161	-	-	134.901
Asgaard Bourbon Navegação S.A.	145.834	(129.301)	(3.068)	(2.041)	-	11.424
Saldo do investimento	918.180	(2.561)	2.626	(2.041)	10.180	926.384
Nova Sociedade de Navegação S.A.	-	1	(61)	-	-	(60)
Dutovias do Brasil S.A.	(1.643)	-	(4)	-	-	(1.647)
Saldo da provisão para passivo a descoberto	(1.643)	1	(65)	-	-	(1.707)
	916.537	(2.560)	2.561	(2.041)	10.180	924.677

¹ O reconhecimento deste passivo deve-se ao fato da Companhia ser solidária às dívidas da sua controlada Dutovias.

As demonstrações financeiras resumidas a seguir:

	Moro do Pilar					CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022					
Ativo circulante										
Ativo não circulante	286.897	31.161	-	139.222	247.744	-	-	-	-	-
Total do ativo	287.355	31.164	-	184.187	269.060	1				
Passivo circulante										
Passivo não circulante	22.835	149	1.642	106.338	19.664	5	-	-	-	-
	6.897	4	5	72.771	202.288	56	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	29.732	153	1.647	179.109	221.952	61				
	257.623	31.011	(1.647)	5.078	47.108	(60)	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	287.355	31.164	-	184.187	269.060	1				

	Moro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN
Resultado bruto						
Receitas (despesas) operacionais	(2.089)	(230)	(4)	(17.156)	15.021	(61)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(2.089)	(230)	(4)	3.558	10.369	(61)
Resultado financeiro	(134)	(16)	-	(13.378)	(2.918)	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.223)	(246)	(4)	(9.820)	7.451	(61)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(570)	(352)	-
Prejuízo do exercício	(2.223)	(246)	(4)	(10.390)	7.099	(61)

DFC 31/12/2022

	Moro do Pilar	CDNC	Dutovias	ABN	CNA	NSN
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de operacionais	(1.349)	(115)	(4)	78.013	16.551	(56)
Caixa e equivalentes de caixa utilizados nas atividades de investimentos	(2.837)	-	-	(154)	(4.243)	-
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos	4.484	115	4	(78.461)	(11.129)	57
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	298	-	-	(602)	1.179	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	146	-	-	652	59	

MLog S.A.
CNPJ 13.444.994/0001-87

processo houve trânsito em julgado em favor da CNA e a desobstrução do imóvel está sendo providenciada. - Embarcações Geonísio Barroso, Yvan Barreto e Haroldo Ramos com hipoteca de primeiro grau em garantia ao contrato em favor do BNDES, sendo a hipoteca em segundo grau garantia da obrigação de investimento assumida na aquisição da CNA. **10. Direito de uso e Arrendamento a pagar:** A movimentação do direito de uso relativo ao afretamento de terceiros, demonstrada a seguir:

	Direito de Uso
Saldo em 31/12/2022	17.430
Adição	2.381
Amortização	(9.475)
Saldo em 31/12/2023	15.970

	Direito de Uso
Saldo em 31/12/2021	25.511
Adição	2.381
Remensuração	(773)
Amortização	(9.688)
Saldo em 31/12/2022	17.430

A Companhia estimou as taxas de desconto com base nas taxas de juros contratadas, e em linha com as taxas observadas no mercado, excluindo do cálculo taxas contratadas que contêm subsídio ou subvenção, para o prazo de seu contrato. Em 31 de dezembro de 2023, a movimentação é demonstrada a seguir:

	Arrendamentos a pagar
Saldo em 31/12/2022	18.716
Adição	8.015
Juros	2.298
Variação cambial	(1.003)
Pagamentos	(8.391)
Saldo em 31/12/2023	19.635

	Arrendamentos a pagar
Saldo em 31/12/2021	26.016
Adição	2.375
Juros	2.891
Variação cambial	(1.728)
Pagamentos	(10.065)
Remensuração	(773)
Saldo em 31/12/2022	18.716

	Arrendamentos a pagar
Saldo em 31/12/2021	26.016
Adição	2.375
Juros	2.891
Variação cambial	(1.728)
Pagamentos	(10.065)
Remensuração	(773)
Saldo em 31/12/2022	18.716

A seguir são demonstrados os futuros pagamentos mínimos estimados para o contrato de arrendamento:

	Até um ano	De um a três anos	Total
Contratos de arrendamento	18.767	1.777	20.544
Ajuste a valor presente	(833)	(76)	(909)
	17.934	1.701	19.635

	Até um ano	De um a três anos	Total
Contratos de arrendamento	11.257	12.155	23.412
Ajuste a valor presente	(1.884)	(2.812)	(4.696)
	9.373	9.343	18.716

11. Intangível: A Companhia efetuou o teste de recuperabilidade de seus ativos intangíveis, incluindo ágio, para 31 de dezembro de 2023. Durante os 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023 não foram identificados indicadores de *impairment*. A Companhia considera, para efeito de unidades geradoras de caixa: 1) A CNA como unidade única geradora de caixa, pois seus ativos podem conter múltiplos arranjos e combinações de composições para cumprir os contratos de transporte de graneis líquidos combustíveis, fonte geradora de receita. 2) Na ABN consideramos cada embarcação própria uma Unidade Geradora de Caixa (seja da MLog ou da CNA no caso do Asgaard Sophia), dado que individualmente estas embarcações têm contratos vinculantes que por si só geram receita. 3) Na Morro do Pilar, considera-se o projeto todo como uma única unidade geradora de caixa.

	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Custo			
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção (i)	289.902	3.079	292.981
Gastos na fase de licenciamento Sistema de gestão (ERP)	6.404	-	6.404
Softwares	1.393	-	1.393
Intangível adquirido em combinação de negócios (ii)	472.791	-	472.791
Ágio na aquisição (iii)	65.768	-	65.768
	837.188	3.079	840.267

	Taxa	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Amortização				
Sistema de gestão (ERP)	20%	(1.256)	(44)	(1.300)
Softwares	20%	(930)	-	(930)
		(2.186)	(44)	(2.230)
		835.002	3.035	838.037

	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Custo			
Gastos com exploração e avaliação e recursos minerais direitos de prospecção (i)	265.158	24.744	289.902
Gastos na fase de licenciamento Sistema de gestão (ERP)	6.404	-	6.404
Softwares	1.393	-	1.393
Intangível adquirido em combinação de negócios (ii)	472.791	-	472.791
Ágio na aquisição (iii)	65.768	-	65.768
	812.444	24.744	837.188

	Taxa	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Amortização				
Sistema de gestão (ERP)	20%	(1.208)	(48)	(1.256)
Softwares	20%	(930)	-	(930)
		(2.138)	(48)	(2.186)
		810.306	24.696	835.002

(i) Esses itens, em linha com o IFRS 6 - Exploration For and Evaluation of Mineral Rights, referem-se a gastos incorridos pela Companhia com atividades de exploração e avaliação do seu Projeto de minério de ferro Morro do Pilar, tais como sondagens geológicas, estudos ambientais, teste de qualidade e demais custos afetos a comprovação da qualidade e extensão dos direitos minerais. (ii) O saldo de intangível adquirido em combinação de negócios, referente ao excedente pago quando da aquisição da MOPI, alocado aos direitos minerais adquiridos, líquido de *impairment*. (iii) A rubrica ágio na aquisição é referente a expectativa de rentabilidade futura, registrada quando da aquisição da CNA. **12. Imposto de renda e contribuição social:** Em 31 de dezembro de 2023, o montante de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia é da ordem de R\$ 510 milhões (R\$ 491 milhões em 31 de dezembro de 2022), e no consolidado R\$ 975 milhões (R\$ 926 milhões em 31 de dezembro de 2022), sobre o qual a Administração não registra o imposto de renda e a contribuição social diferidos, tendo em vista a ausência de histórico de lucratividade em suas operações e nesse momento, pela falta de expectativa de rentabilidade futura. A reconciliação entre a alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(19.402)	(27.805)
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota de 34%	6.597	9.454
Efeitos de adições e exclusões	(721)	177
Resultado de equivalência patrimonial	(1.531)	(750)
Diferenças permanentes (ii)	4.345	24.147
	4.345	24.147

	Controladora	Consolidado
Utilização de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	467
Imposto de renda e contribuição social diferidos não registrados:		
Diferenças temporárias (i)	2.221	(3.659)
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	(6.177)	(9.044)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	389	(1.172)
Alíquota efetiva	2%	4,2%

(i) As diferenças temporárias referem-se basicamente a provisões operacionais, variação cambial não realizada e provisões para contingências. (ii) As diferenças permanentes compreendem, basicamente, AFRMM não tributado para fins de contribuição social. O imposto de renda diferido passivo refere-se a ganho registrado contabilmente em períodos anteriores e tributável em períodos futuros com base em sua realização financeira. Esse ganho é decorrente da renegociação da dívida relativa à aquisição da CNA. Abaixo a movimentação:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2022	(5.265)	(5.265)
Passivo - Constituição	(120)	(120)
Passivo - Realização	509	509
Saldo em 31/12/2023	(4.876)	(4.876)

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	(5.752)	(5.752)
Passivo - Constituição	(342)	(342)
Passivo - Realização	829	829
Saldo em 31/12/2022	(5.265)	(5.435)

13. Partes relacionadas: Transações entre partes relacionadas: Os saldos das operações com partes relacionadas na data dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão relacionados abaixo:

	Controladora	Consolidado
Ativo		
Patricia Tendrich Pires Coelho (i)	608	485
Maverick Holding S.A. (i)	1.305	1.041
Morro do Pilar Minerais S.A. (iv)	23.389	23.345
Bourbon Offshore Marítima	-	19
Total do não circulante ativo	25.302	24.871
Passivo		
Circulante		
Fjords Limited (iii)	42.342	41.223
Total do passivo circulante	42.342	41.223

	Controladora	Consolidado
31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Não Circulante		
Companhia de Navegação da Amazônia	138.085	135.311
Asgaard Navegação S.A.	93.669	37.816
Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	10.000	10.000
NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A.	3.757	-
Bourbon Offshore Marítima S.A.	-	244
Total do passivo não circulante (v)	245.511	183.127
Total do passivo	287.853	224.350

(i) O mútuo entre a MLog e Patricia Tendrich Pires Coelho (detentora de participação indireta na Companhia) no valor de R\$ 608 é corrigido à taxa de CDI mais 5% ao ano. Em função da ausência de data de vencimento esse saldo está registrado no não circulante. (ii) O mútuo entre a MLog e Maverick Holding S.A. (acionista da MLog) no valor de R\$ 1.305 é corrigido à taxa de CDI mais 5% ao ano. Em função da ausência de data de vencimento esse saldo está registrado no não circulante. (iii) O Conselho de Administração da MLog aprovou a celebração de mútuo na modalidade de "empréstimo externo" nos moldes da Lei 4.131/62, com a Fjords Limited (acionista da MLog), no valor total principal de US\$ 6.950, corrigido à taxa de 12% ao ano, que em 31 de dezembro de 2023 perfaz R\$ 42.342, tendo como garantia a cessão fiduciária relativa aos seguintes recebíveis: - OSRV ABN Sophia; Contrato de afretamento a casco nu, celebrado entre CNA e ABN; - AHTS Geonísio Barroso e Yvan Barreto; Contratos de afretamento a casco nu, celebrados entre MLog e ABN; - AHTS Haroldo Ramos; Contrato de afretamento a casco nu, celebrado entre MLog e BOM. (iv) Em 11 de setembro de 2020, foi proferida sentença julgando extinta a execução, sem resolução de mérito, do processo judicial com a empresa Boa Sorte Ltda., tendo em vista a divergência entre as partes em relação ao valor devido e a existência de Cláusula de Convenção Arbitral. Em 03 de agosto de 2022 foi assinado um acordo para resolução deste litígio mediante pagamento de valor acordado entre as partes, no momento em fase de repactuação do cronograma de pagamento. O montante inicial de R\$ 22.202, antes registrado em provisões, atualmente encontra-se registrado em contas a pagar da controladora, tendo sido pago R\$ 7.344 em 2023, restando o saldo de R\$ 14.858 a pagar. Considerando que o montante a ser pago quita a aquisição de direitos minerais atualmente registrado na MOPI, constitui-se um ativo recebível na controladora como contrapartida da quitação desse ativo intangível a ser realizada pela MOPI. (v) A controladora apresenta passivos não circulantes com suas controladas CNA, ABN e CDNC. Na CNA o valor, refere-se a Notas Promissórias e Mútuos utilizados para gestão de caixa conjunto, incluído o passivo constituído nas ocasiões de pagamentos de parcelas de financiamentos da controladora com BNDES por meio de crédito de AFRMM gerados pela CNA. No caso da ABN refere-se às Notas promissórias para gestão de caixa conjuntas. Na CDNC trata-se de Nota Promissória com vencimento para 10 anos utilizada para aumento de capital. Todas as Notas Promissórias entre as empresas do grupo são remuneradas aos juros de 10% ao ano sem vencimento estabelecido.

Adicionalmente, a Maverick Holding, é avaliada da totalidade da dívida referente à aquisição da CNA. A existência deste aval foi fundamental para a conclusão da operação e a Maverick Holding optou por não cobrar à Companhia por esta garantia.

	Controladora	Consolidado
31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Receitas (despesas) financeiras		
Patricia Tendrich Pires Coelho	122	68
Maverick Holding S.A.	264	115
Asgaard Navegação S.A.	(721)	(331)
Bourbon Offshore Marítima S.A.	-	(6)
Companhia de Navegação da Amazônia	(1.663)	(1.450)
Morro do Pilar Minerais S.A.	285	11
NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A.	(2)	-
Fjords Limited	(1.120)	(4.076)
	(2.835)	(5.669)

Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Companhia considera todos os atuais diretores e membros do Conselho de Administração como pessoal-chave da Administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração desses diretores e membros do Conselho de Administração foi, respectivamente, de R\$ 2.428 e R\$ 2.765 (R\$ 5.066 e R\$ 1.486 respectivamente, em 31 de dezembro de 2022). A remuneração global da Administração, para o período de 01 de maio de 2023 a 30 de abril de 2024, em até R\$ 12.000, foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 02 de maio de 2023, conforme previsão orçamentária. **14. Fornecedores:** O saldo consolidado de R\$ 52.348 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 34.151 em 31 de dezembro de 2022) refere-se basicamente a fornecedores de serviços e materiais utilizados pelas empresas do Grupo em suas operações. O crescimento do saldo em 31 de dezembro 2023 comparativamente ao exercício anterior, deve-se ao fato da Companhia ter docado a: embarcação Haroldo Ramos em 2023.

	Saldo em 31/12/2022	Juros, Multas e Adições	Acordo com credor	Liquidações	Saldo em 31/12/2023	Circulante	Não circulante
Composição do preço de aquisição Parcela Original	133.739	793	-	-	134.532	-	-
Acordo com credor	(74.057)	6.956	(501)	(11.051)	(78.653)	15.376	40.503
	59.682	7.749	(501)	(11.051)	55.879	15.376	40.503

Segue para fins comparativos a movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Saldo em 31/12/2021	Juros, Multas e Adições	Acordo com credor	Liquidações	Saldo em 31/12/2022	Circulante	Não circulante
Composição do preço de aquisição Parcela Original	132.755	984	-	-	133.739	-	-
Acordo com credor	(62.243)	7.003	(2.104)	(16.713)	(74.057)	14.507	45.175
	70.512	7.987	(2.104)	(16.713)	59.682	14.507	45.175

17. Processos judiciais: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas ABN, CNA e MOPI são partes em determinadas ações judiciais. Os processos judiciais categorizados com chances prováveis de perda estão registrados contabilmente, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 19. Segue abaixo tabela com o valor total das outras causas judiciais as quais os assessores legais avaliam o prognóstico de perda como possível. O valor total da causa pode não estar diretamente relacionado ao risco da Companhia, conforme explicação individual dos principais processos abaixo:

	Controladora	Consolidado
2023	2022	2023
2022	2021	2022
Natureza		
Trabalhista	-	3.692
Tributária	-	10
Ambiental	-	17.727
Cível	23.739	36.336
Administrativo	-	3.030
	23.739	67.715

Dentre essas causas possíveis, a Administração destaca abaixo os principais processos judiciais envolvendo a Companhia e suas subsidiárias, que não foram registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31/12/2023:

Nº Processo	Tipo	Autor	Natureza	Valor da Causa Atualizado (R\$)	Chances de perda
10283.721485/2012-45	Administrativo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus	Autuação Federal	2.999	Possível
0078416-72.2014.4.01.3800	Ambiental	Ministério Público Federal	Ação Civil Pública	17.727	Possível
0032202-20.2008.814.0301	Cível	Odete Cunha Lobato Benchimol E Elias Isaac Benchimol	Cível	19.409	Possível
89.2020.8.19.0001	Cível	MLog	Execução	20.712	Possível
1001213-46.2022.5.02.0301	Trabalhista	J.C.T	Reclamação Trabalhista	1.708	Possível
0032808-13.2023.8.06.0001	Cível	Cairo Cezar Vieira da Rocha	Cível	3.017	Possível

1 - Valores atualizados em 31 de dezembro de 2023. Processo nº 0078416-72.2014.4.01.3800: Trata-se de ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais contra a Morro do Pilar Minerais S.A. e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em 2014, objetivando sobrestar os efeitos da anuência expedida pela Autarquia Federal para fins de futura supressão de fragmentos florestais inseridos no Bioma Mata Atlântica, em decorrência do licenciamento ambiental do projeto de lavra e beneficiamento de minério de ferro a ser desenvolvido pela empresa no Município de Morro do Pilar, no Estado de Minas Gerais. O processo aguarda realização de perícia. Processo nº 0032202-20.2008.814.0301: Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais, bem como lucros cessantes, ajuizada em 2008 por Odete Cunha e outro em face da Companhia de Navegação da Amazônia (CNA), em razão de suposta ocupação indevida de terreno, sobre o qual fora concedido licença de ocupação à CNA, por terceiro legítimo que ocupava o imóvel. Foi proferida sentença, por meio da qual foi julgada procedente a pretensão autoral. Posteriormente, foi dado provimento ao nosso recurso de apelação para julgar improcedente a pretensão autoral em relação à CNA. Em sede de embargos de declaração reestabeleceu-se a sentença. Atualmente aguarda-se julgamento do recurso especial. Eventual perda gerada para a CNA será passível de reembolso por parte dos antigos controladores da CNA, conforme previsto no contrato de compra e venda das ações da CNA firmado com o Grupo Libra. Processo nº 0131112-89.2020.8.19.0001: Trata-se de ação de execução de título executivo extrajudicial ajuizada pela MLog em face de Maverick Holding S.A. e Patricia Coelho em virtude do descumprimento da obrigação de integralização das ações de emissão da MLog subscritas pela Maverick Holding S.A. em operação de aumento de capital, tendo a Patricia Coelho como fiadora. Em que pese o deferimento das consultas ao Bacenjud, Infojud e Renajud, em 06.02.2023 foi proferida sentença julgando o processo extinto sem resolução de mérito, em razão da existência de cláusula arbitral no Estatuto Social da MLog, com condenação de honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da causa. A MLog apresentou embargos de declaração, o qual teve o seu provimento negado por não ter sido considerada a via adequada para tal. A Companhia apresentou apelação em maio de 2023 e aguarda seu julgamento. Reclamação trabalhista nº 1001213-46.2022.5.02.0301: Trata-se de reclamação trabalhista de ex-funcionário da Bourbon Offshore Marítima S.A., que incluiu a ABN e a MLog no polo passivo. O processo aguarda audiência. Processo nº 0032808-13.2023.8.06.0001: Trata-se de incidente de descon sideração inversa da personalidade jurídica em face de MLog e outras 5 (cinco) empresas com o objetivo de satisfazer a dívida originalmente executada contra

	CIRCULANTE	Consolidado
Em-presa financeira		
Instituição financeira		
Tipo		
Taxa de juros nominal (a.a.)		
31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
MLog	BNDES	Financi

MLog S.A.

CNPJ 13.444.994/0001-87

no valor histórico de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). A Companhia poderá realizar o pagamento ou propor ação judicial em face da decisão administrativa. **18. Compromissos assumidos:** Em decorrência da Licença Prévia ao Projeto Morro do Pilar concedida pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental - SUPRAM em 06 de novembro de 2014, deveriam ser satisfeitas uma série de condicionantes e outras obrigações legais até novembro de 2019, para a formalização do pedido de concessão da Licença de Instalação - LI. Estas condicionantes e estudos necessários para o Protocolo da LI foram concluídas em 2019 e a Companhia formalizou o pedido de LI junto aos órgãos governamentais. Após o referido protocolo e antes da efetiva concessão da Licença de Instalação - LI, a Companhia incorrerá em gastos e investimentos adicionais como compra e/ou arrendamento de terras, compensações ambientais e outros, cujos valores finais dependerão de negociações entre a Companhia e terceiros. Quanto à compensação de que trata o artigo 36 da Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC), o montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade está limitado a 0,5% (meio por cento) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento. Dessa forma, o valor final a ser pago vincula-se ao total de investimentos na implantação da mina, a depender do arranjo de projeto pretendido pela empresa no tocante à produção bruta anual estimada. Definida a compensação, o valor deverá ser pago em até 4 parcelas mensais, sendo a primeira até 30 dias após a concessão da Licença de Implantação - LI, conforme Decreto Estadual nº 45.175/2009. Com base na documentação legal relacionada a este tema, a Companhia estima o valor desta compensação em aproximadamente R\$ 30.000 (não auditado). Em 07 de fevereiro de 2019, a Companhia celebrou um Termo de Acordo com o Município de Morro do Pilar, o qual tem como objeto, a execução por ambas as partes, de obrigações fixadas no referido Termo, com o intuito de preparar o município para a implantação do empreendimento mineral da Companhia. O valor total envolvido é de R\$ 47.500, com desembolsos já efetuados pela Companhia no montante de R\$ 15.923 até dezembro de 2023. A quitação do valor remanescente de R\$32 milhões ocorrerá em parcelas anuais durante os 5 anos de implantação do projeto, que se iniciará após a obtenção da LI (licença de implantação). Em 08 de agosto de 2019, a Companhia celebrou um Termo de Acordo com o Município de Santo Antônio do Rio Abaixo (SARA), o qual tem como objeto, a execução por ambas as partes, de obrigações fixadas no referido Termo, com o intuito de preparar o município para a implantação do empreendimento mineral da Companhia. O valor total envolvido é de R\$ 10.200, com desembolsos de R\$ 1.465 até dezembro de 2023. A quitação do valor remanescente de R\$ 9 milhões ocorrerá em parcelas anuais durante os 5 anos de implantação do projeto, que se iniciará após a obtenção da LI (licença de implantação).

19. Provisões para contingências trabalhistas e operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante				
Contingências trabalhistas	317	1.003	317	1.040
Serviço de passagem	-	-	1.642	1.642
Contingências judiciais	-	-	11.981	-
Outros	-	-	-	138
	317	1.003	13.940	2.820
Passivo não circulante				
Provisões operacionais	3.733	3.239	6.519	5.428
Contingências trabalhistas	-	191	133	924
	3.733	3.430	6.652	6.352
	4.050	4.433	20.592	9.172

Os valores provisionados em 31 de dezembro de 2023 referem-se a: (i) segunda parcela de acordos de servidão de passagem de mineral, no valor de R\$ 1.642 (R\$ 1.642 em 31 de dezembro de 2022) registrado na controladora Dutovias, devido quando da regularização cartorial pelos proprietários dos imóveis servientes, (ii) provisões para contingências trabalhistas de R\$ 317 (R\$ 1.003 em 31 de dezembro de 2022) registrado na controladora, (iii) 0 (138 em 31 de dezembro de 2022) na controladora CDNC referente a auto de infração do contrato de adesão para construção de terminal portuário e (iv) o valor de R\$ 11.981 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022), referente a provisões judiciais na ABN, conforme Nota Explicativa nº 1 e 30. Do valor de R\$ 6.652 (R\$ 6.352 em 31 de dezembro de 2022) registrado no passivo não circulante, R\$ 133 (R\$ 924 em 31 de dezembro de 2022) refere-se às ações cíveis e trabalhistas na controladora CNA, nos quais as chances de perda foram categorizadas como prováveis, R\$ 3.733 (R\$ 3.239 em 31 de dezembro de 2022) na controladora, R\$ 2.078 (R\$ 1.452 em 31 de dezembro de 2022) na controladora Morro do Pilar, R\$ 708 (R\$ 562 em 31 de dezembro de 2022) na controladora ABN em 31 de dezembro de 2023, referem-se a Provisões Operacionais. **20. Patrimônio líquido: Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito da Companhia é representado por 2.899.712 ações ordinárias conforme abaixo detalhado:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Maverick Holding S.A.	945.712	32,61	1.539.186	53,08
Fjords Limited	814.969	28,11	781.646	26,96
Fábrica Holding S.A.	154.072	5,31	154.072	5,31
Tesouraria	593.474	20,47	-	-
Outros	391.485	13,50	424.808	14,65
	2.899.712	100,00	2.899.712	100,00

Nos termos da reforma do Estatuto Social, aprovada na AGE de 26 de agosto de 2015, o capital social da Companhia poderá ser aumentado por deliberação adotada pelo Conselho de Administração, independentemente de alteração do Estatuto Social, até que alcance 6.000.000 (seis milhões) de ações ordinárias. O Conselho de Administração poderá estipular a quantidade de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de subscrição, integralização e emissão. **Prejuízo por ação:** O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do (prejuízo) básico por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado atribuído aos detentores das ações	(19.013)	(72.219)
Ações em circulação (média ponderada)	2.561.513	2.899.712
Prejuízo por ação básico e diluído - em reais (*)	(7,42)	(24,91)

(*) A Companhia não tem instrumentos financeiros diluidores, bem como o prejuízo do exercício não gera efeito diluidor. **Capital a integralizar:** Conforme descrito na nota 1, em 7 de junho de 2023 ocorreu uma Assembleia Geral Extraordinária aprovando a declaração de caducidade das ações pendentes de integralização pelo acionista Maverick Holding, passando estas ações à posse de tesouraria da Companhia. A administração da Companhia deverá envolver esforços na alienação destas ações no prazo de 1 ano. Caso a alienação não ocorra neste prazo, a Assembleia Geral deliberará sobre a redução do capital social em valor correspondente. Nesse caso, nos termos do artigo nº 107, parágrafo 4º, da Lei 6.404/76 (Lei das S.A.), a Maverick Holding perderá inclusive o valor já integralizado. Com a declaração da caducidade das 593.474 ações subscritas e parcialmente integralizadas pela Maverick Holding, o saldo do capital a integralizar foi transferido para a rubrica ações em tesouraria, no Patrimônio Líquido, estando os ramos de escrituração da transferência em andamento pelo agente escriturador da Companhia. **Custo na captação de recursos:** Os custos com advogados, consultores, publicidade, outros serviços e o imposto sobre essas operações (IOF), foram pagos pela Companhia e contabilizados como custo de captação de recursos no patrimônio líquido. **Reserva de capital:** Em decorrência da declaração de caducidade das ações parcialmente integralizadas pela Maverick Holding, o saldo da reserva de capital, no valor de R\$ 7.211, foi transferido para a rubrica ações em tesouraria, dado que a reserva estava relacionada com uma das integralizações parciais realizada em 2018. **Resultados abrangentes:** O resultado abrangente do exercício é referente às variações patrimoniais ocorridas na ABN em decorrência de redução do seu capital social em 2022. **Dívida de acionista:** O valor de R\$ 50.000 refere-se a reclassificação de dívida de acionista, antes compreendida como contas a receber *intercompany* e posteriormente reclassificada para patrimônio líquido, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1. No entanto, conforme também comentado na Nota Explicativa nº 1, com a declaração da caducidade de 593.474 ações subscritas e parcialmente integralizadas pela Maverick Holding, a administração entende a dívida se tornou inefetiva e passou a integrar o conjunto de ações em tesouraria da Companhia. Dessa forma, em junho de 2023, o saldo da dívida foi reclassificado para a rubrica ações em tesouraria. **Ações em tesouraria:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de junho de 2023 aprovou a retomada, pela Companhia, de 593.474 ações subscritas e parcialmente integralizadas pela Maverick Holding, através da declaração da caducidade dessas ações. Essas ações foram transferidas para a rubrica ações em tesouraria e a Companhia deverá providenciar a sua venda no prazo de 1 ano. Caso não haja sucesso na venda, estas ações serão declaradas caducas, sendo a caducidade o rompimento definitivo do vínculo entre o acionista e a Companhia. **21. Receita líquida, custos e despesas dos serviços prestados:** As receitas e os correspondentes custos realizados pelas controladas ABN e CNA, bem como e pela Companhia, são demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas				
Afretamento de embarcações	31.954	32.585	191.869	198.065
Transporte de cargas	-	-	80.137	69.001
Receita Bruta	31.954	32.585	272.006	267.066
Deduções				
PIS e COFINS	(2.956)	(3.014)	(26.025)	(26.343)
ICMS	-	-	(7.070)	(5.181)
Outros	-	-	(9)	(283)
Receita líquida	28.998	29.571	238.902	235.259
Custo dos serviços prestados				
Pessoal	-	-	(89.968)	(92.314)
Afretamento	-	-	(6.769)	(1.344)
Depreciação	(19.764)	(13.532)	(31.753)	(25.466)
Locações	-	-	(1.604)	(1.813)
Materiais	-	-	(55.322)	(68.975)
Seguros	-	-	(5.243)	(5.098)
Serviços	-	-	(10.530)	(16.734)
Resultado econômico (i)	-	(18.357)	-	-
Amortização de arrendamentos	-	-	(9.475)	(9.688)
Outros	-	-	(6.312)	(6.497)
	(19.764)	(31.889)	(216.976)	(228.009)
Resultado bruto	9.234	(2.318)	21.926	7.250

(i) Contrapartida em transação comercial relativa ao equilíbrio dos pagamentos de afretamentos em valores superiores ao resultado operacional auferido pelas embarcações operadas pela Asgaard e pertencentes à MLog ou suas controladas. As informações sobre natureza dos custos e despesas reconhecidas nas informações do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(6.188)	(7.360)	(113.412)	(112.620)
Afretamento	-	-	(6.769)	(1.344)
Depreciação	(19.925)	(13.693)	(32.110)	(25.958)
Locações	-	(361)	(1.604)	(2.720)
Materiais	-	-	(55.322)	(68.975)
Seguros	-	-	(5.243)	(5.098)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Serviços	(2.603)	(3.458)	(14.398)	(21.570)
Remissão de dívida	501	2.104	501	2.104
Processos judiciais	-	(52)	-	(52)
Provisões (ii)	-	(46.932)	-	(48.536)
Resultado econômico (i)	-	(18.357)	-	-
Amortização de arrendamentos	(1.919)	-	(9.475)	(9.688)
Outros	-	(735)	(21.785)	(9.575)
	(30.134)	(88.844)	(259.617)	(304.032)
Custos dos serviços prestados	(19.764)	(31.889)	(216.976)	(228.009)
Despesas operacionais	(11.063)	(12.574)	(39.154)	(34.159)
Outras receitas operacionais	693	(44.381)	(3.487)	(41.864)
	(30.134)	(88.844)	(259.617)	(304.032)

(i) Contrapartida em transação comercial relativa ao equilíbrio dos pagamentos de afretamentos em valores superiores ao resultado operacional auferido pelas embarcações operadas pela ABN e pertencentes à MLog ou controladas. (ii) Provisão constituída para o montante de atualização e juros da dívida com acionista, conforme descrita na Nota Explicativa nº 1, dentre outras provisões.

22. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	-	3	97
Atualização de impostos a recuperar	8	252	1.109	443
Juros sobre empréstimo	672	194	611	262
Varição cambial	6.374	6.910	7.683	8.871
	7.054	7.356	9.406	9.673

23. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Juros sobre empréstimo e financiamentos	(12.006)	(11.783)	(17.990)	(15.228)
Juros na aquisição de investimento	(7.749)	(8.423)	(7.749)	(8.423)
Varição cambial	-	-	-	(10)
Juros AVP Arrendamentos	-	-	(2.298)	(2.891)
Encargos bancários	(303)	(43)	(666)	(43)
Multas e juros*	(3.142)	(165)	(9.857)	(3.464)
Outros	-	(895)	(65)	(1.811)
	(23.200)	(21.309)	(38.625)	(31.870)

*Aumento em relação a 2022, referente a aquisição de parcelamentos legais e pontuais atrasos de fornecedores.

24. Instrumentos financeiros: Classificação por categoria: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos, quando aplicáveis, são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preço cotado (não ajustado) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preço). • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os principais instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 estão relacionados abaixo:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	Categoria	Valor contábil	Categoria
Ativos e passivos financeiros				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	2.713	amortizado	2.282	amortizado
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	7.875	amortizado	1.856	amortizado
Contas a receber de clientes	27.503	amortizado	25.033	amortizado
Partes relacionadas	1.932	amortizado	1.545	amortizado
Direitos na transação comercial	56	amortizado	78	amortizado
Outros créditos	2.021	amortizado	3.315	amortizado
Passivos				
Fornecedores	52.348	amortizado	34.151	amortizado
Empréstimos e financiamentos	75.468	amortizado	74.342	amortizado
Partes relacionadas	42.586	amortizado	141.465	amortizado
Obrigações na aquisição de investimentos	55.879	amortizado	59.682	amortizado
Gestão de capital: Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 podem ser assim resumidos:				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalente de caixa	11	14	2.713	2.282
Ativo	11	14	2.713	2.282
Empréstimos e financiamentos	33.560	48.671	75.468	74.342
Partes relacionadas	287.853	224.350	42.586	41.465
Obrigações na aquisição de investimentos	55.879	59.682	55.879	59.682
Passivo	377.292	332.703	173.933	175.489
Dívida líquida	377.281	332.689	171.220	173.207
Total do patrimônio líquido	687.821	706.834	682.693	711.670
Capital total	1.065.102	1.039.523	853.913	884.877
Índice de alavancagem financeira - %	35,42	32,00	20,05	19,57

Risco de Mercado e Gestão de riscos: Riscos de mercado são potenciais alterações em variáveis de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, bem como riscos de crédito e liquidez. Oscilações no mercado irão afetar os resultados, liquidez e valor dos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração entre suas atribuições procura gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno aos seus acionistas. As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, em linha com as práticas de tesouraria e administração de caixa. As práticas estabelecem critérios de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais e de taxas de juros. Os principais fatores de risco que poderiam afetar o negócio da Companhia são resumidos abaixo: **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os instrumentos financeiros que sujeitam a riscos de crédito referem-se, substancialmente, às suas disponibilidades registradas em caixa e equivalentes de caixa (com instituições financeiras), contas a receber (clientes comerciais) e recebíveis de partes relacionadas. • **Contas a Receber:** A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, adotando como práticas somente negociar com clientes que possuam capacidade de crédito entendidas como suficientes. O principal cliente do Grupo, que em 31 de dezembro de 2023 representava 85% dos recebíveis e 40% da receita líquida de vendas (50% e 36% em 31 de dezembro de 2022 respectivamente), vêm operando com a Companhia por longa data, e nenhum de seus recebíveis foi baixado ou apresentou histórico de inadimplência. Adicionalmente, não há histórico de securitização dos nossos créditos. • **Caixa e Equivalente de Caixa:** Conforme divulgado na Nota Explicativa 4, o saldo em 31 de dezembro de 2023 de caixa e equivalentes de caixa, refere-se em sua maioria a recursos disponíveis mantidos em caixa ou crédito contra instituições financeiras que possuem rating em escala nacional entre AA - e AA+, baseado na agência de rating S&P. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Sendo assim, não há indicativos de *impairment* baseado nessa exposição de risco. Todas as operações são realizadas com instituições de reconhecida liquidez e em linha com as práticas de tesouraria e administração de caixa da Companhia. **Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de se incorrer em perdas financeiras por conta de flutuações negativas nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas às suas obrigações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, aproximadamente 83% dos empréstimos e financiamentos estavam atrelados à taxa de juros pré-fixadas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 15. A Companhia atualmente não realiza operações de hedge, incluindo swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos. Adicionalmente, existe o risco da queda de juros atrelada ao CDI impactar também negativamente a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia (Nota Explicativa nº 4) gerando assim uma redução do nível de receita sobre aplicações financeiras. **Risco cambial:** Esse risco é oriundo da possibilidade de se incorrer em perdas financeiras por conta de flutuações negativas nas taxas de câmbio que aumentem os valores a pagar em decorrência de empréstimos atrelados a moedas estrangeiras. Atualmente 44,47% dos valores de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo contraídos pela Companhia com instituições financeiras estão atrelados ao dólar americano. A Companhia faz uma avaliação da sensibilidade do dólar americano para mensurar sua exposição e risco. **Risco de liquidez:** Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar seus passivos (principalmente dívidas). A Companhia e suas controladas procuram alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descausamento e assim gerar a necessidade de maior alavancagem financeira. Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 1, onde a Administração divulga sobre a situação de capital circulante negativo, seu impacto potencial nas operações e na gestão de tesouraria, bem como as medidas sendo tomadas para a sua melhoria. O quadro abaixo detalha o prazo de vencimento dos principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas na data dessas demonstrações financeiras consolidadas:

	Consolidado		
	Até um ano	De um a três anos	Mais de três anos
Empréstimos e financiamentos	64.250	11.218	-
Fornecedores	52.152	196	-
Contrato de arrendamento	17.934	1.701	-
Partes relacionadas	42.342	244	-
Obrigações na aquisição de investimentos	15.376	7.131	33.372
Acordos judiciais a pagar	5.390	9.569	-
	197.444	30.059	33.372
			260.875

Segue para fins comparativos a movimentação em 31 de dezembro de

MLog S.A. CNPJ 13.444.994/0001-87				
Ativos e passivos				
Informações por segmento em 31 de dezembro de 2023				
	Em milhares de reais			
	Corporativo	Mineração	Navegação	Consolidado
Ativos				
AFRMM	-	-	28.245	28.245
Direitos na transação negocial	-	-	56	56
Partes relacionadas	1.932	-	-	1.932
Imobilizado	-	30.333	264.545	294.878
Intangível	91	772.176	65.770	838.037
Outros	1.546	70	86.912	88.528
	3.569	802.579	445.528	1.251.676
Passivos				
Fornecedores	795	121	51.432	52.348
Empréstimos e Financiamentos	-	-	75.468	75.468
Partes relacionadas	42.342	-	244	42.586
Provisões	-	7.770	12.822	20.592
Obrigações na aquisição de investimentos	-	-	55.879	55.879
AFRMM	-	-	199.038	199.038
Outros	19.671	15.510	87.891	123.072
	62.808	23.401	482.774	568.983

Informações por segmento em 31 de dezembro de 2022				
	Em milhares de reais			
	Corporativo	Mineração	Navegação	Consolidado
Ativos				
AFRMM	-	-	10.518	10.518
Direitos na transação negocial	-	-	78	78
Partes relacionadas	1.526	-	19	1.545
Imobilizado	-	30.619	270.203	300.822
Intangível	135	769.096	65.771	835.002
Outros	1.276	17	64.512	65.805
	2.937	799.732	411.101	1.213.770
Passivos				
Fornecedores	402	71	33.678	34.151
Empréstimos e Financiamentos	-	-	74.342	74.342
Partes relacionadas	41.223	-	242	41.465
Provisões	-	7.665	1.507	9.172
Obrigações na aquisição de investimentos	-	-	59.682	59.682
AFRMM	-	-	189.792	189.792
Outros	13.015	15.134	65.347	93.496
	54.640	22.870	424.590	502.100

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Aos Administradores e Acionistas MLog S.A. **Opinião com ressalva.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MLog S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião com ressalva.** Conforme mencionado na Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 16 de julho de 2019, por meio da celebração de um Instrumento Particular de Rescisão, a Companhia efetuou o distrito das obrigações assumidas na aquisição da empresa Mineração Marsil Eireli ("Marsil"), realizada em 25 de abril de 2018. Como resultado do distrito, (i) a Bocaiuva Participações S.A. ("Bocaiuva"), antiga proprietária da Marsil, deixou de ter participação societária indireta na Companhia, (ii) a Companhia transferiu a totalidade das quotas da Marsil para a Bocaiuva e (iii) a Maverick Holding S.A. ("Maverick Holding"), acionista controlador da MLog S.A., assumiu a obrigação de pagar à Companhia o valor de R\$ 50.000 mil, correspondente ao valor de transferência da Marsil, em até 30 dias e devidamente atualizado. Diante da celebração do distrito, a Companhia reconheceu um ativo representado pelo direito de receber do seu acionista Maverick Holding o valor de R\$ 50.000 mil, acrescido da variação do Índice Geral de Preços e Mercado (IGP-M) e de juros de 12% a.a., conforme previsto em seu estatuto social para os casos de inadimplência de integralização de capital social subscrito pelos seus acionistas, uma vez que o Instrumento Particular de Rescisão não especifica o critério dessa atualização. Em julho de 2020, a Companhia deu início a uma ação judicial para a cobrança do referido crédito contra o seu acionista controlador, sem decisão final até a presente data. Conforme também mencionado na Nota 1, durante o trimestre findo em 31 de março de 2022, a Companhia reavaliou essa transação de distrito e concluiu pela necessidade de (i) reclassificar o valor original a receber do seu acionista Maverick Holding para uma conta redutora dos saldos do patrimônio líquido e de (ii) constituir provisão para perdas na realização da parcela correspondente aos juros e atualização monetária. No nosso entendimento, o reconhecimento inicial pela Companhia de um ativo financeiro representando o direito de crédito contra a Maverick Holding não refletiu a essência da operação de distrito acima referida. O direito de crédito contra a Maverick Holding, no valor original de R\$ 50.000 mil, deveria ter sido contabilizado no patrimônio líquido da Companhia, em conta redutora, refletindo a natureza de uma transação de retorno de capital (transação com proprietários). Adicionalmente, com relação ao ativo financeiro representado pelos encargos de juros e atualização monetária (IGP-M), que totalizavam R\$ 48.359 mil em 31 de dezembro de 2021, registrados pela Companhia para fazer face à inadimplência da Maverick Holding, as incertezas decorrentes dos fatos (i) de que esses encargos não estão claramente definidos no Instrumento Particular de Rescisão e (ii) de não existir uma decisão definitiva sobre a ação de cobrança judicial impetrada pela Companhia, que poderia corroborar a incidência desses encargos, no nosso entendimento, indicavam a necessidade de constituição de provisão para ajuste ao valor recuperável (impairment) para a totalidade desse saldo em exercícios anteriores a 2022. Dessa forma, os ajustes efetuados pela Companhia no trimestre findo em 31 de março de 2022 deveriam ter sido realizados retrospectivamente, sem impactar o resultado do exercício de 2022. Consequentemente, o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (controladora e consolidado), contido nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para fins de comparação, está apresentado a maior em R\$ 48.359 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional.** Chamamos a atenção para a Nota 2.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia e suas controladas apresentaram excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 91.389 mil na controladora e R\$ 179.004 mil no consolidado, bem como prejuízos acumulados de R\$ 429.519 mil na controladora e no consolidado. Essa situação, entre outras descritas na Nota 2.2, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a conti-

nuidade operacional da Companhia e suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor.** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de desempenho. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório de desempenho e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de desempenho e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de desempenho, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva", a Companhia efetuou ajustes em saldos a receber do acionista controlador, Maverick Holding, diretamente no resultado do exercício de 2022, quando deveriam ter sido realizados retrospectivamente, por serem de competência de exercícios anteriores. Concluimos que as outras informações apresentam distorção relevante, pela mesma razão e valores mencionados na seção "Base para opinião com ressalva". **Principais Assuntos de Auditoria.** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos nas seções "Base para opinião com ressalva" e "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Porque é um PAA

Avaliação do valor recuperável do ativo fundamentado em rentabilidade futura (Notas 3(f) e 11)

A Companhia possui saldo relevante de ativo fundamentado em rentabilidade futura. A avaliação do valor recuperável (teste de *impairment*) é realizada ao menos uma vez ao ano, por meio de uma estimativa dos fluxos de caixa futuros para a unidade geradora de caixa ("UGC") de navegação à qual o ativo se relaciona. Esse teste envolve estimativas e julgamentos significativos, relacionados, entre outros, com projeções e premissas estabelecidas pela própria administração, bem como informações externas relacionadas a projeções econômicas. Variações nas principais premissas utilizadas podem impactar significativamente os fluxos de caixa projetados e o valor recuperável determinado, com o consequente impacto nas demonstrações financeiras. Em razão dos aspectos acima mencionados esse assunto foi considerado como um tema de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável do ativo fundamentado em rentabilidade futura da Companhia. Com o apoio de nossos especialistas em projeções financeiras, analisamos a razoabilidade das premissas significativas, tais como crescimento de receitas e taxa de desconto, utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, comparando-as, quando disponíveis, com dados de mercado. Efetuamos, também, análise de sensibilidade das principais premissas. Testamos a coerência lógica e aritmética das projeções, bem como confrontamos as principais premissas das projeções de caixa com orçamentos aprovados pela administração. Por fim, efetuamos a leitura das divulgações sobre o teste de *impairment* nas notas explicativas, discutindo e reportando ajustes considerados não relevantes para a administração. Como resultado dos procedimentos descritos acima, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela administração na avaliação do valor recuperável do ativo são razoáveis e consistentes com as informações obtidas em nossos trabalhos.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE CAPIXABA CNPJ Nº 14.017.185/0001-51				
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO. A Administração da Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Srs. os documentos relativos às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023.				
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2023 E 2022 (R\$ Mil)				
Ativo	Nota	2023	2022	
Circulante:		2	3	
Adiantamentos a fornecedores		2	3	
Não circulante:		31.161	31.161	
Partes relacionadas	5	10.015	10.015	
Imobilizado	4	21.146	21.146	
Total do Ativo		31.163	31.164	
Passivo				
Circulante:		22	149	
Obrigações tributárias		22	11	
Provisões		-	138	
Não circulante:		36	4	
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	7	36	4	
Patrimônio líquido		31.105	31.011	
Capital social	8	72.350	72.346	
Prejuízos acumulados		(41.245)	(41.335)	
Total do passivo e Patrimônio líquido		31.163	31.164	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
1. Contexto operacional: A Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba ("Companhia") é uma companhia de capital fechado constituída em 19 de julho de 2011, tendo como objeto: (a) a prestação de serviços de logística integrada de transporte de carga; (b) a construção, operação e exploração de terminais portuários próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público; (c) a construção, operação e exploração de ferrovias e/ou tráfego ferroviário próprio ou de terceiros, e/ou de rodovias e/ou tráfego rodoviário, como concessionária de serviço público ou não; (d) a construção, operação e exploração de dutos e/ou tráfego dutoviário próprio ou de terceiros; (e) a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, ferroviário, rodoviário, dutoviário e outros; (f) a exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte de carga, tais como planejamento logístico, carga, descarga, transbordo, movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, exploração e administração de entrepostos de armazenagem, armazéns gerais e entrepostos aduaneiros; e (g) a execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, além de outras que utilizem como base a estrutura da Companhia, podendo, ainda, participar do capital de outras sociedades, como sócia, sócia-quotista ou acionista. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não tinha geração operacional de caixa. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da				
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 2022 (Em R\$ Mil)				
		2023	2022	
Lucro (prejuízo) do exercício		90	(246)	
Resultado abrangente do exercício		90	(246)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 2022 (Em R\$ Mil)				
		2023	2022	
Despesas operacionais				
Serviços prestados		(2)	(38)	
Gerais e administrativas		(2)	(2)	
Tributárias		(44)	(68)	
Outras receitas (despesas) operacionais		138	(122)	
Resultado operacional antes do resultado financeiro		90	(230)	
Despesas financeiras		-	(16)	
Lucro (prejuízo) do exercício		90	(246)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 2022 (Em R\$ Mil)				
	Nota	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		62.166	(41.089)	21.077
Aumento de capital		10.180	-	10.180
Prejuízo do exercício		-	(246)	(246)
Em 31 de dezembro de 2022		72.346	(41.335)	31.011
Aumento de capital	8	4	-	4
Lucro do exercício		-	90	90
Em 31 de dezembro de 2023		72.350	(41.245)	31.105
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais (R\$) mil, sendo essa a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). 3. Sumário das principais práticas contábeis: A seguir, apresentamos as principais práticas contábeis utilizadas pela Companhia: 3.1. Reconhecimento de ativos. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. 3.2. Demonstrações dos fluxos de caixa. Foram preparadas e apresentadas pelo método indireto, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa. 4. Imobilizado: O imobilizado da Companhia refere-se a terrenos no município de Linhares-ES, adquiridos para fins portuários. 5. Partes relacionadas: O valor de partes relacionadas de R\$ 10.015, refere-se a uma Nota Promissória com vencimento em 28 de setembro de 2032 com sua controladora. 6. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são apurados pelo regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo para apuração dos impostos considera as adições e exclusões previstas na legislação vigente. A Administração optou, tendo em vista a falta de expectativa de rentabilidade futura, por não registrar contabilmente o				
<p>30. Eventos subsequentes: Em 22 de janeiro de 2024, a ABN foi intimada acerca da sentença proferida no procedimento arbitral sigiloso instaurado em 2022 pela ABN em face da Petrobras, em razão da não entrega da embarcação BE 808 no prazo acordado contratualmente, tendo em vista a impossibilidade de acordo com a Petrobras. A sentença arbitral julgou improcedentes os pedidos e a ABN provisionou o valor de R\$ 11.981 com base na indicação dos assessores legais. Em 16 de fevereiro de 2024, a ABN apresentou pedido de esclarecimentos em sede de embargos arbitraris e, no momento, a ABN aguarda a manifestação do Tribunal Arbitral. Em 24 de janeiro de 2024, a Companhia de Navegação da Amazônia – CNA foi intimada acerca do requerimento de cumprimento de sentença feito pelo INSS no valor de R\$ 1.483 no âmbito do processo nº 006228-24.2003.4.013200. Um perito ou contador será contratado para apuração do cálculo que irá subsidiar a impugnação. A perda gerada para a CNA será passível de reembolso por parte dos antigos controladores da CNA, conforme previsto no contrato de compra e venda das ações da CNA firmado com o Grupo Libra, já tendo depositado em juízo no dia 28 de fevereiro de 2024. Em 22 de fevereiro de 2024, a Companhia concluiu a assinatura de um instrumento de confissão de dívida no valor de R\$ 15 celebrado com o Lucio Paulo dos Santos cujos pagamentos ocorrerão em três parcelas com a última vencendo em 29 de abril de 2024.</p> <p>Antônio Frias Oliva Neto - Diretor Presidente, Administrativo-Financeiro e de Relação com Investidores</p> <p>Yury Gazen Dimas - Diretor de Controladoria e Contador - CRC RJ 131582/O-3</p>				
<p>A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 27 de março de 2024. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 25P00160/F-5. Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira Contador - CRC 1RJ056588/O.</p>				
<p>Yury Gazen Dimas - Diretor de Controladoria Bruno Júnior Dornelas da Rocha Gomes Contador - CRC MG 106836/O-8-S-RJ</p>				

NSN - NOVA SOCIEDADE DE NAVEGAÇÃO S.A.

CNPJ 47.586.663/0001-01

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DE DESEMPENHO 4T2023. Indicadores Relevantes 2023: SCP CONSOLIDADA R\$ 238.902 milhares de reais - Receita Líquida. R\$ 53.336 milhares de reais - EBITDA. R\$ 60.575 milhares de reais - EBITDA Ajustado. ABN 96,3% - Operacionalidade da frota própria. R\$ 34.864 milhares de reais - CAPEX realizado na docagem de embarcações Offshore. CNA R\$ 26.140 milhares de reais - AFRMM gerado. 1.041 mil m³ Volume transportado. **Indicadores Relevantes 4T SCP CONSOLIDADA R\$ 65.844 milhares de reais - Receita Líquida. R\$ 11.459 milhares de reais - EBITDA. R\$ 10.491 milhares de reais - EBITDA Ajustado. ABN 92,3% - Operacionalidade da frota própria. 3 AHTS 1 OSRV 1 WSSV. R\$ 398.563 milhares de reais - Backlog de contratos. CNA 35 Balsas (26 próprias, 9 afretadas), 19 Empurrações (18 próprios, 1 afretados). R\$ 6.248 milhares de reais - AFRMM gerado. 284 mil m³ Volume transportado.**

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. A Administração da Nova Sociedade de Navegação S.A. ("Columbus" ou "Companhia"), incluindo a Sociedade em Conta de Participação ("SCP"), detida em conjunto com sua Controladora MLog S.A. ("MLog"), à qual a Columbus é sócia participante e a MLog sócia ostensiva, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Desempenho e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados do Relatório do Auditor Independente, todos referentes ao quarto trimestre de 2023, encerrado em 31 de dezembro de 2023. Todos os valores mencionados neste relatório, referentes às Demonstrações Financeiras da Companhia, são apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Contexto Operacional e Estratégico. A Nova Sociedade de Navegação S.A. ("NSN"), cujo nome fantasia foi definido como Columbus Shipping ("Columbus"), foi constituída em 28 de junho de 2022 e obteve seu arquivamento na JUCERJA em 16/08/2022, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tendo como sócios MLog S.A. ("MLog") com 99,9% de seu capital e 0,1% detido pela Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba S.A. ("CDNC"), também controlada da MLog S.A. A Companhia foi constituída com o objetivo de desenvolver oportunidades de negócios na indústria brasileira de óleo e gás, combustíveis líquidos e logística, podendo atuar, inclusive, como plataforma das atividades de navegação do Grupo MLog. Em função (1) do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, aprovado em 7 de janeiro de 2022 e constituído na Lei nº14.301, (2) da mudança gradual da distribuição societária do parque de refino brasileiro em função do compromisso assumido pela Petrobras de desinvestimento das refinarias fora do eixo Rio - São Paulo e (3) do crescimento da participação do pré-sal na matriz brasileira de exploração e produção de óleo e gás, a MLog está executando seus planos para alcançar participação relevante em todas as oportunidades listadas.

Criação da Sociedade em Conta de Participação. Em 02 de janeiro de 2023, a Companhia criou uma Sociedade em Conta de Participação (SCP) denominada SCP, nos termos do artigo 991 do Código Civil, em conjunto com a MLog, a qual a MLog é a sócia ostensiva com 99,9% de participação e Columbus é a sócia participante, com 0,01% de participação. A criação da SCP visa organizar e concentrar todos os ativos de navegação (apoio offshore, navegação interior e navios), possibilitando assim demonstrar o desempenho e evolução do segmento de navegação sob uma única empresa, antes mesmo da obtenção de anuências formais necessárias para transferência dos ativos referidos para a Columbus. As referidas anuências dependem de bancos e credores e estão em fase de solicitação, sendo a intenção da Companhia, ao término do processo e com a obtenção de todas as anuências, transferir os ativos relacionados à navegação diretamente para a Columbus. Dessa forma, a SCP serve de veículo transitório para os ativos e passivos que, por questões regulatórias, estejam impedidos de transferência imediata. Logo, a SCP será encerrada em data posterior, após a extinção da última dívida que detém ativos componentes da SCP em garantia, passando assim a ter todos os ativos originalmente aportados na SCP livres de permissão para serem transferidos para a Columbus. Até o momento, os ativos ainda não foram transferidos da MLog para a SCP de forma que estão demonstrados na Columbus por meio de seu investimento na SCP, mas são de propriedade efetiva da MLog. Os ativos e passivos representados sob a SCP são: • 100% das ações da Companhia de Navegação da Amazônia ("CNA"); • 50% das ações da Asgard Bourbon Navegação ("ABN"); • 3 embarcações AHTS (Yvan Barreto, Haroldo Ramos e Geonísio Barroso); • Dívida com credores do Grupo Libra, oriunda da aquisição da CNA; • Dívida com o BNDES, oriunda da aquisição das 3 embarcações AHTS. A contribuição da Columbus, em contrapartida aos ativos aportados na SCP por sua sócia ostensiva (MLog), foi de R\$ 5 na forma de obrigação de aquisição de investimento. A distribuição dos resultados desta SCP, de acordo com o instrumento particular que a rege, se dá na proporção de 99% para a sócia participante (Columbus) e 1% para a sócia ostensiva (MLog). A distribuição do resultado inversamente proporcional ao capital aportado ocorre por dois motivos: • Como o propósito da SCP é mostrar o agregado de resultado da vertical de navegação (apoio offshore e interior) produzido pelos ativos geradores de caixa e financiado pela dívida atrelada a estes ativos, a distribuição de resultado com 99% atribuído à Columbus traduz essa dinâmica, deixando assim a Columbus, que foi criada com propósito de agregar os resultados, como a demonstradora dos resultados das Companhias de Navegação; • A MLog (sócia ostensiva) é controladora única da SCP dado que detém 99,9% de forma direta e controla a Columbus, detentora dos 0,1% restantes. Dessa forma, para fins de consolidação, a não proporcionalidade da distribuição dos resultados é irrelevante para fins de demonstração consolidada MLog.

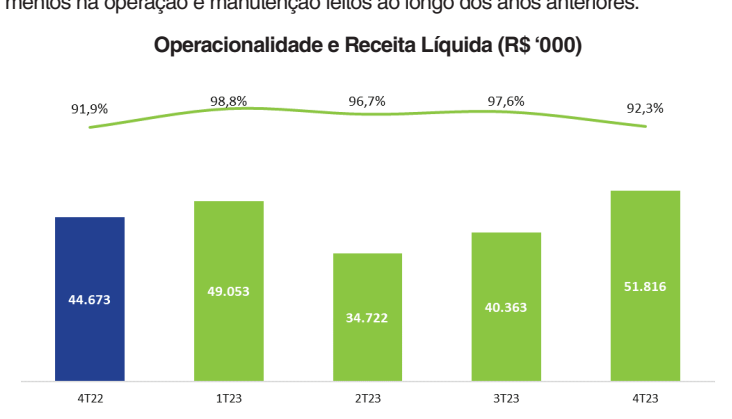
Estrutura Organizacional e Comercial. Durante o quarto trimestre de 2023, a Companhia dedicou-se a organizar sua estrutura administrativa para receber colaboradores dedicados e suportar suas operações. Contatos e prospecções comerciais vêm sendo realizados de forma ampla e, inicialmente, com o objetivo de apresentar o grupo, a Companhia recém-criada e seus objetivos estratégicos. A medida que os contatos comerciais sejam convertidos em estudos de oportunidade e maturarem, a Companhia deverá dispor da flexibilidade prevista no orçamento para montar times de implantação e operação para algumas categorias de negócios, como exemplos não exaustivos: transporte e logística, prestação de serviços offshore, dentre outras oportunidades possíveis. Importante mencionar que dependendo da característica dos investimentos necessários, mais intensivos em capital (CAPEX) ou em operação (Opex), e do timing, a Companhia pode considerar operações para levantamento de capital (dívida ou equity) para além de eventual aporte da Controladora do Grupo e/ou acionistas atuais. Tais decisões serão discutidas, no momento oportuno, em reuniões do Conselho de Administração da Companhia e comunicadas tempestivamente e de acordo com a regulação vigente.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO. A Columbus foi criada e registrada na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) na categoria B com a intenção de concentrar todos os ativos, passivos e negócios relacionados à Navegação. Devido a existência de ativos e passivos que necessitam ainda de anuências por parte de credores para transferência, em 02 de janeiro de 2023, foi criada uma SCP — Sociedade em Conta de Participação, cuja MLog é sócia ostensiva e a Columbus é sócia participante. A nova organização possibilitará a Companhia otimizar a gestão de sua estrutura de capital, incluindo acesso a linhas de financiamento e, eventualmente, de capital. Considerando não haver nenhuma norma contábil específica para Sociedades em Conta de Participação, a Administração exerceu seu julgamento de como melhor demonstrar a SCP nos registros da NSN e, na impossibilidade de registro de equivalência patrimonial, optou por registrar como investimento ao custo e a distribuição do resultado como contribuição de capital; sendo os números da SCP demonstrados em Nota Explicativa das Demonstrações Financeiras da Columbus. Em sua vertente offshore, é intenção da Companhia captar recursos para aquisição de embarcações e assim disponibilizá-las para a ABN empregar em futuros contratos. Em relação a CNA, na linha de negócios de navegação interior, a intenção é seguir o crescimento da disponibilidade de frota para atender a demanda na região e voltar esforços para linhas de serviços na região que gerem mais caixa livre em detrimento de AFRMM, sem perder a rentabilidade. O quarto trimestre de 2023 mostrou, de forma consolidada, os resultados colhidos na estratégia comercial da CNA e na docagem do AHTS Haroldo Ramos, na ABN. A CNA enfrentou a pior seca na região em décadas, com impactos em suas operações. Devido a redução dos níveis dos rios, a navegação fluvial foi dificultada e, em certos momentos, necessitou ser interrompida em algumas rotas. A estratégia comercial da Companhia, iniciada há anos nas renovações e negociações contratuais mostrou que, mesmo com impactos financeiros decorrentes da queda de volume, foi possível atenuar prejuízos e garantir uma operação que atendesse, na medida do possível, seus clientes. Em novembro, um acidente envolvendo um dos empurrares da CNA causou a interrupção parcial de uma rota (retornada ainda em 2023), contribuindo para um fechamento de trimestre aquém das expectativas da administração. Na ABN, resultados decorrentes do novo contrato do AHTS Haroldo Ramos, com taxa diária significativamente maior em relação ao contrato anterior incrementaram a receita, mesmo com a operacionalidade levemente inferior ao esperado em decorrência de eventos mecânicos isolados e já tratados. Em resumo, o quarto trimestre reafirma que as estratégias da administração, tanto na navegação fluvial como apoio marítimo offshore, estão focadas na proteção e mitigação de riscos operacionais e comerciais, no aumento da geração de receita e na disciplina no controle de gastos, visando entregar resultados consistentes a longo prazo. A Administração da Columbus entende que ambas as vertentes Offshore e Interior tem relevantes oportunidades de crescimento tanto em escala quanto em novos serviços, e pondera oportunidades analisando sua viabilidade, financiamento e sustentabilidade no longo prazo.

GEA 4T2023
Na vertente offshore, é intenção da Companhia captar recursos para aquisição de embarcações e assim disponibilizá-las para a ABN empregar em futuros contratos. Em relação a CNA, na linha de negócios de navegação interior, a intenção é seguir o crescimento da disponibilidade de frota para atender a demanda na região e voltar esforços para linhas de serviços na região que gerem mais caixa livre em detrimento de AFRMM, sem perder a rentabilidade. A Companhia fora recém-constituída e atualmente detém a SCP. Como não possui operação própria fora da SCP, não gera receitas operacionais e seus gastos se limitam às atividades de gestão. Na Columbus, o resultado do quarto trimestre de 2023 representou prejuízo de R\$ 1.837 decorrente de suas despesas administrativas, principalmente relacionadas aos gastos com pessoal. Os gastos mencionados não produziram variação na geração de caixa da Columbus, uma vez, que foram cobertos por Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital (AFAC), no valor de R\$ 254 no período e acumula R\$ 1.950 em 2023, oriundos de sua Controladora. A capitalização ocorrerá em período não superior a um ano e não incidirão juros ou correções monetárias. Nas seções a seguir serão reportados os principais resultados operacionais e financeiros alcançados pelos ativos aportados na SCP, que contribuem para os resultados consolidados da SCP.

DESTAQUES DO 4T 2023. • **Offshore.** Operacionalidade da frota própria de 92,3% no trimestre, abaixo do realizado nos trimestres anteriores, porém acima do mesmo período de 2022. • **Receita líquida** de R\$ 51.816 no trimestre, acima da realizada no mesmo período do ano passado (R\$44.673), consequência do início do novo contrato da embarcação Haroldo Ramos com tarifas diárias superiores ao antigo contrato. • **Interior.** • **Receita líquida contábil** de R\$ 15.119 no trimestre, abaixo da observada no mesmo período do ano passado (R\$ 15.765), devido principalmente aos efeitos da estiagem severa na região amazônica com redução expressiva no nível dos rios, que resultou na interrupção das operações do porto de Itacoatiara. Em novembro, um acidente envolvendo o comboio que navegava pela rota de Coari resultou na interrupção temporária dessa rota, que até então não tinha sofrido impactos negativos da seca. Os prejuízos estão sendo contornados

com alterações operacionais e dispositivos comerciais em contratos, que atenuam os efeitos negativos da seca na região. **ASGAARD BOURBON, NAVEGAÇÃO OFFSHORE. DESTAQUES OPERACIONAIS.** Um dos investimentos da SCP, Asgard Bourbon Navegação, afreta cinco embarcações operacionais que são contratadas à Petrobras, sendo quatro AHTS de propriedade do grupo e um WSSV afretado de terceiro. **OPERAÇÃO DAS EMBARCAÇÕES.** No 4º trimestre de 2023, foi alcançada a operacionalidade de 92,3% na frota própria operacional, acima do observado no mesmo período de 2022 (91,9%), com consequente impacto positivo no resultado. Em relação ao 3º trimestre de 2023, é observada queda desse indicador devido à ocorrência de falhas na embarcação Haroldo Ramos, que resultaram em 17 dias de inoperância, e da paralisação, por aproximadamente 5 dias, da embarcação Geonísio Barroso decorrente de intercorrências mecânicas já superadas. Mesmo com a queda apresentada na curva de operacionalidade, a receita do 4º trimestre apresentou crescimento em relação aos demais períodos devido ao início do novo contrato da embarcação Haroldo Ramos, em 14 de setembro de 2023, após investimentos na docagem e melhorias técnicas ao longo do semestre anterior. Ressalta-se que o novo contrato possui tarifas diárias aproximadamente 42% maiores do que o antigo contrato. No ano de 2024, atingimos 96,3% de operacionalidade média da frota própria, expressivamente acima da observada em 2022 (90,22%). A melhoria observada na operacionalidade das embarcações é resultado de investimentos na operação e manutenção feitos ao longo dos anos anteriores.



Backlog Atual de Contratos. O backlog representa o saldo de dias remanescentes de contrato valorados pelas diárias acordadas para cada embarcação. Ressalta-se que esse valor é estimado uma vez que sua realização depende diretamente de taxas de câmbio futuras bem como da performance operacional das embarcações. O backlog de contratos firmes da atividade de navegação offshore é demonstrado na tabela a seguir.

Embarcação	Tipo Embarcação	Início do Contrato¹	Término do Contrato Firme²	Backlog (R\$ 000)³
Asgaard Sophia	OSRV	set-21	set-24	15.330
Geonísio Barroso	AHTS	jul-21	jan-25	40.599
Yvan Barreto	AHTS	dez-21	mai-25	54.743
Haroldo Ramos	AHTS	set-23	set-27	238.612
Stim Star Arabian Gulf	WSSV	dez-21	set-24	49.279
Total				398.563

1- Foi considerado como início dos contratos a data efetiva de seu início, quando já realizada, ou estimada, quando futura. 2- O período firme de contrato equivale ao prazo mínimo garantido. Nossos contratos incluem períodos adicionais de renovação em caso de acordo mútuo entre as partes, não considerados no Backlog. 3- O valor do backlog considera a taxa de câmbio de venda de fechamento em 31 de dezembro de 2023, de R\$4.841,31, para conversão dos valores em US\$ para R\$. Em média, nossos contratos têm 60% de seu valor em US\$ e 40% em R\$.

PRINCIPAIS TIPOS DE EMBARCAÇÕES OFFSHORE
Platform Supply Vessel (PSV), embarcações capazes de transportar cargas líquidas e sólidas entre a costa e as plataformas e vice-versa. ROV Supply Vessel (RSV), embarcações especializadas ou preparadas para operação de um ou mais ROV (Remote Operate Vehicle). Multi-purpose Platform Supply Vessel (MPSV), embarcações multipropósito, capazes de transportar cargas líquidas e sólidas, capacidade de acomodação de pessoal acima dos PSVs, além da capacidade de outras operações, incluindo ROVs. Anchor Handling Tug Supply (AHTS), embarcações capazes de ancorar e rebocar plataformas, guindastes e outras embarcações. Oil Recovery Supply Vessel (OSRV), embarcações que contam com equipamentos de combate a incêndio e recolhimento de óleo no mar. Well Stimulation Supply Vessel (WSSV), embarcações cujos equipamentos são capazes de intervir e estimular poços de petróleo, visando a melhora da recuperação de óleo. Dive Support Vessel (DSV), embarcações equipadas para atividades que envolvam mergulhadores. Construction Support Vessel (CSV), embarcações equipadas para atividades de construção e instalação submarinas, geralmente incluindo utilização de ROV e mergulhadores.

Overview Regulatório do Mercado Brasileiro. Empresa Brasileira de Navegação (EBN) é uma entidade autorizada pelos órgãos reguladores (ANTAQ) a operar em alguma ou diversas atividades de navegação no Brasil. Para ser uma EBN, a empresa precisa ser brasileira (mesmo que seu capital seja detido por estrangeiros) e possuir pelo menos uma embarcação de bandeira brasileira operando regularmente. Registro Especial Brasileiro (REB) é um regime exclusivo a embarcações de bandeira brasileira, operadas por empresas brasileiras de navegação. Podem ser registradas no REB embarcações construídas no Brasil, importadas (com pagamento devido de impostos) ou estrangeiras, com suspensão temporária da bandeira original. Neste último caso, o registro depende da disponibilidade de tonelagem de embarcações brasileiras pela EBN operadora (Artigo 10 da lei 9.432, de 8 de janeiro de 1997).

PRINCIPAIS TIPOS DE AFRETTAMENTO. Afretamento a casco nu (ou bareboat): afretador tem a posse, o uso e o controle da embarcação; Afretamento por tempo (ou time charter): afretador recebe a embarcação armada e tripulada, ou parte dela, para operá-la.

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA. CNA: Navegação Interior e Cabotagem. DESTAQUES OPERACIONAIS Volume e Receita Líquida 1. O 4º trimestre de 2023 apresentou aumento no volume transportado em relação ao mesmo período de 2022. No ano de 2023, a CNA movimentou 1.041 mil m³, 9,5% acima do realizado em 2022. A maior parte da oscilação está relacionada à alteração no mix das rotas e ao aumento no número de balsas. Ressalta-se que o crescimento da capacidade se dá através de afretamento com terceiros em detrimento de investimentos intensos em CAPEX. Entretanto, o volume transportado no período foi 10% abaixo em relação ao trimestre anterior (315 m³). Esse resultado se deu principalmente em decorrência da seca extrema que reduziu os níveis dos principais rios da região e será abordada na próxima seção. Corroborando para a redução de resultado, em novembro, um comboio que navegava pela rota de Coari x Manaus sofreu um acidente que resultou na interrupção temporária dessa rota.



1 Receita gerencial líquida considerando efeito de corte contábil e eliminando valores recebidos intercompany

DESTAQUES OPERACIONAIS. ESTIAGEM NA REGIÃO AMAZÔNICA
Conforme amplamente noticiado, a região amazônica enfrentou o maior período de estiagem registrado na última década. A redução no nível dos rios, que se iniciou no fim do 3º trimestre de 2023 e se estendeu ao longo do 4º trimestre, causou prejuízos operacionais para a Companhia, principalmente, com a interrupção da rota de Manaus x Caracará devido à falta de navegabilidade do Rio Branco. Como forma de reduzir os prejuízos financeiros causados, as balsas que atendiam essa rota foram negociadas com o mesmo cliente para atuação em outros itinerários, reduzindo os prejuízos financeiros causados. Devido ao efeito da seca, o município de Itacoatiara foi acometido pelo fenômeno das "terras caídas", que são desmoronamentos comuns em período de estiagem no Amazonas. Com isso, o porto do Terminal Fluvial do Brasil (TFB S/A) paralisou suas operações, fazendo com que os carregamentos para a rota de Manaus x Porto Velho passasse a ser realizado diretamente nos navios, que é um processo mais demorado que o usual. Outras rotas foram operacionalmente prejudicadas, em menor grau, com aumento do tempo das viagens devido a redução da velocidade navegada, redução das cargas transportadas para contenção do calado das balsas (volume submerso), parada do comboio em momentos de grande volume de fumaça devido às queimadas e interrupção de algumas viagens durante período noturno. Nesses trajetos, os contratos preveem cláusulas de pagamento pelo volume morto nas quais, mesmo que o volume transportado seja reduzido, o espaço vazio nas balsas deve ser pago. Ressalta-se que a rota realizada para transporte dos produtos da Petrobrás, Coari x Manaus, não teve sua navegabilidade comprometida pela estiagem. Os efeitos da redução no nível dos rios e das queimadas decorrentes do período de seca, foram contornados por adequações operacionais e instrumentos contratuais de forma a mitigarmos os prejuízos financeiros.

ADICIONAL DE FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE ("AFRMM"). Parte importante do resultado da CNA é o Adicional de Frete para

Renovação da Marinha Mercante ("AFRMM"), regulado principalmente pela Lei 10.893 de 2004, alterada pela Lei 14.301 de 2022. O AFRMM é um tributo federal incidente sobre o frete marítimo que tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras, e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante ("FMM"). As alíquotas do AFRMM variam de acordo com o tipo de produto, transporte e região de origem ou destino. Na atividade de transporte fluvial de grãos líquidos na região Norte, a alíquota incidente de AFRMM é de 40% sobre o preço do frete. O adicional de frete gerado pelos serviços prestados pela CNA é posteriormente creditado em uma conta vinculada da empresa junto ao Banco do Brasil.

A Lei 14.301, de 7 de janeiro de 2022 (BR do Mar) estabeleceu um novo marco regulatório para a cabotagem no Brasil com diferentes inovações e alternativas de atuação dentro do setor de navegação. Algumas das mais relevantes alterações da BR do Mar estão relacionadas aos procedimentos e regras para utilização dos recursos arrecadados pelo AFRMM.

Por um lado, tornaram-se mais restritas as possibilidades de utilização de recursos financeiros do AFRMM em aquisições ou construções de embarcações, sendo que os créditos poderão ser utilizados para aquisições ou construções de embarcações do mesmo tipo que originou os recursos financeiros de AFRMM depositados na conta vinculada da Empresa Brasileira de Navegação ("EBN"). Por outro lado, a Lei da Cabotagem passa a permitir novas possibilidades de utilização dos recursos do AFRMM, como (i) serviços de manutenção e revisão por empresas especializadas, possibilidade que antes era restrita a estaleiros; (ii) reembolsos anuais dos valores relativos a seguros e resseguros contratados para cobertura de cascos e máquinas de embarcações próprias ou afretadas; (iii) pagamento de afretamentos, dentre outros.

ADICIONAL DE FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE ("AFRMM"). Assim sendo, das possibilidades disponíveis para que a CNA se utilize dos recursos arrecadados pelo AFRMM, elencamos as seguintes: i) para construção ou aquisição de embarcações novas, produzidas em estaleiros brasileiros; (ii) para jumborização, conversão, modernização, docagem, manutenção, revisão e reparação de embarcação própria ou afretada, inclusive para aquisição e/ou instalação de equipamentos, nacionais ou importados, quando realizada por estaleiro ou empresa especializada brasileira, sendo responsabilidade da empresa proprietária ou afretadora adquirir e contratar os serviços; (iii) para pagamento do valor total do afretamento de embarcações utilizadas, desde que tal embarcação seja de propriedade de uma empresa brasileira de investimento na navegação e tenha sido construída no País; (iv) para manutenção, em todas as suas categorias, realizada por estaleiro brasileiro, por empresa especializada ou pela empresa proprietária ou afretadora, em embarcação própria ou afretada; (v) para garantia de construção de embarcação em estaleiro brasileiro; (vi) para reembolso anual dos valores pagos a título de prêmio e encargos de seguro e resseguro contratados para cobertura de cascos e máquinas de embarcações próprias ou afretadas. Ressalta-se que o procedimento para utilização dos recursos para os itens (i), (ii) e (iv) já estão operacionais por parte do BNDES, agente financeiro responsável por autorizar a movimentação de contas vinculadas. A Companhia aguarda a regulamentação dos demais itens para então avaliar o impacto total trazido pela Lei 14.301 tanto no que se constituiu como restrição - especialmente a impossibilidade de utilização dos créditos por coligadas em navegação diversa da geradora do recurso - quanto nas suas adições. Desde o primeiro trimestre de 2023, são observadas mudanças nos procedimentos internos da Receita Federal que proporcionaram o atraso de depósito do subsídio pleiteado na conta vinculada. Durante o 4T de 2023, a CNA observou a retomada dos depósitos em conta vinculada, tendo recebido R\$ 14.410 referente ao AFRMM gerado em 2023. São esperadas ações dos órgãos competentes para a regularização do processo, que atinge a toda a indústria recebedora do subsídio no país.

A contabilização do AFRMM segue as regras do CPC 07 (IAS 20). Quando o serviço de frete é finalizado, o valor a receber de AFRMM é reconhecido simultaneamente no ativo de longo prazo e no passivo não circulante, como receita diferida, não impactando, no momento inicial, o resultado da CNA. Atualmente, em um prazo médio aproximado de 90 a 120 dias, este crédito do AFRMM é depositado na conta vinculada da CNA junto ao Banco do Brasil. Neste momento o AFRMM passa a estar disponível para uso conforme o permitido. Quando o AFRMM é recebido, o passivo não circulante que foi contrapartida de seu lançamento e a receita passam a ser afetados como segue: Se a Companhia utiliza R\$100 para a compra de uma embarcação que será depreciada em 20 anos, seu balanço passará a indicar no imobilizado o valor inicial de R\$100 e o passivo continuará apresentando o valor também de R\$100 como receita diferida de AFRMM. Depois do primeiro ano de uso da embarcação, o ativo imobilizado indicará R\$95 (R\$100 - R\$5 de depreciação). O passivo será também reduzido no mesmo montante da depreciação, passando a marcar R\$95. Em contrapartida à esta redução do passivo, será lançado no resultado o valor de R\$5 como Receitas de Subvenção - AFRMM. Ou seja, embora o efeito caixa da utilização do AFRMM ocorra em aproximadamente 30 meses e sua utilização não gere um passivo financeiro para a Companhia, o lançamento dos valores deste benefício econômico aos acionistas se dá, contabilmente, ao longo da vida útil do ativo.

NAVEGAÇÃO OFFSHORE E INTERIOR - RESUMO FINANCEIRO

DRE - 4T 2023 (3 meses)	Columbus	SCP Consolidada¹	Navegação
Receita Líquida	-	65.844	65.844
(-) Custo dos Serviços e Produtos sem Depreciação	-	(47.490)	(47.490)
(-) G&A	(1.631)	(5.867)	(7.498)
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	-	603	603
EBITDA	(1.631)	13.090	11.459
(+) Novo AFRMM Gerado	-	6.248	6.248
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	-	(5.690)	(5.690)
(+/-) Não Recorrente	-	(1.526)	(1.526)
EBITDA Ajustado²	(1.631)	12.122	10.491
Depreciação/Amortização	-	(12.223)	(12.223)
(-) Novo AFRMM Gerado	-	(6.248)	(6.248)
Receitas Financeiras	-	1.399	1.399
Despesas Financeiras	(206)	(16.020)	(16.226)
Variações cambiais	-	1.282	1.282
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	-	5.690	5.690
(+/-) Não Recorrente	-	1.526	1.526
Impostos	-	(531)	(531)
Resultado Líquido	(1.837)	(13.003)	(14.840)

1 - SCP Consolidada demonstra o resultado dos ativos e passivos reunidos sob a SCP contribuídos pelas sócias ostensivo e participante, evidenciados na página 4 deste relatório.

RESUMO FINANCEIRO

DRE - 2023 (12 meses)	Columbus	SCP Consolidada¹	Navegação
Receita Líquida	-	238.902	238.902
(-) Custo dos Serviços e Produtos sem Depreciação	-	(177.143)	(177.143)
(-) G&A	(3.320)	(24.004)	(27.324)
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	-	18.901	18.901
EBITDA	(3.320)	56.656	53.336
(+) Novo AFRMM Gerado	-	26.140	26.140
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	-	(16.874)	(16.874)
(+/-) Não Recorrente	-	(2.027)	(2.027)
EBITDA Ajustado²	(3.320)	63.895	60.575
Depreciação/Amortização	-	(39.840)	(39.840)
(-) Novo AFRMM Gerado	-	(26.140)	(26.140)
Receitas Financeiras	-	3.365	3.365
Despesas Financeiras	(211)	(32.684)	(32.895)
Variações cambiais	-	3.327	3.327
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	-	16.874	16.874
(+/-) Não Recorrente	-	2.027	2.027
Impostos	-	(1.561)	(1.561)
Resultado Líquido	(3.531)	(10.737)	(14.268)

1 - SCP Consolidada demonstra o resultado dos ativos e passivos reunidos sob a SCP contribuídos pelas sócias ostensivo e participante, evidenciados na página 4 deste relatório.

MERCADO DE CAPITAIS E GOVERNANÇA CORPORATIVA. A Columbus é uma Companhia aberta de Categoria B, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A formação atual da Administração, sendo representada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, foi eleita na reunião de Conselho realizada em 2 de maio de 2023. O Conselho de Administração da Companhia é composto por três membros, todos com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo permitida a reeleição. São atuais membros do Conselho: Luiz Claudio de Souza Alves (Presidente), Gustavo Barbeito de Vasconcellos Lantimant Lacerda (Vice-presidente) e Luiz Mauricio da Silveira Portela. A Diretoria é composta por Antonio Frias Oliva Neto (Diretor Presidente, Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidor), Camilla Pinto Barbosa de Oliveira (Diretora Jurídica e de Compliance), Yury Gazen Dimas (Diretor de Controladoria), Fredric Andreas Bastos Fuerth (Diretor Comercial) e Rildo Cavalcante de Oliveira (Diretor de Negócios Navegação e Interior).

Cláusula Compromissória. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho de Administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da CVM, nos regulamentos da B3 S.A., nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

Audidores Independentes. Em conformidade com a resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, informamos que a empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. foi contratada pela Companhia para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia desde o 4º trimestre de 2022 e, além disso, ressaltamos que os auditores independentes supracitados não prestaram, desde a sua contratação, serviços não relacionados à auditoria externa.

Atos e fatos administrativos. A Companhia não realizou nenhum negócio que não estivesse dentro de seu propósito específico, não havendo também, quaisquer atos ou fatos administrativos, que possa ser levado em consideração.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.
A Administração
Relações com Investidores - Antonio Frias Oliva Neto - CEO/IR Officer
Contato
ri@navegacao-nsn.com.br - Telefone: +55 21 3248 4800 - www.ir-nsn.com.br

NSN - NOVA SOCIEDADE DE NAVEGAÇÃO S.A.

CNPJ 47.586.663/0001-01

Balanco patrimonial em 31 dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	72	1	Fornecedores		290	2
Contas a receber de partes relacionadas	6	310	-	Obrigações trabalhistas e sociais		632	-
Adiantamentos a fornecedores		76	-	Impostos a recolher	9	642	3
Total do ativo circulante		458	1	Outras contas a pagar		30	-
Não Circulante				Total do passivo circulante		1.594	5
Investimento	5	5	-	Passivo não circulante			
Partes relacionadas	6	3.968	-	Partes relacionadas	6	4.417	-
Total do ativo não circulante		3.973	-	Obrigações na aquisição de investimento		5	-
Total do ativo		4.431	1	Adiantamento para futuro aumento de capital	10	2.006	56
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Total do passivo		6.428	56
Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação)				Patrimônio Líquido			
		31/12/2023	31/12/2022	Capital social	11	1	1
Despesas operacionais				Prejuízos acumulados		(3.592)	(61)
Com pessoal		(2.622)	-	Total do patrimônio líquido		(3.591)	(60)
Gerais e administrativas		(487)	(7)	Total do passivo e patrimônio líquido		4.431	1
Serviços de terceiros		(189)	(54)	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Tributos		(22)	-	Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)			
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(3.320)	(61)			31/12/2023	31/12/2022
Despesa financeira		(211)	-	Prejuízo do exercício		(3.531)	(61)
Prejuízo do exercício		(3.531)	(61)	Resultado abrangente do exercício		(3.531)	(61)
Prejuízo por ação, básico e diluído - R\$		(3.531)	(61)	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				sentido, pelo fato da distribuição dos resultados não guardar relação direta e proporcional com o percentual de participação da NSN no patrimônio da SCP, o que seria esperado em transações com terceiros independentes, a administração concluiu que a parcela distribuída em montante que seja superior a 0,1% deve ser considerada como uma contribuição de capital por parte do seu acionista controlador MLog (sócio ostensivo da SCP), sendo contabilizada diretamente no patrimônio líquido da NSN quando declarada e aprovada pelos sócios da SCP, nos termos do seu Contrato de Constituição. A parcela correspondente a 0,1% é contabilizada como receita de dividendos no resultado do exercício. Na nota explicativa 5 a Companhia divulga as principais informações patrimoniais e de desempenho das atividades da SCP.			

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital Social		Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	Integralizado		
Em 28/06/2022	1	-	-	1
Integralização de capital em 04/08/2022	(1)	1	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(61)	(61)
Em 31 de dezembro de 2022	-	1	(61)	(60)
Prejuízo do exercício	-	-	(3.531)	(3.531)
Em 31 de dezembro de 2023	-	1	(3.592)	(3.591)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

Demonstração do fluxo de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(3.531)	(61)
Juros com partes relacionadas	3	-
Variáveis nos ativos e passivos		
Contas a receber com partes relacionadas	(310)	-
Adiantamento a fornecedores	(76)	-
Fornecedores	288	2
Salários e encargos	632	-
Impostos a recolher	639	3
Outras contas a pagar	(465)	-
Caixa e equivalentes de caixa utilizados nas atividades operacionais	(2.820)	(56)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	1
Partes relacionadas - concedidos	(12.285)	-
Partes relacionadas - recebidos	13.226	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.950	56
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das atividades de financiamento	2.891	57
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	71	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	72	1
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Insumos adquiridos de terceiros		
Despesas gerais e administrativas	(675)	(54)
Receita financeira	2	-
Valor adicionado a distribuir	(673)	(54)
Distribuição do valor adicionado pessoal		
Remuneração direta	430	-
Honorários da administração	1.679	-
Benefícios	226	-
FGTS	25	-
Total	2.360	-
Tributárias		
Federal	263	7
Municipal	22	-
Total	285	7
Remuneração de capital de terceiros		
Juros	213	-
Prejuízo do exercício atribuível	(3.531)	(61)
Valor adicionado distribuído	(673)	(54)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Demonstrações do resultado - SCP Exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de R\$

	SCP	
	Individual 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Receita líquida de prestação de serviços	28.998	238.902
Custos dos serviços prestados	(19.764)	(216.976)
Resultado bruto	9.234	21.926
Despesas operacionais		
Com pessoal	-	(13.905)
Serviços prestados	-	(765)
Gerais e administrativas	(401)	(6.587)
Depreciação e amortização	-	(7)
Tributárias	(19)	(2.747)
Outras receitas (despesas) operacionais		
Equivalência patrimonial de sociedades controladas	3.426	-
Reversão ao valor recuperável	-	5.255
Subvenção de AFRMM	-	16.874
Outras receitas(despesas) operacionais, líquidas	463	(3.228)
Total	3.469	(5.110)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	12.703	16.816
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	3.327	6.692
Despesas financeiras	(16.803)	(32.684)
Total	(13.476)	(25.992)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(773)	(9.176)
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	-	(1.561)
Prejuízo do exercício	(773)	(10.737)
Prejuízo atribuível a:		
Acionistas controladores	-	(773)
Acionistas não controladores	-	(9.964)
Total	(773)	(10.737)
6 Partes relacionadas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Não Circulante		
MLog S.A.	3.758	-
Companhia de Navegação da Amazonia CNA	210	-
Total do ativo não circulante	3.968	-
Passivo		
Não Circulante		
Asgard Navegação S.A.	3.664	-
Morro do Pilar Minerais S.A.	753	-
Total do passivo não circulante	4.417	-

A Companhia incorre em despesas de estrutura administrativa que são compartilhadas com outras empresas do grupo, gerando um recebível pelo reembolso proveniente deste compartilhamento. Este recebível em sequência é convertido em nota promissória que poderá ser compensada com outras despesas de natureza inversa, as quais empresas do grupo arcam e a Companhia reembolsa. Esta dinâmica ocorre pelo grupo centralizar a gestão de caixa de suas empresas de forma a otimizar recursos. O valor de R\$ 310 na rubrica contas a receber de partes relacionadas, no ativo circulante, referem-se a notas de débitos com a Controladora MLog, oriundos do contas a receber com partes relacionadas, citado acima, que serão liquidadas via Notas Promissórias que irão incorrer atualização e são liquidadas mediante transações entre partes.

7 Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são apurados pelo regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo para apuração dos impostos considera as adições e exclusões previstas na legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2023, o montante de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia é da ordem de R\$ 3.592 (R\$ 61 em 31 de dezembro de 2022), sobre o qual a Administração, tendo em vista a ausência de histórico de lucratividade em suas operações e nesse momento, pela falta de expectativa de rentabilidade futura, não registra o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

8 Remuneração do pessoal chave da Administração: A Companhia considera todos os atuais diretores com pessoal-chave da Administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração desses diretores e membros do Conselho de Administração foi de R\$ 1.729. A remuneração global da Administração, para o período de 2023 a 02 de maio de 2024, em até R\$ 7.691, foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 02 de maio de 2023, conforme previsão orçamentária da Companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
9 Impostos a recolher		
Imposto de renda retido	641	-
Outros impostos retidos	1	3
Total	642	3

10 Adiantamentos para futuros aumentos de capital
Os adiantamentos para futuros aumentos de capital são oriundos da Controladora para gastos administrativos. A capitalização ocorrerá em período não superior a um ano e não incidirão juros ou correções monetárias. Após a realização da Assembleia Geral Ordinária, estando o adiantamento para futuro aumento de capital ainda em aberto, este é convertido a capital de forma irrevogável pelo valor nominal de cada ação.

11 Capital Social: Em Assembleia Geral de Constituição (AGC), realizada em 28 de junho de 2022, foi aprovado o capital social inicial de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) representado por 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas neste ato. O capital foi totalmente integralizado em dinheiro em 04 de agosto de 2022.

Antonio Frias Oliva Neto
Diretor Presidente, Administrativo-Financeiro e de Relação com Investidores

Yury Gazen Dimas
Diretor de Controladora e Contador
CRC RJ 131582/O-3

sentido, pelo fato da distribuição dos resultados não guardar relação direta e proporcional com o percentual de participação da NSN no patrimônio da SCP, o que seria esperado em transações com terceiros independentes, a administração concluiu que a parcela distribuída em montante que seja superior a 0,1% deve ser considerada como uma contribuição de capital por parte do seu acionista controlador MLog (sócio ostensivo da SCP), sendo contabilizada diretamente no patrimônio líquido da NSN quando declarada e aprovada pelos sócios da SCP, nos termos do seu Contrato de Constituição. A parcela correspondente a 0,1% é contabilizada como receita de dividendos no resultado do exercício. Na nota explicativa 5 a Companhia divulga as principais informações patrimoniais e de desempenho das atividades da SCP.

3.4 Provisões: Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **3.5 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados pelo regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo para apuração dos impostos considera as adições e exclusões previstas na legislação vigente. A Administração somente registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos quando há evidência de utilização em lucros tributáveis futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia define como "Caixa e equivalentes de caixa" os valores mantidos com a finalidade de atender compromissos operacionais de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 referem-se a recursos disponíveis mantidos em caixa.

5 Investimento: O valor de R\$ 5 na rubrica de investimento corresponde a contribuição de capital da NSN na SCP, por meio de obrigação de aquisição de investimento, estando registrado e mensurado ao custo histórico, conforme descrito na nota 3.3. Conforme detalhado na nota explicativa 1, a SCP foi constituída como um veículo transitório para reunir todos os ativos de navegação do Grupo MLog (apoio offshore, navegação interior e navios) e, consequentemente, o resultado produzido por estes, enquanto a MLog não obtém as anuências formais para que esses ativos sejam transferidos para a NSN. Após a obtenção de todas as anuências, a intenção do Grupo MLog é consolidar a NSN como sua plataforma de ativos de navegação. Estas anuências dependem de bancos e credores e estão em fase de solicitação. A controladora MLog já solicitou algumas das anuências necessárias para iniciar a efetiva transferência de ativos e passivos, no entanto, os pedidos permanecem em análise por parte dos potenciais anuentes sem qualquer resposta definitiva até o momento. A SCP é composta de ativos e passivos aportados pelo sócio ostensivo, a MLog, no montante líquido de R\$ 5.000, sendo estes: • 37.999 ações de emissão da Asgaard Bourbon Navegação S.A., que correspondem a 50% do capital social desta empresa. • 2.868 ações de emissão da Companhia de Navegação da Amazônia, que correspondem a totalidade de seu capital social. • Embarcações do tipo AHTS denominadas Yvan Barreto, Geonísio Barroso e Haroldo Ramos. • Dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, oriunda da aquisição dos três barcos tipo AHTS supracitados. • Dívida originada com a aquisição da Companhia de Navegação da Amazônia. • Dívidas com partes relacionadas. A contribuição da NSN na SCP foi de R\$ 5, na forma de obrigação de aquisição de investimento, conforme demonstrado na Nota Explicativa 5. A SCP não tem personalidade jurídica e suas operações serão exercidas exclusivamente pela sócia ostensiva, inclusive a sua representação ativa e passiva, com plenos poderes de representação perante terceiros. A distribuição dos resultados desta SCP, de acordo com o instrumento particular que a rege, se dá na proporção de 99% para a sócia participante (NSN) e 1% para a sócia ostensiva (MLog). Esta proporção inversa de distribuição do resultado em relação ao capital aportado ocorre por dois motivos: 1) A atribuição de 99% do resultado da SCP traduz a dinâmica de agregar o resultado da vertical de navegação (apoio offshore e interior) na NSN, tendo em vista o seu propósito de atuar como plataforma das atividades de navegação do Grupo MLog, tendo a sua administração voltada para esse fim, sem a influência de qualquer outro segmento de negócios. 2) A MLog é controladora única da SCP, mesmo de forma indireta, dado que detém 99,9% de forma direta e também controla a NSN, detentora da participação restante de 0,1%. Desta forma, a não proporcionalidade da distribuição dos resultados é irrelevante para fins das demonstrações financeiras consolidadas da MLog. Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia ainda não tinha iniciado a geração operacional de caixa. No entanto, as atividades da SCP apresentaram geração de caixa compatível com seus níveis de operação. Na nota explicativa 5 a Companhia divulga as principais informações patrimoniais e de desempenho das atividades de navegação, atualmente reunidas na SCP.

Balanco Patrimonial Em milhares de R\$

	SCP Individual 31/12/2023	SCP Consolidado 31/12/2023	SCP individual (constituição) 02/01/2023	SCP Consolidado (constituição) 02/01/2023
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.092	5	1.828
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	-	7.875	-	1.856
Contas a receber de clientes	6.861	24.335	-	21.865
Adiantamentos a fornecedores	-	4.540	-	5.550
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	4.746
AFRMM para liberação	-	20.370	-	8.662
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	16.543	-	12.226
Outros impostos a recuperar	-	3.148	-	3.180
Estoques	-	423	-	766
Despesas antecipadas	-	693	-	760
Outros créditos	-	1.995	-	3.297
Total do ativo circulante	6.866	81.014	5	64.736
Não Circulante				
Depósitos Judiciais	-	219	-	237
AFRMM para liberação	-	-	-	-
Outros impostos a recuperar	-	6.051	-	5.729
Retenções contratuais de clientes	-	6.835	-	4.134
Partes relacionadas	15.341	60.911	-	28.167
Direitos na transação comercial	-	56	-	78
Outras contas a receber	-	194	-	1.340
Investimentos	149.749	-	146.323	-
Imobilizado	131.855	264.545	116.755	252.772
Direito de uso	-	15.970	-	17.430
Intangível	-	65.771	-	65.772
Total do ativo não circulante	296.945	420.552	263.078	375.659
Total do ativo	303.811	501.566	263.083	440.395
* Na data de constituição da SCP, conforme detalhado na nota explicativa 1.				

Balanco Patrimonial Em milhares de R\$

	SCP Individual 31/12/2023	SCP Consolidado 31/12/2023	SCP individual (constituição) 02/01/2023	SCP Consolidado (constituição) 02/01/2023
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	-	50.943	-	32.189
Empréstimos e financiamentos	26.323	64.250	18.898	36.143
Salário e encargos sociais	-	14.764	-	7.411
Arrendamentos a pagar	-	17.934	-	9.373
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	869	-	3.806
Outros impostos a recolher	3.946	22.937	-	9.478
Provisões para contingências trabalhista e operacionais	-	11.981	-	37
Obrigações na aquisição de investimentos	15.376	15.376	14.507	14.507
Outras contas a pagar	2.588	9.103	4.746	7.812
Total do passivo circulante	48.233	208.157	38.151	120.756
Não circulante				
Fornecedores	-	196	-	1.487
Empréstimos bancários e financiamentos	7.237	11.218	29.773	38.199
Arrendamentos a pagar	-	1.701	-	9.343
Partes relacionadas	203.606	11.492	144.979	242
Outros impostos a recolher	-	19.723	-	11.161
Obrigações na transação comercial	-	3.377	-	6.516
Adiantamentos diversos	-	341	-	538
Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM	-	199.038	-	189.792

NSN - NOVA SOCIEDADE DE NAVEGAÇÃO S.A.

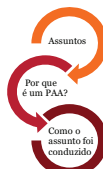
CNPJ 47.586.663/0001-01

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como «normas contábeis IFRS»). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Investimento em Sociedade em Conta de Participação (SCP)

(Notas 1, 3.3 e 5)

Em 2 de janeiro de 2023, a Companhia constituiu, juntamente com a sua controladora MLog S.A., uma Sociedade em Conta de Participação (SCP), com o objetivo de ser um veículo transitório para reunir todos os ativos de navegação MLog S.A. (apoio offshore, navegação interior e navios), enquanto a MLog S.A. não obtém as anuências formais para que esses ativos sejam transferidos para a Companhia. A SCP não tem personalidade jurídica e suas operações serão exercidas exclusivamente pela MLog S.A., com plenos poderes de representação perante terceiros. A Companhia possui participação de 0,01% na SCP, por meio de investimento no montante de R\$ 5 mil, enquanto a MLog S.A. aportou ativos e passivos no montante líquido de R\$ 5.000 mil, correspondentes a 99,99% de participação. A distribuição dos resultados da SCP, no entanto, será efetuada na proporção de 99% para a Companhia (sócia participante) e 1% para a MLog S.A. (sócia ostensiva). Na ausência de prática contábil específica nas normas contábeis brasileiras e internacionais (IFRS) para investimentos com essas características, a administração da Companhia, exerceu o seu melhor julgamento na aplicação de uma política contábil que pudesse representar adequadamente os objetivos das operações com a SCP. Em razão dos aspectos acima mencionados, esse assunto foi considerado como área de foco em nossa auditoria. Em nossa avaliação, consideramos essa uma área de foco de auditoria devido à relevância do julgamento da administração na determinação da política contábil adotada para o registro do investimento e seus reflexos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Leitura do instrumento particular de constituição da SCP assinado entre as partes. • Análise dos aspectos jurídicos do contrato, com o apoio dos nossos especialistas. • Entendimento dos objetivos de negócio para a realização do investimento na SCP e avaliação da razoabilidade dos julgamentos e premissas adotados pela administração na definição da prática contábil mais apropriada nas circunstâncias. Consideramos que os julgamentos e premissas relevantes adotadas pela administração são razoáveis e as divulgações em notas explicativas são consistentes com os dados e as informações obtidas.

acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Desempenho. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Desempenho e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Desempenho e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Desempenho, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como «normas contábeis IFRS»), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP00160/F-5. Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira - Contador CRC 1R055688/O-4.

Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado: A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que**

3R Operações Marítimas S.A.

CNPJ: 46.379.809/0001-77

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal>

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)			
(Em milhares de reais)				(Em milhares de reais)				(Em milhares de reais)			
	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
ATIVO				Receita líquida	14	21.169	—	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Circulante				Custo dos serviços prestados	15	(46.885)	—	Prejuízo líquido do exercício		(26.882)	(86)
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.829	1	Prejuízo bruto		(25.716)	—	Ajustado por:			
Contas a receber de terceiros	9	4.336	—	Despesas gerais e administrativas	16	(1.077)	(84)	Resultado de aplicações financeiras	17	(30)	—
Contas a receber - partes relacionadas	12	11.215	—	Outras despesas operacionais, líquidas		(—)	(8)				
Outros impostos a recuperar	10	1.649	—	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e do imposto de renda e da contribuição social		(26.793)	(86)	Varição em ativos e passivos			
Despesas antecipadas		523	—	Receitas financeiras		30	—	Contas a receber de terceiros	9	(4.336)	—
Total do ativo circulante		22.552	1	Despesas financeiras		(119)	—	Outros impostos a recuperar	10	(1.649)	—
Imobilizado		161	—	Prejuízo do exercício		(26.882)	(86)	Outros impostos a recolher	11	189	—
Total do ativo não circulante		161	—	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Fornecedores	11	9.313	63
Total do ativo		22.713	1					Contas a receber e a pagar com partes relacionadas	12	(11.238)	23
PASSIVO								Outras obrigações		115	—
Circulante								Caixa consumido nas atividades operacionais		(35.041)	—
Fornecedores	11	9.376	63	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)				Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(35.041)	—
Contas a pagar - partes relacionadas	12	—	23					Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Outros impostos a recolher		189	—	Prejuízo líquido do exercício		2023	2022	Aplicações financeiras		30	—
Outras obrigações		115	—	Outros resultados abrangentes		(26.882)	(86)	Aquisição de imobilizado		(161)	—
Total do passivo circulante		9.680	86	Outros resultados abrangentes		—	—	Caixa líquido consumido nas atividades de investimento e investimentos		(131)	—
Patrimônio líquido	13			Total de resultados abrangentes do exercício		(26.882)	(86)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Capital social		40.001	1	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Constituição de Capital		—	1
Prejuízo acumulado		(26.968)	(86)					Aumento de capital social	13	40.000	—
Total do patrimônio líquido		13.033	(85)					Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		40.000	—
Total do passivo e patrimônio líquido		22.713	1					Aumento em caixa e equivalentes de caixa		4.828	—
								Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	—
								Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4.829	—
								Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		4.828	1
								As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de abril de 2022	—	—	—
Constituição de capital	1	—	1
Prejuízo do período	—	(86)	(86)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1	(86)	(85)
Prejuízo do exercício	—	(26.882)	(26.882)
Aporte de capital	40.000	—	40.000
Saldo em 31 de dezembro de 2023	40.001	(26.968)	13.033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais). 1. **Contexto operacional:** Constituída em 01 de abril de 2022, a 3R Operações Marítimas S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia é controlada diretamente e integralmente pela 3R Potiguar S.A. ("Controladora") e indiretamente pela 3R Petróleo Óleo e Gás S.A. ("3R OG"). A sede da Companhia fica situada na Praia de Botafogo, 186, 16º andar, Botafogo, Rio de Janeiro. O objeto social da Companhia consiste em: (i) Armazenamento, movimentação, transporte, importação, exportação e comercialização de petróleo, gás natural, combustíveis, biocombustíveis bem como outros hidrocarbonetos e produtos derivados do petróleo, inclusive mercadoria de terceiros (armazém geral); e (ii) a operação e manutenção de dutos e suas instalações auxiliares, terminais de uso privado, terminais aquaviários e terrestres para movimentação de cargas e pessoas, atividades de carga, descarga e transbordo. Adicionalmente a Companhia foi constituída para prestar serviços portuários para a sua controladora, a 3R Potiguar S.A., em sua operação de exploração e produção de petróleo. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou prejuízo no exercício de R\$ 26.882 e saldo de prejuízos acumulados de R\$ 26.968, bem como vem incorrendo em margem negativa nas suas operações e necessidade de suporte financeiro por parte de seus acionistas. Neste sentido a controladora 3R Potiguar continuará a prover toda a assistência financeira para a Companhia honrar os seus compromissos e o pagamento de suas obrigações, visando a manutenção de suas operações. 2. **Base de preparação das demonstrações financeiras:** 2.1 **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas pela Administração em 11 de abril de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente aquelas relacionadas a elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 3. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 4. **Uso de estimativa e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração não identificou

julgamentos e estimativas relevantes que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. 5. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. 6. **Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. a) **Caixa e equivalente de caixa:** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. b) **Contas a receber de terceiros:** As contas a receber correspondem aos valores a receber originados na prestação de serviços, fornecidos no curso normal das atividades da Companhia, faturados e que não tenham sido pagos. c) **Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e da provisão para redução ao seu valor recuperável, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada de acordo com o método linear. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*): Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes por meio da taxa de desconto, que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são reunidos ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo. Estes ativos são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida. d) **Fornecedores:** As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor

nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços. e) **Receita líquida:** Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas da Companhia são oriundas da prestação de serviços portuários, armazenagem e movimentação dos derivados para sua controladora e terceiros. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à prestação de serviços; (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e o possível cancelamento ou interrupção dos serviços puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável. A Companhia reconhece suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou pela prestação de serviço prometido ao cliente. f) **Resultado financeiro líquido:** A receita financeira representa juros decorrentes de aplicações financeiras. São reconhecidas pelo regime de competência quando auferidas ou incorridas pela Companhia. As despesas financeiras representam despesas bancárias e atualizações monetárias de obrigações com respectivos encargos, quando proposto pela Companhia, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas. 7. **Novas normas contábeis:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas: • Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26); • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40); • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06); e • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços abaixo: <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 11 de abril de 2024, sem modificações.

Matheus Dias de Siqueira - Diretor-Presidente; **Rodrigo Pizarro Lavalle da Silva** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; **Mauro Braz Rocha** - Contoller. **Wagner Pinto Medeiros** - Gerente de Contabilidade - CRC/RJ 086560/O-4.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIÁRIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código DF66-0D07-EEFD-CFCF.

O melhor custo-benefício do mercado está no Diário Comercial. Faça uma cotação e comprove.

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

DEXXOS ParDEXXOS PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 02.193.750/0001-52 - Companhia Aberta

Juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra. Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Descrição	Vida Útil
Imóveis	10 a 20 anos
Máquinas / Instalações industriais	10 a 12 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.1.(l) Redução ao valor recuperável de ativos:** O valor contábil líquido dos ativos é avaliado anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, haverá uma perda por desvalorização gerando com isto um ajuste no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **2.1.(m) Contas a pagar - Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.1.(n) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.1.(o) Provisões para contingências:** Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota 2.3. **2.1.(p) Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são

determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **2.1.(q) Lucro líquido por ação:** Lucro líquido por ação é calculado com base no CPC 41/IAS 33. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício. O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. **2.1.(r) Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.1.(s) Subvenções governamentais:** Subvenções e Assistência Governamentais são retidos em conta apropriada do Patrimônio Líquido (Reserva de Incentivos Fiscais) após terem sido reconhecidos na Demonstração do Resultado. **2.1.(t) Distribuição de dividendos:** A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Composição do Conselho de Administração

Presidente: Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares
Vice-Presidente: Omar Carneiro da Cunha Sobrinho
Membro do Conselho: Frederico Átila Silva Neves

Composição da Diretoria

Presidente: Rafael Alcides Raphael
Diretor Executivo e de Relação com Investidores: George Abi-Rihan Cordeiro

Contador

George Abi-Rihan Cordeiro - CRC-BA 013312/0-3 T-RJ - CPF nº 665.172.817-20

Parecer do Conselho Fiscal

No exercício de suas atribuições estatutárias e nos termos da legislação vigente, os membros do Conselho Fiscal da DEXXOS Participações S.A. ("Companhia"), em reunião realizada na presente data, após esclarecimentos prestados por representantes da Administração e a análise da minuta do parecer dos Auditores Independentes, por unanimidade de votos, aprovaram a emissão deste parecer favorável ao Relatório da Administração da Companhia, às suas contas e às Demonstrações Financeiras, acompanhados da minuta do parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como à proposta submetida pela administração da Companhia quanto à destinação do lucro líquido apurado em tal exercício social, estando as citadas peças em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas em Assembleia Geral da Companhia. Rio de Janeiro, 19 de março de 2024.

Carlos Roberto Magalhães
Presidente do Conselho Fiscal
Cid Gabriel Ferreira de Sampaio
Membro do Conselho Fiscal

José Joaquim Geraldo Neto
Membro do Conselho Fiscal
Alberto Braune Barcellos Filho
Membro do Conselho Fiscal

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), foi emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., em 22 de março de 2024, sem modificações. A íntegra das demonstrações contábeis da Companhia e do relatório dos auditores independentes encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos que estão informados nesta publicação resumida.

AUSTRAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME 14.105.758/0001-07 / NIRE 33.3.0029883-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024**

Ficam os senhores acionistas da AUSTRAL PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, sala 401, Leblon, CEP 22.431-002, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 14.105.758/0001-07, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) sob o NIRE 33.3.0029883-5 ("Companhia"), convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 9:00 horas, na sede da Companhia, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a aprovação das contas da administração, incluindo o relatório da administração, consubstanciada nas Demonstrações Financeiras, e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) a destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) a eleição ou reeleição, conforme o caso, dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024; e (v) a ratificação da alteração do jornal de grande circulação utilizado para publicações legais da Companhia, nos termos do art. 289, §3º da lei das S.A.. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da AGO, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados da Sra. Daniella Matos (Jurídico) – dmatos@australholding.com previamente à data de realização da AGO: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGO como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro representante acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGO caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos. Os documentos mencionados acima deverão ser apresentados pelos acionistas à Companhia até, no máximo, 30 (trinta) minutos antes do horário da AGO. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGO por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014). Nos termos da legislação aplicável, os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na AGO encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. Rio de Janeiro, 15 de abril de 2024. **Bruno Augusto Sacchi Zaremba** - Presidente do Conselho de Administração.

COMPANHIA COMMERCIAL DO RIO DE JANEIRO

CNPJ: 33.396.391/0001-64

Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas convocados para participar da Assembleia Geral Ordinária que se realizará na sede social, à Rua Primeiro de Março nº 23, 19º andar, às 10:30 horas, em primeira convocação, e 11:00 horas, em segunda convocação, no dia 26/04/2024, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Apreciação do Relatório, Balanço e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; b) Deliberação do resultado do exercício; c) Outros assuntos: Ficam os senhores acionistas informados que estarão à disposição dos mesmos, na sede social da sociedade, o Relatório da Administração e a cópia das Demonstrações Financeiras. Rio de Janeiro, 11 de abril de 2024. **Abel Mendes Pinheiro Junior** - Diretor.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

CNPJ/ME 18.201.378/0001-19

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

O Conselho de Administração do VLT Carioca S.A. ("Companhia") convoca os senhores acionistas da Companhia a se reunirem, em primeira convocação, em 29 de abril de 2024, às 11:00 horas, para sua Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a ser realizada de forma exclusivamente digital, disponibilizando-se os dados de acesso ao ambiente virtual ágeles que comprovarem sua qualidade de acionistas (e, em caso de procuradores, a respectiva procuração), por solicitação a ser enviada ao e-mail societario.vltcarioca@grupocccr.com.br, sendo permitido o envio de manifestação de voto ao referido e-mail, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I. Em Assembleia Geral Ordinária: (i) As contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer emitido pelos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (ii) A fixação da remuneração anual global para os administradores da Companhia para o exercício de 2024. II. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) A eleição de membros do Conselho de Administração e a designação do cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, em razão de renúncias de alguns membros apresentadas à Companhia; e (ii) Os critérios gerais de remuneração da Companhia relativos ao exercício de 2024. Os documentos pertinentes à deliberação se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia, podendo ser enviados por e-mail. As procurações outorgadas aos representantes dos acionistas que participarão do ato, cujos mandatos não estejam arquivados na sede da Companhia, acompanhadas dos demais documentos de representação das acionistas, deverão ser encaminhadas ao e-mail societario.vltcarioca@grupocccr.com.br, com no mínimo 30 minutos de antecedência da abertura dos trabalhos. **Igor de Castro Camillo**
Presidente interino do Conselho de Administração

ESTADO DO RIO DE JANEIRO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA COMARCA DE TRÊS RIOS CARTÓRIO DA 1ª VARA EDITAL DE CITAÇÃO

Com o prazo de vinte dias O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Eduardo Buzzinari Ribeiro de Sá - Juiz Titular do Cartório da 1ª Vara da Comarca de Três Rios, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, tramitam os autos da Classe/Assunto Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária, de nº 0000605-82.2019.8.19.0063, movida por BV FINANCEIRA SA – CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS em face de ROSE MAUREM PESAVENTO DE CARVALHO, objetivando citação da parte ré. Assim, pelo presente edital CITA o réu ROSE MAUREM PESAVENTO DE CARVALHO, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de quinze dias oferecer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados (Art. 344, CPC), caso não ofereça contestação, e de que, permanecendo revel, será nomeado curador especial (Art. 257, IV, CPC). Dado e passado nesta cidade de Três Rios, 26 de setembro de 2023. Eu, Valéria Lemos Barreto - Subst. do Resp. pelo Expediente - Matr. 01/18398, digitei. E eu, Fernanda Reis Costa Mattos - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/15153, o subscrevo.

ACAPURANA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 08.281.830/0001-46 - NIRE 33.3.0031253-6

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Realizada em 11 de Abril de 2024

Em 11/04/2024, às 10h, na sede social da Companhia. **Quórum:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sra. Paula Guimarães Fonseca; Secretário: Sr. Mauro Sérgio Junqueira de Araújo. **Deliberações:** (i) foi aprovada a redução do capital social em **R\$131.763.201,00**, conforme previsto no artigo 174, § 2º, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), por motivo de excesso de capital, passando de **R\$143.531.571,82**, divididos em **11.768.370** ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, (ii) desta forma, ficou aprovada a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da companhia que passará a constar com a seguinte redação: "**Artigo 5º - O capital social é de ser R\$11.768.370,78, divididos em 11.768.370 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 4 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal. Acionistas - Ações Ordinárias - Ações Preferenciais:** ALLOS S.A. - 6.164.384 - 2; 82399 Canada Inc. - 2 - 0; 82402 Canada Inc. - 2 - 0; 82429 Canada Inc. - 2 - 0; 82437 Canada Inc. - 1 - 2; CPPIB US RE-A Inc. - 5.603.978 - 0; **Total - 11.768.370 - 4.** (iii) foi aprovada a reforma do Estatuto Social da Companhia em razão da deliberação anteriormente mencionada, conforme o Documento II anexo à presente ata. **Encerramento:** mais nada a ser tratado. **Mesa:** Paula Guimarães Fonseca - Diretor; Mauro Sérgio Junqueira de Araújo - Diretor.

SUDELETRO S. A.

CGC: 33.102.153/0001-07 - NIRE: 33300132210

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/03/2024

Local: Praça Mahatma Gandhi 2, grupo 921, Rio de Janeiro; Horário - 10 horas; Presença: 1.005.576 Ações Nominativas, mais de 2/3 do Capital Social. Convocações: Publicadas no Diário Comercial impresso e digital de 6, 7 e 08/03/2024. Mesa: Presidente, Sílvia Vêras de Lacerda Guimarães e Secretária, Ana Luiza Vêras de Lacerda Guimarães. Iniciando a reunião relembrando os cuidados sanitários que o momento atual ainda exige, a Sra. Sílvia apresentou os resultados do exercício findo, informando que houve uma redução de quase 50% na receita com participações, função das mudanças econômicas trazidas pelo novo governo, mas mesmo assim, o resultado final atingiu 86% do resultado de 2022, demonstrando mais um ano de bom desempenho da empresa; dessa forma, existe a expectativa de que nos próximos 2 anos, a empresa obtenha resultados da mesma ordem, mas para tanto, nossa cidade carece para um maior impulso de sua economia, de ações específicas dos governos federal, estadual e municipal, principalmente no que tange a segurança pública e revitalização do Centro. Continuando a reunião, por unanimidade, com as abstenções dos legalmente impedidos: (A) Foram aprovados o Balanço, Relatório e Contas da Diretoria, relativos ao ano calendário encerrado em 31/12/2023, publicados no Diário Comercial impresso e digital em 15/02/2024; (B) Foi proposta e aprovada a seguinte destinação dos lucros: 5% para Fundo de Reserva Legal; 25% para dividendos; 10% para gratificação à Diretoria e o saldo remanescente mantido na conta de Reservas de Lucro Especial; (C) Na pauta de assuntos gerais, foi apresentado o resultado de reunião de Diretoria promovida em 01/03 pp. que decidiu pela necessidade de alterações na administração do contrato vigente com a Unimed-Rio, cujo custo x benefício se apresenta cada vez mais crítico. E, não havendo outros assuntos urgentes a tratar, para encerramento da ordem do dia, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos, informando que a presente Ata será arquivada na JUCERJA, conforme faculta a lei. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. Ata arquivada na JUCERJA sob o nº 00006161679 em 03/04/2024.

MILÊNIO HOLDING S.A.

CNPJ: 51.660.005/0001-81 - NIRE: 33.3.0035013-6

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da Milênio Holding S.A. ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei nº 6.404/1976, para se reunirem, no dia 23 de abril de 2024, às 09:00 horas, na localidade da Companhia, mas, por motivo de força maior, especificamente no endereço situado na Rua Visconde de Pirajá, nº 351, 1302, Ipanema, CEP: 22.410-003, na cidade e Estado de Rio de Janeiro, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as quais foram disponibilizadas por meio de publicação realizada no dia 11/04/2024; e (ii) Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal. (b) Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) Deliberar sobre a cessão de 1 (uma) quota do capital social da Milênio Capital Gestão de Investimentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 16.804.280/0001-20 ("Milênio Capital"), de sua titularidade, totalmente integralizada, livre e desembaraçada de quaisquer ônus ou gravames, ao Matheus Moda Fortes Barbieri, inscrito no CPF/MF sob o nº 432.292.288-04, atual colaborador da Milênio Capital ("Matheus"). Os acionistas poderão ser representados por mandatários nomeados na forma do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/1976. Solicita-se aos acionistas que desejarem participar da assembleia geral por meio de videoconferência, que notifiquem o Presidente do Conselho de Administração da Companhia a esse respeito com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da assembleia geral, a fim de que este possa tomar as providências cabíveis. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024. **Fabrizio Solitto Marchetti** - Presidente do Conselho de Administração.

SYNERGY S.A.

CNPJ/MF N.º 30.278.527/0001-43

CONVOCAÇÃO

Conforme previsto no Art. 11º do Estatuto Social da Cia., combinado com o disposto no Art. 123 da Lei 6.404/76, **convocamos** os Srs. Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária da Synergy S.A., a realizar-se em sua sede, na Rua Barão de Pirajá n.º 172, sala 04, Centro, Cidade de Pirajá, RJ, às 14:00 horas do dia 30/04/2024, em 1ª convocação, visando deliberar sobre as matérias elencadas no art. 132 da Lei 6.404/76. Pirajá, RJ, 11 de abril 2024. Fernando Lana de Noronha – Diretor Presidente.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO, CNPJ: 00.643.742/0027-74, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação e Simplificação – SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2023/00121, Licença Ambiental Municipal de Instalação (LMI) para construção de GRUPO RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR – RUA GENERAL SEZEFREDO, ESQUINA COM RUA PEDRO GOMES – REALENGO/RJ.

FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.

CNPJ/MF N.º 01.629.083/0001-45

CONVOCAÇÃO

Conforme previsto no Art. 8º do Estatuto Social da Cia., combinado com o disposto no Art. 123 da Lei 6.404/76, **convocamos** os Srs. Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária da Ferrovia Tereza Cristina S.A., a realizar-se em sua sede, na Avenida das Américas, 700, Bloco I, sala 306, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, às 14:00 horas do dia 30/04/2024, em 1ª convocação, visando deliberar sobre as matérias elencadas no art. 132 da Lei 6.404/76. Rio de Janeiro, RJ, 12 de abril 2024. **Benony Schmitz Filho** – Presidente do Conselho de Administração.

AREZO RJ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 18.375.092/0001-50

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 22 de abril de 2024, às 11:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Rua Firmo Ribeiro Dutra nº 200, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, para tratar da seguinte Ordem do Dia: Item 01 - Eleição/Reeleição da Diretoria da Companhia para novo mandato temporário; Item 02 - Fixação da remuneração dos administradores; e Item 03 - Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 11 de abril de 2024. **Marcelo Braga Tavares Paes**
Diretor-Presidente

BANCO ARBI S/A

CNPJ/MF nº 54.403.563/0001-50 - NIRE 3330003066-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. Ficam convocados os Srs. Acionistas do Banco Arbi S/A ("Sociedade") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária que se realizará às 10h do dia 22/04/2024, na sede social da Sociedade, situada na Av. Niemeyer, 02, Térreo, parte, Leblon, RJ, CEP: 22.450-220, para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores e apreciar o Relatório do Auditor Independente; (ii) As demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2023; (iii) A proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 2023; e, (iv) A proposta da remuneração global dos Diretores para o exercício social de 2024. **Participação dos Acionistas na Assembleia:** Nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, os Acionistas ou seus representantes legais, para serem admitidos na Assembleia Geral, deverão apresentar os seguintes documentos: (i) Acionistas pessoa física: cópia do documento de identidade e, se for o caso, instrumento de procuração com a firma reconhecida do outorgante. Na hipótese de representação por procuração, os Acionistas deverão ser representados por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, sendo o procurador Acionista, administrador da Companhia ou advogado. Toda a documentação deverá ser entregue no momento da realização da Assembleia Geral. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024. **Leo Eduardo da Costa Hime** - Diretor.

Diário Comercial

**PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS,
BALANÇOS, EDITAIS, FATOS
RELEVANTES E UNDERWRITING NO
DIÁRIO COMERCIAL,
FALE COM SUA AGÊNCIA DE
PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE**

3R Areia Branca S.A.
CNPJ: 52.127.214/0001-27

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal>

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)			
	Nota	2023	2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	24.361	53.273
Contas a receber de terceiros	9	-	5.962
Contas a receber – partes relacionadas	16	6.031	21
Estoque		3.356	6.782
Adiantamentos		229	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		59	-
Outros impostos a recuperar		3.852	15
Despesas antecipadas	10	13.229	2.535
Outros ativos		419	1.368
Total do ativo circulante		51.536	69.956
Realizável a longo prazo			
Caixa restrito	8.1	1.259	-
Depósitos judiciais		334	336
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	19.985	20.612
Outros ativos		-	2.376
		21.578	23.324
Imobilizado	12	137.131	99.437
Intangível	13	22.616	24.174
Total do ativo não circulante		181.325	146.935
Total do ativo		232.861	216.891
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	14	23.575	7.935
Obrigações trabalhistas		1.498	1.742
Contas a pagar – partes relacionadas	16	948	1.179
Dividendos a pagar	19	1.328	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher		241	101
Outros impostos a recolher		321	674
Provisão para pagamento de Royalties		674	639
Debêntures	15	20.960	21.517
Outras obrigações		9	-
Total do passivo circulante		49.477	33.787
Não circulante			
Provisão para contingências	18	88	-
Provisão para abandono	17	13.318	32.358
Debêntures	15	-	21.217
Total do passivo não circulante		13.406	53.575
Patrimônio líquido	19		
Capital social		161.784	136.784
Reserva de lucros		8.194	-
Prejuízo acumulado		-	(7.255)
Total do patrimônio líquido		169.978	129.529
Total do passivo e patrimônio líquido		232.861	216.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)						
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Dividendos adicionais propostos	Lucro (Prejuízo) acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	136.784	-	-	-	(28.084)	108.700
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	20.829	20.829
Saldo em 31 de dezembro de 2022	136.784	-	-	-	(7.255)	129.529
Lucro do exercício	-	-	-	-	16.777	16.777
Aporte de capital	25.000	-	-	-	-	25.000
Reserva legal	-	476	-	-	(476)	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	3.735	-	(3.735)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.328)	(1.328)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	3.983	(3.983)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	161.784	476	3.735	3.983	3.983	169.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)			
	Nota	2023	2022
Receita líquida	20	67.095	83.444
Custo dos produtos vendidos	21	(40.552)	(52.416)
Lucro bruto		26.543	31.028
Despesas gerais e administrativas	22	(6.744)	(5.094)
Outras despesas operacionais, líquidas		1.164	(511)
		(5.580)	(5.605)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e do imposto de renda e da contribuição social		20.963	25.423
Receitas financeiras	23	8.276	5.990
Despesas financeiras	23	(9.497)	(5.141)
		(1.221)	849
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		19.742	26.272
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(2.338)	(2.280)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(627)	(3.163)
Lucro líquido do exercício		16.777	20.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)			
	2023	2022	
Lucro líquido do exercício	16.777	20.829	
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:			
Outros resultados abrangentes	-	-	
Total de resultados abrangentes do exercício	16.777	20.829	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais). 1. **Contexto operacional:** A 3R Areia Branca S.A. ("3R Areia Branca" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada integralmente pela 3R Petróleo Oleo e Gás S.A. ("Controladora" ou "3R OG"). Instalada no município do Rio de Janeiro, na praia de botafogo 186, 16º andar, Botafogo, Rio de Janeiro, e tem como objeto social a execução de serviços de exploração, avaliação e desenvolvimento de campos de petróleo e produção de petróleo e gás natural. A 3R Areia Branca é detentora e operadora dos campos Ponta do Mel e Redonda, localizados no município de Areia Branca, na Bacia Potiguar, no estado do Rio Grande do Norte, bem como os blocos POT-T-326, POT-T-353, POT-T-437, POT-T-524, POT-T-525 e POT-T-568, adquiridos em novembro de 2022. 2. **Base de preparação das demonstrações financeiras:** 2.1. **Declaração de conformidade.** As demonstrações financeiras individuais da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram autorizadas pela Administração em 11 de abril de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente aquelas relacionadas a elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 3. **Moeda funcional e moeda de apresentação.** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 4. **Uso de estimativa e julgamentos.** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as alterações são reconhecidas prospectivamente. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Julgamentos.** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 12 – **Impairment** (existência de indicativo para perda ou reversão de *impairment*). • Nota explicativa nº 17 – Provisão de abandono (extensão da obrigação assumida para o reparo ambiental necessário no abandono futuro, bem como os prazos de abandono baseados nos volumes de reservas existentes e nos planos de produção da Companhia). • Nota explicativa nº 11 - Imposto de renda e contribuição social diferido (existência de probabilidade de lucro tributável futuro). **Incertezas sobre premissas e estimativas.** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um efeito significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 12 - Imobilização (depreciação e *impairment* – avaliação de *triggers*). • Nota explicativa nº 13 – Intangível (amortização e *impairment* – avaliação de *triggers*). • Nota explicativa nº 17 - Provisão para abandono (principais premissas: prazo do abandono, custo estimado, taxa de desconto e inflação). • Nota explicativa nº 11 - Imposto de renda e contribuição social diferido (principais premissas: preço do petróleo do tipo *brent*, taxa de câmbio e opex total). • Nota explicativa nº 18 - Provisão de contingências (principais premissas: probabilidade de perda das causas em aberto). 5. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. 6. **Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a) Transações em moeda estrangeira.** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional de acordo com a taxa de câmbio naquela data. As diferenças encontradas são reconhecidas no resultado na linha de variação cambial. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. **b) Caixa e equivalente de caixa.** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. **c) Caixa restrito.** São depósitos mantidos com a finalidade de garantir compromissos de caixa de longo prazo e compõem-se de aplicações financeiras com liquidez vinculada ao cumprimento de suas obrigações e risco insignificante de mudança de valor. **d) Contas a receber de terceiros.** As contas a receber correspondem aos valores a receber originados da venda de óleo e gás e na prestação de serviços, fornecidos no curso normal das atividades da Companhia, faturados e que não tenham sido pagos. **e) Estoques.** Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de compra ou de produção e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao valor contábil. O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos gastos para se concretizar a venda. **f) Imposto de renda e contribuição social corrente.** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas dos tributos vigentes na data do balanço. **g) Imposto de renda e contribuição social diferido.** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: – diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; – diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e – diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio, quando aplicável. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lu-

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)			
	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		16.777	20.829
Ajustado por:			
Resultado de aplicações financeiras	23	(4.433)	(2.979)
Juros sobre empréstimos, líquidos e outros impostos		46	46
Juros sobre debêntures	15	2.249	4.401
Varição cambial não realizada	15	325	-
Provisões para contingências constituídas / (revertidas)	22	88	-
Baixa de imobilizado – debêntures	15	(255)	41
Atualização monetária – debêntures	15	1.144	(2.706)
Atualização da provisão para abandono	17	2.087	489
Depreciação do imobilizado	12	7.423	13.306
Amortização do intangível	13	1.776	5.050
Despesas antecipadas apropriadas no exercício	10	5.981	1.125
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	2.965	3.163
		36.127	42.765
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de terceiros		5.962	238
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(59)	34
Outros impostos a recuperar		(3.837)	82
Estoque		3.426	273
Outros ativos		3.325	(49)
Imposto de renda e contribuição social a recolher		(441)	2.507
Outros impostos a recolher		(83)	86
Adiantamentos		(229)	-
Fornecedores		15.640	4.649
Depósitos judiciais		2	17
Despesas antecipadas		(16.675)	(2.535)
Obrigações trabalhistas		(244)	925
Royalties		(312)	92
Contas a receber e a pagar com partes relacionadas		(6.241)	1.109
Outras obrigações		9	-
Caixa (consumido nas) gerado pelas atividades operacionais		36.370	50.193
Impostos pagos sobre o lucro		(1.757)	(2.406)
Caixa líquido (consumido nas) gerado pelas atividades operacionais		34.613	47.787
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		4.433	5.410
Caixa restrito		(1.259)	-
Aquisição de imobilizado	12	(66.181)	(110.026)
Aquisição de intangível	13	(26)	(1.000)
Aquisição de blocos – Ponta do Mel e Redonda		-	(15.527)
Caixa líquido (consumido nas) gerado pelas atividades de investimentos		(63.033)	(22.143)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Juros pagos sobre debêntures	15	(2.549)	(4.121)
Amortização principal – debêntures	15	(22.943)	(3.052)
Aumento de capital social	19	25.000	20.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(492)	12.827
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		(28.912)	38.471
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	53.273	14.802
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	24.361	53.273
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		(28.912)	38.471

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço a seguir: <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal> O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 11 de abril de 2024, sem modificações.

Mathews Dias de Siqueira - Diretor-Presidente
Rodrigo Pizarro Lavalle da Silva - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Mauro Braz Rocha - Controller
Wagner Pinto Medeiros - Gerente de Contabilidade - CRC/RJ 086560/O-4

AUSTRAL SEGURADORA S.A.

CNPJ Nº 11.521.976/0001-26 / NIRE 33.3.0029234-9

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 28 dias do mês de março de 2024, às 11:00 horas, na sede da Austral Seguradora S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, sala 401, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.431-002. **2. Publicações Legais:** Dispensadas as publicações legais de convocação, em razão da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, na forma do §4º do artigo 124 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como nos termos do § 3º do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia. Dispensadas as publicações legais dos anúncios nos prazos de antecedência previstos para disponibilização de documentos, nos termos do artigo 133, §4º da Lei das Sociedades por Ações, tendo sido devidamente publicadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos do §3º do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, no jornal Diário Comercial, nas páginas 15 a 20, nas edições impressa e digital do dia 28 de fevereiro de 2024. **3. Convocação:** Dispensadas as formalidades para convocação, tendo em vista a presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações, bem como nos termos do § 3º do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia. **4. Mesa:** Presidente: **Carlos Frederico da Costa Leite Ferreira**; e Secretária: **Daniella Lugarinho Fischer Matos**. **5. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(A) Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) a lavratura da ata na forma de sumário; (ii) as contas da administração, o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (iv) a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2024; (v) a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(B) Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (vi) a rerrificação da (a) Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 29 de março de 2019, às 16h00, devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o nº 3679090 ("AGOE 2019"); (b) Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 30 de março de 2020, às 11h00, devidamente registrada perante a JUCERJA sob o nº 3822644 ("AGOE 2020"); e (c) Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 30 de março de 2023, às 11h00, devidamente registrada perante a JUCERJA sob o nº 5494838 ("AGOE 2023"); (vii) o aumento do capital social da Companhia, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte das reservas de lucros da Companhia, com a consequente alteração da redação do caput do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia; e **(viii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **6. Deliberações:** A acionista presente deliberou o quanto segue: **A) Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (I) Aprovar a lavratura da ata na forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. (II) Aprovar as contas dos administradores, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Companhia, bem como o parecer dos auditores independentes da Companhia, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. (III) Aprovar e ratificar a proposta da administração para a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 42.422.697,74 (quarenta e dois milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, seiscentos e noventa e sete reais e setenta e quatro centavos), da seguinte forma: (i) o montante de R\$ 2.121.134,89 (dois milhões, cento e vinte e um mil, cento e trinta e quatro reais e oitenta e nove centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, foi destinado para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) o montante bruto de R\$ 15.970.000,00 (quinze milhões, novecentos e setenta mil reais) foi devidamente registrado a título de crédito de juros sobre capital próprio devido à acionista da Companhia, cujo respectivo montante líquido de R\$ 13.574.500,00 (treze milhões, quinhentos e setenta e quatro mil e quinhentos reais) foi integralmente pago em 15 de março de 2024, conforme a deliberação constante da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 29 de dezembro de 2023, tendo sido o referido valor líquido imputado ao valor do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2023, conforme previsto no Artigo 34 do Estatuto Social da Companhia; e (iii) R\$ 24.331.562,85 (vinte e quatro milhões, trezentos e trinta e um mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e cinco centavos) foram destinados para a constituição de reserva de lucros. (IV) Aprovar a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024 no valor total de até R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais). (V) Aprovar a reeleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, todos com mandato unificado de 3 (três) anos contados a partir da presente data: **A) Bruno Augusto Sacchi Zaremba**, brasileiro, divorciado, bacharel em economia, portador da carteira de identidade nº 08.423.755-1, expedida pelo IFRJ/RJ, e inscrito no CPF sob o nº 034.032.377-96, com endereço comercial na Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, Parte, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.431-002, ao cargo de **Presidente do Conselho de Administração** da Companhia; **B) Gabriel Felzenszwalb**, brasileiro, casado, bacharel em engenharia, portador da carteira de identidade nº 11.883.694-9, expedida pelo IFRJ/RJ, inscrito no CPF sob o nº 081.208.657-07, com endereço comercial na Avenida Bartolomeu Mitre nº 336, Parte, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.431-002, ao cargo de **Membro do Conselho de Administração** da Companhia; e **C) Michel Cukierman**, brasileiro, em união estável, bacharel em engenharia, portador da carteira de identidade nº 03.99.99.02-4, expedida pelo DETRAN/RJ, e inscrito no CPF sob o nº 016.377.457-96, com endereço comercial na Avenida Bartolomeu Mitre nº 336, Parte, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.431-002, ao cargo de **Membro do Conselho de Administração** da Companhia. Os Srs. Bruno Augusto Sacchi Zaremba, Gabriel Felzenszwalb e Michel Cukierman tomam posse nos respectivos cargos mediante assinatura dos Termos de Posse (**Anexo I**), arquivados na sede da Companhia, a serem lavrados em livro próprio, e declaram, sob as penas da lei, que atendem aos requisitos estabelecidos na Resolução CNSP nº 422/21, que não estão impedidos por lei especial, nem condenados ou se encontram sob efeitos da condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, de acordo com o artigo 147 da Lei das S.A. **B) Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (VI) Aprovar a retificação do número total de ações de emissão da Companhia após o aumento do capital social deliberado na AGOE 2019, que, por um erro material, constou como sendo 60.063.361 (sessenta milhões, sessenta e três mil, trezentas e sessenta e uma) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, quando, na verdade, a quantidade correta seria de **60.037.552 (sessenta milhões, trinta e sete mil, quinhentas e cinquenta e duas) ações ordinárias**, todas nominativas e sem valor nominal. Em razão da retificação constante do item (VI) acima, aprovar a consequente retificação da AGOE 2020 e da AGOE 2023. Dessa forma, após o aumento do capital social deliberado na AGOE 2020, o capital social da Companhia passou a ser composto por **69.151.585 (sessenta e nove milhões, cento e cinquenta e uma mil, quinhentas e oitenta e cinco) ações ordinárias**, todas nominativas e sem valor nominal. Ainda, em razão de o aumento do capital social deliberado na AGOE 2023 não ter ensejado na emissão de novas ações de emissão da Companhia, o capital social da Companhia permaneceu sendo composto por **69.151.585 (sessenta e nove milhões, cento e cinquenta e uma mil, quinhentas e oitenta e cinco) ações ordinárias**, todas nominativas e sem valor nominal. Aprovar a **retificação** de todas as demais deliberações tomadas no âmbito da AGOE 2019, da AGOE 2020 e da AGOE 2023 que não tenham sido expressamente retificadas na presente Assembleia. (VII) Aprovar o aumento do capital social da Companhia, dos atuais R\$ 116.125.293,61 (cento e dezesseis milhões, cento e vinte e cinco mil, duzentos e noventa e três reais e sessenta e um centavos), para R\$ 133.525.293,61 (cento e trinta e três milhões, quinhentos e vinte cinco mil, duzentos e noventa e três reais e sessenta e um centavos), um aumento, portanto, no valor R\$ 17.400.000,00 (dezesseis milhões e quatrocentos mil reais), sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte das reservas de lucros da Companhia, registradas no balanço patrimonial da Companhia levantado em 31 de dezembro de 2023, nos termos do artigo 169, §1º, da Lei das S.A. Tendo em vista o quanto deliberado no item (V) e (VI) acima, aprovar a alteração da redação do caput do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 5 – O capital social é de R\$ 133.525.293,61 (cento e trinta e três milhões, quinhentos e vinte cinco mil, duzentos e noventa e três reais e sessenta e um centavos), totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, dividido em 69.151.585 (sessenta e nove milhões, cento e cinquenta e uma mil, quinhentas e oitenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.**" (VIII) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as deliberações acima tomadas, o qual passa a vigorar com a nova redação consolidada constante do **Anexo II** à presente ata. **7. Representante dos Auditores Independentes:** Fica expressamente dispensada, pela acionista, a presença do representante dos auditores independentes da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos do artigo 134, §2º da Lei das Sociedades por Ações. **8. Administradores:** Presentes os administradores da Companhia, consoante o disposto no artigo 134, §1º da Lei das S.A. **9. Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido, por não se encontrar instalado no período. **10. Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Companhia, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata. **11. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Sr. **Carlos Frederico da Costa Leite Ferreira** – Presidente e Sra. **Daniella Lugarinho Fischer Matos** – Secretária. **Acionista Presente:** Austral Participações S.A., representada na forma de seu Estatuto Social. **Administradores Presentes:** Carlos Frederico da Costa Leite Ferreira e Rodolfo Arashiro Rodriguez. Rio de Janeiro/RJ, 28 de março de 2024. **Certidão Jucerja:** Certifico o Arquivamento em 05/04/2024 sob o número 00006166720. Gabriel Oliveira de Souza Vói - Secretário Geral.

ESTATUTO SOCIAL DA AUSTRAL SEGURADORA S.A.

CAPÍTULO PRIMEIRO - NOME, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO **Artigo 1** - A Companhia tem a denominação de AUSTRAL SEGURADORA S.A. e rege-se-á pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2** - A Companhia tem por objeto a exploração de operações de seguros de danos e seguros, conforme definidos na legislação vigente, em todo o território nacional, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes. **Artigo 3** - A Companhia tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Bartolomeu Mitre nº 336, sala 401, Leblon, CEP 22.431-002, podendo criar e extingui filiais, agências ou escritórios de representação em qualquer ponto do território nacional ou do exterior. **Artigo 4** - A Companhia terá duração por tempo indeterminado. **CAPÍTULO SEGUNDO - DO CAPITAL SOCIAL - Artigo 5** - O capital social é de R\$ 133.525.293,61 (cento e trinta e três milhões, quinhentos e vinte cinco mil, duzentos e noventa e três

reais e sessenta e um centavos), totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, dividido em **69.151.585** (sessenta e nove milhões, cento e cinquenta e uma mil, quinhentas e oitenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro** - A Companhia poderá emitir ações preferenciais, de uma ou mais classes, bem como decidir pelo aumento de classes existentes, sem guardar proporção com as demais, no limite permitido em lei. **Parágrafo Segundo** - As ações não poderão ser oneradas em parte ou na totalidade, exceto com a expressa anuência de todos os acionistas. **Parágrafo Terceiro** - A Companhia é proibida de emitir partes beneficiárias, não podendo existir títulos da Companhia, dessa natureza, em circulação. **Artigo 6** - Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, sendo vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **CAPÍTULO TERCEIRO - DA ASSEMBLEIA GERAL - Artigo 7** - A Assembleia Geral, que é o órgão deliberativo da Companhia, reunir-se-á na sede social: (a) Ordinariamente, até 31 de março de cada ano, para: (i) deliberar sobre as contas e demonstrativos do exercício findo, relatório dos administradores e parecer do conselho fiscal, se o órgão estiver em funcionamento; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e membros do conselho fiscal, quando for o caso; e (iv) deliberar sobre outras matérias de sua competência, definidas em lei; e (b) Extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Artigo 8** - A Assembleia Geral será convocada por iniciativa de qualquer dos membros do Conselho de Administração, do conselho fiscal, se em funcionamento, ou de acionistas, de acordo com o que dispõe a legislação aplicável. **Parágrafo Primeiro** - A convocação far-se-á mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da Assembleia Geral, a ordem do dia, e, no caso de reforma do Estatuto Social, a indicação da matéria. **Parágrafo Segundo** - A primeira convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com 8 (oito) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da publicação do primeiro anúncio. Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. **Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades previstas nos parágrafos primeiro e segundo acima, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 9** - A Assembleia Geral será instalada em primeira convocação com acionista(s) que represente(m) no mínimo 1/4 (um quarto) do capital votante da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número. **Artigo 10** - A Assembleia Geral será presidida por qualquer dos Diretores em exercício da Companhia, que convidará qualquer um dos presentes à Assembleia Geral para secretariar os trabalhos. **Artigo 11** - Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. **Parágrafo Único** - A prova da representação deverá ser depositada na sede da Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da Assembleia. **Artigo 12** - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos à Companhia, podendo tomar todas as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Artigo 13** - Os acionistas terão os poderes para decidir todas e quaisquer matérias cuja competência para deliberação seja das Assembleias Gerais dos Acionistas, conforme determinado pela Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada de tempos em tempos ("**Lei das Sociedades por Ações**") ou pelo Estatuto Social. Exceto com relação aos casos especiais prescritos pela legislação brasileira e ao disposto no parágrafo único abaixo, as decisões das Assembleias Gerais de Acionistas serão aprovadas por maioria simples dos votos dos presentes. **Parágrafo Único** - A aprovação de qualquer das seguintes matérias dependerá do voto afirmativo dos acionistas que representem, pelo menos, 70% (setenta por cento) do capital social da Companhia: (i) o aumento do capital social da Companhia (exceto para capitalização de reservas ou conforme exigido pela legislação aplicável), redução do capital social da Companhia, permuta de ações de qualquer natureza, resgate ou compra de ações, para cancelamento ou para manutenção em tesouraria, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários da Companhia, sejam ou não conversíveis em ações, inclusive, mas não limitado a: a criação e a emissão de ações preferenciais, debêntures, bônus de subscrição, opções de compra ou opções de subscrição; (ii) a aprovação da emissão de partes beneficiárias; (iii) a alteração de qualquer dispositivo do Estatuto Social; (iv) a fusão, cisão, consolidação, incorporação ou reorganização da Companhia em ou com outra sociedade, transformação em um novo tipo societário ou outra forma de reorganização societária; (v) a aquisição, a alienação e/ou a oneração, a qualquer título ou pretexto, de bens imóveis; (vi) o resgate e a emissão de quaisquer valores mobiliários, assim como qualquer alteração na estrutura de capital da Companhia; (vii) o requerimento de falência ou a apresentação do pedido de recuperação judicial em nome da Companhia; (viii) a liquidação e a dissolução da Companhia; (ix) a realização de qualquer cessão em benefício de qualquer credor da Companhia, no caso de insolvência da mesma; (x) a outorga e/ou prestação de quaisquer garantias reais ou fiduciárias, com exceção daquelas relativas estritamente ao curso normal dos negócios; (xi) a distribuição de dividendos da Companhia; (xii) a aprovação de qualquer plano de opção de compra de ações e planos de compensação para os executivos da Companhia; (xiii) a eleição e destituição de auditores independentes; (xiv) aprovação de transações de afiliadas ou de empresas relacionadas, que não tenham 100% de seu capital detido pela Companhia; (xv) venda ou troca de toda ou de parte Significativa da Companhia ("Parte Significativa" entendida como ativos que rendem 20% ou mais do lucro da Companhia), inclusive contratos com clientes ou fornecedores e direitos de propriedade intelectual; (xvi) a aquisição, alienação e/ou oneração de ativos da Sociedade cujos valores excedam o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais) por transação; e (xvii) a modificação dos objetivos e negócios da Companhia. **Artigo 14** - As deliberações tomadas constarão de atas, que deverão ser rubricadas e assinadas pelos presentes, registradas em livro próprio e perante o Registro do Comércio, se necessário. **CAPÍTULO QUARTO - DA ADMINISTRAÇÃO - Seção I - Normas Gerais** **Artigo 15** - A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, cujos membros serão eleitos para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. **Parágrafo Primeiro** - Cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. **Parágrafo Segundo** - Os administradores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, observada a legislação aplicável. **Artigo 16** - Competem aos órgãos de administração da Companhia, além das atribuições fixadas em lei e neste Estatuto Social: (I) zelar pela adequação e pela efetividade da Estrutura de Gestão de Riscos e do Sistema de Controles Internos, promovendo a disseminação das culturas de risco e de controle e o alinhamento das operações da Companhia à política de conformidade, ao apetite por risco e à política de gestão de riscos; (II) possuir um entendimento geral do perfil de risco da Companhia e compreender, para os principais riscos a que ela esteja exposta, sua natureza e potenciais impactos sobre o negócio; o atual nível de exposição; e as ações adotadas para sua gestão; (III) prover as diversas unidades organizacionais com a estrutura organizacional e os recursos materiais e humanos necessários à adequada gestão dos riscos e operacionalização dos controles associados a suas respectivas atividades, incluindo pessoal experiente, capacitado e em quantidade suficiente; e (IV) garantir que os mecanismos de avaliação de desempenho e a estrutura remuneratória adotados pela Companhia não incentivem comportamentos capazes de comprometer a efetividade do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos. **Seção II - Conselho de Administração - Artigo 17** - O Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Único** - Os conselheiros poderão ser ou não residentes no País. Os conselheiros não residentes constituirão procuradores residentes no Brasil, conforme determinado pelo art. 146, parágrafo segundo, da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 18** - O Conselho de Administração elegerá entre os seus membros um Presidente e um Vice-Presidente. As reuniões do Conselho de Administração serão presididas por qualquer dos membros do Conselho de Administração, que convidará qualquer um dos presentes à reunião do Conselho de Administração para secretariar os trabalhos. **Artigo 19** - Os conselheiros serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração e após apresentarem a documentação exigida por Lei, permanecendo no exercício de suas respectivas funções até que seus substitutos sejam empossados. **Artigo 20** - No caso de impedimento ou ausência de qualquer membro do Conselho por mais de 30 (trinta) dias, os demais conselheiros indicarão o substituto do conselheiro impedido ou ausente. O substituto exercerá as funções em caráter temporário, até a cessação do impedimento ou ausência ou realização da Assembleia Geral dos Acionistas que for convocada para deliberar a respeito. **Parágrafo Único** - Fica estabelecido que o Vice-Presidente do Conselho de Administração substituirá o Presidente do Conselho de Administração em suas ausências ou impedimentos ocasionais. **Artigo 21** - Os cargos no Conselho de Administração serão exercidos independentemente de qualquer remuneração. **Artigo 22** - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocada por seu Presidente ou pela maioria de seus membros. As reuniões serão convocadas, por escrito, admitida a utilização de fax ou de e-mail, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, podendo realizar-se independentemente de convocação escrita quando houver comparecimento de todos os seus membros. As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria simples de voto, observado o quórum de instalação de mais da metade dos Conselheiros eleitos. As atas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros serão arquivadas no Registro de Comércio e publicadas. **Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho poderão, ainda, participar de tais reuniões por intermédio de conferência telefônica ou videoconferência, ou outro meio similar que permita participação à distância, sendo considerados presentes à reunião. **Parágrafo Segundo** - Os membros do Conselho de Administração que participem das reuniões na forma do § 1º do Artigo 22 acima deverão confirmar seus votos através de declaração por escrito encaminhada ao Presidente ou, em sua ausência, ao Vice-Presidente do Conselho de Administração por carta, fac-símile ou correio eletrônico após o término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o Presidente ou Vice-Presidente do Conselho de Administração, conforme o caso, ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do(s) referido(s) membro(s). **Artigo 23** - Competem ao Conselho de Administração da Companhia, além das atribuições fixadas no artigo 16 deste Estatuto Social: (I) fixar os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando planos de trabalho, orçamentos de investimentos e de custeio anuais; (II) convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando necessário, a Extraordinária; (III) eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes suas atribuições; (IV) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia; (V) solicitar informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (VI) manifestar-se sobre o Relatório de Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras do exercício; (VII) propor alterações do Estatuto, em especial as que implicarem modificações do Capital Social; (VIII) autorizar a aquisição e alienação dos bens do ativo permanente e a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, observado o disposto no Artigo 13 (xvi) acima; (IX) escolher e destituir auditores independentes; (X) deliberar sobre quaisquer matérias não reguladas no Estatuto Social da Companhia, resolvendo os casos omissos. **Seção III - Diretoria - Artigo 24** - A Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração, será composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco)

membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor responsável pelos controles internos, e os demais Diretores sem designação específica. **Parágrafo Primeiro** - Em suas ausências ou impedimentos temporários, os Diretores serão substituídos de acordo com a indicação do Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo** - Em caso de vacância do cargo de Diretor, o Conselho de Administração será imediatamente convocado para eleição do substituto, de forma a preencher o mínimo de cargos de Diretoria exigido por este Estatuto Social. **Parágrafo Terceiro** - Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus sucessores. **Artigo 25** - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer dos Diretores por escrito, através de fax, correio eletrônico ou correspondência com aviso de recebimento, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis. O quórum de instalação da reunião é a maioria dos Diretores em exercício. **Parágrafo Primeiro** - A convocação de que trata o caput deste Artigo 25 se dará por dispensada quando presentes, à respectiva reunião, todos os Diretores. **Parágrafo Segundo** - As deliberações da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes à reunião e serão lavradas em Livro de Registro de Atas das Reuniões da Diretoria, devendo as atas ser assinadas pelos Diretores presentes. **Artigo 26** - A Diretoria é o órgão de administração executiva da Companhia, cabendo-lhe executar a política e as diretrizes básicas definidas pela Assembleia Geral, bem como a representação da Companhia. **Artigo 27** - Competem à Diretoria, além das atribuições fixadas em lei e no artigo 16 deste Estatuto Social, as seguintes atribuições: (a) implementar os planos e programas previstos para a Companhia, conforme definidos em Assembleia Geral; (c) executar a política comercial, técnica, administrativa e financeira da Companhia, de acordo com os planos de negócios e orçamentos da Companhia; (d) admitir e demitir empregados; (e) executar os orçamentos anuais e plurianuais, dentro das diretrizes básicas estabelecidas pela Assembleia Geral; (f) preparar e submeter à apreciação da Assembleia Geral todos os documentos exigidos na legislação aplicável e neste Estatuto Social, necessários à boa administração da Companhia, incluindo, mas não limitado a planos de negócios; e (g) cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e executar as deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 28** - Competem exclusivamente aos diretores da Companhia: (a) orientar, supervisionar e garantir a elaboração, implementação e operacionalização dos processos e procedimentos relativos aos controles internos e gestão de riscos associados às atividades sob sua responsabilidade; (b) verificar sistematicamente a adoção e o cumprimento dos processos e procedimentos de que trata o item "(a)" do artigo 28 acima, como também a manutenção de sua adequação, definindo e implementando planos de ação destinados ao saneamento de deficiências da Estrutura de Gestão de Riscos e do Sistema de Controles Internos; e (c) aprovar os limites de exposição para as atividades de negócio que impliquem em assunção de riscos relevantes. **Artigo 29** - Competem ao Diretor responsável pelos controles internos da Companhia: (a) Orientar e supervisionar a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, promovendo a integração desta última ao Sistema de Controles Internos, de forma que os controles internos tenham especial foco nos riscos capazes de influenciar na consecução dos objetivos estratégicos da Companhia; (b) Orientar e supervisionar as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver; (c) Prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, em especial quanto aos recursos materiais e humanos necessários, próprios ou terceirizados, incluindo pessoal experiente, capacitado e em quantidade suficiente e ao acesso irrestrito e tempestivo às informações necessárias para a realização de suas análises. (d) Informar periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o Comitê de Riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando a (i) riscos novos ou emergentes; (ii) níveis de exposição a riscos, bem como eventuais limitações e incertezas relacionados a sua mensuração; (iii) ações relativas à gestão de riscos; e (iv) deficiências relativas à Estrutura de Gestão de Riscos e ao Sistema de Controles Internos e seu respectivo saneamento. (e) Reunir-se, sempre que considerar necessário, com o Comitê de Riscos, quando existente, ou ao Conselho de Administração, ou com o Diretor Presidente da Companhia, sem a presença dos demais diretores. (f) Examinar e aprovar o relatório elaborado pela Unidade de Conformidade da Companhia, o qual conterá a descrição das atividades realizadas no período e os respectivos resultados, conclusões e recomendações, bem como conterá informações atualizadas sobre o status de implementação de eventuais ações corretivas necessárias, inclusive em decorrência de verificações realizadas em períodos anteriores. (g) Quando da instrução de processos solicitando autorização prévia da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP") para os atos societários da Companhia que deliberem acerca de alteração da área geográfica de atuação, mudança de objeto social, transferência de controle acionário, transferência de carteira, cisões, fusões ou incorporações, caberá ao Diretor responsável pelos controles internos a elaboração dos documentos que descrevam as linhas gerais e as conclusões da análise realizada quanto à eventuais mudanças significativas na estrutura ou nas operações da Companhia, que tenham potencial para alterar substancialmente seu perfil de risco, ou justificando porque o impacto do ato no perfil de risco da Companhia não foi considerado significativo. **Artigo 30** - A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, perante quaisquer terceiros, e repartições públicas federais, estaduais e municipais, bem como perante os órgãos fiscalizadores de suas operações, compete a qualquer Diretor, individualmente, ou a 1 (um) procurador da Companhia a quem tenham sido outorgados poderes específicos. **Parágrafo Primeiro** - Os atos que impliquem em responsabilidade ou obrigações para a Companhia somente produzirão efeitos se assinados por 2 (dois) Diretores em conjunto, ou por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, ou ainda, por 2 (dois) procuradores, observados os limites previstos neste Estatuto Social, especialmente no Artigo 13 acima. **Parágrafo Segundo** - As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por meio de mandato assinado por 2 (dois) Diretores, devendo ser especificados, no respectivo instrumento de mandato, os atos ou operações que o procurador poderá praticar e a duração do mandato. O mandato "ad judicia" pode ser outorgado por prazo indeterminado. **Parágrafo Terceiro** - A aplicação de seguro, o termo de seguro e demais documentos correlatos, deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores em conjunto, por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) Procurador, ou ainda, por 2 (dois) Procuradores em conjunto, desde que o mandato de outorga de poderes aos Procuradores seja realizado em observância ao parágrafo segundo acima e aos limites previstos neste Estatuto Social, especialmente no Artigo 13 acima. **Artigo 31** - É vedado aos Diretores obrigar a Companhia em negócios estranhos ao objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da mesma ou conceder avais, fianças e outras garantias que não sejam necessárias à consecução do objetivo social. **CAPÍTULO QUINTO - DO CONSELHO FISCAL - Artigo 32** - A Companhia terá um conselho fiscal integrado por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, ao qual competirão as atribuições previstas em lei. **Parágrafo Primeiro** - O funcionamento do conselho fiscal não será permanente, sendo instalado pela Assembleia Geral, a pedido de acionistas nos termos do art. 161 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Segundo** - O pedido de funcionamento do conselho fiscal poderá ser formulado em qualquer Assembleia, ainda que a matéria não conste do edital de convocação. **Parágrafo Terceiro** - A Assembleia que receber pedido de funcionamento do conselho fiscal e instalar o órgão deverá eleger os seus membros e fixar-lhes a remuneração. **Parágrafo Quarto** - Cada período de funcionamento do conselho fiscal terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação. **CAPÍTULO SEXTO - DO EXERCÍCIO SOCIAL, DOS LUCROS E SUA DISTRIBUIÇÃO - Artigo 33** - O exercício social iniciar-se-á no dia 1º de janeiro de cada ano e terminará no dia 31 de dezembro do mesmo ano, data em que serão levantados o balanço geral e os demais demonstrativos exigidos por lei. **Parágrafo Único** - O lucro líquido apurado em cada exercício terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá o montante de 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o § 1º do art. 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (ii) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do art. 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório nos termos do art. 34 abaixo; (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do art. 34 abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no art. 197 da Lei das Sociedades por Ações; (v) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, reter com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; (vi) a Companhia poderá manter a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimento", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumento de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingência, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia. (vii) uma parcela, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser destinada à constituição de Reserva de Incentivos Fiscais, observado o disposto no art. 195-A da Lei das Sociedades por Ações; e (viii) o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais. **Artigo 34** - Os acionistas têm direito de receber, como dividendo mínimo obrigatório, parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Primeiro** - A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, levantar demonstrações financeiras intercalares mensais, trimestrais ou semestrais e distribuir dividendos com base nas demonstrações financeiras intercalares, observados os limites legais. **Parágrafo Segundo** - A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Artigo 35** - Salvo a deliberação em contrário, o dividendo será pago no prazo máximo de 90 (noventa) dias da data em que for declarado e, sempre, dentro do mesmo exercício social em cujo pagamento tenha sido deliberado. **CAPÍTULO SETIMO - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO - Artigo 36** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o conselho fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações. **CAPÍTULO OITAVO - LEI APLICÁVEL - Artigo 37** - Este Estatuto Social será regido por e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. **Certifico que a presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio.** Rio de Janeiro/RJ, 29 de março de 2024. **MESA:** Carlos Frederico da Costa Leite Ferreira - Presidente; Daniella Lugarinho Fischer Matos - Secretária.

3R Fazenda Belém S.A.
CNPJ: 36.093.991/0001-41

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal>.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)			
	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
ATIVO											
Circulante				Receita líquida	17	93.342	39.566	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa	8	26.182	21.734	Custo dos produtos vendidos	18	(80.094)	(46.252)	Prejuízo do exercício			
Contas a receber de terceiros	9	10.787	9.708	Lucro (prejuízo) bruto		13.248	(6.686)	Ajustado por:			
Contas a receber - partes relacionadas		423	249	Despesas gerais e administrativas	19	(15.017)	(8.199)	Resultado de aplicações financeiras	20	(456)	(534)
Estoque		6.328	5.101	Outras despesas operacionais, líquidas		(976)	(1.815)	Juros sobre valores a pagar por aquisições	20	10.674	2.368
Adiantamentos		133	—	(15.993)	(10.014)			Variação cambial não realizada		(4.081)	—
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		—	754	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e do imposto de renda e da contribuição social		(2.745)	(16.700)	Atualização da provisão para abandono	15	17.176	8.584
Outros impostos a recuperar		157	29	Receitas financeiras	20	4.632	530	Depreciação do imobilizado	11	20.028	22.168
Despesas antecipadas		252	632	Despesas financeiras	20	(27.908)	(10.961)	Amortização do intangível	12	869	846
Outros ativos		114	9	(23.276)	(10.431)			Baixa de ativo imobilizado	11	296	—
Total do ativo circulante		44.376	38.216	Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(26.021)	(27.131)	Despesas antecipadas apropriadas no exercício		1.129	26
Realizável a longo prazo				Imposto de renda e contribuição social correntes	10	(80)	(95)	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10	(8.864)	(9.403)
Caixa restrito		278	—	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	8.944	9.403	19.614	6.232		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	18.347	9.403	Prejuízo do exercício		(17.157)	(17.823)	Varição em ativos e passivos			
		18.625	9.403	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Contas a receber de terceiros		(1.079)	(9.708)
Imobilizado	11	175.173	381.005	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)				Imposto de renda e contribuição social a recuperar		754	(754)
Intangível	12	16.629	16.744					Outros impostos a recuperar		(128)	2.497
Total do ativo não circulante		210.427	407.152	Prejuízo do exercício		(17.157)	(17.823)	Estoque		(1.227)	(5.101)
Total do ativo		254.803	445.368	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Outros ativos		(105)	(8)
PASSIVO				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)				Outros impostos a recolher		220	—
Circulante								Adiantamentos		(133)	—
Fornecedores	13	17.135	11.559	Saldo em 01 de janeiro de 2022		49.002	(201)	Fornecedores		5.576	11.461
Obrigações trabalhistas		1.362	—	Prejuízo do exercício		—	(17.823)	Despesas antecipadas		(749)	(632)
Contas a pagar - partes relacionadas		2.410	3.848	Aporte de Capital		50.000	—	Obrigações trabalhistas		1.362	1.330
Valores a pagar por aquisições	14	—	61.563	Saldo em 31 de dezembro de 2022		99.002	(18.024)	Royalties		131	469
Imposto de renda e contribuição social a recolher		80	—	Prejuízo do exercício		—	(17.157)	Derivativos		(1.330)	—
Outros impostos a recolher		2.746	2.526	Aporte de capital		80.000	—	Caixa a receber e a pagar com partes relacionadas		(1.612)	3.599
Provisão para pagamento de Royalties		600	469	Saldo em 31 de dezembro de 2023		179.002	(35.181)	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		21.294	9.385
Derivativos		—	1.330	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Total do passivo circulante		24.333	81.295					Aplicações financeiras		456	534
Não circulante								Caixa restrito		(278)	—
Provisão para abandono	15	86.649	283.095	Capital social		179.002	99.002	Aquisição de imobilizado		(28.093)	(21.223)
Total do passivo não circulante		86.649	283.095	Prejuízo acumulado		(35.181)	(18.024)	Aquisição de intangível		(776)	(17.590)
Patrimônio líquido				Total do patrimônio líquido		254.803	445.368	Aquisições de ativos de óleo e gás	14	(68.155)	—
Capital social		179.002	99.002	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(96.846)	(38.279)
Prejuízo acumulado		(35.181)	(18.024)					Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Total do patrimônio líquido		254.803	445.368					Aumento de capital social	16	80.000	50.000
Total do passivo e patrimônio líquido		254.803	445.368					Caixa líquido gerados pelas atividades de financiamento		80.000	50.000
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.								Aumento em caixa e equivalentes de caixa		4.448	21.106
								Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	21.734	628
								Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	26.182	21.734
								Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		4.448	21.106

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma). 1. Contexto operacional: A 3R Fazenda Belém S.A. ("3R FZB" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 07 de janeiro de 2020. A Companhia é controlada integralmente pela 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("Controladora" ou "3R OG"). A sede da Companhia fica situada na Praia de Botafogo, 186, 16º andar, Botafogo, Rio de Janeiro. O objeto social da Companhia consiste na pesquisa, a lavra e prospecção, a avaliação, o desenvolvimento e produção, o processamento, a estocagem, o transporte e o comércio, a importação e exportação de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, de qualquer origem, e respectivos produtos derivados, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins. O Polo Fazenda Belém consiste nos campos terrestres (onshore) de Fazenda Belém e Icapuí, situados na bacia Potiguar, no Estado do Ceará. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras. 2.1: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações financeiras da Companhia foram autorizadas pela Administração em 11 de abril de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente aquelas relacionadas a elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativa e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as alterações são reconhecidas prospectivamente. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 11 - Impairment (existência de indicativo para perda ou reversão de impairment). • Nota explicativa nº 15 - Provisão de abandono (extensão da obrigação assumida para o reparo ambiental necessário no abandono futuro, bem como os prazos de abandono baseados nos volumes de reservas existentes e nos planos de produção da Companhia). • Nota explicativa nº 14 - Valores a pagar por aquisições (pagamentos contingentes, atrelados ao preço de referência óleo (brent) e certificações de reservas). • Nota explicativa nº 10 - Imposto de renda e contribuição social diferido (existência de probabilidade de lucro tributável futuro). **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um efeito significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 11 - Imobilizado (depreciação e impairment - avaliação de triggers). • Nota explicativa nº 12 - Intangível (amortização e impairment - avaliação de triggers). • Nota explicativa nº 15 - Provisão para abandono (principais premissas: prazo do abandono, custo estimado, taxa de desconto e inflação). • Nota explicativa nº 10 - Imposto de renda e contribuição social diferido (principais premissas: preço do petróleo do tipo Brent, taxa de câmbio e opex total). **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • os pagamentos contingentes assumidos em uma aquisição de ativos ou em uma combinação de negócios mensurados pelo valor justo. **6. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional de acordo com a taxa de câmbio na data da transação. As diferenças encontradas são reconhecidas no resultado na linha de variação cambial. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. **b) Caixa e equivalente de caixa:** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. **c) Caixa restrito:** São depósitos mantidos com a finalidade de garantir compromissos de caixa de curto e longo prazo e compõem-se de aplicações financeiras com liquidez vinculada ao cumprimento de suas obrigações e risco insignificante de mudança de valor. **d) Contas a receber de terceiros:** As contas a receber correspondem aos valores a receber originados da venda de óleo e gás, fornecidos no curso normal das atividades da Companhia, faturados e que não tenham sido pagos. **e) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de compra ou de produção e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao valor contábil. O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos gastos para se concretizar a venda. **f) Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas dos tributos vigentes na data do balanço. **g) Imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: - diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; - diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e - diferenças temporárias tributáveis

decorrentes do reconhecimento inicial de ágio, quando aplicável. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **h) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração.** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e da provisão para redução ao seu valor recuperável, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada de acordo com o método linear ou pelo método das unidades produzidas para os ativos de óleo e gás. Os gastos com exploração, avaliação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos (successful efforts method of accounting). Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado quando incorridos. Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associados ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação até que a perfuração do poço é completada e seus resultados avaliados. Esses custos incluem salários de empregados, materiais e combustíveis utilizados, custo com aluguel de sonda e outros custos incorridos com terceiros. Se reservas comerciais não são encontradas, o poço exploratório é baixado ao resultado. Quando reservas são encontradas, o custo é mantido no ativo até que avaliações adicionais quanto à comercialidade da reserva de hidrocarbonetos, que podem incluir a perfuração de outros poços, sejam concluídas. Os ativos exploratórios estão sujeitos a revisões técnicas, comerciais e financeiras pelo menos anualmente para confirmar a intenção da Administração de desenvolver e produzir hidrocarbonetos na área. Caso essa intenção não venha a ser confirmada, esses custos são baixados ao resultado. Quando são identificadas reservas provadas e o desenvolvimento é autorizado, os gastos exploratórios da área são transferidos para "Ativos de Óleo e Gás". Na fase de desenvolvimento, os investimentos para construção, instalação e infraestrutura (como plataforma, dutos e perfuração de poços de desenvolvimento, incluindo poços de delimitação ou poços de desenvolvimento) são capitalizados como "Ativos de Óleo e Gás". Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **Depreciação.** Os "Ativos de Óleo e Gás", incluindo os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas e ativos que beneficiarão a totalidade da vida econômica útil do campo, como dutos de gás e óleo, são depreciados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas, limitada ao prazo de vida útil técnica remanescente da infraestrutura de cada campo. O ativo imobilizado, com exceção dos gastos exploratórios capitalizáveis mencionados acima, é depreciado pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Estes são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, de acordo com as taxas e critérios mencionados na nota explicativa 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment).** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes por meio da taxa de desconto, que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são reunidos ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo. Estes ativos são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata (veja nota explicativa 11). Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida. **i) Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (impairment), nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 04. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os ativos intangíveis correlatos à aquisição das concessões de exploração e produção de petróleo e gás são amortizados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas. A amortização de softwares e licenças são calculadas utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A vida útil estimada para esses bens é de 5 anos. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **j) Fornecedores:** As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos

até as datas dos balanços. **i) Provisão de abandono:** A Companhia tem obrigações legais de remoção de equipamentos e restauração de áreas terrestres ou marítimas ao final do prazo de produção das reservas com base nas estimativas de volumes de reserva e curvas de produção estimadas. As estimativas de custos de futuras remoções e recuperações ambientais são realizadas com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados. Essas obrigações são reconhecidas a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto livre de risco, ajustada pela taxa de prêmio risco-país. A natureza dos gastos inclui mobilização e desmobilização de sondas, serviços de tamponamento e abandono, restauração, reparo do ambiente, re-florestamento e outros serviços. **m) Provisões:** As provisões, incluindo os earn-outs comprometidos nas aquisições dos ativos, são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **n) Instrumentos financeiros:** Um ativo ou passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. **Reconhecimento inicial.** No reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ao deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos, exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ao deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados a valor justo. **Classificação e mensuração subsequente.** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado da mesma forma que é mensurado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser por alterações no modelo de negócio para gestão de ativos financeiros. No reconhecimento inicial, um passivo financeiro é classificado da mesma forma que é mensurado. Alterações que necessitem de mensuração subsequente são reconhecidas no resultado. **Desreconhecimento.** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Neste caso, um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. **Impairment de ativos financeiros.** De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; • Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. **o) Receita líquida:** Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas da Companhia são oriundas majoritariamente de vendas de óleo e gás. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável. A Companhia reconhece suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou pela prestação de serviço prometido ao cliente. **p) Resultado financeiro líquido:** As receitas financeiras representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, descontos obtidos, atualizações monetárias de créditos ativos e variações cambiais ativas e passivas. São reconhecidas pelo regime de competência quando auferidas ou incorridas pela Companhia. As despesas financeiras representam despesas bancárias, atualizações monetárias de obrigações contratuais e juros sobre capital próprio com respectivos encargos, quando proposto pela Companhia, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas. **7. Novas normas contábeis:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26); • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40); • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06); e • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

Matheus Dias de Siqueira - Diretor-Presidente; **Rodrigo Pizarro Lavalle da Silva** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; **Mauro Braz Rocha** Controller - **Wagner Pinto Medeiros** - Gerente de Contabilidade - CRC/RJ 086560-0-4.

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços abaixo: <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 11 de abril de 2024, sem modificações.

3R Macau S.A.

CNPJ: 33.443.860/0001-59

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal>

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	260.043	347.312	Fornecedores	14	106.281	46.831
Aplicações financeiras	8.1	816	731	Empréstimos e financiamentos	15	119	-
Contas a receber de terceiros	9	1.093	65.854	Arrendamentos	7	1.233	5.022
Contas a receber - partes relacionadas	17	67.568	1.677	Obrigações trabalhistas	8	8.011	4.147
Contas a receber - capital não integralizado		-	12.000	Contas a pagar - partes relacionadas	17	4.871	3.594
Estoque		19.594	8.584	Dividendos a pagar	20	200.000	225.868
Adiantamentos		119	4.347	Imposto de renda e contribuição social a recolher	16.1	4.248	2.958
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10.1	22.878	17.895	Outros impostos a recolher	16.2	3.614	27.443
Outros impostos a recuperar	10.2	37.229	3.243	Provisão para pagamento de Royalties		6.180	4.001
Derivativos	25	33.496	15.934	Derivativos	25	15.569	-
Despesas antecipadas		10.975	17.362	Outras obrigações		48	-
Outros ativos		1.473	477	Total do passivo circulante		356.064	319.864
Total do ativo circulante		455.284	495.416	Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	15	36.937	-
Caixa restrito	8.1	15.395	10.614	Derivativos	25	30.124	-
Depósitos judiciais		478	-	Arrendamentos		8.507	11.760
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	13.083	6.577	Provisão para abandono	18	50.229	102.365
Derivativos	25	30.210	7.613	Total do passivo não circulante		125.797	114.125
		59.166	24.804	Patrimônio líquido	20		
Imobilizado	12	598.613	336.400	Capital social		1.093.550	1.093.550
Intangível	13	725.447	761.160	Reserva de lucros		277.695	106.902
Direito de uso		14.596	16.661	Total patrimônio líquido		1.371.245	1.200.452
Total do ativo não circulante		1.397.822	1.139.025	Total do passivo e patrimônio líquido		1.853.106	1.634.441
Total do ativo		1.853.106	1.634.441				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Dividendos adicionais propostos	Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	1.093.550	-	-	-	(110.012)	983.538
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	442.782	442.782
Reserva legal	-	16.638	-	-	(16.638)	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	90.264	-	(90.264)	-
Dividendos	-	-	-	-	(225.868)	(225.868)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.093.550	16.638	90.264	-	-	1.200.452
Lucro do exercício	-	-	-	-	370.793	370.793
Reserva legal	-	18.540	-	-	(18.540)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(68.205)	(68.205)
Reserva de incentivo fiscal	-	-	79.432	-	(79.432)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	72.821	(204.616)	(131.795)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.093.550	35.178	169.696	72.821	-	1.371.245

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais):

1. Contexto operacional: A 3R Macau S.A. ("3R Macau" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 24 de abril de 2019. A Companhia é controlada integralmente pela 3R Petroleum Oleo e Gás S.A. ("Controladora" ou "3R OG"). A sede da Companhia fica situada na Praia de Botafogo, 186, 16º andar, Botafogo, Rio de Janeiro. O objeto social da Companhia consiste na pesquisa, a lavra e prospecção, a avaliação, o desenvolvimento e a produção, o processamento, a estocagem, o transporte e o comércio, a importação e exportação de petróleo, de gás natural, e de outros hidrocarbonetos fluídos, de qualquer origem e respectivos derivados, em campos onshore ou offshore, com foco principal na revitalização de campos maduros. O Polo Macau é composto por 6 campos terrestres: Macau, Sali-na Cristal, Lagoa Aroeira, Porto Carão, Sanhaçu e Carcará, situados na baía Polígua, no Estado do Rio Grande do Norte. A 3R Macau opera com 100% de participação em todas as concessões desde 28 de maio de 2020.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras: **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas pela Administração em 11 de abril de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente aquelas relacionadas a elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativa e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as alterações são reconhecidas prospectivamente. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 12 - Impairment (existência de indicativo para perda ou reversão de impairment); • Nota explicativa nº 18 - Provisão de abandono (extensão da obrigação assumida para o reparo ambiental necessário no abandono futuro, bem como os prazos de abandono baseados nos volumes de reservas existentes e nos planos de produção da Companhia); • Nota explicativa nº 11 - Imposto de renda e contribuição social diferido (existência de probabilidade de lucro tributável futuro). **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um efeito significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 12 - Imobilização (depreciação e impairment - avaliação de triggers); • Nota explicativa nº 13 - Intangível (amortização e impairment - avaliação de triggers); • Nota explicativa nº 18 - Provisão para abandono (principais premissas: prazo do abandono, custo estimado, taxa de desconto e inflação); • Nota explicativa nº 19 - Provisão de contingências (principais premissas: probabilidade de perda das causas em aberto); • Nota explicativa nº 11 - Imposto de renda e contribuição social diferido (principais premissas: preço do petróleo do tipo Brent, taxa de câmbio e opex total); • Nota explicativa nº 11 - Imposto de renda e contribuição social diferido (principais premissas: preço do petróleo do tipo Brent, taxa de câmbio e opex total). **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo. **6. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional de acordo com a taxa de câmbio naquela data. As diferenças encontradas são reconhecidas no resultado na linha de variação cambial. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. **b) Caixa e equivalente de caixa:** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. **c) Caixa restrito:** São depósitos mantidos com a finalidade de garantir compromissos de caixa de curto e longo prazo e compõem-se de aplicações financeiras com liquidez vinculada ao cumprimento de suas obrigações e risco insignificante de mudança de valor. **d) Contas a receber de terceiros:** As contas a receber correspondem aos valores a receber originados da venda de óleo e gás, fornecidos no curso normal das atividades da Companhia, faturados e que não tenham sido pagos. **e) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de compra ou de produção e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao valor contábil. O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos gastos para se concretizar a venda. **f) Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas dos tributos vigentes na data do balanço. **g) Imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: - diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; - diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e - diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio, quando aplicável. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na rever-

são de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **h) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração -** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e da provisão para redução ao seu valor recuperável, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada de acordo com o método linear ou pelo método das unidades produzidas para os ativos de óleo e gás. Os gastos com exploração, avaliação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos (successful efforts method of accounting). Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado quando incorridos. Os gastos com a exploração e avaliação direta-mente associados ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação até que a perfuração do poço é completada e seus resultados avaliados. Esses custos incluem salários de empregados, materiais e combustíveis utilizados, custo com aluguel de sonda e outros custos incorridos com terceiros. Se reservas comerciais não são encontradas, o poço exploratório é baixado ao resultado. Quando reservas são encontradas, o custo é mantido no ativo até que avaliações adicionais quanto à comercialização da reserva de hidrocarbonetos, que podem incluir a perfuração de outros poços, sejam concluídas. Os ativos exploratórios estão sujeitos a revisões técnicas, comerciais e financeiras pelo menos anualmente para confirmar a intenção da Administração de desenvolver e produzir hidrocarbonetos na área. Caso essa intenção não venha a ser confirmada, esses custos são baixados ao resultado. Quando são identificadas reservas provadas e o desenvolvimento é autorizado, os gastos exploratórios da área são transferidos para "Ativos de Óleo e Gás". Na fase de desenvolvimento, os investimentos para construção, instalação e infraestrutura (como plataforma, dutos e perfuração de poços de desenvolvimento, incluindo poços de delimitação ou poços de desenvolvimento) são capitalizados como "Ativos de Óleo e Gás". Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **Depreciação:** Os "Ativos de Óleo e Gás", incluindo os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas e ativos que beneficiarão a totalidade da vida econômica útil do campo, como dutos de gás e óleo, são depreciados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenhadas, limitada ao prazo de vida útil técnica remanescente da infraestrutura de cada campo. O ativo imobilizado, com exceção dos gastos exploratórios capitalizáveis mencionados acima, é depreciado pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Estes são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, de acordo com as taxas e critérios mencionados na nota explicativa 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment):** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes por meio da taxa de desconto, que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são reunidos ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo. Estes ativos são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata (veja nota explicativa 12). Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida. **i) Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (impairment), nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 04. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os ativos intangíveis correlatos à aquisição das concessões de exploração e produção de petróleo e gás são amortizados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenhadas. A amortização de softwares e licenças são calculadas utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A vida útil estimada para esses bens é de 5 anos. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **j) Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se há um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se ele transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, com contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento feito no momento ou antes da data de início. Subsequentemente, o ativo é depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da sua vida útil e, quando aplicável, o seu valor residual permanece contabilizado. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos descontados à taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Companhia. **k) Fornecedores:** As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes en-

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida	21	718.129	969.441
Custo dos produtos vendidos	22	(249.948)	(287.479)
Lucro bruto		468.181	681.962
Despesas gerais e administrativas	23	(36.702)	(38.391)
Outras despesas operacionais, líquidas		(1.263)	(7.522)
		(37.965)	(45.913)

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e do imposto de renda e da contribuição social

Receitas financeiras	24	109.135	118.948
Despesas financeiras	24	(95.836)	(218.578)
		13.299	(99.630)

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(79.228)	(44.622)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	6.506	(49.015)
Lucro líquido do exercício		370.793	442.782

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	370.793	442.782
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	370.793	442.782

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		370.793	442.782
Lucro líquido do exercício		370.793	442.782
Ajustado por:			
Resultado de aplicações financeiras	24	(21.187)	(11.622)
Juros sobre arrendamentos	24	1.898	56
Derivativos não realizados	24	-	105.409
Baixa de imobilizado	12	-	789
Atualização da provisão para abandono	18	6.491	6.826
Depreciação do imobilizado	12	19.251	14.251
Amortização do intangível	13	43.900	48.359
Depreciação do direito de uso		6.775	384
Despesas antecipadas apropriadas no exercício		19.330	5.896
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	11	72.722	49.015
		519.973	662.145

Varição em ativos e passivos

Contas a receber de terceiros	64.761	21.135
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(4.983)	6.954
Outros impostos	(57.815)	(14.063)
Estoque	(11.010)	(81)
Outros ativos	3.232	(1.798)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	12.923	75.905
Fornecedores	59.450	14.826
Depósitos judiciais	(478)	-
Despesas antecipadas	(12.943)	(17.362)
Obrigações trabalhistas	3.864	(6.477)
Royalties	2.179	(3.173)
Gastos (reembolsos) com abandono no exercício	3.025	(2.406)
Derivativos	5.534	(209.461)
Contas a receber e a pagar com partes relacionadas	(64.614)	2.249
Outras obrigações	48	(15.699)

Caixa (consumido nas) gerado pelas atividades operacionais

Impostos pagos sobre o lucro	(90.861)	(72.947)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	432.285	439.747

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Aplicações financeiras		21.102	11.899
Aquisição de imobilizado	12	(342.923)	(162.202)
Aquisição de intangível	13	(6.703)	-
Aplicações em caixa restrito		(4.781)	(6.176)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(333.305)	(156.479)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Juros pagos sobre empréstimos	15	(1.558)	-
Pagamento de passivo de arrendamento		(7.760)	(485)
Dividendos pagos	20	(225.868)	-
Aumento de capital social		12.000	-
Empréstimos captados	15	36.937	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(186.249)	(485)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa			

3R Macau S.A.

CNPJ: 33.443.860/0001-59

quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas da Companhia são oriundas majoritariamente de vendas de óleo e gás. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável. A Companhia reconhece suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou pela prestação de serviço prometido ao cliente. **q) Resultado financeiro líquido:** As receitas financeiras representam juros e variações monetárias decorrentes de aplica-

ções financeiras, descontos obtidos, atualizações monetárias de créditos ativos e variações cambiais ativas e passivas. São reconhecidas pelo regime de competência quando auferidas ou incorridas pela Companhia. As despesas financeiras representam despesas bancárias, atualizações monetárias de obrigações contratuais e juros sobre capital próprio com respectivos encargos, quando proposto pela Companhia, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas. **7. Novas normas contábeis:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26); • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40); • Passivo de

arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06); e • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

Matheus Dias de Siqueira - Diretor-Presidente; **Mauro Braz Rocha** - Contoller; **Rodrigo Pizarro Lavalle da Silva**; Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; **Wagner Pinto Medeiros** - Gerente de Contabilidade - CRC/RJ 086560/O-4.

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços abaixo:

<https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal>
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 11 de abril de 2024, sem modificações.

POVOAÇÃO ENERGIA S.A.

CNPJ: 43.174.526/0001-09

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023: Senhores Acionistas, A Povoação Energia S/A ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e reafirma seus princípios de sustentabilidade

corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. **Agradecimentos:** Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do

apoio, empenho, incentivo e profissionalismo de todos com que nos relacionamos. Queremos expressar nossos agradecimentos, aos nossos acionistas, aos nossos clientes e fornecedores, e aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, as agências Reguladoras e aos demais Agentes do Setor.

Balanco patrimonial (Em R\$ Mil)	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Circulante		
Caixa e Equivalente de Caixa	37.972	195.682
Clientes	92.374	124.321
Tributos a Recuperar	4.383	27.235
Estoques	2.641	2.159
Despesas Antecipadas	91.915	2.821
Instrumento financeiro Derivativo	-	398.338
Outros Créditos	1.143	407
	230.428	750.963
Não circulante		
Despesas Antecipadas	90.850	-
Instrumento financeiro Derivativo	-	517.753
Imobilizado	286.883	297.324
Intangível	30.176	17.402
	407.909	832.479
Total do ativo	638.337	1.583.442
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante		
Fornecedores	21.060	195.388
Tributos a Recolher	18.375	17.679
Obrigações Setoriais	5.663	1.941
Contingências	-	11.621
Partes Relacionadas	-	60.000
Outros Passivos	5.943	2.759
	51.041	289.388
Não circulante		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31.289	338.806
Outros Passivos	116	173
	31.405	338.979
Patrimônio líquido		
Capital Social	293.800	293.800
Reserva de Lucro	189.460	2.410
Outros Resultados Abrangentes	-	633.122
Dividendos Adicionais Propostos	72.631	25.743
	555.891	955.075
Total do passivo e do patrimônio líquido	638.337	1.583.442

	Demonstração da mutação no patrimônio líquido (Em R\$ Mil)			
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucro Incentivos Fiscais	Dividendos Adicionais Propostos
Em 31 de dezembro de 2021	199.200	3	-	41
Pagamento de Dividendos Adicionais	-	-	-	(41)
Pagamento de Dividendos Intercalares	-	-	-	(8.564)
Integralização de Capital	154.600	-	-	-
Redução de Capital	(60.000)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	48.150
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Destinação de Lucro:				
Constituição de Reserva Legal	-	2.407	-	(2.407)
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	(11.436)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	(25.743)
Em 31 de dezembro de 2022	293.800	2.410	-	25.743
Pagamento de Dividendos Adicionais	-	-	-	(25.743)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	717.938
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Destinação de Lucro:				
Constituição de Reserva Legal	-	35.897	-	(35.897)
Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	151.153	(151.153)
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	(132.722)
Pagamento de Dividendos Intercalares	-	-	-	(325.535)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	(72.631)
Em 31 de dezembro de 2023	293.800	38.307	151.153	72.631

	Resultado Abrangente		Total
	31/12/2023	31/12/2022	
Em 31 de dezembro de 2021	113.674	312.918	(41)
Pagamento de Dividendos Adicionais	-	-	(8.564)
Pagamento de Dividendos Intercalares	-	-	(60.000)
Integralização de Capital	-	-	48.150
Redução de Capital	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	519.448
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Destinação de Lucro:			
Constituição de Reserva Legal	-	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	(11.436)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	(25.743)
Em 31 de dezembro de 2022	633.122	955.075	(25.743)
Pagamento de Dividendos Adicionais	-	-	717.938
Lucro Líquido do Exercício	-	-	(633.122)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Destinação de Lucro:			
Constituição de Reserva Legal	-	-	-
Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	(35.897)
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	(151.153)
Pagamento de Dividendos Intercalares	-	-	(132.722)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	(325.535)
Em 31 de dezembro de 2023	633.122	555.891	(72.631)

Demonstração do resultado (Em R\$ Mil)	31/12/2023	31/12/2022
Receita Líquida	1.065.828	452.524
Custos dos Serviços Prestados	(200.910)	(248.667)
Resultado bruto	864.918	203.857
Despesas Gerais e Administrativas	(7872)	(122.442)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	857.046	81.415
Receita Financeira	12.765	6.096
Despesa Financeira	(9.215)	(7.639)
Resultado Financeiro	3.550	(1.543)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	860.596	79.872
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(124.021)	(19.052)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(18.637)	(12.670)
Lucro líquido do exercício	717.938	48.150
Lucro por Ação (Básico e diluído) - em R\$	2,444	0,164

regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada no município de Linhares, no estado do Espírito Santo. Em outubro de 2021, a Povoação Energia S.A., sagrou-se vencedora do Leilão para Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) nº 1/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), firmando o Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 446/2021 com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), para o fornecimento de energia e sendo o período de contrato de 1º de maio de 2022 até 31 de dezembro de 2025. A termelétrica é composta de 8 unidades geradoras, totalizando 75 MW de potência instalada, e 72 MW médios de garantia física de energia, utilizando gás natural como combustível. O gás utilizado na operação é fornecido pela Petrobras e recebido por meio do contrato assinado com a distribuidora de gás natural estadual, Companhia de Gás do Espírito Santo (ES Gás), com consumo estimado de 400.000m³/dia. A energia gerada pela UTE é distribuída por meio de linha de transmissão com 57 Km de extensão, em 138 kV, para a interligação da UTE Povoação 1 à SE (subestação) da EDP Espírito Santo Distribuidora de Energia S/A, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis. A operação e manutenção da Usina é realizada pela Linhares Geração S/A, conforme contratos de Manutenção e Operação (O&M) e de Compartilhamento das Instalações (CCI). O Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) iniciou as atividades operacionais em 23 de julho de 2022. Em 26 de setembro de 2023, através do Termo Aditivo ao Contrato de Energia de Reserva - CER nº 446/21, refletiu as disposições firmadas no Termo de Autocomposição celebrado entre a Povoação Energia S/A, a União Federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e o Tribunal de Contas da União - TCU, no âmbito do Procedimento de Solução Consensual, TC nº 006.252/2023-0, no qual deixou de ter a obrigação de entrega de energia associada à inflexibilidade contratual e passou a operar por disponibilidade do Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS). A mudança contratual teve como o principal mecanismo a redução dos custos do Contrato de Energia de Reserva (CER) e, consequentemente, o beneficiamento do consumidor final. Com o aditivo do contrato CER (Contrato de Energia de Reserva) nº 446/21, houve a necessidade de renegociar o contrato de compra de gás natural liquefeito com a Petrobras para a modalidade flexível, pois a contratação original previa a distribuição de 400.000 m3 de gás diário. No acordo contratual, a Petrobras executou as cláusulas legais definidas no contrato, aplicando a compensação financeira no valor de R\$ 211.984, totalmente quitada em 31 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa 9. Com o regime de energia flexível, a Companhia mantém o seu comprometimento com o meio ambiente, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, pois na modalidade de inflexível, o consumo de gás natural liquefeito era de 400.000 m3/diário. A Companhia dedica-se a desenvolver pesquisas acadêmicas para o beneficiamento dos seus motores com fontes renováveis, pois o objetivo é preservar o gás natural liquefeito que é limitado na natureza. Os bens da Companhia não serão reversíveis no final do prazo de autorização, que será encerrado em novembro de 2056. A Companhia usufrui de benefícios fiscais estaduais no Estado do Espírito Santo, conforme as seguintes especificações: diferimento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos, destinados à integração no ativo imobilizado; redução de carga tributária efetiva nas aquisições internas de gás natural liquefeito, conforme cláusula 3ª do Termo de Acordo INVEST-ES 046/2021. No âmbito federal, a Companhia é titular de empreendimentos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ao qual suas atividades pertencem aos setores de economia considerados como prioritários para o desenvolvimento regional, a Companhia usufrui do incentivo de redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica IRPJ e adicionais não restituíveis, na modalidade de implantação, que promove a fruição do benefício fiscal por 10 anos. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") em consonância com a Lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e evidenciam as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Diretoria na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 08 de abril de 2024. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação.** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem o maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 2.3. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação.** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. a) Perda (impairment) estimada de ativos não financeiros. Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorariam a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia analisou e não identificou nenhum indicativo de "impairment".

Marcelo Pedreira de Oliveira Diretor Presidente
Édina Maria Andrade Contadora - CRC/RJ nº 082615/O-6
A íntegra desta demonstração financeira encontra-se disponível no site da companhia: <https://povoacaoenergia.com.br/> e no portal digital deste jornal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Povoação Energia S.A. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da Povoação Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Povoação Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras.** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 2024
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ. Diego Wailer da Silva Contador CRC nº 1 RS 074562/O-3.



O Diário Comercial oferece o melhor custo benefício do mercado para publicações legais, como: Atas, Avisos, Balanços, Comunicados, Editais e Fatos Relevantes. Com atendimento ágil e personalizado é o veículo adequado ao público do setor financeiro.

3R Potiguar S.A.

CNPJ: 44.186.763/0001-44

não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. **q) Receita líquida:** Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas da Companhia são oriundas majoritariamente de vendas de óleo, gás e derivados. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para

a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável. A Companhia reconhece suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou pela prestação de serviço prometido ao cliente. **r) Resultado financeiro líquido:** As receitas financeiras representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, descontos obtidos, atualizações monetárias de créditos ativos e variações cambiais ativas e passivas. São reconhecidas pelo regime de competência quando auferidas ou incorridas pela Companhia. As despesas financeiras representam despesas bancárias, atualizações monetárias de obrigações contratuais e juros sobre capital próprio com respectivos encargos, quando proposto pela Companhia, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas.

7. Novas normas contábeis: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26); • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40); • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06); e • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

Matheus Dias de Siqueira - Diretor-Presidente; **Rodrigo Pizarro Lavalle da Silva** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; **Mauro Braz Rocha** - Controler; **Wagner Pinto Medeiros** - Gerente de Contabilidade - CRC/RJ 086560/O-4.

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços a seguir: <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 11 de abril de 2024, sem modificações.

INVESTIMENTOS

Governo de MG mostra cozinha mineira na maior feira de turismo da América Latina

O Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult-MG) participou na segunda-feira e com estande próprio, da World Travel Market (WTM) Latin America, a maior feira de turismo da América Latina, que acontece em São Paulo até quarta-feira (17/4), no Expo Center Norte. Em três dias de evento, o objetivo é promover o Destino Minas, atrair investimentos e gerar novas oportunidades de negócios e empregos. No "Ano da Cozinha Mineira - Clássica e Contemporânea", sabores e fazeres dos mineiros serão apresentados como atração turística, além do lançamento de rotas e novas iniciativas.

A participação na Feira WTM 2024 integra o programa Mais Turistas, fortalecendo a atividade no estado, e tem como parceiro o Centro Universitário UniBH. Devido à importância do evento no mercado de turismo, o Governo do Estado e o Sebrae Minas terão um estande na WTM. Oito receptivos vão oferecer aos visitantes produtos e serviços de destinos como as cidades históricas, o Geoparque Uberaba, os roteiros turísticos Rota das Artes, Rota Cafés do Sul de Minas e Café do Cerrado Mineiro, e as regiões da Serra da Canastra, Serra da Mantiqueira, Campo das Vertentes e Cordilheira do Espinhaço.

Destaque também para o lançamento nacional do ExportaMinas, programa da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge) cujo objetivo é diversificar as exportações dos produtos mineiros com foco na cozinha, e da plataforma "Invest Minas Tur", que irá conectar investidores a potenciais parceiros.

Além de diversas ações para apresentar a culinária mineira, com um time de chefs de cozinha 100% feminino, a programação conta também com a mostra "São José - O artesão", que esteve em cartaz no Palácio da Liberdade, durante a programação do Minas Santa 2024. O estande da Secult também marcará o encontro do jornalista e apresentador Zeca Camargo com



Em três dias de evento, o objetivo do "Ano da Cozinha Mineira - Clássica e Contemporânea" é promover o Destino Minas, atrair investimentos e gerar novas oportunidades de negócios e empregos.

o também jornalista e gestor cultural Afonso Borges, que irá anunciar o calendário dos festivais literários de Araxá, Paracatu e Itabira, organizados por Borges.

Novas rotas turísticas prioritárias de Minas Gerais serão apresentadas durante o evento, em uma parceria do Governo do Estado, por meio da Secult, com o Sebrae Minas e o Sebrae Nacional: o Geoparque Uberaba, reconhecido recentemente como geoparque mundial pela Unesco, a Rota do Café do Cerrado Mineiro, em Patrocínio, no Alto Paranaíba, e a Rota Bahia-Minas, que ganhará reforço para impulsionar o cicloturismo nos vales do Jequitinhonha e Mucuri, regiões impactadas com o fim das operações da extinta ferrovia que ligava Minas ao Sul da Bahia.

Também estão previstas rodadas de negócios direcionadas para grandes players do trade turístico internacional, além de reuniões com criadores de conteúdos digitais e reuniões com representantes

da Secult.

Ao longo dos três dias de WTM, a cozinha mineira será apresentada por um time 100% feminino. Serão três chefs mineiros cozinhando delícias típicas do estado, levando toda a mineiridade para São Paulo. A ação busca destacar e reconhecer a influência e o impacto das mulheres que sempre estiveram na vanguarda da culinária mineira. Na abertura da feira, na segunda-feira (15/4), será realizada a "Cozinha de Quintal", com a chef Valdelícia Coimbra, uma homenagem à culinária caseira, com pratos preparados com ingredientes frescos e locais, muitas vezes cultivados no próprio quintal.

No segundo dia, será a vez da "Cozinha de Favela", com as chefs Maria da Consolação e Marlene Raimunda, do projeto Circuito Gastronômico de Favelas, acompanhadas da chef Primacota, de Araxá. Nesta ação, são destacadas a criatividade e a resiliência das comunidades de favelas, que conseguem criar pratos

deliciosos e nutritivos mesmo com recursos limitados. Também na terça, o vice-governador de Minas Gerais, Professor Mateus, comandará o Cozinha Viva, com o prato Risotto Uai com Costelinha ao Molho de Goiabada Defumada.

No terceiro e último dia de evento, na quarta-feira (17/4), será a vez da "Quitandas de Minas", com as chefs Vânia de Paracatu e Tuquinha de Belo Vale. Essa ação ressalta o papel fundamental das mulheres na culinária mineira, que sempre se mostrou criativa, inclusiva, diversificada e democrática. Elas são conhecidas por suas deliciosas iguarias, perfeitas companhias para os premiadíssimos cafés mineiros. Quem passar pelo estande da Secult também poderá degustar produtos tipicamente mineiros como café, queijos, pães de queijo, azeite, doces e muito mais.

Uma outra atração da feira será a mostra "São José - O artesão". A exposição é um encontro de artesãos de diversos municípios mineiros, sele-

cionados por meio de um chamamento público aos interessados em participar da homenagem à São José. Mais de 100 artesãos de diversos municípios do estado manifestaram interesse e a mostra ficou aberta ao público no Palácio da Liberdade, na segunda quinzena de março, como parte das atividades do programa turístico Minas Santa 2024. Na WTM, serão expostos cerca de 70 itens feitos por 54 artistas de 32 cidades mineiras.

Vinicius Rosa Rios, natural de Tiradentes, região central do estado, terá sua obra apresentada em São Paulo. A escultura dele, uma representação de São José, foi feita utilizando latão velho, madeira e alguns detalhes com papel-machê. O avô de Vinicius, José Balbino Rosa, conhecido como Nanoia, era um marceneiro renomado na região e uma grande inspiração para o artista. "Sou marceneiro, escultor, pintor e levo com muito orgulho a herança do meu avô. Para mim, é uma emoção poder homenagear meu avô e levo com muito

orgulho essa tradição da arte na madeira, da tinta", conta Vinicius.

A 11ª edição da WTM Latin America, importante encontro que acontece em São Paulo, no Expo Center Norte, de segunda (15) a quarta-feira (17), reunirá mais de 27 mil profissionais, agentes e expositores de países como Argentina, Chile, Equador, Bolívia, Venezuela, Colômbia, México, Peru, Paraguai, Uruguai, Itália, Espanha, França, Alemanha, Portugal, Estados Unidos, Canadá, China, Holanda, México, Ruanda, Tanzânia, África do Sul, Austrália e Azerbaijão, num total de mais de 40 destinos.

Entre as novidades a serem apresentadas pela WTM Latin America nesta edição está a Rota da Diversidade, iniciativa que tem o objetivo de incentivar inovações significativas, reconhecer e destacar projetos inovadores que abordem, de maneira única e criativa, as temáticas de Afroturismo, Turismo LGBTQIA+ e Turismo 60+.

FRAGMENTOS

Observatório Espacial Heller & Jung registra chuva de meteoros no Brasil

Haverá duas chuvas de meteoros visíveis em abril deste ano: a Pi Pupídeos e a Eta Aquáridas, uma das maiores do ano. A chuva chamada de Pi Pupídeos atinge seu pico em 15 de abril de cada ano. Mas os meteoros podem ser vistos entre 7 e 28 de abril. Já a Eta Aquáridas virá entre 15 de abril e 28 de maio, mas o momento de maior intensidade costuma ser 5 de maio.

Na imagem divulgada pelo Observatório Espacial Heller & Jung, foi feita uma sobreposição de 146 meteoros regis-

trados entre 29 de março e 11 de abril, tanto da chuva Pi Pupídeos quanto da Eta Aquáridas. Há também meteoros de cometas e asteroides não identificados. As datas dos registros representaram um aumento da queda de fragmentos pela proximidade das chuvas.

O professor Carlos Jung, do Observatório Espacial Heller & Jung, explica que, ao passar pelo Sistema Solar, os corpos celestes podem deixar fragmentos (meteoros), que passam a orbitar em volta do Sol.

Além dos restos de cometas e asteroides, existem fragmentos oriundos da formação do Sistema Solar ou mesmo de outras galáxias.

A Terra também tem seu próprio caminho em torno do astro e, quando cruza com os meteoros, sua gravidade os atrai. "O nome 'chuva de meteoros' é justamente o período em que mais fragmentos de determinado tipo e com características semelhantes entram em nossa atmosfera", explica Jung.

"Assim, existem várias chu-

vas de meteoros durante o ano, porque vários corpos celestes deixaram fragmentos ao passar", conclui.

A chuva Pi Pupídeos se origina dos destroços deixados pelo cometa 26P/Grigg-Skjellerup em sua órbita ao redor do Sol. Apesar dessa chuva não produzir muitos meteoros, ela se destaca pelo brilho deles. Durante o pico do fenômeno, são esperados 40 meteoros por hora.

Já a Eta Aquáridas resulta dos detritos deixados para trás pelo cometa 1P/Halley.

Ainda mais brilhante do que a Pi Pupídeos, a Eta Aquáridas é uma das maiores chuvas de meteoros do ano.

Em 5 de maio, a previsão é de que haja 50 meteoros por hora, cada um com uma velocidade média de 66 km/s. A iluminação da Lua não irá atrapalhar a visualização da chuva.

Nas chuvas de meteoros, existe um ponto de origem aparente por onde ingressam mais meteoros, que depois se espalham por todo o céu. No caso da Pi Pupídeos, o ponto de origem aparente é a cons-

tação da Pupa e, no da Eta Aquáridas, a constelação de Aquário.

Jung conta que, se forem intensas o suficiente no Hemisfério Sul, as chuvas serão visíveis de qualquer parte do Brasil. No Hemisfério Norte, o fenômeno tem menor visibilidade, sem tantas quedas.

Para contemplar o fenômeno, não é preciso utilizar equipamentos. Mas o professor ressalta que o observador precisa ter paciência e procurar um local com a menor poluição luminosa possível.

3R Rio Ventura S.A

CNPJ: 35.156.290/0001-41

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal>.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Circulante				Receita líquida	22	415.120	265.681	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa	8	66.639	63.826	Custo dos produtos vendidos	23	(237.968)	(148.877)	Lucro líquido do exercício		76.488	56.205
Aplicações financeiras	8.1	4.970	-	Lucro bruto		177.152	116.804	Ajustado por:			
Contas a receber de terceiros	9	39.968	46.277	Despesas gerais e administrativas	24	(20.650)	(19.769)	Resultado de aplicações financeiras		(392)	(378)
Contas a receber - partes relacionadas	18	2.741	1.138	Outras despesas operacionais, líquidas	25	(9.155)	(7.632)	Juros sobre debêntures e valores a pagar por aquisições	25	8.894	26.491
Estoque	10	13.384	2.879	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e do imposto de renda e da contribuição social		147.347	89.403	Juros sobre arrendamentos	25	65	94
Adiantamentos		599	3.384	Receitas financeiras	26	17.953	24.330	Juros sobre debêntures - partes relacionadas		49.144	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	4.484	-	Despesas financeiras	26	(73.453)	(38.757)	Ajuste a valor presente - valores a pagar por aquisição	25	3.137	(68)
Outros impostos a recuperar		600	275	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(55.500)	(14.427)	Varição cambial não realizada		(7.213)	(23.394)
Derivativos	27	385	-	Imposto de renda e contribuição social		91.847	74.976	Baixa de imobilizado		-	333
Despesas antecipadas		200	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(16.051)	(12.150)	Atualização da provisão para abandono	19	5.576	7.223
Outros ativos		57	416	Lucro líquido do exercício		76.488	56.205	Depreciação do imobilizado	13	21.171	20.131
Total do ativo circulante		134.027	118.195	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				Amortização do intangível	14	25.082	22.366
Realizável a longo prazo				DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE				Depreciação do direito de uso		182	199
Caixa restrito	8.2	719	372	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)				Despesas antecipadas apropriadas no exercício		1.904	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	10.033	9.341	Lucro líquido do exercício		2023	2022	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	15.359	6.621
Derivativos	27	9.126	-	Lucro líquido do exercício		76.488	56.205	Varição em ativos e passivos			
		19.878	9.713	Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:				Contas a receber de terceiros		6.309	(29.320)
Imobilizado	13	354.518	297.412	Outros resultados abrangentes		-	-	Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(4.484)	1.126
Intangível	14	362.362	386.490	Total de resultados abrangentes do exercício		76.488	56.205	Outros impostos a recuperar		(325)	5.847
Direito de uso		382	554	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				Estoque		(10.505)	(1.886)
Total do ativo não circulante		737.140	694.169	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				Outros ativos		359	(3.714)
Total do ativo		871.167	812.364	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)				Imposto de renda e contribuição social a recolher		4.458	12.712
Passivo				Saldo em 01 de janeiro de 2022	226.401	-	-	Outros impostos a recolher		376	-
Circulante				Lucro líquido do exercício		-	-	Adiantamentos		2.785	-
Fornecedores	15	55.740	43.291	Reserva legal		-1.256	-	Fornecedores		12.449	31.392
Arrendamentos		213	189	Reserva de incentivo fiscal		-7.091	-	Despesas antecipadas		(2.104)	-
Obrigações trabalhistas		3.573	3.526	Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	Obrigações trabalhistas		47	3.521
Contas a pagar - partes relacionadas	18	1.519	4.295	Dividendos adicionais propostos		-	-	Royalties		581	274
Dividendos a pagar	21	45.000	4.194	Saldo em 31 de dezembro de 2022	226.401	1.256	7.091	Gastos (reembolsos) com abandono no exercício		(340)	(850)
Valores a pagar por aquisições	17	98.290	-	Lucro do exercício		-	-	Derivativos		(3.869)	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	16.1	1.424	1.486	Aporte de capital		35.000	-	Contas a receber e a pagar com partes relacionadas		(4.379)	3.157
Outros impostos a recolher	16.2	6.428	6.052	Reserva legal		-3.824	-	Outras obrigações		(6.567)	7.064
Provisão para pagamento de Royalties		2.061	1.480	Reserva de incentivos fiscais		-15.843	-	Caixa gerado pelas atividades operacionais		194.188	145.146
Debêntures - partes relacionadas	18	177.171	6.161	Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	Impostos pagos sobre o lucro		(20.571)	(11.226)
Derivativos	27	195	-	Dividendos adicionais propostos		-	-	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		173.617	133.920
Outras obrigações		492	7.064	Saldo em 31 de dezembro de 2023	261.401	5.080	22.934	Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Total do passivo circulante		392.106	77.738	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				Aplicações financeiras		(4.578)	378
Não circulante				imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: - diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; - diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligações e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e - diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de água, quando aplicável. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. h) Imobilizado e Reconhecimento e mensuração: O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e da provisão para redução de seu valor recuperável, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada de acordo com o método linear ou pelo método das unidades produzidas para os ativos de óleo e gás. Os gastos com exploração, avaliação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos (<i>successful efforts method of accounting</i>). Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado quando incorridos. Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associados ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação até que a perfuração do poço é completada e seus resultados avaliados. Esses custos incluem salários de empregados, materiais e combustíveis utilizados, custo com aluguel de sonda e outros custos incorridos com terceiros. Se reservas comerciais não são encontradas, o poço exploratório é baixado ao resultado. Quando reservas são encontradas, o custo é mantido no ativo até que avaliações adicionais quanto à comercialização da reserva de hidrocarbonetos, que podem incluir a perfuração de outros poços, sejam concluídas. Os ativos exploratórios estão sujeitos a revisões técnicas, comerciais e financeiras pelo menos anualmente para confirmar a intenção da Administração de desenvolver e produzir hidrocarbonetos na área. Caso essa intenção não venha a ser confirmada, esses custos são baixados ao resultado. Quando são identificadas reservas provadas e o desenvolvimento é autorizado, os gastos exploratórios da área são transferidos para "Ativos de Óleo e Gás". Na fase de desenvolvimento, os investimentos para construção, instalação e infraestrutura (como plataforma, dutos e perfuração de poços de desenvolvimento, incluindo poços de delimitação ou poços de desenvolvimento) são capitalizados como "Ativos de Óleo e Gás". Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Depreciação: Os "Ativos de Óleo e Gás", incluindo os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas e ativos que beneficiarão a totalidade da vida econômica útil do campo, como dutos de gás e óleo, são depreciados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas, limitada ao prazo de vida útil técnica remanescente da infraestrutura de cada campo. O ativo imobilizado, com exceção dos gastos exploratórios capitalizáveis mencionados acima, é depreciado pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Estes são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, de acordo com as taxas e critérios mencionados na nota explicativa 13. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment): Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes por meio da taxa de desconto, que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são reunidos ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo. Estes ativos são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata (veja nota explicativa 13). Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida. i) Intangível: Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da							
Capital social		261.401	226.401	Reserva de lucros		52.419	20.931	Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento			
Reserva de lucros		313.820	247.332	Total do passivo não circulante		165.241	487.294	Acquisição de imobilizado	13	(146.325)	(119.705)
Total do patrimônio líquido		871.167	812.364	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				Acquisição de intangível	14	(540)	-
Total do passivo e patrimônio líquido		871.167	812.364	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais):				Aplicações em caixa restrito		(347)	(298)
				1. Contexto operacional: A 3R Rio Ventura S.A. ("3R RV" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 11 de outubro de 2019. A Companhia é controlada integralmente pela 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("Controladora" ou "3R OG"). A sede da Companhia fica situada na Praia de Botafogo, 186, 16º andar, Botafogo, Rio de Janeiro. O objeto social da Companhia consiste na pesquisa, a lavra e prospeção, a avaliação, o desenvolvimento e produção, o processamento, a estocagem, o transporte e o comércio, a importação e exportação de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, de qualquer origem, e respectivos produtos derivados, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins. O Polo Rio Ventura é composto por 8 campos terrestres (onshore) de Água Grande, Bunsucoense, Fazenda Alto das Pedras, Pedrinhas, Pojuca, Rio Pojuca, Tapiranga e Tapiranga Norte, situados na bacia Recôncavo, no Estado da Bahia. A Companhia opera com 100% de participação em todas as concessões desde 15 de julho de 2021. 2. Base de preparação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações financeiras individuais da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas pela Administração em 11 de abril de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente aquelas relacionadas a elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 3. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 4. Uso de estimativa e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as alterações são reconhecidas prospectivamente. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 13 e nº 14 - Impairment (existência de indicativo para perda ou reversão de impairment). • Nota explicativa nº 19 - Provisão de abandono (extensão da obrigação assumida para o reparo ambiental necessário no abandono futuro, bem como os prazos de abandono baseados nos volumes de reservas existentes e nos planos de produção da Companhia). • Nota explicativa nº 17 - Valores a pagar por aquisições (pagamentos contingentes, atrelados ao preço de referência óleo (brent) e certificações de reservas). • Nota explicativa nº 12 - Imposto de renda e contribuição social diferido (existência de probabilidade de lucro tributável futuro). Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um efeito significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 13 - Imobilizado (depreciação e impairment - avaliação de trigger). • Nota explicativa nº 14 - Intangível (amortização e impairment - avaliação de trigger). • Nota explicativa nº 19 - Provisão para abandono (principais premissas: prazo do abandono, custo estimado, taxa de desconto e inflação). • Nota explicativa nº 20 - Provisão de contingências (principais premissas: probabilidade de perda das causas em aberto). • Nota explicativa nº 12 - Imposto de renda e contribuição social diferido (principais premissas: preço do petróleo do tipo <i>brent</i> , taxa de câmbio e opex total). 5. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • os pagamentos contingentes assumidos em uma aquisição de ativos ou em uma combinação de negócios mensurados pelo valor justo. 6. Principais políticas contábeis: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. a) Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional de acordo com a taxa de câmbio naquela data. As diferenças encontradas são reconhecidas no resultado na linha de variação cambial. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. b) Caixa e equivalente de caixa: São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. c) Caixa restrito: São depósitos mantidos com a finalidade de garantir compromissos de caixa de longo prazo e compõem-se de aplicações financeiras com liquidez vinculada ao cumprimento de suas obrigações e risco insignificante de mudança de valor. d) Contas a receber de terceiros: As contas a receber correspondem aos valores a receber originados da venda de óleo e na prestação de serviços, fornecidos no curso normal das atividades da Companhia, faturados e que não tenham sido pagos. e) Estoques: Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de compra ou de produção e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao valor contábil. O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos gastos para se concretizar a venda. f) Imposto de renda e contribuição social corrente: O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas dos tributos vigentes na data do balanço. g) Imposto de renda e contribuição social diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de							
				amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (<i>impairment</i>), nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 04. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com água gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os ativos intangíveis correlatos à aquisição das concessões de exploração e produção de petróleo e gás são amortizados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas. A amortização de softwares e licenças são calculadas utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A vida útil estimada para esses bens é de 5 anos. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. j) Arrendamentos: No início de um contrato, a Companhia avalia se há um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se ele transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, com contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento feito no momento ou antes da data de início. Subsequentemente, o ativo é depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da sua vida útil e, quando aplicável, o seu valor residual permanece contabilizado. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos descontados à taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Companhia. k) Fornecedores: As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços. l) Empréstimos, financiamentos e debêntures: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, quando aplicáveis, inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. A mensuração subsequente é feita pelo método de custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos pro rata temporis e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações financeiras. Os fluxos de caixa referentes a juros pagos são apresentados separadamente. A Administração classifica de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de financiamento. m) Provisão de contingências: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de "perda provável", com base na avaliação da Administração e dos assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. n) Provisão de abandono: A Companhia tem obrigações legais de remoção de equipamentos e restauração de áreas terrestres ou marítimas ao final do prazo de produção das reservas com base nas estimativas de volumes de reserva e curvas de produção estimadas. As estimativas de custos de futuras remoções e recuperações ambientais são realizadas com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados. Essas obrigações são reconhecidas a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto livre de risco, ajustada pela taxa de prêmio risco-país. A natureza dos gastos inclui mobilização e desmobilização de sondas, serviços de tamponamento e abandono, restauração, reparo do ambiente, reflorestamento e outros serviços. o) Provisões: As provisões, incluindo os earn-outs comprometidos nas aquisições dos ativos, são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. p) Instrumentos financeiros: Um ativo ou passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Reconhecimento inicial: No reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos, exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados a valor justo. Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado da mesma forma que é mensurado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser por alterações no modelo de negócio para gestão de ativos financeiros. No reconhecimento inicial, um passivo financeiro é classificado da mesma forma que é mensurado. Alterações que necessitem de mensuração subsequente são reconhecidas no resultado. Desreconhecimento: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Neste caso, um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Impairment de ativos financeiros: De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e • Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo							

3R Rio Ventura S.A

CNPJ: 35.156.290/0001-41

risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. **q) Receita líquida:** Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas da Companhia são oriundas majoritariamente de vendas de óleo e gás. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável.

A Companhia reconhece suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou pela prestação de serviço prometido ao cliente. **r) Resultado financeiro líquido:** As receitas financeiras representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, descontos obtidos, atualizações monetárias de créditos ativos e variações cambiais ativas e passivas. São reconhecidas pelo regime de competência quando auferidas ou incorridas pela Companhia. As despesas financeiras representam despesas bancárias, atualizações monetárias de obrigações contratuais e juros sobre capital próprio com respectivos encargos, quando proposto pela Companhia, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas. **7. Novas normas contábeis:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulan-

tes com *Covenants* (alterações ao CPC 26); • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40); • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06); e • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

Matheus Dias de Siqueira - Diretor-Presidente; **Rodrigo Pizarro Lavalle da Silva** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; **Mauro Braz Rocha** - Controller. **Wagner Pinto Medeiros** - Gerente de Contabilidade - CRC/RJ 086560/O-4.

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço abaixo: <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade>.

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 11 de abril de 2024, sem modificações.

Termelétrica Viana S.A.

CNPJ: 09.043.782/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023. Senhores Acionistas, A Termelétrica Viana S/A ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. **Agradecemos.** Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo de todos com que nos relacionamos. Queremos expressar nossos agradecimentos, aos nossos acionistas, aos nossos clientes e fornecedores, e aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, as agências Reguladoras e aos demais Agentes do Setor.

Balancos patrimoniais (Em R\$ Mil)	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Circulante		
Caixa e Equivalente de Caixa	33.540	88.167
Clientes	80.888	70.690
Tributos a Recuperar	3.024	11.876
Estoques	23.220	30.218
Serviços em Curso	6.423	5.050
Despesas Antecipadas	46.941	2.152
Instrumento financeiro derivativo	-	204.389
Outros Créditos	2.025	1.691
	196.061	414.233
Não circulante		
Tributos a Recuperar	4.565	3.143
Despesas Antecipadas	45.425	78
Instrumento Financeiro Derivativo	-	256.077
Imobilizado	372.904	388.434
Intangível	141	99
	423.035	647.831
	619.096	1.062.064
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	24.527	95.898
Debêntures	-	40.242
Empréstimos	65.607	8.562
Obrigações Setoriais	11.201	8.508
Tributos a Recolher	17.113	11.607
Arrendamento Mercantil	37	419
Contingências	-	5.993
Outros Passivos	9.353	7.516
	127.838	178.745
Não circulante		
Empréstimos	4.103	23.013
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	77.758	238.153
Obrigações Vinculadas à Concessão	3.479	3.660
Contingências	2.009	1.985
Arrendamento Mercantil	287	1.006
	87.636	267.818
Patrimônio líquido		
Capital social	262.800	262.800
Outros Resultados Abrangentes	-	318.139
Reserva de Lucro	35.028	19.315
Dividendos Adicionais Propostos	105.794	15.247
	403.622	615.501
	619.096	1.062.064

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido (Em R\$ Mil)			
	Capital Social	Reserva de Lucro	Dividendos Adicionais Propostos
	171.500	16.387	16.472
Em 31 de dezembro de 2021			
Pagamento de Dividendos Adicionais	-	-	(16.472)
Pagamento de Juros sobre Capital Próprio	-	-	(2.850)
Pagamento de Dividendos Intercalares	-	-	(23.622)
Integralização de Capital	91.300	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	58.553
Outros Resultados Abrangentes	-	-	249.160
Destinação do Lucro	-	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	2.928	(2.928)
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	(13.906)
Dividendos Propostos	-	-	15.247
			318.139
Em 31 de dezembro de 2022	262.800	19.315	15.247
Pagamento de Dividendos Adicionais	-	-	(15.247)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	314.260
Outros Resultados Abrangentes	-	-	(318.139)
Destinação do Lucro	-	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	15.713	(15.713)
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	(74.637)
Pagamento de Dividendos Intercalares	-	-	(118.116)
Dividendos Propostos	-	-	105.794
			403.622
Em 31 de dezembro de 2023	262.800	35.028	105.794

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023. (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma). **1. Informações gerais:** A Termelétrica Viana S.A. ("Companhia" ou "TEVISA") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, cujo objeto social é a geração e a comercialização de energia elétrica por meio da construção e exploração da Usina Termelétrica UTE Viana e da Usina Termelétrica Viana 1, situada no município de Viana, no Estado do Espírito Santo. A UTE Viana compreende a vinte unidades geradoras de energia com potência instalada total de 174,6 MW e instalações de interligação associadas e opera com motores que utilizam como combustível o óleo de baixo teor de enxofre (OCB1). A TEVISA sagrou vencedora do Leilão nº 002/2007 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), e concretizou a venda de sua energia por meio de um "contrato de disponibilidade" assinado com 37 distribuidoras integrantes do Sistema Interligado Nacional que compararam no referido Leilão. Em 2009 foi concluída a obra de construção da UTE Viana, entrou em operação comercial em 6 de janeiro de 2010. Em outubro de 2021 a Companhia sagrou-se vencedora no Leilão para o Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) nº 01/2021 da ANEEL, firmando o Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 447/21 com a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) para o fornecimento de energia e vigência entre 1º de maio de 2022 até 31 de dezembro de 2025 e para essa operação, a Companhia instalou a Ute Viana 1. A UTE Viana 1 é composta por 4 unidades geradoras, totalizando 37,48MW de potência instalada, 36MW médios de garantia física de energia e que utilizam gás natural como combustível. Cumpre destacar que, diferentemente do contrato principal da UTE Viana, o Procedimento Competitivo Simplificado (PSC) tem como tomador da energia o Ministério de Minas e Energia - MME. O gás natural liquefeito utilizado na operação é fornecido pela Petrobras e recebido por meio do contrato assinado com a distribuidora de gás natural estadual, Companhia de Gás do Espírito Santo (ES Gás). O consumo foi estimado em 200.000m³/dia. Com estes dois contratos de fornecimento de energia e com a aquisição de novos motores, a Companhia teve um aumento de 21,46% na sua potência instalada, pois passou de 174,6 MW para os atuais 212 MW. A operação comercial do UTE Viana 1 iniciou em 14 de julho de 2022. Em 26 de setembro de 2023, através do Termo Aditivo ao Contrato de Energia de Reserva - CER nº 447/21 - refletiu nas disposições firmadas no Termo de Autocomposição celebrado entre a Termelétrica Viana S/A, a União Federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o Tribunal de Contas da União (TCU) no âmbito do Procedimento de Solução Consensual TC nº 006.252/2023-0, no qual deixou de ter a obrigação de entrega de energia associada à inflexibilidade contratual e passou a operar por disponibilidade do Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS). A mudança contratual teve como o principal mecanismo a redução dos custos Contrato de Energia de Reserva (CER) e, consequentemente, o beneficiamento do consumidor final. Com o aditivo do contrato CER (Contrato de Energia de Reserva) nº 447/21 houve a necessidade de renegociar o contrato de compra de gás natural liquefeito com a Petrobras, para a modalidade flexível, pois a contratação original previa a distribuição de 200.000m³ de gás diário. No rearranjo contratual, a Petrobras executou as cláusulas legais definidas no contrato, aplicando a compensação financeira no valor de R\$ 105.992, totalmente quitada em 31 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa 10. Com o regime de energia flexível, a Companhia mantém o seu comprometimento com o meio ambiente, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, pois,

Demonstrações dos resultados abrangentes (Em R\$ Mil)			
	31/12/2023	31/12/2022	
Demonstração do resultado (Em R\$ Mil)			
Receita Líquida	668.922	382.698	
Custos dos Serviços Prestados	(173.256)	(216.333)	
Resultado bruto	495.666	166.365	
Despesas gerais e administrativas	(11.571)	(62.736)	
Outras Receitas	507	184	
Lucro operacional antes do resultado financeiro	484.602	103.813	
Receita Financeira	10.250	7.342	
Despesa Financeira	(18.295)	(18.605)	
Resultado Financeiro	(8.045)	(11.263)	
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	476.556	92.550	
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(160.399)	(35.204)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(1.896)	1.207	
Lucro líquido do exercício	314.260	58.553	
Lucro por Ação (Básico e diluído) - em R\$	1,20	0,22	
Demonstrações dos resultados abrangentes (Em R\$ Mil)			
Lucro Líquido do Exercício	314.260	58.553	
Outros resultados abrangente			
Itens reclassificados ao resultado			
Variação de valor justo de Hedge	(329.138)	563.274	
Reclassificação de Hedges para o resultado	(152.892)	(185.757)	
	(482.030)	377.517	
(-) Impostos diferidos sobre a variação do Hedge	163.891	(128.357)	
Total dos outros resultados abrangentes	(318.139)	249.160	
Resultado abrangente total	(3.879)	307.713	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

com a modalidade de inflexível o consumo de gás natural era de 200.000m³ diário. A Companhia dedica-se a desenvolver pesquisas acadêmicas para o beneficiamento dos seus motores com fontes renováveis, pois, o objetivo é preservar o gás natural que é limitado na natureza. Os bens da Companhia não serão reversíveis no final do prazo de autorização, que se encerrará em janeiro de 2043. O controlador acionário da Companhia é o BTG Pactual Holding Participações S.A., o qual detém 100% de participação. A Companhia usufrui de benefícios fiscais estaduais no Estado do Espírito Santo, conforme as seguintes especificações: diferimento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos, destinados à integração do ativo imobilizado; redução de carga tributária efetiva nas aquisições internas de gás natural liquefeito e nas compras do óleo combustível (OCB1), conforme cláusula 3ª do Termo de Acordo INVEST-ES 124/2008, I Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, II Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, III Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, IV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, V Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, VI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, VII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, VIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, IX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, X Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XIV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XVI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XVII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XVIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XIX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XXI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XXII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XXIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XXIV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XXV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XXVI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XXVII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XXVIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XXIX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XXX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XXXI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XXXII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XXXIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XXXIV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XXXV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XXXVI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XXXVII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XXXVIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XXXIX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XL Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XLI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XLII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XLIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XLIV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XLV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XLVI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XLVII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XLVIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, XLIX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, L Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LIV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LVI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LVII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LVIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LIX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXIV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXVI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXVII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXVIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXIX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXIV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXVI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXVII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXVIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXIX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXIV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXVI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXVII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXVIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXIX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXIV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXVI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXVII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXVIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXIX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXIV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXVI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXVII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXVIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXIX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXIV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXVI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXVII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXVIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXIX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXVIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIX Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXI Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIII Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXIV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, LXXXXXXXV Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 12

O **Diário Comercial** é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.



Fale com quem entende de **Publicidade Legal**.

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DF66-0D07-EEFD-CCF9> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DF66-0D07-EEFD-CCF9



Hash do Documento

3A3162A836E33DAC2CBE4EF0E417EE146CB373DC258FEA25A2FE1FB315F54209

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 13/04/2024 00:21
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

